



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Aline Mendonça dos Santos

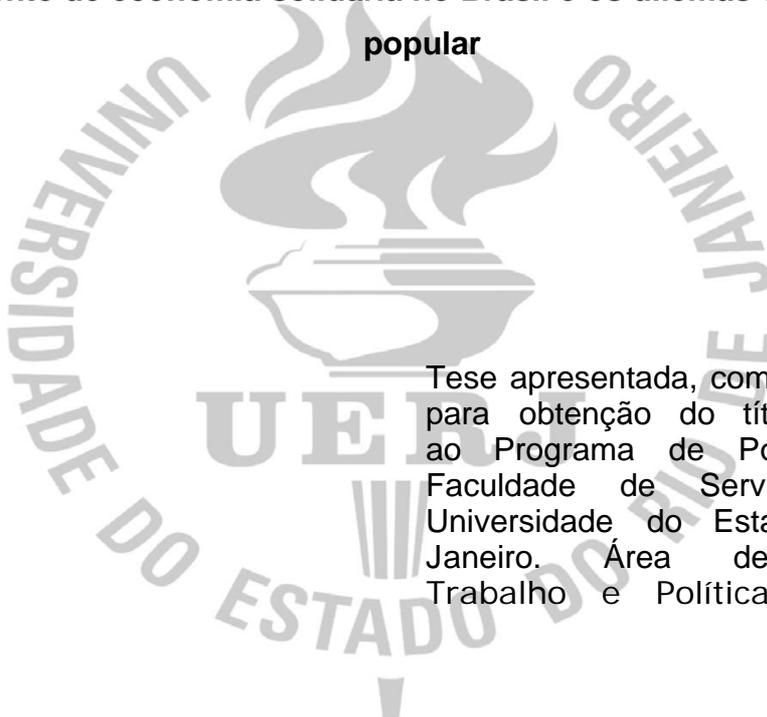
O Movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular

Rio de Janeiro

2010

Aline Mendonça dos Santos

O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social

Orientador: Prof. Dr. Emir Simão Sader

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger.

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

S231m Santos, Aline Mendonça
O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da
organização popular \ Aline Mendonça Santos – 2010.
445 f.

Orientador: Emir Simão Sader
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Economia solidária – Teses. 2. Economia popular - Teses.
I. Sader, Emir Simão. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 33

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese.

Assinatura

Data

Aline Mendonça dos Santos

O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social

Aprovada em 05 de abril de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Emir Sader (Orientador)
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger – Co-orientador
Coordenação de Ciências Sociais da UINISINOS

Prof. Dr. Cesar Honorato
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Prof^a. Dr^a Maria Ciavatta
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto
Faculdade de Educação da UFF

Rio de Janeiro

2010

AGRADECIMENTOS

O longo percurso de elaboração dessa tese é marcado pela presença de dezenas de pessoas e instituições que, de muitas maneiras, foram importantes para viabilizar essa conquista.

De modo muito especial eu agradeço:

À CAPES, pelo financiamento dos meus estudos através das bolsas concedidas pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e pelo Programa de Estágio de Doutorando no Exterior – Balcão.

Aos meus pais, Jayme e Ezilda, pela longa espera, apoio e compreensão. Amo vocês!

À minha fiel amiga FINA, que acreditou incondicionalmente na minha pessoa e, com amor e dedicação, ensinou-me a seguir em frente com dignidade, esperança e sem medo de olhar em volta.

Às tias Alva, Ercília, Clotilde e Enilsa. Obrigada pela acolhida, carinho, respeito que vocês sempre tiveram comigo. Mas, principalmente, obrigada pela cumplicidade e amor que dedicam a minha mãe – a angústia de estar longe foi suprida pela segurança de que vocês estavam por perto.

A Antônio, Mirian e Bianca - meus primos queridos. Presentes nos momentos e lugares mais inesperados – obrigada por lá estarem! É com satisfação que os tenho como suspeitos da minha história.

Aos tios Heron e Maria do Carmo pela atenção e sensibilidade com que me trataram esses anos em que estive longe. Obrigada pelas ligações!

À Milena - prima, amiga, irmã – com quem confidenciei sonhos e projetos antes mesmo de se realizarem. Obrigada pelo incentivo, pela mão sempre estendida, pela parceria, pelo amor fraterno e pelo abraço apertado.

Às mergulhonas, amigas da vida toda – Sílvia M, Paula, Alice, Jaci, Silvia G, Karen, Bina, Fer, Ingrid, Gabi, Lika, Coca e Amélia -. A certeza da amizade de vocês é conforto nos momentos de dificuldade.

À Luise e Cassiano. Obrigada pela acolhida e carinho.

À Margarida. Obrigada pelo apoio e dedicação nos momentos em que mais precisei.

Aos amigos de Coimbra – Vandeco, Rô, Tati, Helo, Ana e Carlos. Obrigado pelos meses de intenso carinho, solidariedade, muito aprendizado e amizade eterna.

Ao meu estimado orientador, Emir Sader, pela confiança irrestrita e pelo exemplo de intelectualidade comprometida com a transformação da sociedade.

Ao professor Luiz Inácio Gaiger, meu atencioso co-orientador. Ser tua orientanda é um constante aprendizado. Contigo descobri a grandiosidade de ser um pesquisador. Obrigada!

Ao professor Boaventura de Sousa Santos, meu co-orientador estrangeiro. A experiência de ser tua aluna e orientanda me fez lembrar o porquê entrei na vida acadêmica. Obrigada pela acolhida, pelas inúmeras reflexões, pelas inquietações e motivações. De fato é possível promover a transformação social fazendo uma ciência comprometida com a realidade.

Ao querido professor Pedro Hespanha. Obrigada pela confiança, por acreditar em nossos projetos e por permitir uma efetiva vivência acadêmica no CES.

Ao querido mestre e amigo, Antonio Cruz. Com quem conheci os universos da academia e da política contribuindo para que eu viesse a ser uma pesquisadora militante. Muito Obrigada!

Em memoriam, ao professor Ricardo Tauille. – o primeiro a me acolher no Rio de Janeiro. Minha gratidão, respeito e admiração.

Ao professor Carlos Gadea, que gentilmente orientou meu projeto de adesão no doutorado – Obrigada!

Aos professores que fizeram parte da minha formação como doutoranda – Marilda Iamamoto, Emir Sader, Rose Serra, Zé Paulo Netto, Elaine Marlova, Cesar Honorato, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Rosângela Barbosa, Mônica Alencar e Boaventura de Sousa Santos. Obrigada pelo privilégio do aprendizado.

Aos colegas do Grupo ECOSOL CES – Vanderson, Tatiane, Luciane, Cristiano, Felipe, José Luis, Sandra, Igor, Daniela, Carolina, Júlio, Karine, Leonardo e Eduardo. Com vocês vivi uma gratificante experiência de equipe.

Aos colegas Gabriela, Vanderson, Tatiane e Antonio. Obrigada pelas reflexões e consequente parceria na produção do conhecimento.

Aos colegas de turma – Lu, Jorge, Rosane, César, Isaura e Mari Jane. Obrigada pelas leituras e reflexões.

Aos colegas do LPP: Marcos, João, Cristina, Sônia e Graciela. Obrigada pelo apoio, estímulo, afeto, pelos bons debates e pelas oportunidades de reflexão.

Aos colegas do IBASE – Itamar, Carla, João Roberto, Marcelo e Sérgio. Trabalhar com vocês fez a diferença na minha vida no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, no meu trabalho. Obrigada!

À Rosana, Daniel e Fernanda – membros da secretaria do FBES. Obrigada pela prestatividade e paciência.

Obrigado aos trabalhadores e membros de entidades de apoio dos Fóruns estaduais de economia solidária do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba. Obrigada pela acolhida, apoio e solidariedade.

Obrigada por fazerem parte da minha história!

RESUMO

SANTOS, Aline Mendonça. *O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. 2010. 445 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A partir dos anos 1990, tornou-se cada vez mais notória a formação de iniciativas de economia solidária que surgem com a perspectiva primeira de superar as condições de pobreza. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) configuram formas coletivas de organização do trabalho em que a relação entre capital e trabalho não está posta da forma tradicional e em que a dinâmica de gestão apresenta importante significado político e cultural, dando condições para superar a privação de capacidade políticas e materiais. O desenvolvimento da economia solidária no Brasil foi convergindo para a consolidação do Movimento da Economia Solidária, que possui, como principal expressão, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A pesquisa que orienta esta tese estuda as dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e visa, a partir deste sujeito de pesquisa, à percepção de como os atores políticos deste movimento estão configurando a organização popular em prol da transformação social. Para a realização da pesquisa, desenvolveu-se um estudo que envolveu, entre outros, trabalho de campo através de um corpus de pesquisa voltado ao acompanhamento de três plenárias estaduais (RJ, PB e RS) que compuseram o processo preparatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Além disso, realizou-se uma caracterização geral da situação da economia solidária nos três estados estudados no campo, tendo como fonte o Sistema de Informação de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este trabalho parte da compreensão de que a questão social é a categoria que melhor explica a totalidade do contexto em que se formam EES e, conseqüentemente, o movimento da economia solidária no Brasil. Assim, a reflexão teórica da presente tese é pautada na perspectiva de discutir a organização popular no movimento de economia solidária como contraponto significativo na questão social.

Palavras chaves: Economia solidária. Economia popular. Protagonismo popular. Movimento social.

ABSTRACT

The formation of Solidarity Economy initiatives that appear with the main perspective of surpassing the poverty conditions has become more notable as of 1990. Solidarity Economic Enterprises are a means of common work organization in which the relation between capital and work is not the traditional one, in which the management dynamics presents an important political and cultural meaning, giving conditions to political and material capacity privations be surpassed. The development of Solidarity Economy in Brazil was conducted to the consolidation of the Solidarity Economy Movement, which has as principal expression the Solidarity Economy Brazilian Forum. The research that orients this thesis analyses the dynamics which delineates the formation and consolidation of the Solidarity Economy Brazilian Forum. It also aims, through the research mentioned, at the perception of how the politic participants of this movement are configuring the popular organization in favor of social transformation. To this research realization, it was developed an exploratory study which involved, among other things, field work through research data directed to the observation of three state plenary sessions (RJ, PB and RS) which compose the preparatory process of the IV Solidarity Economy National Plenary. Moreover, it was created a general delineation of the solidarity economy situation in the three states analyzed in field work. The source for this delineation was the Solidarity Economy Information System of the National Secretariat of Solidarity Economy. This work arises from the comprehension that the social question is the category that explains the totality of the context in which the Solidarity Economic Enterprises and, consequently, the Solidarity Economy Movement in Brazil are formed. In this manner, theoretical reflections about this thesis is guided through the perspective of discussing the popular organization in the solidarity economy movement as a significative point of view on social issue.

Keywords: Solidarity economy. Popular economics. Popular leadership. Social movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O campo da economia solidária no Brasil.....	25
Figura 2 – Brasil – evolução do índice de desemprego.....	71
Figura 3 – Proporção dos municípios com incidência de pobreza acima de 50% índice Gini acima de 40%.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pessoas sindicalizadas Brasil e grandes regiões 2005.....	68
Tabela 2 – Estimativa da população economicamente ativa (PEA) e taxa de desemprego Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2003-2006 (em 1.000 pessoas).....	70
Tabela 3 – Prioridades aprovadas pelos GT´s dos eixos temáticos na I Conferência Nacional de Economia Solidária.....	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANA	Agência Nacional de Águas
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
ATES	Associação do Trabalho e Economia Solidária
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COOESPERANÇA	Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FACES	Movimento do Comércio Justo e Solidário brasileiro
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FEES	Fóruns Estaduais de Economia Solidária
Feevale	Centro Universitário Feevale
FSM	Fórum Social Mundial
Guayi	Semente de luta por uma nova sociedade
GT	Grupo de Trabalho
IAP	Investigación Acción Participativa
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
La Sale -	Centro Universitário La Salle
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PNES	Plenárias Nacionais de Economia Solidária
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIJUI	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
Unitrabalho	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	SOBRE ASPECTOS GERAIS DO PROBLEMA DE PESQUISA E DE SUA ABORDAGEM	18
1.2	Contexto da pesquisa	19
1.2.1	<u>Sobre o Sujeito da Pesquisa</u>	21
1.3	O problema de pesquisa	25
1.4	A pesquisa	27
1.4.1	<u>A Produção do Conhecimento sobre Economia Solidária: desafios epistemológicos e metodológicos</u>	28
1.4.1.1	O Desafio Epistemológico: economia x política.....	29
1.4.1.1.1	Separação entre Economia e Política.....	30
1.4.1.1.2	Outros Olhares, Outras Epistemologias: a contribuição de Boaventura de Sousa Santos.....	32
1.4.1.2	Desafio Metodológico: ciência x política.....	36
1.4.1.3	Pesquisador Militante: objetividade X subjetividade.....	41
1.4.2	<u>Procedimentos Metodológicos da Pesquisa</u>	45
2	QUESTÃO SOCIAL, DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA POBREZA: OS REFLEXOS PARA A PRODUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	51
2.1	As diferentes formulações da questão social	51
2.1.1	<u>A Nova Questão Social</u>	52
2.1.2	<u>Questão Social e a Reflexão Brasileira</u>	54
2.1.3	<u>A Leitura do Pensamento Conservador</u>	60
2.2	Precarização e desemprego: expressões evidentes da questão social	64
2.3	Produção de pobreza: por um paradigma mais humano	72
2.4	Pobreza e economia solidária: os empreendimentos econômicos solidários entre a fragilidade econômica e a força política	79
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA EM EVIDÊNCIA	82
3.1	Economia solidária na América Latina: o quadro conceitual	85
3.2	Economia Solidária no Brasil	93
3.2.1	<u>O Perfil da Economia Solidária no Brasil</u>	95

3.3	Economia solidária e os dilemas da emancipação: diferentes olhares	103
3.3.1	<u>Há uma neblina à frente do olhar?</u>	104
3.3.2	<u>Olhando para o horizonte: a economia solidária e a perspectiva da emancipação</u>	109
4	MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA	113
4.1	Contexto dos movimentos sociais	113
4.1.1	<u>O Debate Teórico Conceitual a partir da Década de 1990: os dilemas da autonomia-institucionalização e do inter-reconhecimento do sujeito coletivo</u>	117
4.1.2	<u>Sobre os Atores em Cena: qual sujeito? Qual reconhecimento? Qual lugar?</u>	125
5	PROTAGONISMO POPULAR NO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	131
.5.1	FBES: o sujeito de vários sujeitos	131
5.2	As deliberações do FBES	134
5.2.1	<u>Plenárias Nacionais de Economia Solidária</u>	134
5.2.1.1	III Plenária Nacional de Economia Solidária.....	134
5.2.1.2	IV Plenária Nacional de Economia Solidária.....	138
5.2.1.2.1	Deliberações da IV PNES.....	140
5.2.2	<u>Conferência Nacional de Economia Solidária</u>	143
5.3	O protagonismo no corpus da pesquisa	146
5.3.1	<u>A economia solidária no Rio de Janeiro</u>	147
5.3.1.1	A descrição do campo: o perfil da economia solidária no Rio de Janeiro.....	147
5.3.1.2	A Plenária Estadual.....	154
5.3.2	<u>A economia solidária na Paraíba</u>	157
5.3.2.1	A descrição do campo: o perfil da economia solidária na Paraíba.....	157
5.3.2.2	A Plenária Estadual.....	164
5.3.3	<u>A economia solidária no Rio Grande do Sul</u>	167
5.3.3.1	A descrição do campo: o perfil da economia solidária no Rio Grande do Sul.....	167
5.3.3.2	A Plenária Estadual.....	174
5.4	A análise da organização popular – avanços e dilemas do protagonismo popular	178

5.5	O movimento da economia solidária no Brasil: a possibilidade da unidade através da diversidade.....	183
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
	REFERÊNCIAS.....	191
	APÊNDICE - Vinculação do tema com a trajetória acadêmica e profissional.....	202
	ANEXO A - Dados Gerais - Mapeamento Nacional.....	204
	ANEXO B - Dados Gerais - Mapeamento Rio de Janeiro	251
	ANEXO C - Dados Gerais - Mapeamento Paraíba	301
	ANEXO D - Dados Gerais - Mapeamento Rio Grande do Sul.....	353
	ANEXO E – Cruzamentos de dados.....	402
	ANEXO F - Carta de princípios da Economia Solidária.....	427
	ANEXO G - Plataforma da Economia Solidária	432
	ANEXO H – Quadro de distribuição dos delegados.....	439
	ANEXO I – Imagens IV PNES e I CONAES.....	442

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de atender à demanda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de doutor.

Economia solidária é o tema deste trabalho. O surgimento de milhares de iniciativas econômicas de organização coletiva - que se reconhecem e são reconhecidas como economia solidária – a partir dos anos 1990, representa a emergência de um processo social, econômico, político e cultural que tem despertado a atenção de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Da década de 1990 até os dias de hoje, houve uma expansão significativa e notória da economia solidária no Brasil. Em torno do crescimento das iniciativas coletivas formou-se um conjunto de políticas públicas e sociais geridas pelas esferas do poder público, bem como por entidades da sociedade civil. A última década é marcada por grandes conquistas do movimento da economia solidária no Brasil como a formação de uma política pública federal – administrada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – e seus desdobramentos, mas principalmente, pelo importante avanço que teve o movimento de economia solidária ao criar um sujeito político representativo para atender suas principais demandas: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Além da relevância que possui a economia solidária como objeto científico, o interesse em estudar o tema também se justifica pela estreita vinculação¹ deste com a trajetória acadêmica e profissional da autora desta tese.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária possui algumas peculiaridades que são reflexo das circunstâncias e do momento histórico de sua criação. Dentre as peculiaridades, este trabalho chama atenção para a capacidade de organização popular do Fórum tendo em vista a pluralidade de atores políticos que o compõem.

Para dinamizar uma investigação em torno desta questão, o trabalho aqui apresentado é resultado de um estudo que envolve pesquisa de campo, documental e bibliográfica. A fim de aprofundar o debate epistemológico e metodológico que serviu de referencial para a pesquisadora, esta realizou um estágio de doutoramento

¹ Ver vinculação do tema com a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora em apêndice 1.

no Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra – Portugal sob a orientação do professor Dr. Boaventura de Sousa Santos que culminou em elaborações diversas refletidas nos diferentes capítulos do trabalho.

Diante destas considerações, esta tese foi constituída em cinco capítulos, organizados da seguinte forma:

No **primeiro capítulo**, com o título “Sobre aspectos gerais do problema de pesquisa e de sua abordagem” fez-se uma descrição do objeto e metodologia de pesquisa, bem como uma discussão sobre as linhas teóricas e metodológicas que orientaram a investigação.

No **segundo capítulo**, intitulado “Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária” foi abordado o contexto social e econômico que serve de cenário para a expansão da economia solidária como ativação econômica dos pobres, considerando a capacidade destes de serem contraponto na questão social a partir da práxis motivada pela economia solidária.

O **terceiro capítulo** é dedicado ao estudo da diversidade conceitual sobre economia solidária na América Latina, da realidade empírica da economia solidária no Brasil e da perspectiva emancipatória da economia solidária.

No **quarto capítulo** “Movimentos Sociais e Economia Solidária” fez-se uma reflexão teórica apontando para o entendimento da pesquisadora sobre movimentos sociais, sociedade civil e dos atores que dela fazem parte.

Por fim, o **quinto e último capítulo** “Protagonismo popular no movimento da economia solidária”, apresenta os resultados e análise da pesquisa, considerando questões importantes e definidoras que balizam a relação dos diferentes atores do movimento da economia solidária contribuindo para a compreensão de como estes atores se organizam em prol de “outra economia”.

Ao término deste trabalho, com apêndice e anexos, tem-se um conjunto de procedimentos de organização da análise da pesquisa. Estes são importantes materiais de apoio que contribuem para uma leitura mais qualificada do trabalho.

1 SOBRE ASPECTOS GERAIS DO PROBLEMA DE PESQUISA E DE SUA ABORDAGEM

A presente tese investiga o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como a principal expressão do movimento da economia solidária no Brasil, identificando quais os dilemas de organização popular num processo que implica diferentes atores políticos e sociais. Partindo do princípio de que os movimentos sociais são importantes mecanismos de fortalecimento e contribuição para a organização popular e tendo presente que os atores organizados são os grandes responsáveis pela possível e desejada transformação social, tratou-se de estudar como ocorre tal organização em um movimento historicamente novo e que discute uma contradição latente na sociedade vigente: precariedade do trabalho X alternativa através da organização do trabalho coletivo.

Desde o início dos anos 1990, presenciam-se, mais fortemente², iniciativas de trabalhadores em organizações de economia solidária, o que passou a ser percebido como uma das respostas às demandas sociais urgentes expressas na questão social. Tal fenômeno suscitou e ainda suscita muitos debates a respeito do tema.

Apesar da notoriedade, a economia solidária ainda tem pouca visibilidade e importância econômica, mas as organizações coletivas vêm apresentando um significado cultural considerável, constituindo-se como processo de enfrentamento à precarização das condições e relações de trabalho. Tais organizações não estão se formando como simples paliativos à falta de empregos, mas configurando-se em novas relações de trabalho, alicerçadas nos pressupostos da solidariedade, da autogestão e da igualdade³. Nos últimos anos, de 2003 a 2009 mais especificamente, vêm acontecendo avanços dessas iniciativas em prol de um movimento organizado e articulado em nível nacional. Trata-se do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O FBES é uma elaboração oriunda das Plenárias Nacionais

² O mapeamento Nacional de Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, mostra que há iniciativas de economia solidária há muito mais tempo. Há cinco registros de Empreendimentos Econômicos Solidários entre 1901 e 1910 no Brasil – ver tabela 3, anexo A.

³ Ver SANTOS, 2004 e 2008.

de Economia Solidária, que se apresenta como a principal expressão do movimento da economia solidária no Brasil.

O problema que se propôs esclarecer refere-se às dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e visa, a partir deste sujeito de pesquisa, à percepção de como os atores políticos deste movimento estão configurando a organização popular em prol da transformação social.

A seguir, estão alguns aspectos que permitem esclarecer os contornos do problema de pesquisa que orientam a presente elaboração.

1.2 Contexto da pesquisa

A situação complexa marcada pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, identificada já no início dos anos 1970, mas que teve seus efeitos intensificados durante a década de 1990, serve de palco para inúmeras transformações no mundo do trabalho. No interior dessa crise, o capitalismo conjugou uma série de situações oriundas de operações de reestruturação produtiva, que implicam diretamente no cotidiano dos trabalhadores. Dessa forma, visualizou-se um processo profundo de precarização do trabalho, de universalização da subcontratação, de aumento da informalidade nas esferas já integradas ao mercado mundial, de aumento dos índices de desemprego e, conseqüentemente, a expansão de uma “economia marginalizada”, constituída por trabalhadores que se localizam a margem do mercado formal de trabalho.

Frente a conjuntura, trabalhadores (prestes a ficarem desempregados e no mercado informal) resistiram e organizaram iniciativas de trabalho numa perspectiva coletiva que, no Brasil, estão sendo reconhecidas como economia solidária (estas representam os 34,5% de empreendimentos urbanos). Por outro lado, a economia solidária reflete uma economia rural, onde iniciativas familiares já existentes são fortalecidas e, assim, são motivo para a formação de outras iniciativas rurais (os empreendimentos rurais representam 48,1% da economia solidária) – ver tabela 7, anexo A.

O conceito de “economia solidária” vem sendo utilizado para se referir a uma grande diversidade de atividades econômicas organizadas segundo princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, tendo como perspectiva a reprodução

ampliada da vida⁴. Estas atividades são expressas na recriação de práticas tradicionais, as cooperativas de produção⁵, típicas das fábricas recuperadas⁶, bem como nas formas inovadoras que se desdobram em diversificados segmentos, como, com maior ou menor grau de formalização, as cooperativas de trabalho/serviços, cooperativas de consumo, cooperativas de agricultura familiar – presentes em assentamentos da reforma agrária, associações e/ou grupos informais, comuns às iniciativas de artesãos e catadores de lixo –, redes e cadeias produtivas, organizações de finanças solidárias, entre outros.

O primeiro retrato nacional deste campo tão heterogêneo, produzido pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ainda é muito recente, tendo sido completado em 2007. Nele foram identificados como economia solidária quase 22 mil iniciativas e empreendimentos solidários⁷.

Assim, a economia solidária aparece com maior incidência na década de 1990, tornando-se um foco crescente de interesses e atenções. No início do século XXI, visualiza-se um momento de fortalecimento do processo de economia solidária, quando as representações sociais dos envolvidos com ela no Brasil são dialogadas em um espaço coletivo participativo, solidário e de representação política: FBES – que legitima o movimento da economia solidária no Brasil.

Este movimento compreende uma série de atores, organizados das mais diversas formas. Nos últimos anos, desde a criação do FBES, cada vez mais encontros, plenárias, conferências e reuniões nacionais, estaduais, regionais e municipais têm sido realizados por pessoas, Empreendimentos Econômicos

⁴ A expressão “reprodução ampliada da vida” foi inicialmente introduzida por Coraggio (1994, 2000) para descrever processos e práticas que, para além da satisfação de necessidades básicas, no sentido de recriação das condições do chamado “trabalho produtivo”, também visa à melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida de todos os membros. No caso da economia solidária, o termo reforça os objetivos mais amplos destas organizações econômicas, que seriam norteados pela primazia do ser humano e pela lógica de reprodução da vida, em contraposição à primazia dos objetivos de acumulação e lucro nas empresas de tipo capitalista.

⁵ Em outros países, como França e Inglaterra, a *cooperativa de produção* é também chamada de *cooperativa de trabalho* (*coopérative de travail*) ou de *trabalhadores* (*worker's co-operative*), mas no Brasil o termo “cooperativa de trabalho” é usado para as cooperativas de prestação de serviços.

⁶ Fábricas recuperadas são empreendimentos oriundos de massa falida, onde os trabalhadores da empresa que faliu se organizam de forma coletiva e autogestionária para assumir a massa falida e, conseqüentemente, o processo de trabalho e a gestão do empreendimento. A utilização da expressão “fábrica recuperada” é muito recente no Brasil (até pouco tempo falava-se apenas em “empresas autogestionárias”); a expressão era mais comum no movimento argentino e começou a ser utilizada com frequência no Brasil por denotar com mais clareza o tipo de empreendimento a que se refere.

⁷ Para um panorama de experiências brasileiras, ver coletâneas organizadas por Singer & Souza (2000), Gaiger (2004), França Filho & Laville (2004), Souza, Cunha & Dakuzaku (2003) e artigos da coleção organizada por Santos (2002). Para os dados do SIES, acessar <<http://www.sies.mte.gov.br>>.

Solidários (EES) e instituições (do poder público e da sociedade) que estão defendendo as bandeiras da economia solidária e se reconhecendo neste movimento. Em geral, conforme se apresenta em documentos diversos e na apresentação básica do FBES⁸, tal adesão ocorre por uma afirmação de busca por outro projeto de sociedade, que alimenta a possibilidade de transformação da sociedade a partir da construção de outra *economia*, onde o trabalhador, e não o capital, é sujeito e finalidade da atividade produtiva.

1.2.1 Sobre o Sujeito da Pesquisa

O Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. Desde sua primeira edição, em 2001, teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar forma a esse movimento. No primeiro FSM foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional)⁹ que, a partir de então, foi o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento.

O GT Nacional foi composto por 12 organizações e redes de apoio à economia solidária¹⁰. Preocupados com o caráter emancipatório do movimento, os representantes deste GT promoveram debates regionais e estaduais pré fórum, na perspectiva de comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores da base, na construção de um movimento sólido. Esse processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES).

⁸ Ver "Apresentação do FBES e suas ações" no sítio <<http://www.fbes.org.br>>.

⁹ O GT Nacional surgiu de uma iniciativa do Governo Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa de Economia Popular Solidária, locado na Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI). A participação de algumas organizações nacionais na elaboração, execução e avaliação do seu programa estadual propiciou a oportunidade de, no I Fórum Social Mundial (FSM), serem organizados alguns eventos em articulação com outros atores nacionais e algumas redes internacionais de economia solidária. Isso levou, no ano seguinte, à constituição do GT Nacional.

¹⁰ Composto pelas seguintes entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A primeira PNEs ocorreu em dezembro de 2002 em São Paulo, com 200 participantes; a segunda PNEs aconteceu em Porto Alegre, no FSM de 2003, com 800 participantes; a terceira PNEs foi em junho de 2003, em Brasília, com 830 participantes e a quarta PNEs ocorreu em abril de 2008 (quase cinco anos após a terceira), com 320 participantes.

Entre tantas questões, as plenárias discutiram encaminhamentos ao governo Lula e a formação do FBES. Eis o princípio do movimento da economia solidária no Brasil. A partir dessas plenárias, formou-se uma comissão responsável em negociar, junto ao Governo Lula, a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo. O resultado desse diálogo deu origem à SENAES dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003. No dia seguinte à posse do economista Paul Singer como Secretário Nacional de Economia Solidária, ocorreu a III Plenária Nacional, onde foi criado o FBES como espaço da sociedade que não se confundisse com o espaço público-estatal, que seria a SENAES.

Após 2003, com uma política nacional começando a ser planejada e executada, Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados e foram somando-se às iniciativas já existentes. Em 2005 já se afirmava a existência de Fóruns em todos os Estados do País. Oriundos dessas organizações estaduais foram criadas também articulações regionais e municipais, motivadas pelos processos operacionais instituídos pela SENAES (e/ou pelo FBES), que implicavam grupos de trabalho e políticos organizados. Em algumas regiões, esses espaços ainda são frágeis, comprometendo o fortalecimento do movimento.

Outro fato importante resultante desse movimento foi o I Encontro de Empreendedores ocorrido em meados de 2004, em Brasília, no qual se visualizou que o FBES é uma organização que conjuga o setor popular com o poder público e entidades da sociedade, consolidando um movimento de diferentes categorias. Nesse evento, presenciou-se o protagonismo dos empreendedores solidários que, segundo Lisboa (2004, p.2), prezou pelo

fortalecimento da adoção de políticas públicas voltadas para a economia solidária; o aprofundamento da interlocução com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES); identificação da realidade da economia solidária (empreendimentos, entidades de fomento, gestores públicos) existente de modo a potencializar articulações em Estados onde ainda não existem FEES

e, mesmo com limitações, as formas de como eles vão se convertendo em lideranças nacionais, em sujeitos políticos baseados num fórum afirmativo.

Em junho de 2006, aconteceu a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília, contando com 1.073 delegados de todo Brasil que, durante uma semana, discutiram e deliberaram sobre as diretrizes para a política de economia solidária. Este evento foi de suma importância para o movimento que constituiu bases para uma política de Estado, e não só de governo, e também porque aproximou o debate entre Estado e sociedade. Tal conferência culminou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Diante desse contexto, as lideranças do FBES começam a repensar estreita relação do movimento com o Estado e propuseram um novo debate para sua reestruturação. Com esse intuito, em 2008, foi realizada a IV Plenária de Economia Solidária, que foi precedida de uma série de plenárias preparatórias em todos os Estados, que discutiram não só o papel do FBES, mas as bandeiras do movimento e sua operacionalidade. Essa Plenária representa um significativo avanço do movimento, que implicou deliberações pautadas por inúmeras divergências dentro de seu espaço. A diversidade de atores, as mudanças de representações e consolidação de ideias configuraram o perfil do movimento da economia solidária no Brasil.

Por conseguinte, percebe-se que as elaborações a respeito da economia solidária transcendem a um processo socioeconômico do cotidiano dos empreendimentos, mas uma construção vinculada a um plano maior que procura legitimar um espaço político na sociedade vigente que caracteriza a luta dos trabalhadores. Sendo assim, a construção do FBES como um novo sujeito político engendra novidades que assinalam uma abordagem inédita para um problema antigo, sendo esse movimento um fato novo que possibilita reflexões inovadoras tanto no campo teórico como no empírico.

Outro ponto relevante é a discussão sobre a denominação adequada que se deveria dar ao movimento e às tais práticas. A discussão do campo político era também preocupação do campo teórico. Atualmente, esta não é mais uma questão prioritária na agenda do movimento. A partir de 2003, com a criação da SENAES e

do FBES, o termo “economia solidária” se efetivou diante dos termos de referência elaborados pela SENAES¹¹.

A definição conceitual da economia solidária dinamizou uma discussão metodológica para execução do seu mapeamento, considerado uma das primeiras políticas da SENAES. Idealizado desde 2004 pela SENAES, em parceria com o FBES, o primeiro mapeamento nacional da economia solidária é significativo no sentido de que possibilita uma maior visibilidade e reconhecimento de uma forma alternativa de produção pela sociedade brasileira. Este mapeamento é um instrumento para conhecer a diversidade da economia solidária pelos próprios trabalhadores nela envolvidos, para sua organização e ação comum, assim como é um meio importante para o planejamento de políticas públicas, enfim, uma importante ferramenta política e acadêmica.

Abaixo, segue uma imagem que representa o campo da economia solidária apontado pelo mapeamento. Além dos trabalhadores organizados nos mais diferentes segmentos da economia solidária, fazem parte deste campo os agentes externos¹² constituídos pelo poder público, nas mais diferentes esferas, por entidades de apoio e fomento (vinculadas a universidades e movimentos) e as instituições representativas das associações de empreendimentos.

¹¹ Ver: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>.

¹² Estudos empíricos mostram que, historicamente, movimentos sociais e associações de base têm recebido apoio, financiamento e assessoria por parte de grupos religiosos, intelectuais, estudantes, sindicatos, militantes de esquerda e organizações não governamentais, o que também se verifica no caso da economia solidária no Brasil, sobretudo entre os grupos sem experiência anterior de organização e que adotam o cooperativismo por necessidade imediata de sobrevivência (Gaiger, 2005).



Figura 1: O campo da Economia Solidária no Brasil
 Fonte: Atlas da ES no Brasil, 2005.

1.3 O problema de pesquisa

O problema que orientou o presente percurso de investigação se anuncia da seguinte forma: quais os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil? Como os diferentes atores políticos e sociais dinamizam o Fórum Brasileiro de Economia Solidária para que o mesmo caracterize em um movimento de transformação?

As questões de pesquisa que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho foram as seguintes: quais são as dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como movimento articulado no Brasil? Quem são os atores políticos que compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e como ocorre a inter-relação entre eles? Como ocorre o protagonismo popular no movimento da economia solidária no Brasil? Em que está baseada a adesão dos trabalhadores ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária? A dinâmica cotidiana da economia solidária influencia na formação do sujeito coletivo? O movimento contribui para a construção de uma nova cultura do trabalho e conseqüentemente para outro modelo de sociedade?

Interessa aqui, particularmente, discutir como os diferentes atores (trabalhadores dos EES, entidades de apoio e poder público) caracterizam um

protagonismo popular em prol do movimento da economia solidária no Brasil e da possível transformação social.

A motivação principal para a escolha do objeto do presente estudo, que se inscreve na área de concentração *trabalho e relações sociais* do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vem da leitura de que estudos que busquem apreender as relações entre os processos de trabalho e os movimentos sociais são fundamentais. Tal importância é refletida na necessidade de compreender a organização coletiva – expressa no movimento social –, produzida a partir de um processo de trabalho horizontal (diferente do capitalista) capaz de transformar as relações sociais. Esta leitura é respaldada pela elaboração de Leite (1994), quando destaca que a identidade da classe trabalhadora constrói-se nos embates contra o capital, a partir de lutas que extrapolam o espaço restrito do trabalho. Assim, entende-se que a formação de sujeitos coletivos capazes de contrapor-se ao capital não advém apenas do contraponto próprio do processo de produção, mas também de um processo de luta mais geral, que vai além da relação de produção.

Mesmo que esta discussão não seja o foco específico da tese, este estudo dialoga com algumas premissas. Em primeiro lugar, o sujeito coletivo aqui estudado – FBES – reflete experiências de trabalho, diferentes da experiência hegemônica, implicando novas práticas, novos hábitos, novos saberes que pautam uma reelaboração do trabalho, da gestão, e das relações sociais – o trabalhador volta a ter uma relação direta com o produto do seu trabalho; a gestão é democrática, coletiva e participativa; e as relações sociais passam de uma condição vertical para horizontal.

Em estudo anterior (SANTOS, 2008), verificou-se que o “novo” nessas experiências parte de uma combinação entre o tradicional e o diferente no processo de gestão e organização do trabalho. Embora os discursos dos envolvidos diretos com a economia solidária apontem para uma radical mudança no processo de trabalho, é importante sinalizar que há sim uma mudança nas relações sociais (SANTOS, 2004; HOLZMANN, 2001; IBASE/ANTEAG, 2004), mas o desenvolvimento das forças produtivas continua reproduzindo o capital. No entanto, embora as práticas de economia solidária não causem grande impacto ao sistema capitalista, constituem processos de mudanças no trabalho, na gestão e nas relações sociais, caracterizando um contraponto significativo ao capital.

Em segundo lugar, esta tese dialoga com o debate de como os processos de trabalho podem ser decisivos no processo de formação de sujeitos coletivos. Nesse sentido, a influência das novas experiências de trabalho baseadas em princípios diferentes do princípio da economia capitalista e, conseqüentemente, na formação política e ética desses trabalhadores – oriunda da dinâmica participativa e autogestionária da economia solidária – contribuem para a constituição de expectativas que vão além dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e da organização do trabalho. Estas experiências expressam a necessidade de uma organização coletiva maior e capaz de questionar o modelo de sociedade desigual. Portanto, compreender como a dinâmica cotidiana da economia solidária se converte em movimento com perspectiva de luta é de suma importância para a produção deste estudo.

Deste modo, mais do que proceder a uma análise sobre o significado econômico ou político dos EES, busca-se captar o modo como seus atores (das diferentes instâncias da economia solidária) vêm configurando o movimento da economia solidária – expressa no FBES, numa condição de luta mais ampla, especialmente no modo como vem ocorrendo o protagonismo dos sujeitos deste movimento e conseqüentemente da transformação social.

1.4 **A pesquisa**

Procurando ir além de uma leitura descritiva do objeto, considerando compromissos políticos e éticos e tendo como horizonte relacionar elementos de crítica e alternativas de transformação social – zelando pelo rigor científico –, esta pesquisa, inscrita como “pesquisa militante”, foi pautada por questões que refletem a permanente tensão entre envolvimento e distanciamento, o questionamento crítico à realidade e à construção do conhecimento sobre a realidade, a necessidade de se buscar o que está ausente ou foi invisibilizado.

Assim, a metodologia desta pesquisa envolveu dois momentos de reflexão e elaboração. O primeiro refere-se ao esforço de pensar sobre os desafios epistemológicos e metodológicos da produção do conhecimento científico que repercutem sobre o fazer pesquisa sobre economia solidária. O segundo compreende uma elaboração metodológica que orientou os procedimentos operacionais da pesquisa.

A metodologia do trabalho foi elaborada a partir desses dois momentos de reflexão porque, antes de considerar os procedimentos operacionais da pesquisa, sentiu-se a necessidade de esclarecer questões de fundo – tanto epistemológicas quanto metodológicas –, questões que foram despertadas desde a época do mestrado: quais os limites do pesquisador militante? A práxis política compromete a elaboração teórica científica? Quais as relações entre política e economia e política e ciência que implicam no estudo sobre economia solidária?

Tendo em vista estas questões, procuraram-se elementos que orientassem a práxis e assegurassem a legitimidade da pesquisa como uma investigação oriunda de uma dinâmica científica e política. Assim, a discussão a seguir exprime um esforço teórico reflexivo de apresentar as idéias que são referências para a perspectiva de fazer ciência e produzir conhecimento, considerando os vários desafios que se apresentam tanto no campo epistemológico como metodológicos identificados durante a trajetória como pesquisadora militante da economia solidária.

1.4.1 A Produção do Conhecimento sobre Economia Solidária: desafios epistemológicos e metodológicos¹³

O desafio epistemológico implicou pensar a economia solidária resgatando um antigo debate das ciências sociais: a relação entre econômico e político. Buscando abordagens sociológicas de perspectivas críticas ao paradigma clássico, esta reflexão pretende contribuir para uma "sociologia das ausências", que critica a produção de realidade não-existente por parte do pensamento hegemônico, e a uma "sociologia das emergências", que se abre à consideração de realidades ainda incipientes (SANTOS, 2006b).

O desafio metodológico reflete a necessidade de discutir-se sobre a relação do "pesquisador militante", com sua respectiva investigação, apontando para outro debate que também está na origem das ciências sociais: a relação entre ciência e política.

¹³ A ideias expostas neste item são oriundas de um processo de reflexão realizado com Gabriela Cunha, que resultou no artigo intitulado "Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos" publicado no livro "Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas" organizados por Aline Mendonça dos Santos, Pedro Hespanha e Boaventura de Sousa Santos – no prelo.

1.4.1.1 O Desafio Epistemológico: economia x política

Tendo presente que as experiências de economia solidária engendram uma dinâmica que tende a equilibrar o caráter econômico com o caráter solidário, político (GAIGER, 1999a e 2000), tem-se a necessidade de um olhar do pesquisador que privilegie estas duas dimensões simultaneamente. Eis aí o primeiro desafio, uma vez que, por muito tempo, a sociologia esquivou-se de estudar a economia como objeto de investigação – a não ser para tratar dos impactos da economia sobre o social – e, da mesma forma, a economia, que possui origem na “economia política”, afasta-se de questões de cunho social e filosófico, fortalecendo a “ciência econômica”.

Além da separação entre economia e política, o estudo sobre economia solidária compreende outro desafio epistemológico: há uma carência teórica e epistemológica para se compreender práticas econômicas consideradas “marginalizadas”. Historicamente, as experiências de economia solidária – expressas nas práticas de associativismo econômico que tinham a solidariedade e autogestão como principais preceitos – foram sendo invisibilizadas no plano empírico e, conseqüentemente, no plano epistemológico.

No plano empírico, a possibilidade de uma economia fundada sob o signo de uma solidariedade de caráter democrático foi sendo progressivamente invalidada. No plano epistemológico, teria ocorrido movimento similar: de modo geral, estas temáticas e experiências acabaram virando objeto de conhecimento científico apenas marginal. O duplo movimento – teórico e empírico – de invisibilização das formas econômicas solidárias ocorre num contexto onde teoria e realidade moldam-se mutuamente: a ruptura entre econômico e social caracteriza a própria modernidade, calcada em construções operacionais como a ciência econômica e a economia de mercado.

Assim, ao se pensar nos desafios epistemológicos, Cunha & Santos (no prelo) buscaram recuperar o debate que procura superar a separação entre economia e política, bem como compreender uma epistemologia que considere práticas econômicas e políticas invisibilizadas, marginalizadas, como é o caso da economia solidária.

1.4.1.1.1 Separação entre Economia e Política

Ao longo do século XIX observou-se o advento da economia como ciência no mesmo momento histórico em que a sociologia tornava-se disciplina (vinculada à origem da sociedade industrial – principal objeto de seus fundadores). Mas, segundo Gautié (apud CUNHA; SANTOS, no prelo), a distância entre ciências sociais e ciências econômicas foi aprofundada a partir dos anos 1950, quando a sociologia passou a especializar-se em “ramos” de forma fragmentada (família, criança, violência, etc.), abandonando a totalidade dos processos, e quando a economia começou a assumir as elaborações neoclássicas como paradigma dominante.

No entanto, este movimento de rompimento entre as disciplinas é contraposto, há muitos anos, por perspectivas críticas que insistem na estreita relação entre as ideias econômicas e políticas e questionam teoria econômica, por postular como verdade a desvinculação da economia da vida social, cultural, política, moral, etc. Desta forma, reduzem a economia à lógica do mercado e tornam invisíveis outras formas e princípios de organização econômica.

É diante deste questionamento que pesquisadores que estudam a economia solidária e temas afins debruçam suas elaborações, seja nas contribuições para uma noção híbrida de economias, inspiradas por obras como as de Mauss e Polanyi (LAVILLE, 2004a), no desafio de “pensar na economia de um modo diferente dos economistas” (LAVILLE ; CATANNI, 2005), ou ainda, na crítica ao utilitarismo e reducionismo economicista nas ciências sociais, alertando para a necessidade de reatar laços entre os pensamentos social, econômico e político (CAILLÉ, 1993, 1998, 2002).

Na leitura de Cunha & Santos (no prelo), estes estudiosos enfatizam que mercados não são esferas autônomas da sociedade, mas que o social e o econômico estão profundamente imbricados. Na verdade, não se trata de mais uma especialização dentro da sociologia, mas sim de resgatar o próprio projeto sociológico original, já que a tarefa de reconstruir uma ponte entre as abordagens sociológica e econômica remonta aos clássicos da sociologia: Karl Marx e, de modo mais sistemático, Émile Durkheim e Max Weber.

Marx foi o primeiro grande questionador da teoria econômica em termos sociológicos, contribuindo para a compreensão da economia como fato e como

ciência. Enquanto para Adam Smith e Ricardo a riqueza de determinada economia fundamentaria-se no valor atribuído aos produtos, segundo a quantidade e produtividade do trabalho, Marx trouxe à tona as relações sociais implicadas no modo de produção. Aprofundando a análise da teoria do valor e considerando o sistema de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas do processo de trabalho capitalista como objeto de estudo da economia, Marx estabeleceu o fundamento para uma ciência social, privilegiando a totalidade, a história e os sujeitos desse processo, antes não reconhecidos por meio do que ele chamou de “fetichismo”.

O caráter misterioso provém da igualdade dos trabalhos humanos disfarçados sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total. (MARX, 2006, p. 94)

Para Marx, mercados seriam o domínio por excelência das relações humanas fetichizadas, pura aparência e ilusão, por sua capacidade de fazer com que as coisas apareçam como o contrário do que são (competição como cooperação, exploração como liberdade, e assim por diante). Mas a suposta liberdade da economia de mercado não conduz necessariamente à ordem (antes de tudo, porque os homens *não* são livres), e, neste sentido, Marx teria sido pioneiro em sugerir que a economia só pode ser compreendida com base em relações sociais.

Weber abordou a economia de modo mais abrangente, usando o termo “economia social” para referir-se a um campo multidisciplinar e definindo a ação econômica no marco de sua teoria da ação social (orientada pelo comportamento de outros, possuidora de sentido e levando em conta a dimensão do poder). Durkheim, embora se mantivesse mais crítico aos pressupostos teóricos e metodológicos da economia, contribuiu para que os fenômenos econômicos se tornassem objeto importante para a sociologia, que então se firmava nas universidades européias ao introduzir, ainda nos anos 1890, uma seção de “Sociologia Econômica” em *L’Année Sociologique*, e estimular colaboradores próximos a seguir estudos na área – dos quais o mais conhecido é provavelmente o ensaio de Mauss sobre o dom.

As abordagens sociológicas da economia clássica, como outras mais recentes (a exemplo dos expoentes da “nova sociologia econômica”), têm em comum a postura crítica em relação aos pressupostos da teoria econômica

neoclássica. Tais abordagens sugerem que o mercado não funciona livre de outras dimensões e que, portanto, as explicações para a vida econômica devem considerar fatores como a influência de outros indivíduos e organizações, influência da estrutura social, o papel das instituições, dos movimentos e das redes sociais, ou o acesso e os fluxos de informação. Além disso, elas convergem para a ideia de que a própria teoria econômica dominante tem sido determinante para a autonomização da esfera econômica em relação às demais esferas, daí a tentativa das abordagens sociológicas da economia no sentido de superar esta separação (CUNHA; SANTOS, no prelo).

São muitas as correntes ou escolas de pensamento que orientam as pesquisas sobre economia solidária. Apesar das divergências, as abordagens que recuperam e aprofundam o olhar sociológico acerca dos fatos econômicos têm se mostrado importantes em seu conjunto, principalmente por conta de dois movimentos de crítica: primeiro, o de mostrar que não se pode compreender o todo da realidade social, fazendo referência exclusivamente aos pressupostos da teoria econômica neoclássica; segundo, o de incorporar também outras formas econômicas comumente não consideradas.

1.4.1.1.2 Outros Olhares, Outras Epistemologias: a contribuição de Boaventura de Sousa Santos

Tendo presente tal reflexão, é necessário olhar para este quadro em termos mais amplos, buscando pensar sobre epistemologias, adotar perspectivas críticas e potencializar questões que estão ausentes, como vem afirmando Boaventura de Sousa Santos (2006a, 2006b).

As diferentes leituras sobre o processo econômico implicam diferentes perspectivas de transformação de sociedade. Assim como há uma carência teórica e epistemológica para se compreender práticas econômicas “marginalizadas”, percebe-se uma carência teórica, epistemológica e política para se pensar no conceito de *emancipação social*, que passa por crise e descrédito nas três últimas décadas. Porém, na contramão de leituras que inibem as *percepções* sobre as possibilidades de transformação e, conseqüentemente, o potencial de emancipação, continuam surgindo e persistindo vários movimentos e práticas sociais de resistência à lógica do sistema vigente. Várias das próprias iniciativas de economia solidária –

em particular aquelas mais organizadas e articuladas – têm sido emblemáticas no sentido da “reinvenção da emancipação social”¹⁴.

Segundo Santos, esses movimentos e experiências correm sério risco de serem invisibilizados, constituindo um “desperdício da experiência”. A possibilidade de alternativa à lógica neoliberal articula-se a partir de múltiplos atores sociais, muitos deles ocupantes de “ausência produzida”, totalmente excluídos dos privilégios epistemológicos da ciência moderna. Assim, haveria uma amplitude de experiências sociais que são pouco consideradas pela tradição científica ou filosófica ocidental, sendo que muitas das questões que não existem em nossa realidade são de fato produzidas como inexistentes. Contudo, a visibilidade das práticas de emancipação social depende de uma sociologia atenta ao que está emergindo de possibilidades alternativas. Reconhecer e validar as ausências do mundo é um compromisso da ciência aderente à dupla ruptura epistemológica (SANTOS, 1995, 2000): a primeira ruptura é a que a ciência fez com o senso comum, para constituir-se enquanto conhecimento diferenciado e rigoroso, a segunda é a ruptura com a própria ruptura, ou seja, voltar a hibridizar-se com o senso comum, considerando-o um saber importante e nele impactando com vistas a transformá-lo.

Assim, criticando a racionalidade moderna que chama de “indolente”, Santos propõe uma razão cosmopolita fundamentada em três procedimentos sociológicos: a “sociologia das ausências”, a “sociologia das emergências” e o “trabalho de tradução”¹⁵.

¹⁴ “Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos” é o título do projeto realizado em seis países (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique, Portugal), sob coordenação de Boaventura de Sousa Santos, sobre temas como sistemas de produção não-capitalista (*Produzir para Viver*) e democracia participativa (*Democratizar a Democracia*), e que deu origem aos sete volumes da coletânea de mesmo título (SANTOS, 2002 - 2009).

¹⁵ Estas elaborações são continuidades de uma teoria construída para dar conta da emergência de novos paradigmas e que resultou na discussão da ciência pós-moderna. Embora continue crítico da razão moderna “indolente” por desperdiçar as experiências que transcendem seus paradigmas, Santos é igualmente crítico das correntes que denomina de “pós-moderno celebratório” (2000, p. 37), que reduziriam a transformação social à repetição acelerada do presente e negariam a existência de grandes problemas herdados da modernidade ocidental (justiça, liberdade, igualdade, reconhecimento da diferença etc.). Segundo o autor, estes problemas modernos permanecem insolútos e não devem continuar sendo tratados dentro do paradigma da modernidade. Neste sentido, trata-se de estabelecer novas soluções, que apontam para um fazer ciência mais multicultural, mais crítico, que leva em conta outras sociedades, outras visões sobre os problemas enfrentados. Este “pós-modernismo de oposição”, como prefere Santos, embora mais recentemente evite o uso do termo “pós-moderno” (2006a, p. 27), propõe a existência de muitos futuros possíveis, inclusive eventuais versões democráticas de socialismo, expressando assim o projeto intelectual de reinvenção da teoria crítica e da própria emancipação social. Partindo, desta forma, de uma “racionalidade cosmopolita” – definida por sua amplitude de linguagens e sua absoluta recusa em excluir o diferente –, busca-se reconhecer e validar outras experiências (não ocidentais, não patriarcais, não capitalistas), a fim de expandir possibilidades do presente e de contrair o futuro, que passa a ser construído no presente.

A produção social das ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. Para Santos, experiências sociais não hegemônicas seriam desperdiçadas por conta de seu descredenciamento axiológico, caracterizando um desprezo “do ignorante, do residual, do inferior, do local e do improdutivo” (2005. p. 23), que se reflete em determinados sujeitos e realidades de forma que estes não sejam considerados como alternativa à racionalidade dominante.

Para transgredir e transformar as práticas e conhecimentos convencionais e hegemônicos, Santos questiona as lógicas que produzem ausências e propõe uma sociologia das ausências em substituição a estas lógicas: “ecologia dos saberes” (contra a monocultura do saber e do rigor científico), “ecologia das temporalidades” (contra a monocultura do tempo linear), “ecologia dos reconhecimentos” (contra a classificação social), “ecologia das trans-escalas” (contra a escala global) e “ecologia da produtividade” (contra a lógica produtivista). Comum à todas as ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser resumida ao que está visível (SANTOS, 2006a).

Enquanto a “sociologia das ausências” move-se no campo das experiências sociais, a “sociologia das emergências” move-se no campo das expectativas sociais. As expectativas modernas eram grandiosas e abstratas, falsamente infinitas e universais. Mas, repudiar essas características da modernidade não significa o niilismo: contra isso, Santos (2006a, p. 119) propõe uma nova “semântica das expectativas”, onde o aumento da expansão das experiências críveis é diverso. Dessa forma, sugerem-se algumas possibilidades de reconhecimento de experiências diversas (de conhecimento, desenvolvimento, trabalho, democracia, comunicação) que precisam emergir. Por mais carentes que sejam as experiências presentes, não significa que as expectativas não sejam cabíveis. A proposta da sociologia das emergências é olhar para a experiência como concreta, antes mesmo de atribuir uma ideia de progresso e assim dilatar o presente e contrair o futuro.

Por fim, a “teoria da tradução” surge como contraponto à antiga pretensão de uma teoria geral, enquanto procedimento que permite criar a inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo, entre diferentes saberes. Tendo presente a concepção de que não há um princípio único de transformação social, e muito menos agentes históricos únicos, Santos (2005) assume uma posição político-epistemológica que se propõe a incorporar as complexidades, reconhecer as

alteridades, ultrapassar as fronteiras, configurando a emergência de um conhecimento dialógico que expressa a voz e a vez de sujeitos sociais historicamente invisibilizados e tão diferentes entre si, a exemplo de movimentos e experiências de luta pela terra, ou de afirmação de identidades (mulheres, indígenas, quilombolas etc.), ou de preservação da biodiversidade, ou ainda, as próprias iniciativas de economia solidária. A teoria, ou trabalho da tradução, consiste no reconhecimento de que existem muitos conhecimentos possíveis, além do conhecimento científico, que precisam ser visibilizados, sendo necessário um esforço de pesquisadores e ativistas para reconhecerem estes diferentes saberes, de modo a contribuir para formas híbridas de conhecimento emancipatório. A proposta do trabalho de tradução é tornar visíveis não só as múltiplas formas de resistências à opressão e à dominação, como também as aspirações que as animam, contribuindo para fazê-las dialogar entre si¹⁶.

A economia solidária tem se destacado como uma experiência localizada que pode ser expandida. Uma postura epistemológica de inspiração similar à da “sociologia das ausências” permite ao pesquisador olhar para economia solidária como realidade contraditória, como dialética que está acontecendo. Independente de a economia solidária ser capaz de promover uma transformação na sociedade ou não, o fato é que estes processos não podem ser silenciados ou desperdiçados. É por isso que é preciso considerar outras maneiras de entender e articular conhecimentos e práticas, individuais e coletivos, repensando conceitos, ou mesmo construindo outros referenciais teóricos para dialogar com diferentes realidades.

Não é tarefa singela, como bem ilustra o exemplo dos conceitos de “eficiência” e “eficácia”, oriundos do quadro de pensamento econômico “ortodoxo” e utilizados também na análise destas formas econômicas de base solidária. Além do mais, o movimento da economia solidária envolve tal diversidade de práticas e conhecimentos, que compromete a possibilidade de uma teoria geral que dê conta de sua organização, exigindo, ao invés, um processo de tradução que viabilize um

¹⁶ O sexto volume da coleção *Reinventar a Emancipação Social – RES –* (SANTOS 2002-2009), intitulado *Vozes do Mundo*, tem a proposta de “concretizar a posição epistemológica de que são muitos os conhecimentos possíveis do mundo e que o conhecimento científico é apenas um entre eles”, ao reunir entrevistas (feitas entre 2001 e 2005) com ativistas ou líderes de movimentos, organizações ou práticas sociais analisadas no projeto *RES*, partindo da premissa de que a experiência de cada entrevistado pode enriquecer e colaborar com a luta de qualquer outro ativista e de que o acesso a estes diferentes tipos de saber (e o seu confronto com o conhecimento científico social) pode contribuir para enriquecer a discussão sobre os novos caminhos da emancipação social.

diálogo entre as diferentes experiências (incluindo a do pesquisador) e que qualifique a própria possibilidade de transformação.

Mas a tradução não é via de mão única: trata-se não só de dar visibilidade ao conhecimento comum, traduzindo-o dentro da produção do conhecimento, fazendo conceitos científicos e incorporando-os à prática, mas também de os sentidos comuns traduzirem outros sentidos comuns e conseguirem dialogar com seus conceitos, com suas lutas. Aí residem justamente outras dificuldades, não só para estabelecer convergências conceituais (e políticas) – projeto inalcançável, quiçá? –, mas inclusive para dialogar com quem está “fora” do campo delimitado por dados conceituais, como, por exemplo, a economia dos povos indígenas ou a economia das comunidades quilombolas.

As práticas da economia solidária têm questionado as necessidades criadas pelo modo hegemônico de produzir e consumir, apresentando um contraponto ao processo capitalista e fazendo emergir dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas marginalizadas. Os fundamentos epistemológicos presentes na “sociologia das ausências” e na “sociologia das emergências”, assim como o resgate das relações entre econômico e social, por meio de abordagens sociológicas da economia, contribuem para indicar as bases para que se apreenda, no âmbito das ciências sociais, um projeto que se situe como contra-hegemônico, a exemplo da economia solidária. E é neste sentido que podem apontar caminhos para a compreensão de alguns dos desafios que se colocam, não só para a produção do conhecimento científico sobre a economia solidária, como também para que esta seja inclusive reconhecida como objeto de conhecimento.

1.4.1.2. Desafio Metodológico: ciência x política

Se muitos são os desafios epistemológicos para construir-se um saber científico sobre iniciativas como as de economia solidária, num contexto onde, apesar de crescentes questionamentos, os instrumentos predominantes do fazer ciência ainda contribuem para naturalizar uma separação teórica e empírica entre econômico e social, a pesquisa sobre economia solidária também confronta-se, a todo o momento, com muitos desafios metodológicos, particularmente no que se refere às complexas relações entre política e ciência.

Muitos dos pesquisadores da economia solidária estão direta ou indiretamente envolvidos com as práticas e iniciativa dentro deste campo, seja como agentes das entidades de apoio, ou como agentes de políticas públicas, ou ainda, mais raramente, como participantes de empreendimentos econômicos solidários.

No Brasil, o fato do interesse de pesquisa sobre economia solidária ter, em muitos casos, surgido paralelamente às atividades de extensão universitária de apoio à economia solidária, desenvolvidas nas chamadas incubadoras universitárias de cooperativas populares¹⁷, contribuiu para redefinir a relação do pesquisador com seu tema de pesquisa. Segundo Cruz & Santos (2008), a extensão passou a ser vista como um laboratório por excelência, no qual a pesquisa acadêmica coloca-se como busca sistemática de respostas às demandas sociais identificadas no processo de extensão.

Esta relação entre pesquisa e prática revelou-se também em outros espaços – sindicatos, movimentos populares, organizações da sociedade civil – e contribuiu para que diversos estudos sobre economia solidária viessem à luz, realizados por pesquisadores que, a partir da atuação nestas organizações, tiveram oportunidade de estudar experiências de grupos de produção, cooperativas, bancos comunitários, fábricas recuperadas pelos operários em sistema de autogestão, etc. Destas dinâmicas surgiram vários “pesquisadores militantes”, que estabelecem uma relação com a práxis na qual, ao mesmo tempo em que buscam responder suas perguntas de pesquisa, também trabalham para a consolidação de uma “outra economia”.

Mas quais desafios se apresentam aos pesquisadores que acumulam “múltiplos papéis”?

Trata-se aqui de recuperar um debate que remete à própria fundação das ciências sociais e diz respeito à possibilidade de conciliação entre saber científico e engajamento político.

A questão está fortemente presente na tradição marxista. Em *O Capital* (1857), ao discutir as teorias sobre o “trabalho”, Marx apresenta um elemento

¹⁷ A proposta de incubadoras de cooperativas parte da ideia de que a universidade é centro produtor de conhecimentos que precisam ser disponibilizados para a sociedade, especialmente aos que não dispõem de recursos ou apoio. Com isso, oferecem assessoria em áreas de formação, gestão e tecnologia para que grupos de baixa renda se organizem em cooperativas. A primeira destas incubadoras foi criada em 1996 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outras foram sendo criadas e, em 1998, foi lançado um Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, desde 2004 coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com outros Ministérios e entidades. Hoje são mais de 70 incubadoras ou núcleos de incubação em universidades de todo o Brasil, articuladas em duas redes nacionais. Para um histórico, ver Singer (SANTOS 2002).

qualitativamente novo na análise do processo de trabalho: o ser humano com sua capacidade de pensar e de transformar a natureza para alcançar seus fins. A partir desta premissa, Marx não somente dá visibilidade para o trabalho criador como condição para o homem livre, capaz de se apropriar do seu trabalho, como chama atenção para a capacidade deste homem livre questionar a contradição entre capital e trabalho e transformar a sociedade. Assim, Marx dispôs a relação entre o processo de conhecimento e a ação política.

Em *Ideologia Alemã*, obra de 1845 em co-autoria com Engels, Marx busca combater a proposta especulativa dos filósofos alemães (jovens hegelianos) que desprezavam a práxis e se preocupavam apenas com a teoria. Nesta perspectiva, Marx discute a ideologia frente à sociedade capitalista e conseqüentemente aponta o posicionamento do intelectual. Segundo Marx e Engels (1996), o modo de produção da vida material determina o modo de vida dos indivíduos como princípio básico do "pensamento" e da "consciência". Portanto, a produção do conhecimento é socialmente determinada e, neste sentido, a teoria configura-se relacionada com a práxis.

Sobre a relação entre ideologia e ciência na tradição marxista, Löwi (1994) chama atenção para este debate, afirmando que a discussão sobre um corte epistemológico entre ciência e ideologia pode ser percebida nas obras em que Marx reflete sobre classe social e o lugar do intelectual. Segundo Löwy (1994), em *Dezoito Brumário*, Marx alega que a "classe" forma as visões de mundo, mas que os intelectuais são autônomos com relação à classe, uma vez que estes podem produzir ideologias que representam uma ou outra classe, independente de sua posição social. Mas antes, em *A Miséria da Filosofia*, Marx já havia refletido esta questão, dizendo que, enquanto a luta de classes não assumia um caráter político, o intelectual era um utópico que, ao tentar atender às necessidades da classe oprimida, buscava uma ciência regeneradora. Porém, à medida que a luta de classes fosse se delineando e a história avançando, o intelectual também mudaria de lugar, passando a expressar o movimento histórico. Trata-se de uma transição de uma teoria doutrinária para uma teoria revolucionária. Desta forma, o intelectual (representante científico da classe proletariada) inscreveria-se em uma ciência revolucionária com consciência de causa.

Dentre os seguidores marxistas que discutem questões epistemológicas e metodológicas frente ao materialismo histórico, destaca-se Lukács e Gramsci. Em

História e Consciência de Classe, Lukács (2001) afirma que o materialismo histórico não é só instrumento de conhecimento, mas também instrumento da ação, refletindo assim uma dialética entre sujeito e objeto do conhecimento e da história. Gramsci (2006) também compreende a ciência a partir de sua historicidade e, à medida que percebeu as transformações profundas de uma época, avançou sobre alguns pontos da obra de Marx. Gramsci alegava que todos os homens são intelectuais, mesmo aqueles que exercem atividades manuais, pois mesmo estas são oriundas de capacidade criadora. Porém, nem todos os homens assumem a função de intelectual. Para Gramsci o intelectual representa a “consciência” da classe de que está a serviço. Neste sentido, os intelectuais constituem uma camada social ligada à determinada classe e assumem um papel que pode reproduzir ou transformar. Trata-se do intelectual como organizador da cultura e produtor da ideologia para a classe que representa. A noção de “intelectual orgânico” é elaborada como resultado de uma transição do intelectual tradicional (estagnado a uma formação sócio-histórica em prol do status quo) para o intelectual moderno, orgânico, que configura o intelectual capaz de articular sua especialidade profissional ao desenvolvimento de uma ação política e cultural¹⁸.

Já Weber elabora a ciência social livre de juízo de valor. Os valores determinam as questões de investigação, mas os resultados devem ser neutros e submetidos a regras objetivas e universais. Neste sentido, Weber advogava uma separação rigorosa entre fatos e valores na pesquisa científica. Mas esta busca pela objetividade e pela “neutralidade axiológica” pode ser contraditória, uma vez que ele mesmo publicou quantidade significativa de textos políticos (COELHO et al., 2000).

Cunha e Santos (no prelo) consideram que na Escola Francesa, esta postura também é mais complexa do que aparenta. Dentro do espírito positivista que permeou o contexto de estabelecimento da sociologia enquanto disciplina científica,

¹⁸ A relação entre marxismo e política historicamente apresenta-se de forma bastante estreita. A maioria dos teóricos do marxismo também se envolveu com partidos políticos, sendo muitas destas lideranças dos partidos comunistas. No Brasil, embora a influência marxista tenha ocorrido tardiamente, é visível tal interlocução entre marxismo e política. Segundo Oliveira (2006, p. 297), “o melhor da intelectualidade brasileira passou pelos quadros do antigo Partido Comunista do Brasil”, fundando-se primeiro com influência na matriz marxista-leninista, depois (na década de 1960), vésperas da ditadura militar, Gramsci surge como referência e, mais tarde, na década de 1980, há uma abordagem trotskista. Mas a relação entre marxismo e política no Brasil está estremecida nos últimos anos. Oliveira considera a hegemonia da direita e o “pensamento único” os grandes responsáveis pelo silêncio dos intelectuais, que ficaram afônicos diante da ausência de uma crítica radical ao capitalismo globalizado contemporâneo. Neste sentido, há uma dificuldade em representar o mundo atual e encontrar respostas para velhas perguntas. Sobre o debate a respeito do silêncio dos intelectuais ver Naves org. (2006).

Durkheim (1895) estabelece como primeira e mais fundamental de suas *Regras do Método Sociológico* que “os fatos sociais devem ser tratados como coisas”. Mas Dzimirá – que em sua obra sobre *Mauss Cientista e Político* considera diferenças entre os clássicos da sociologia a respeito do tema – argumenta que, ao contrário da separação weberiana, Durkheim reconciliaria ciência e política, embora de modo particular, em uma relação de mão única: “ao intelectual cabe dizer e indicar ao político quais deverão ser os princípios de sua ação” (DZIMIRA, p. 15, apud CUNHA; SANTOS, no prelo). Já no sobrinho e herdeiro intelectual, Mauss – que foi membro ativo do movimento socialista de base cooperativista –, seria possível identificar uma forte coerência entre análises científicas e posições políticas, jamais desvinculando o engajamento político da construção da sociologia como ciência, abrindo assim espaço para um terceiro tipo de relação: ser indissociavelmente intelectual e político.

No Brasil, há exemplos importantes de intelectuais considerados engajados, inclusive na política “formal” (“partidária”), como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Darcy Ribeiro, ou – para ficar com um caso notável da própria economia solidária – Paul Singer, economista com vasta produção científica e autor de diversos livros sobre este e outros temas, mas também ator político central dentro do campo, que, desde 2003, vem exercendo o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária no Governo Lula.

A figura do “intelectual engajado” podia existir antes do fim do século XIX, mas entra definitivamente nos grandes debates e acontecimentos sociais e políticos em 1898, com o *Affaire Dreyfus* (episódio em que se cunhou o próprio neologismo “intelectual”), tendo Zola como modelo de *intellectuel engagé*. De acordo com Marilena Chauí (2006), a intervenção no espaço público – que, paradoxalmente, a lógica da autonomia racional nas artes e no saber permitiu emergir, pois, como mostrou Bourdieu (apud CHAUI, 2006), quanto maior a independência do intelectual, maior sua possibilidade de engajar-se e manifestar-se publicamente – possuiria duas marcas principais: a defesa de causas universais (isto é, distantes de interesses particulares) e a transgressão da ordem vigente¹⁹.

Nas décadas mais recentes, porém, os intelectuais estariam cada vez mais identificados com universidades e centros de pesquisa. Não que estejam ausentes

¹⁹ Chauí ressalta a divergência pública protagonizada por Sartre e Merleau-Ponty nos anos 1950 acerca do engajamento político dos intelectuais, uma postura que acabaria se tornando forte em tantos países na década seguinte.

ou mesmo quietos, já que continuam participando ativamente em meios de comunicação e outros espaços. Mas teria havido um recuo no seu engajamento, e por isso Chauí e outros reunidos no seminário organizado por Novaes (2006) falam em “silêncio dos intelectuais”, enquanto expressão de uma crise onde valores universais perdem valor e a dificuldade de dar respostas para velhas perguntas alastra-se. Chauí atribui este silêncio a causas como o abandono das utopias revolucionárias, o encolhimento do espaço público e a perda da autonomia racional frente às exigências do capital, que fazem com que a figura de “intelectual engajado” venha sendo substituída pela de “especialista competente”: perdida a autonomia, condição para a qualidade do saber e a autoridade do intelectual engajado, resta o silêncio (2006, p. 32-33).²⁰

Ao mesmo tempo, o cotidiano acadêmico revela que a discussão neutralidade *versus* engajamento do cientista, embora referida desde os clássicos, não está superada. Mesmo com os crescentes questionamentos aos próprios termos em que a questão se coloca, a construção de conceitos, categorias ou instrumentos de pesquisa está baseada predominantemente na concepção de exterioridade – ou até de estranhamento – entre o pesquisador e seu campo de pesquisa, entre “sujeito” e “objeto”, como base da objetividade científica. A noção bachelariana de “ruptura epistemológica” entre ciência contemporânea e senso comum permanece hegemônica nas ciências sociais – talvez justamente porque estas, por suas peculiaridades como disciplinas do conhecimento, enfrentam mais objeções à sua cientificidade do que as ciências naturais.

Sendo assim, as questões que impulsionaram esta reflexão são também questões permanentes na história da produção do conhecimento e refletem a busca de uma postura epistemológica simultaneamente equilibrada entre a objetividade e o reconhecimento da subjetividade, entre o rigor teórico e metodológico e a participação social e política.

1.4.1.3 Pesquisador Militante: objetividade X subjetividade

Sem deixar de lado o compromisso com a construção sistemática do conhecimento, Cunha & Santos (no prelo) incorporam questionamentos que vêm se

²⁰ Contribuem para este debate Alain Caillé (1993) - que utiliza a expressão “demissão dos sábios” - e Maurício Tragtenberg (1982).

colocando com força à pesquisa em ciências sociais acerca dos pressupostos de objetividade e neutralidade como critérios exclusivos para a demarcação da cientificidade do conhecimento. Tais questionamentos contribuíram para mostrar que a subjetividade não deve mais ser recusada, que a experiência do observador é crucial para a apreensão do real e não pode ser descontextualizada. Concretamente, parte-se da idéia de que estes debates caracterizam um novo momento epistemológico, ou uma “transição paradigmática”, tomando emprestada a terminologia de Santos (1988) para descrever uma fase em que o paradigma anterior já não compreende as questões, mas que um novo paradigma ainda não foi estabelecido²¹. Neste novo momento epistemológico, o multcentrismo, a pluralidade e relatividade (ou antes relativização, para não cair na relatividade absoluta do pós-modernismo) são caminhos do fazer ciência em diferentes campos do saber humano – e que, portanto, é preciso levar em conta novos aspectos metodológicos da pesquisa, que giram em torno de questões como subjetividade, participação, ética e diálogo com outras formas de conhecimento.

Na tentativa de avançar no diálogo entre produção científica e formas de envolvimento ou intervenção, alguns procedimentos metodológicos, como a pesquisa participante e a pesquisa-ação²², que combinam elementos de objetividade

²¹ A transição paradigmática apontada por Santos é reflexo da revolução científica, na qual novos paradigmas devem emergir. Segundo o autor, o paradigma que deve emergir “não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (2006, p. 60). Para tanto, propõe tal paradigma partindo de quatro teses: todo conhecimento científico-natural é científico-social – propõe um saber não-dualista, extinguindo rupturas historicamente presentes na produção do conhecimento (homem e natureza, orgânico e inorgânico, etc.), acabando assim com a distinção entre ciências exatas e ciências humanas; todo conhecimento é local e total – trata-se de um conhecimento constituído a partir de uma pluralidade metodológica que procura saber sobre as condições de possibilidades (nem determinístico, nem descritivista), assim a ciência do paradigma emergente é tradutora, potencializando que o conhecimento produzido localmente emigre pra outros lugares cognitivos; todo conhecimento é autoconhecimento – a distinção epistemológica entre sujeito e objeto articulada metodologicamente com distância empírica entre sujeito e objeto não deve ser considerada pressuposto essencial para pesquisa – no paradigma emergente o caráter autobiográfico e autorreferenciável da ciência é legítimo –; todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum – a ciência precisa sensocomunizar-se. Isso não significa desprezar o conhecimento que produz tecnologia, mas compreender que “tal como conhecimento deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida” (SANTOS, 2006, p. 91).

²² *A pesquisa participante - Investigación Acción Participativa (IAP)* - entendida por seus teóricos como “metodologia dentro de um processo vivencial [...] que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação política, na qual se considera a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática como fontes de conhecimento” (FALS BORDA, 1985, p. 14), está muito articulada à ideia de uma “ciência popular” ou “ciência do homem comum”, análoga, nos termos de Gramsci, à “filosofia espontânea” das classes trabalhadoras. Mas não se trata de cair no “ativismo desorientado” do intelectual que tenta se “assimilar” ao homem comum ou no dogmatismo das pré-concepções: o cientista contribuirá com sua disciplina específica para incentivar a ciência popular, ao mesmo tempo em que se abre para aprender com ela, ampliando os níveis gerais de conhecimento (FALS BORDA, 1981, p. 45-9). A pesquisa-ação supõe, para além da participação, uma forma de intervenção planejada que nem sempre existe em pesquisa participante, sendo “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e

e subjetividade, trouxeram novos desdobramentos para os debates aqui mencionados. Ao tomarem o envolvimento com os sujeitos pesquisados como premissa metodológica, distanciando-se assim dos princípios da pesquisa convencional, as propostas de pesquisa participante e pesquisa-ação são alvo de muitas críticas. Em contrapartida, propõem substituir a noção de objetividade estática pela de “relatividade observacional” (THIOLLENT, 1996), ou associar a pesquisa a uma “postura dialética” (DEMO, 2000) que adota um questionamento não só crítico como também autocrítico – ideia próxima à discussão habermasiana acerca do critério central de cientificidade – reconhecendo o contexto hermenêutico e os limites do processo de definição da realidade a ser captada, em um esforço de redefinir a relação “sujeito-objeto” da pesquisa segundo o cânone positivista ainda dominante – que, como lembra Demo, “prefere reservar a noção de sujeito apenas para o cientista” (2004, p. 23).

Ao se voltarem para o estudo do *familiar*, as ciências sociais passam a admitir um número crescente de observadores participantes *naturais*, que são membros do próprio grupo que estudam, diferenciando-se assim dos observadores participantes *artificiais*, estranhos que se inserem no grupo estudado (e que podem até enfrentar mais limites à participação do que os primeiros, por exemplo, em situações em que se estabelece desconfiança). Para o antropólogo Gilberto Velho (1978, p. 45), a questão é estabelecer uma distância mínima que garanta objetividade e imparcialidade quando se trata de estudar o que é familiar, enxergando além da realidade em que fomos socializados: “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”.

Assim, numa perspectiva de transição paradigmática ampla em direção a novas epistemologias, entende-se que é possível fazer pesquisa seguindo padrões científicos sobre o mesmo tema com o qual se tem envolvimento e comprometimento.

O conceito de “pesquisador militante” é entendido como o “aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo” (CUNHA & SANTOS, no prelo), pode parecer chocante – praticamente um oxímoro – para

os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1996, p. 14).

muitos. Porém, o tema não deve ser ignorado, e sim, cada vez mais, discutido, sobretudo diante de tantos casos de pesquisadores que, na prática, acumulam diferentes papéis. Isso significa que o trabalho de pesquisa não deve ser previamente invalidado caso seu autor também acumule militância no campo pesquisado. É muito provável que ele tenha optado por fazer pesquisa em ciências sociais sobre determinado tema justamente porque sua trajetória de vida (e de militância) o levou a interessar-se em descrever e analisar de modo crítico a realidade em que estava ou está envolvido, sistematizando fatos, comportamentos, ideias, e estabelecendo possíveis conexões, tipologias, modelos. Na verdade, se souber dosar bem sua participação, este pesquisador terá uma oportunidade maior de acesso às experiências do campo e até aos problemas internos dos grupos e organizações pesquisadas, em comparação com o pesquisador externo, mesmo este sendo um observador participante.

Por outro lado, tal proximidade implica uma força e uma fraqueza da pesquisa militante: se em um primeiro momento a proximidade garante maior acesso a dados e situações concretas, assim como a representações e concepções que lhes permitem caracterizar o campo de modo mais próximo à realidade estudada, em outro momento traz o risco de perda do foco sociológico e a dificuldade de dialogar com outras perspectivas. Provavelmente, o pesquisador militante sentirá necessidade de afastar-se do seu campo direto de estudo por ao menos um período, durante o qual se dedicará a sistematizar, analisar e interpretar os dados coletados. Também a pesquisa militante necessitará do momento solitário da reflexão científica, mesmo que tributária da produção coletiva de conhecimento.

Segundo Cunha & Santos (no prelo), os dilemas da pesquisa militante e os desafios metodológicos decorrentes estão fortemente presentes na pesquisa sobre economia solidária (embora seja válido observar que nem todo pesquisador que se debruça sobre a economia solidária é necessariamente um militante do campo).

Nas ciências sociais, a economia solidária constitui tema de pesquisa relativamente recente e ainda pouco desenvolvido. Paradoxalmente, esta situação deriva, em parte, da tendência à proliferação de estudos de caso, mas de caráter mais descritivo, sem o equivalente aprofundamento analítico e comparativo.

Contribui para este quadro a ausência de agenda de pesquisa mais ou menos consensual, que envolva a respectiva comunidade de pesquisadores²³.

Outra questão presente na pesquisa sobre economia solidária é seu caráter interdisciplinar – agregando estudos em diferentes áreas: ciências sociais e econômicas, psicologia social e do trabalho, serviço social, administração de empresas, ou áreas tecnológicas, como engenharia de produção –, que coloca muitas dificuldades para estabelecê-la como campo específico do conhecimento. No entanto, entende-se que seja mais promissor o reconhecimento da economia solidária enquanto tema ou objeto de estudo focado por diferentes olhares dentro das disciplinas já estabelecidas.

Finalmente, é preciso reconhecer que os estudos sobre economia solidária – para maior legitimidade entre áreas já consolidadas dentro das ciências sociais – necessitam de análise calcada em critérios formais, como coerência e objetivação²⁴, como atentar para outros critérios, de natureza política e ética, que são igualmente importantes, sobretudo em pesquisas qualitativas. Contudo, não é fácil partir de um paradigma que privilegie, cada vez mais, a subjetividade e, ao mesmo tempo, não deixe de lado a objetividade: na pesquisa sobre economia solidária, a exemplo de outros campos de pesquisa em ciências sociais, os esforços para analisar e compreender objetos e temas de pesquisa, a partir de categorias e conceitos do cotidiano, têm esbarrado na ausência dos necessários instrumentos e categorias de tradução.

1.4.2 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Tendo presente os elementos epistemológicos e metodológicos que alimentam a perspectiva de produção do conhecimento deste trabalho, buscou-se a atenção não só aos critérios formais e objetivos de cientificidade, mas também a adesão a critérios subjetivos de natureza política próprios da condição de pesquisadora militante da autora desta tese. Para dar conta deste processo, foi

²³ No Brasil, um dos autores que mais avançou na proposição de uma agenda de pesquisa sobre economia solidária que dialogue com outros referenciais teóricos e vá além dos estudos isolados foi Gaiger (2006).

²⁴ Dentro de um enfoque da relação de pesquisa onde assume grande importância a expressão “objeto construído”, Pedro Demo propõe, em lugar do termo objetividade, o termo *objetivação*, entendido como “o esforço controlado de conter a subjetividade dentro dos limites da suposta objetividade” (1980, p. 19) – com ênfase na idéia de esforço, de tentativa, de meta que não se consegue realizar plenamente, mas a qual se deve conservar, sob o risco de tornar o objeto construído um objeto inventado.

levado em consideração as afirmações (DEMO, 1997) sobre a dialética entre “teoria e prática” e “sujeito e objeto” como condição fundamental para a pesquisa e intervenção na realidade²⁵. Em termos metodológicos, buscou-se combinar os elementos teóricos com as informações obtidas no desenrolar do processo de pesquisa, entendendo que a teoria possui uma importância fundamental no processo de elucidação da realidade estudada e na compreensão das informações obtidas no processo de investigação. Da mesma forma, procurou-se estabelecer uma relação dialética respeitando a ligação entre sujeito e objeto sem que houvesse um distanciamento vertical de um em detrimento do outro, sobretudo que o objeto – o FBES – é também sujeito social que está em constante movimento, contribuindo para história, diferente da ideia de objeto das ciências naturais.

A fim de compreender uma relação horizontal entre sujeito e objeto, considerou-se importante cuidar para que não fosse feita mera observação do campo e não permitir imposição política por parte do sujeito pesquisado – FBES, assim como explicitar os múltiplos papéis sociais que simultaneamente foram assumidos: 1) pesquisadora; 2) militante envolvida com o movimento da economia solidária desde o fim dos anos 1990; e 3) profissional atuante no campo (no Estado ou na sociedade) – reconhecendo que a trajetória institucional, política e intelectual, bem como as representações sobre o processo se refletem sobre as interpretações e observações da pesquisadora.

O esclarecimento destas questões refletiu-se também na direção da abordagem metodológica da pesquisa, contribuindo para elaboração de técnicas e instrumentos que equilibrassem a subjetividade e objetividade do trabalho. Desta maneira, o processo de pesquisa implicou em um levantamento de dados primários e secundários constituídos por diferentes procedimentos metodológicos expressos em dois momentos da pesquisa, que contaram com estratégias próprias de desenvolvimento, configurando abordagem qualitativa e quantitativa.

Num primeiro momento, desenvolveu-se um estudo, que envolveu revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. A análise exploratória visou

²⁵ Pesquisas oriundas da “pesquisa militante” apresentam um caráter propositivo no qual o pesquisador não se furta aos imperativos de contribuição social e política e investe na possibilidade de alternativas capazes de mudar determinada realidade, mesmo quando adota uma postura questionadora. Trata-se de uma contribuição às próprias realidades estudadas, ao sistematizarem o conhecimento sobre o tema de estudo e oferecerem elementos para a compreensão e explicação das questões levantadas.

contextualizar as experiências em estudo, situando-as no interior de um processo histórico mais abrangente, que as envolve e as influencia em grande medida.

Para definir o “recorte” explorado, considerou-se a abrangência do sujeito da pesquisa e facilidades de aproximação de algumas instâncias nacionais e estaduais do FBES. Sendo o FBES um sujeito coletivo formado por uma diversidade de realidades estaduais e regionais, optou-se em compreendê-lo como a totalidade a ser estudada a partir de um corpus de pesquisa condensado em três situações capazes de exprimir tal totalidade. Assim, além de acompanhar o espaço deliberativo nacional do FBES – Conferência Nacional de Economia Solidária²⁶, (26 a 29 de junho de 2006), elegeram-se espaços deliberativos de três realidades estaduais de diferentes regiões do País: as plenárias estaduais – preparatórias da IV Plenária Nacional de Economia Solidária – do Rio de Janeiro, (30 de novembro a 02 de dezembro de 2007), Paraíba (de 13 a 16 de dezembro de 2007) e Rio Grande do Sul (11 a 13 de janeiro de 2008).

A seleção das plenárias estaduais ocorreu por facilidade de aproximação, com o cuidado de que representassem as três regiões do Brasil com maiores expressões de economia solidária: nordeste (43,5%), sudeste (17,9%) e sul (16,4%) – ver tabela 2, anexo A. Na região sudeste acompanhou-se a Plenária do Rio de Janeiro, por ser o Estado de residência da pesquisadora durante o período de doutoramento; na região sul acompanhou-se a Plenária do Rio Grande do Sul, por tratar-se do Estado de origem da pesquisadora, onde a mesma mantém vínculos familiares e de pesquisa; e na região nordeste acompanhou-se a Plenária da Paraíba, que coincidiu com período em que a pesquisadora estava na região realizando uma atividade para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. O acompanhamento destes espaços deliberativos permitiu reunir uma quantidade significativa de informações precisas sobre a totalidade do FBES.

²⁶ Além da Conferência Nacional de Economia Solidária (onde a participação como pesquisadora foi possível por ela ter sido solicitada para participar da equipe de facilitação dos grupos de trabalhos e da equipe de sistematização das deliberações – pretendia-se acompanhar também a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, mas a mesma aconteceu durante o período em que a pesquisadora estava fazendo estágio de doutoramento na Universidade de Coimbra em Portugal e não conseguiu recursos para retornar ao Brasil e acompanhar o evento. Assim, análises que se referem a IV Plenária são oriundas dos documentos preparatórios e deliberativos produzidos para e pela Plenária, bem como manifestações sobre a Plenária na lista de debate eletrônico “e_solidária”.

Além da revisão bibliográfica²⁷, própria do início de uma produção científica, o primeiro momento foi desenvolvido a partir dos seguintes instrumentos de pesquisa:

a) Análise documental (análise temática do conteúdo): realizada em todo o período da pesquisa, servindo de base para conhecer historicamente o sujeito pesquisado e construir as questões que acompanharam a pesquisa de campo. Os documentos utilizados são os expostos na página eletrônica do FBES²⁸: apresentação e histórico do FBES, Carta de Princípio, Plataforma de Ação, Forma de Funcionamento, Relatórios das Plenárias Nacionais de Economia Solidária²⁹, Relatórios das Reuniões da Coordenação Nacional e da Coordenação Executiva, Relatórios referentes aos Fóruns Estaduais do corpus da pesquisa – RS, RJ e PB –, Atas do Conselho Nacional de Economia Solidária, Documentos referentes à Conferência Nacional de Economia Solidária e mensagens de correio eletrônico postas no grupo de discussão “e_solidária” do período de março de 2007 até março de 2009³⁰;

b) Trabalho de campo: definido o corpus da pesquisa, o trabalho de campo foi voltado ao acompanhamento de três plenárias estaduais (RJ, PB e RS) que compuseram o processo preparatório da IV Plenária nacional de Economia Solidária. Além da longa vivência (11 anos – de 1998 a 2009) da pesquisadora como militante e como pesquisadora no campo da economia solidária, que permitiu a constituição de um patrimônio de conhecimento sobre o tema a partir de um trabalho de observação permanente, objetivou-se a metodologia de campo considerando a observação participante *natural* e observação participante *artificial* dentro dos princípios já abordados no item anterior. A observação participante natural ocorreu em situações em que a pesquisadora estava participando do processo por circunstâncias de trabalho, como foi o caso da Conferência Nacional de Economia Solidária, na qual a participação da pesquisadora ocorreu como facilitadora de grupo e como sistematizadora das deliberações, contribuindo assim para a elaboração do

²⁷ A revisão bibliográfica permitiu entender, analisar e interpretar contribuições teóricas existentes a respeito dos temas que envolvem o objeto de estudo e identificar possíveis variáveis para o problema da pesquisa. A revisão bibliográfica foi realizada durante o período de cumprimento dos créditos do doutorado (agosto de 2005 a agosto de 2007), bem como durante o período de estágio no exterior (ano de 2008), onde também foi realizada boa parte da “sistematização” dos dados coletados.

²⁸ Ver <<http://www.fbes.org.br/>>.

²⁹ Leia-se III e IV Plenárias, pois a I e II Plenárias não foram documentadas.

³⁰ Foram consideradas apenas mensagens que diziam respeito às questões deliberativas e de organização do FBES.

documento final. Já a observação participante artificial ocorreu em situações onde a pesquisadora inseriu-se no processo voluntariamente, sem atividade específica – foi o caso das plenárias estaduais de economia solidária, nas quais a participação ocorreu com intuito de pesquisa, ou seja, não houve envolvimento para intervenção³¹.

Aqui cabe destacar que a dinâmica do processo de observação participante implicou alguns dilemas percebidos durante o processo desta pesquisa – que são importantes, pois contribuem para pensar a pesquisa militante, ainda que se entenda que tais dilemas serão constantes em um processo de pesquisa que implica um envolvimento militante:

a) conhecer conflitos internos do sujeito pesquisado que não podem ser explicitados nominalmente, mas, ao mesmo tempo, não ignorá-los como pano de fundo para a análise;

b) posicionar-se em determinadas situações em que se está atuando formalmente (como delegada, coordenadora, representante, etc.) em atividades e espaços do campo de estudo, exercendo uma observação participante *natural*, mas, em outras situações, onde se está presente apenas como pesquisadora - observação participante *artificial*, não poder explicitar tal posicionamento;

c) participar de situações que propiciem a coleta de dados brutos (quantitativos e qualitativos), ou produzir materiais que poderão vir a ser classificados como tal posteriormente, em um momento de sistematização e análise da pesquisa;

d) participar da formulação e gestão dos processos (seja nas políticas públicas, seja no movimento social) e depois, como pesquisadora, fazer a avaliação dos mesmos.

Em outro momento, realizou-se uma caracterização geral da situação da economia solidária nos três estados estudados no campo, tendo como fonte o Sistema de Informação de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária³². O intuito foi reunir um conjunto de informações sobre a realidade da

³¹ Renunciar a fontes individuais e não explorar a subjetividade dos atores foi opção de pesquisa, uma vez que a atenção estava voltada para os espaços de deliberação do FBES. Desta forma, a observação destes espaços permitiu compreender o sistema de interação social e perceber a dinâmica das relações entre os diferentes sujeitos do FBES.

³² O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) destaca-se como pesquisa de economia solidária tanto por ser pioneiro em consolidar uma base de dados de abrangência nacional, quanto por seu modelo de gestão participativa da pesquisa. Embora a base seja muito nova e só tenha chegado à metade dos municípios

economia solidária nos estados que compõem o corpus da pesquisa a fim de contextualizar espaços da economia solidária que desdobram os processos de articulação e mobilização do movimento da economia solidária. Para tanto, manuseou-se a base de dados da SENAES³³, sistematizando os dados quantitativos por ela produzidos e cruzando alguns dados através do software aplicativo SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)³⁴.

brasileiros (e com limites), é preciso reconhecê-la como importante avanço para o dimensionamento da economia solidária em todo o território brasileiro. Nas demais bases nacionais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não existem categorias específicas como “trabalhador associado”, “sócio-cooperado”, “empresa autogestionária”, etc., por isso, é impossível identificar com precisão o que constitui economia solidária em meio aos dados globais. O próprio instrumento de captação de dados do SIES foi reestruturado na nova fase do mapeamento, em 2009, para melhor refletir a diversidade da economia solidária no Brasil, principalmente com a introdução de uma tipologia de Empreendimentos Econômicos Solidários, a fim de captar informações sobre formas específicas – consumo, distribuição, finanças – que se perdem quando o foco recai sobre a produção coletiva de bens ou serviços. Quanto à metodologia participativa, o mapeamento é fruto de uma parceria entre governo e sociedade, que inclui a representação na gestão de todos os processos do SIES e a opção por incluir atores do próprio campo nas equipes executoras. Se esta opção implica problemas em termos de experiência de pesquisa, por outro lado privilegia conhecimentos prévios sobre o universo a ser mapeado, além de ter contribuído para efeitos de mobilização e articulação social. Ver SENAES/MTE (2004b) e Bertucci & Cunha (2006).

³³ A autorização para manusear os micros dados da SENAES foi fornecida pela mesma para os grupos ECOSOL CES e ECOSOL UNISINOS dos quais a presente pesquisadora é integrante.

³⁴ A base de dados do mapeamento da economia solidária em plataforma SPSS é utilizada pelo grupo de estudos ECOSOL Unisinos.

2 QUESTÃO SOCIAL, DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA POBREZA: OS REFLEXOS PARA A PRODUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para melhor compreensão da construção da economia solidária e, conseqüentemente, do movimento que a representa, é preciso considerar o contexto de desigualdades sociais, econômicas e políticas que serve de cenário para a incidência de novas práticas econômicas. Mais do que descrever tal contexto, é necessário compreender o objeto considerando a totalidade presente no processo histórico em que se insere e, assim, delinear a lógica que o estrutura e produz trabalho precário, desemprego, pobreza e, em função disso, configura a economia solidária.

Partindo do pressuposto teórico de que a questão social é a categoria que melhor explica tal totalidade, expressando a dinâmica da sociedade capitalista e do contexto de desigualdades, a seguir segue uma reflexão sobre a questão social, apontando para a leitura apropriada da mesma. Logo, discute-se sobre as profundas transformações no mundo do trabalho e como estas se refletem na pobreza da sociedade vigente.

2.1 As diferentes formulações da questão social

A questão social é uma categoria aspirada na perspectiva de aglutinar os problemas sociais que atingem a humanidade num contexto de totalidade do processo histórico. Tais situações eram e são decorrentes de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho *versus* capital. Portanto, a questão social expressa a principal contradição da sociedade vigente, que reflete a desigualdade social configurada a partir da exploração de trabalho e, assim, desdobra-se em problemas sociais³⁵ e produz pobreza. Por outro lado, a questão social expressa o processo de resistência ao *status quo*, a antítese dialética capaz de potencializar mudanças e transformação na realidade histórica.

A questão social é considerada como categoria de análise da sociedade, porém, não há consenso entre as reflexões que a fundamentam. São muitas as formulações sobre questão social. Há pelo menos três configurações que precisam

³⁵ Desemprego, precarização do trabalho, analfabetismo, violência, favelização, fome, analfabetismo político, a falta de leitos em hospitais, a violência, etc.

de atenção: a primeira diz respeito aos teóricos que defendem a existência de uma “nova questão social”, em detrimento à dinâmica diferenciada que a sociedade contemporânea apresenta; a segunda refere-se aos que continuam afirmando um contraponto entre capital e trabalho; por fim, a terceira alude ao discurso político conservador visando à manutenção do *status quo*.

2.1.1 A Nova Questão Social

É vigente, e de comum acordo, que os últimos anos, mais especificamente as três últimas décadas, servem de cenário para inúmeras mudanças de ordem política, econômicas e sociais. Mudanças essas que ocorrem numa velocidade vertiginosa impactando a sociedade contemporânea.

À luz deste contexto, que alguns teóricos argumentam uma nova questão social, pois uma nova cena implica novos atores, novos problemas e, portanto, uma nova questão social. Neste sentido, a dicotomia entre capital e trabalho, estruturada a partir do modelo industrial, não serve mais de parâmetro para a sociedade vigente pautada pela revolução tecnológica.

Dos autores envolvidos com essa tese, dá-se especial destaque ao francês Robert Castel. Ele entende que as transformações afetam principalmente o universo em torno do “trabalho”, aumentando os índices de desemprego e a precarização das relações de trabalho, afetando os direitos sociais e esgotando o modelo de proteção social. Deste modo, os trabalhadores à margem do mercado de trabalho formal não poderiam mais ser explicados segundo a categoria “exploração”, via pela qual era explicada a questão social. Para Robert Castel (1999, p. 20), a questão social é caracterizada:

como uma aporia fundamental, na qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e trata de conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe de novo em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se denomina uma nação) para existir como um conjunto vinculado por relações de interdependência.

A partir desta análise, percebe-se que Castel compreende que questão social, propriamente dita, no início do século XIX, dizia respeito ao pauperismo da classe trabalhadora. O trabalho assalariado visto como algo ameaçador à ordem estabelecida, fazendo jus às análises demonstradas por Marx.

Apesar desta elaboração, Castel afirma que a questão social foi se metamorfoseando com o decorrer da história, mas a necessidade de compreendê-la a partir de outro paradigma está no formato da sociedade salarial. Por sociedade salarial entende-se:

Não somente uma sociedade na qual a maioria da população é assalariada, ainda que seja verdade. [...] uma sociedade salarial é, sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Porque, antes do estabelecimento dessa sociedade salarial ser protegido era ter bens; [...] O salariado se consolidou e se dignificou, se ousou dizer, e passou mesmo a ter um papel de atração, em torno do qual o conjunto da sociedade moderna se organizou. Aliás, é o que se vê, por exemplo, na posição de trabalhadores independentes que durante muito tempo desprezaram o salariado, e acabaram invejando-o, imitando-o, querendo beneficiar-se das mesmas vantagens sociais. (CASTEL, 1997, p. 170-171)

É nessa sociedade salarial que são identificados os principais processos transformadores, como: internacionalização do mercado, mundialização, competitividade, minimização do preço da força de trabalho, maximização da eficácia produtiva e flexibilização. Nessa perspectiva, segundo Castel (1997), a sociedade salarial passou a manter a vida do trabalhador que apropriou privilégios de um sistema de proteção, de garantias e de direitos. Mas esse processo não foi suficiente para eliminar a desigualdade social, pelo contrário, estimulou o individualismo em decorrência da institucionalização tecnocrática do social.

No contexto atual, contudo, Castel diz que o trabalho perde espaço no tocante a essa dimensão de centralidade. Todos os benefícios vinculados ao trabalho perdem sua legitimidade: a desmontagem do sistema de proteção, desestabilização na ordem do trabalho, enfim, situações que repercutem diretamente na vida social, para além do mundo do trabalho. Segundo Castel, essa situação é desencadeada por um processo de flexibilização, que decorre das exigências da concorrência e da competitividade em um sistema mundializado, no qual o trabalho passa a ser o alvo principal da redução de custos, assim minimiza-se o preço da força de trabalho e maximiza-se a eficácia produtiva. Esses processos sinalizam para o desaparecimento do emprego, isto é, do trabalho com proteção e estabilidade. Castel conclui: “a nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade”.

O quadro situado por Castel (1997) produz insegurança para os trabalhadores. Assim, aponta as consequências: a “desestabilização dos estáveis”

implica naqueles trabalhadores que possuíam uma posição na divisão do trabalho clássico e que se encontram enfeitados dos círculos produtivos; a “instalação da precariedade” engloba os jovens com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e que consistem no que se “poderia chamar de cultura do aleatório, as pessoas vivem o dia-a-dia” de forma instável; por fim, a existência dos “sobrantes” que por sua vez, correspondem àquelas pessoas que estão à margem (não integrados) da sociedade. Estar integrado, afirma Castel (1997, p. 180), “é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência”. Nessa perspectiva, os “sobrantes” não são sequer explorados.

Dessa forma, o mundo do trabalho transformou-se e, segundo Castel, a questão social também, não podendo mais ser explicada pelos mesmos paradigmas clássicos. Em sua análise da nova questão social, Castel desresponsabiliza a sociedade capitalista do processo, pois parte do princípio de que a questão social se reformula através de crises, sem apontar o capitalismo como a referência norteadora desse processo, alegando, assim, que os problemas sociais são um contínuo que sempre existiram independentes da sociedade capitalista.

2.1.2 Questão Social e a Reflexão Brasileira

Embora as reflexões de Castel sejam importantes referências para os estudos dos teóricos brasileiros, notam-se diferentes leituras a partir de outro posicionamento diferente do de Castel. Um posicionamento que insiste em preservar a questão social como resultado da contradição estabelecida na relação entre capital e trabalho. O Serviço Social brasileiro é porta-voz desta reflexão, uma vez que possui a questão social como objeto de sua práxis profissional³⁶. O debate publicado na revista *Temporalis* n. 3, organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nos proporciona um panorama desta discussão, na qual Yamamoto, Yazbeck, Netto e Pereira fazem suas considerações a respeito da questão social.

³⁶ Depois da reconceitualização da profissão, a questão social surge para cobrir uma lacuna ainda latente no Serviço Social que, a priori, argumentava sua razão de existir atendendo, pontualmente, as necessidades do homem pobre, “excluído” da sociedade. Posteriormente, o serviço social ultrapassa a ideia do homem como objeto profissional. Passa-se à compreensão de que a situação deste é oriunda de uma conjuntura que vai além do problema fragmentado.

Iamamoto parte da premissa de que a “análise da questão social é indissociável das formas assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente em uma arena de disputas entre projetos societários”, ou seja, na contradição entre capital e trabalho, contrapondo assim o discurso da “nova questão social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Iamamoto compõe sua argumentação a partir das pontuações analíticas de Marx sobre o processo de acumulação capitalista e das consequências da mesma sobre a classe trabalhadora, embora a nomenclatura “questão social” não se faça presente na obra de Marx.

Na análise crítica de Marx, a sociedade capitalista se traduz tanto por um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto por um processo de reprodução das relações sociais. A questão social é interpretada pela relação de poder estabelecida na luta de classes, na qual a classe operária ameaça a ordem dada. Segundo Iamamoto, compreender as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, ou seja, a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza é de suma importância para a discussão sobre trabalho e questão social nos dias atuais (IAMAMOTO, 2001, p. 12), supondo que privilegiar a história e a análise de Marx é necessário para compreender a questão social.

Dentre as características da sociedade capitalista, destaca-se: a configuração de dois agentes principais - o capitalista e o trabalhador assalariado; a reificação das relações sociais em relação entre coisas; e a mais-valia e a exploração das relações de trabalho. O processo capitalista exige um aumento da produção que, conseqüentemente, implica numa superpopulação relativa, que Iamamoto denomina “supérfluos para o capital”. A autora assim caracteriza tal segmento:

Dentre essa superpopulação relativa – que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de “exército industrial de reserva” – encontram-se os *segmentos intermitentes*, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução da demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo*, segmentos formados por contingentes populacionais, miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescente e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes, etc.) cuja sobrevivência depende da renda

de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2001, p. 15)

Diante dessa dinâmica, a autora afirma a geração de uma acumulação de miséria em detrimento da acumulação do capital, identificando nessa contradição a produção/ reprodução da questão social. E conclui:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17)

Trata-se assim, de uma renovação da “velha” questão social, onde novas condições sócio-históricas aprofundam as contradições entre capital e trabalho. No contexto atual, percebe-se uma alteração das relações entre Estado e sociedade, influenciada por um novo estágio da acumulação capitalista – financeirização da economia.

Frente a isso, a questão social é produzida por quatro aspectos centrais: (1) a lógica de acumulação capitalista exige financiamento externo que provoca o aumento da dívida interna e externa, implicando, conseqüentemente, no agravamento da questão social; (2) a reestruturação produtiva oriunda do padrão fordista-taylorista produz um processo flexível que afeta os processos de trabalho, a gestão, o consumo, os direitos sociais trabalhistas, as organizações sindicais, conduzindo a um quadro de recessão e desemprego; (3) o “consenso de Washington” e a adesão de teorias neoliberais provocam mudanças significativas na relação Estado/sociedade civil, nessa perspectiva reduz-se “a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais”; (4) modificam-se as formas de sociabilidade, entra em cena a sociedade do mercado que implica em produtivismo, competitividade, eficácia, consumo reforçando um individualismo exacerbado.

Com essas reflexões argumentativas, lamamoto nega a desqualificação da análise marxista.

Na leitura de Yazbeck, a questão social também se apresenta no processo de divisão da sociedade de classes, em que a apropriação da riqueza produzida

socialmente é diferenciada. Como lamamoto, Yazbeck mantém a questão social como produto da antiga dicotomia entre capital e trabalho, argumentando tratar-se de uma questão estrutural que, embora passe por reformulações e redefinições em decorrência do atual momento histórico, substancialmente, permanece a mesma.

Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões dentre as quais destacamos: 1 – as transformações das relações de trabalho; 2 – a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados. (YAZBEK, 2001, p. 33-34)

É nesta perspectiva que a autora discute pobreza, exclusão e subalternidade como elementos significativos no processo de reprodução da questão social, que implica, necessariamente, na reprodução das contradições sociais e que, portanto, não há rupturas no cotidiano sem resistência.

José Paulo Netto também entende a questão social no marco da tradição teórico-política marxista. Para melhor argumentar sua apropriação do tema, discute questão social a partir de cinco notas:

Primeiramente, destaca que a expressão *questão social* tem emprego recente (apropriada praticamente no mesmo período em que emergiu a palavra socialismo) e surge para explicar o pauperismo – fenômeno conseqüente da primeira onda industrializante do século XVIII. Assim sendo, tal fenômeno foi caracterizado como processo decorrente do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial.

Neste contexto, a questão social surge como expressão das contradições sócio-políticas da época, onde os pauperizados protestavam suas condições (das mais diversas formas, dentre elas “trade unions”) ameaçando as instituições sociais e a ordem estabelecida.

A segunda reflexão de Netto a respeito da questão social implica na inserção do pensamento conservador, que passa a considerar a questão social como objeto de uma ação moralizadora que preserva a propriedade privada dos meios de produção. Até que, em 1848, o movimento dos trabalhadores desmistificou essa perspectiva, percebendo que a questão social só seria superada com a supressão da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, o “pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão *questão social*, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2001, p. 45).

A terceira nota destaca a compreensão teórico metodológica da gênese da questão social explicada por Marx, em *O Capital*. Segundo Netto, a dinâmica da questão social só foi explicada com precisão a partir da explicação do “rigoroso processo de produção do capital”.

Dessa forma, o autor afirma (diferentemente dos defensores da “nova” questão social) que a questão social é determinada pela exploração: traço peculiar da relação capital/trabalho. Assim, a questão inicial se mantém, mas admite existir uma metamorfose, pois diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social.

O capitalismo “globalizado”, transnacional e pós-fordista, explicita problemas de desigualdades sociais que promovem a discussão em torno da “nova” questão social, em que os autores (Rosavallon e Castel) entendem como problemáticas as possibilidades de reforma do regime do capital, retrocedendo a reflexão ao nível das utopias conservadoras e inibindo a crítica da economia política marxiana. Por fim, Netto afirma que não há uma nova questão social e, portanto, não há como superar tal questão sem a supressão da ordem do capital. A cada novo estágio do desenvolvimento capitalista, percebem-se expressões mais complexas correspondentes à intensificação da exploração. “O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração” (NETTO, 2001, p. 48).

Para concluir, o autor aponta que a superação da questão social, com a possível derrocada do capitalismo, não implica na inexistência de mais problemas que provoquem indagações em homens e mulheres.

Nesse debate qualificado, Pereira é quem faz a argumentação mais diferenciada. Ela compactua com os colegas questionando a existência de uma nova questão social, porém, questiona, além do adjetivo “novo”, a incidência ou não da “questão” (substantivo) na expressão *questão social*.

Pereira parte do princípio de que, na contradição explícita da questão social (estrutura X ação), sujeitos assumiram papéis transformando necessidades sociais em questões, mas tais necessidades não podem ser transformadas em questão sem antes serem problematizadas, e pergunta:

Será que não estaríamos diante de uma *questão latente* que, apesar de inscrita na *contradição fundamental* do sistema capitalista – a *contradição entre capital e trabalho* -, ainda não foi explicitada, dada à posição profundamente desigual dos setores progressistas na atual correlação de forças? (PEREIRA, 2001, p.51).

Segundo Pereira, existe uma “precariedade” nas forças sociais de resistência ao *status quo* e, diante disso, não se tem uma questão social explícita, e sim uma questão social latente. Nessa perspectiva, problemas sociais maximizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo mercantil, oriundos da questão social, não estão causando grandes comoções sociais capazes de resistir ao processo dado, não sendo ainda transformados em questões explícitas. Dentre os problemas, destaca o desemprego estrutural, globalização da pobreza, racismo, desmonte dos direitos sociais, etc.

Assim, a autora não caracteriza a questão social atual na mesma elaboração teórica que compreende a questão social como “embate político”, apropriada no marco da revolução industrial. Conclui:

Considero, sim, que os problemas atuais – tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da *questão social* - são produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. Donde se conclui que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de embate político, determinado por essas contradições. (PEREIRA, 2001, p. 54)

Outra autora no campo do serviço social que também discute a questão é Alexandra Pastoringe. Pastoringe desenvolveu um estudo minucioso sobre questão social, que resultou na obra intitulada *A Categoria Questão Social em Debate*.

Em seu posicionamento, Pastoringe faz coro com seus colegas que defendem a questão social como resultante das contradições entre capital e trabalho. Na perspectiva dela, há, sem dúvidas, mudanças significativas no processo de produção capitalista, na estrutura de classes e na participação política, mas isso não é o bastante para afirmar a superação ou a inexistência das contradições presentes na sociedade capitalista.

Percebe-se uma argumentação muito próxima ao discurso de Netto, afirmando existir diferentes expressões da questão social em diferentes estágios capitalistas, bem como que a questão social é inevitavelmente determinada pela “exploração” oriunda da relação entre capital e trabalho. Dessa forma, a autora afirma que a questão social tem sua explicação mais completa na “lei geral de acumulação capitalista”, desenvolvida por Marx em *O Capital*. Conclui:

Ou seja, as principais manifestações da “questão social” – pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrência das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. (PASTORINE, 2004, p. 97).

Para a autora, não é possível compreender a questão social ignorando a existência da sociedade de classes como um processo contraditório e não linear. A novidade, então, não está em uma nova questão social, mas em outro contexto social manifesto no processo histórico.

Por fim, destaca-se a interpretação de Otávio Ianni, importante nome da sociologia brasileira, que, ao compreender a contradição da sociedade de classes, da relação entre capital e trabalho, percebe uma contradição ainda mais latente e visível na contemporaneidade: a contradição entre o social e o econômico, pois há uma enorme discrepância entre os indicadores destes dois campos em que o econômico se sobrepõe ao social. Argumenta:

A um lado “encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a 8ª economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo”. No outro “encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.”
É curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e cidade. Precisamente as vítimas das dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde. (IANNI, 1991, p. 4)

Diante dessa realidade, onde a sociedade em movimento apresenta-se por desigualdade e antagonismos que constituem a questão social, Ianni diz que, no curso da história, formam-se sujeitos coletivos (grupos, classes, sindicatos, movimentos sociais) que procuram resistir à ordem vigente.

2.1.3 A Leitura do Pensamento Conservador

A terceira discussão sobre a categoria “questão social” que é proposta aqui diz respeito à leitura oportunista do pensamento conservador.

Em poder da ideologia dominante, expressões como *questão social* e *exclusão social* são usadas para explicar dolorosas feridas da sociedade contemporânea, a partir de um discurso instrumental e alienado. Propagam a discussão de tal forma, que logo tais categorias tornam-se rótulos equivocados na voz do “senso comum”, que reproduz o discurso sem se preocupar em explicá-lo.

Dessa forma, percebe-se uma banalização dos conceitos que, no caso da questão social, Ianni (1991) chama de “criminalização da questão social”, e referindo-se à exclusão social, José de Souza Martins (2004) chama de “neologismo enganador”.

Trata-se de uma artimanha ideológica que impede de resgatar a origem da questão social procedente da organização capitalista, Iamamoto sinaliza que, a partir de tal artimanha, “elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões – as várias questões sociais” (2001).

Quando se fala de um oportunismo da classe dominante, diz-se que há uma intenção em comover a população e convencê-la de que a sociedade de classes é uma argumentação ultrapassada³⁷. Percebendo a ameaça que a resistência no processo contraditório da questão social provoca para a manutenção do *status quo*, algumas reflexões, sob orientação conservadora, procuram inibir a dinâmica dialética. Netto diz que, não por acaso, as aspirações sobre a “nova questão social” – que implicam em ignorar os conflitos de classe – foram também divulgadas no Brasil pelo Partido da Social Democracia Brasileira. Nesse sentido, as premissas da vertente conservadora ignoram as contradições da sociedade e apenas lamentam os problemas sociais oriundos de tal contradição. Buscando saídas imediatas para amenizar tais problemas, mas sem comprometer a ideologia dominante.

Pastorine destaca a elaboração de Cerqueira Filho, que a esse processo chama de “ilusão ideológica”:

[...] um discurso que combina integração social e paternalismo. [...] O discurso burguês liberal típico tem sempre uma margem possível real e concreta de ilusão ideológica quando, absorvendo e lidando com o conflito social, afirma a sua inexistência. [...] Nos países de industrialização recente, como é o caso do Brasil [...], o discurso político conservador, elitista e autoritário, impregnado ainda da prática política das oligarquias agrárias não admite o conflito. Assim não é capaz da ilusão ideológica. O que fazer? Ocultar o conflito. [...] Articular uma visão de mundo, fundada na integração social por oposição ao conflito, o favor e o autoritarismo. (CERQUEIRA FILHO apud PASTORINE, 2004, p. 87)

³⁷ Embora o conceito de “classes sociais” não detenha a força explicativa que Marx supunha, pois há outras formas de exclusão não necessariamente determinadas pelo mercado, como os de gênero ou de fundo cultural e simbólico guardam validade no sentido de apontar para a distância entre os que possuem os meios de produção e os que dele são destituídos (DEMO, 1997).

Ianni, ao discutir a criminalização da questão social, diz que ainda existe no pensamento social brasileiro uma aspiração de que a “vítima” é a culpada. Ou seja, o “excluído” (pobre, analfabeto, ignorante, desempregado...) é responsável por sua desprezível condição na sociedade. A reflexão em torno da produção e reprodução das desigualdades sociais é abafada. Eis a naturalização da questão social:

Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere "naturalizá-la", considerá-la como "fatalidade" ou apenas herança arcaica pretérita.

Dentre as explicações que "naturalizam" a questão social, vale a pena destacar duas. Não esgotam o assunto, mas dão uma idéia das metamorfoses que transfiguram as desigualdades sociais.

Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de "explicar" e "resolver" a questão social. Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos, na cidade e no campo, pode trazer o "gérmen" da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa "explicação". (IANNI, 1991, p. 6 -7)

Esta naturalização implica em compreender a questão social de forma supérflua, desvinculada da história, da economia e da política. Nesta perspectiva o atendimento à questão social forma-se por relações que circundam os limites da luta de classes, sendo as manifestações da questão social caracterizadas como problemas sociais pontuais, fragmentados, inibindo o reconhecimento das diferenças e propagando um individualismo exacerbado. Esse último, denunciado por Netto, como uma impotência dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade.

Pastorine contribui para o debate dizendo:

Neutralizando e cristalizando o tempo, não se faz outra coisa que congelar, na interpretação, o movimento da própria realidade, imobilizando a totalidade social e vendo passar a história de forma linear (positivada), através de uma sucessão de fatos. A idéia positivista de história não dá lugar a contradições, já que se fundamenta numa noção de progressão temporal com uma meta final previamente definida. (PASTORINE, 2004, p. 100)

Frente à concepção conservadora, depara-se com dualismos como “inclusão e exclusão” sendo utilizados para substituir a categoria “ultrapassada” *classe social*. Como soluções para as expressões da questão social fragmentadas são utilizadas políticas de integração e inclusão social. Trata-se de uma solução cômoda que procura inserir os sujeitos num sistema que, por sua natureza, continuará excluindo

e produzindo desigualdades sociais. “Matar a fome não acaba com a pobreza e nem elimina suas causas estruturais” (MARTINS, 2004, p. 4), dessa forma, as políticas de inclusão social não mudam nada, e sim reproduzem e conservam estruturas sociais causadoras de injustiças. “Imaginar que *incluir* é dar meio prato de comida a populações *excluídas*, colocadas à margem do processo de desenvolvimento constitui um insulto e agrega à pobreza a humilhação e o deboche”. (MARTINS, 2004, p. 4)

Essas políticas medíocres são denominadas por Demo (1998) como “exclusão elegante”, já Martins (2004) chama de “inclusão perversa”. A propagação dessas políticas conduz a um processo que não compreende a totalidade e as contradições sociais, não sendo suficientes para superar a exclusão social. Assim, os autores destacam a necessidade de se pensar em políticas sociais fora das teorias de integração social, só assim as prestações de bens e serviços do Estado serão desmistificadas como concessão do capital para serem apropriadas como garantias de direitos.

Nesse contexto, a “exclusão” aparece como questão social por excelência dos novos tempos. A noção de “exclusão”, como se viu, tem sido objeto de controvérsias e críticas. Para alguns autores, ela recompõe uma interpretação dualista da sociedade, alegando que essa noção admite contornos a partir da análise econômica, uma vez que a contradição excluídos/incluídos seria produzida pelo mesmo processo econômico. Oliveira (1997, p. 60) denomina tal perspectiva, moralista e imprópria: “sob a pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável, típico da literatura moralista do século XIX, mais ainda existente ao nível de senso comum – de achar que os miseráveis são responsáveis pela própria miséria”.

Por fim, esse processo implica na constituição de políticas sociais de reparação da exclusão se tratando de uma intervenção medíocre que não aborda a raiz dos problemas e ignora a contradição que produz a questão social.

Tendo presente as diferentes formulações da questão social, considera-se a questão social a partir da leitura de totalidade dos processos, remetendo às relações contraditórias estabelecidas entre capital e trabalho no decorrer da história. Assegurando, assim, a maioria das elaborações dos teóricos brasileiros. Contrariando Castel, não se trata de uma “nova questão social”, pois as origens da questão social ainda são vigentes na sociedade contemporânea, na qual as pessoas produzem e reproduzem relações sociais num contexto determinado. Os problemas

sociais – expressões da questão social – são resultados da exploração do trabalho e da reprodução capitalista. A manutenção dos mesmos traços para decifrar a questão social não implica em compreendê-la da mesma forma em todos os momentos históricos da sociedade capitalista. Pelo contrário: diferentes formações sociais manifestam diferentes problemas sociais.

2.2 Precarização e desemprego: expressões evidentes da questão social

Independente das diferentes leituras sobre a questão social percebe-se que os autores estabelecem uma estreita relação entre questão social e trabalho.

Os primeiros movimentos da industrialização, urbanização e reestruturação provocaram mudanças constantes nas relações de trabalho que se agravam no decorrer da história. Esse processo configura o motivo mais visível da contradição posta na questão social, onde categorias diferentes defendem os respectivos interesses: por um lado os trabalhadores resistem à ideologia dominante, manifestando seus descontentamentos com a lógica estabelecida que os fragilizam; por outro, a classe dominante promove a concentração de renda inibindo a organização da classe trabalhadora.

Nessa disputa, a questão passou a ser compreendida em torno do direito ao trabalho e, por consequência, à propriedade, uma vez que, “por trás do trabalho está o poder sobre o capital e por trás do poder sobre o capital a apropriação dos meios de produção” (PASTORINE, 2004, p. 106). Com o desenvolvimento do capital, o trabalho foi organizado pelo assalariamento, que também garante, através do Estado, direito à assistência pelo trabalho. Eis aí a instituição do trabalho formal: o emprego – forma encontrada pelo capital para amenizar as resistências dos trabalhadores garantindo a coesão social e a legitimidade da ordem. Do ponto de vista histórico, é necessário compreender a questão social sem estreita relação com a exploração do trabalho. Desta forma, a questão social (de base marxista) fornece base metodológica de forte poder analítico para pensar a questão do trabalho – não só pela contradição presente, mas também pela capacidade de questionamento e resistência da parte menos privilegiada à parte hegemônica. No entanto, não parece ser suficiente para explicar as atuais mudanças no mundo do trabalho, sendo também indispensável conhecer os mecanismos propulsores do capitalismo

financeiro mundializado³⁸, não perdendo de vista que só é possível compreender as transformações no mundo do trabalho se for considerado que estas se originam no espaço mais amplo do processo de acumulação capitalista.

Nas últimas décadas, é possível ver que o mundo capitalista passa por profundas transformações. Toda vez que o capital depara-se com uma crise, encontra maneira de superá-la nos apresentando novidades. As teorias neoliberais e reestruturação produtiva são resultados de uma dessas crises. Segundo Alves (1999) o ponto de partida para as tais transformações – compreendidas a partir da mundialização do capital – ocorreu na virada da década de 1970 para 1980, quando da ofensiva do capital na produção (a reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (o neoliberalismo).

Em decorrência desses processos, o capital assume novos padrões de produção, de acumulação e concorrência, que afetam diretamente a classe trabalhadora. O processo produtivo da sociedade capitalista neoliberal exige mais eficácia, promovendo um salto no desenvolvimento tecnológico, na informatização, que, conseqüentemente, atingem os processos e relações de trabalho. Percebe-se então que as mudanças no mundo do trabalho procedem de alguns vetores principais, mutuamente implicados: de um lado, a reestruturação produtiva (centrada na introdução da informática e da automação no processo produtivo, ela conduz a mudanças na organização do trabalho – produção flexível e trabalho polivalente), que substitui o modelo fordista anterior; de outro lado a descentralização produtiva - terceirização.

Associada a esse processo, observa-se uma tendência à desregulamentação dos mercados nacionais. É nesse contexto que o desemprego assume hoje um sentido estrutural, do mesmo modo que as formas precarizadas de trabalho – o subemprego. No caso das “economias de desenvolvimento”, como a brasileira, a redução da capacidade reguladora do Estado assume repercussões ainda mais sérias sobre o mercado de trabalho, visto que a insuficiente cobertura social no País nunca chegou a se constituir em um estado de bem-estar social.

³⁸ Trata-se da remercantilização das relações capitalistas de trabalho como decorrência da ofensiva política neoliberal e acumulação concentradora sob o comando do capital financeiro mundializado, caracterizando o atual desenvolvimento capitalista. Há um controle do capital sobre os processos de produção e distribuição de riqueza (subordinação do trabalho ao capital). Sobre capitalismo financeiro mundializado, ver Chesnais (1996 e 1999) e Harvey (1993).

Daí o mercado de trabalho e a estrutura ocupacional no Brasil assumirem uma forma muito particular a partir, especialmente, dos anos 1990 (MATOSO, 1999; ANTUNES, 1995). Com a retração dos postos de trabalho formais, ou seja, com direitos e garantias sociais, cresceram as ocupações informais. O chamado setor informal, embora seja alvo de diferentes definições, tende a abarcar os diferentes regimes de trabalho caracterizados pelos assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria, que trabalham de forma individual, familiar ou associativa. Embora a questão da legalidade não seja o critério para definir o informal, as atividades nele implicadas estão, de um modo ou de outro, em um ambiente de ausência de direitos publicamente assegurados.

Deve-se assinalar que a informalidade não significa estar descolado da economia formal, desenvolvendo-se à margem do sistema. A desregulamentação do mercado não é apenas produto, mas também condição do modelo de acumulação capitalista, como elemento redutor dos custos de produção. Como exemplo disso, as relações interindustriais, ou as cadeias produtivas, combinariam não apenas organizações produtivas de diferentes tipos, como também diferentes formas de gestão da mão de obra. Ou seja, transferem-se as tarefas gerais e desqualificadas para pequenas empresas, sob um regime informal de trabalho (terceirização do trabalho), ficando as grandes com o trabalho especializado e qualificado, em um regime formal (LEITE; SILVA, 1996).

É nesse ambiente que se sinaliza para precarização e desemprego como expressões evidentes da questão social na contemporaneidade, não se trata de um problema individual. É um problema social, que atinge amplas camadas da população, independente de sua condição, que, ao contrário, querem trabalhar, mas não conseguem espaço. Segundo Mészáros (2006, p. 27) “atualmente nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do ‘trabalho temporário’ - *precarização*”³⁹, mesmo o trabalho mais estável é pressionado a intensificar a jornada e submeter-se a toda e qualquer condição de trabalho a fim de continuar formalizado.

No Brasil, Pochmann (2006, p. 60-61) aponta três componentes que fundamentam a crise do emprego: 1) desemprego em massa⁴⁰; 2) novidade do

³⁹ Grifo da autora

⁴⁰ “A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem empregos e procurando por um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período de tempo anterior.” (POCHMANN, 2006, p. 61)

desassalariamento⁴¹; 3) ocupações precárias. Mesmo utilizando as estatísticas mais conservadoras projetadas pelo IBGE, estas revelam aumentos significativos dos números que mensuram desemprego e precarização, mas estas estatísticas são insuficientes para revelar os dados reais, ou seja, o problema é ainda maior. Segundo Pochmann (2003, p. 2-3), os critérios metodológicos do IBGE mascaram o verdadeiro problema social, tendo em vista que considera desempregada a pessoa que: a) estiver procurando emprego na semana da pesquisa; b) estiver disponível para ir trabalhar imediatamente; e c) não conseguiu trabalhar (em qualquer atividade) nem uma hora na última semana. E completa:

Assim, o problema social é bem maior, porque está mascarado pela metodologia. Em São Paulo, há uma taxa de 12,4% de desempregados medidos pelo IBGE, mas há outros 7,2% que são trabalhadores informais, disfarçados, que trabalharam alguma hora na semana, até mesmo para poder sobreviver, em algum bico. Mas não têm trabalho. Portanto a taxa de desemprego é de 19,6% na grande São Paulo. Já no Estado do Piauí, a taxa de desemprego do IBGE é de 5,1% da população economicamente ativa, mas se somarmos o desemprego disfarçado, daqueles que não tem trabalho, mas trabalharam pelo menos uma hora na semana passada, esse indicador é de 55,1% da população e o total do desemprego real no Piauí, sobe para 60,3% de toda população (o desemprego atinge a todo país. Em São Paulo, na última década - 1993-2003 - o desemprego cresceu em 60%, mas no Piauí, Estado de menor renda per capita, o desemprego cresceu 180%. Três vezes mais). Na situação atual, em que o Estado não toma nenhuma iniciativa para resolver o problema, nem sequer garante ajuda desemprego, por mais que alguns meses, cerca de 2/3 das pessoas que conseguiram emprego, dizem, que conseguiram graças à ajuda de amigos e parentes! (POCHMANN, 2003, p. 2-3.)

Visualiza-se assim uma conjuntura social dramática que produz um desemprego exacerbado e aumenta a incidência de novas formas precarizadas de trabalho: trabalho parcial, temporário, terceirizado, subcontratado. O trabalho formal assegurado pelo Estado cede espaço para o trabalho informal. O trabalhador se sujeita a uma flexibilização das formas de contratação que não o assegura dos direitos sociais. Os movimentos sociais retrocedem. Estes movimentos, se fossem considerados, abririam novas perspectivas, ampliando a reflexão sobre os valores estabelecidos. Percebe-se, então, a desintegração do movimento da classe trabalhadora, situação em que se presencia uma fragilização da classe trabalhadora, pois esta se tornou mais complexa e fragmentada afastando-se da luta sindical. (ANTUNES, 1995, 2000; ALVES, 2000; MATTOSO, 1998; OLIVEIRA, 1998). Conforme sinaliza Cruz:

⁴¹ “Durante as décadas de 1940 e 1970 a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregados assalariados, sendo sete com carteira assinada. Entretanto, nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados.” (POCHMANN, 2006, p. 61)

O desemprego, obviamente, é um elemento chave na desintegração do movimento unitário da classe trabalhadora. O grau de competitividade e de individualismo que os trabalhadores foram levados nos anos 90 só pode encontrar parâmetros de comparação no processo idêntico ocorrido nos anos 80 nos países centrais do capitalismo. [...] Não foi apenas o desemprego o responsável pela crise do discurso do Novo Sindicalismo; [...] Mas é forçoso admitir que a perda de capacidade de ação política dos trabalhadores tem, sim, um componente psicossocial elevado, e que a possibilidade da perda do posto de trabalho, numa economia altamente instável como aquela do início dos anos 90, com uma elevação progressiva das taxas de desemprego, é um elemento crucial no momento do trabalhador decidir se se filia ou não ao sindicato, se participa ou não da assembleia, se entra ou não em greve, se participa ou não da manifestação contra o patronato. (CRUZ, 2000, p. 124)

Segundo dados do IBGE, em 2005, apenas 18,4% dos trabalhadores ocupados no Brasil eram sindicalizados. A probabilidade de estes terem uma participação ativa no movimento diminuiu muito quando o direito a reivindicar direitos passou a comprometer os postos de trabalho. A fila de desempregados e precarizados – “exército de reserva” – é o trunfo do capital para inibir a mobilização do trabalho. A capacidade de resistência da força social concentrada, principalmente nos sindicatos, é ameaçada condicionando a vulnerabilidade dos produtores diretos (CATTANI, 2005).

Tabela 1 - Número de pessoas sindicalizadas Brasil e Grandes Regiões 2005

Região	Sindicalizados		Não-sindicalizados		Total (1)	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
Norte	971.544	14,8	5.613.878	85,2	6.585.422	100,0
Nordeste	4.351.869	18,8	18.830.288	81,2	23.182.157	100,0
Sudeste	6.427.066	17,4	30.436.548	82,6	36.863.614	100,0
Sul	3.263.774	23,0	10.950.000	77,0	14.213.774	100,0
Centro-Oeste	969.337	15,5	5.275.672	84,5	6.245.009	100,0
BRASIL	15.983.590	18,4	71.106.386	81,6	87.089.976	100,0

Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração: DIEESE - Anuário do Trabalhador de 2007

Nota: (1) Inclusive as pessoas sem declaração de associação a sindicato

Obs.: a) Dados referem-se ao total de ocupados

Com a complexidade das relações de trabalho, a questão social também se apresenta de forma mais complexa, uma vez que o número de trabalhadores afetados pela lógica excludente do sistema vigente produz consequências desastrosas para parte significativa da humanidade – manifestadas nas mais diferentes expressões da questão social. Mesmo que a constatação de que a lógica dominante fragiliza as relações de trabalho e produz pobreza, seja clara e manifesta, há quem faça um movimento para “camuflagem” deste processo, configurando uma banalização da questão do desemprego e da precarização, bem como discutido no item anterior sobre os conceitos de “questão social” e “exclusão social”.

A leitura elaborada a favor da flexibilização do trabalho procura influenciar o senso comum para que o mesmo adquira familiaridade com a precarização do trabalho, conformando uma aceitação tácita desta. Da mesma forma, teses sobre o desemprego são pregadas falsamente pelos interesses dos capitalistas e influenciam o imaginário social: o desemprego é um problema individual, trata-se na maioria dos casos de pessoas mal qualificadas, que não tiveram oportunidade de estudar, portanto, o Estado, e os gastos públicos não têm nada a fazer - seria uma questão de sorte, de contingência do mercado; no Brasil existem muitos impostos que aumentam o custo médio de produção das mercadorias, acima dos outros países, e esse custo/Brasil, impede as empresas de contratarem mais gente, portanto, um dos caminhos seria reduzir direitos sociais e reduzir impostos; a causa principal do desemprego é que as pessoas vieram para as grandes cidades, se tivessem ficado em seus municípios de origem, teriam trabalho (POCHMANN, 2001).

Além da naturalização do desemprego e precarização, há ainda a falaciosa tese do fim do trabalho, que trata, de forma reducionista e a-histórica, o trabalho especificamente como o emprego. Entretanto, o ponderável é a crise do emprego e não o fim do trabalho, pois a diminuição do emprego e o aumento da precarização não significam reduzir a análise da crise à extinção do trabalho⁴².

Sendo assim, o discurso político conservador apresenta falsos argumentos para justificar uma naturalidade do desemprego, alegando “que não há o que fazer”. O desemprego e a precarização, como expressões da questão social no Brasil, apontam para uma grave crise social da história do País. Crise esta que se desdobra em outras expressões da questão social (acesso precário à educação, à saúde,

⁴² Sobre a distinção entre emprego e trabalho, ver Husson (1999).

lazer, informação, aumento da violência, consumo de drogas, desagregação familiar, envolvimento com crime, etc.) e que levam a população a taxas dramáticas de pobreza.

A realidade registrada por dados oficiais permite verificar que tal naturalização também é construída por situação de esquecimento e pouco estranhamento. O “Anuário dos trabalhadores”, publicado em 2007 pelo SEADE e DIESE, apresenta dados que caracterizam o desemprego e o trabalho precário no Brasil, de 2003 a 2006, nas regiões metropolitanas e Distrito Federal.

Na tabela abaixo, percebe-se uma mudança mínima do dado mensurado, mantendo os índices praticamente estabilizados – houve uma queda branda, mas constante do desemprego no início da década. Os índices de desemprego e precarização vão se naturalizando com o tempo, uma vez que o impacto “midiático” ocorrido na década de 1990 foi muito superior ao que vivenciamos nos anos 2000. No entanto, o impacto social só se agrava passando de forma ofuscada pelas análises realizadas pelo sistema hegemônico e, conseqüentemente, pelo senso comum.

Tabela 2 - Estimativa da população economicamente ativa (PEA) (1) e taxa de desemprego Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2003-2006 (em 1.000 pessoas)

	São Paulo				Porto Alegre			
Categoria	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
PEA	9.770	9.941	10.038	10.075	1.771	1.807	1.835	1.855
Ocupados	7.826	8.082	8.342	8.483	1.475	1.520	1.569	1.590
Desempregados	1.944	1.859	1.696	1.592	296	287	266	265
Taxa de desemprego (em %)	19,9	18,7	16,9	15,8	16,7	15,9	14,5	14,3
	Salvador				Recife			
Categoria	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
PEA	1.671	1.692	1.717	1.749	1.539	1.550	1.536	1.593
Ocupados	1.203	1.261	1.298	1.336	1.182	1.192	1.193	1.254
Desempregados	468	431	419	413	357	358	343	339
Taxa de desemprego (em %)	28,0	25,5	24,4	23,6	23,2	23,1	22,3	21,3
	Belo Horizonte				Distrito Federal			
Categoria	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006

PEA	2.285	1.126	1.163	1.203	1.245	2.359	2.391	2.476
Ocupados	1.828	869	920	975	1.011	1.904	1.992	2.134
Desempregados	457	257	243	228	234	455	399	342
Taxa de desemprego (em %)	20,0	22,9	20,9	19,0	18,8	19,3	16,7	13,8

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) População Economicamente Ativa (PEA) é a soma de ocupados e desempregados

Obs.: Médias anuais metropolitanas e Distrito Federal 2003-2006 (em 1.000 pessoas)

Brasil: evolução do índice de desemprego

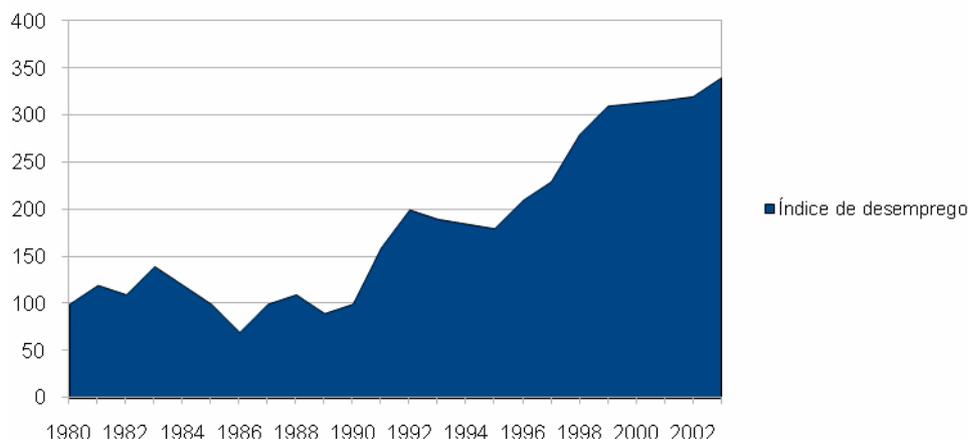


Figura 2: Brasil – evolução do índice de desemprego

Fonte: IBGE (PNAD, ajustadas) – elaboração POCHMANN (2006)

Com o baixo nível de atividades econômicas e ausência de políticas redistributivas⁴³, poucas são as condições para o crescimento do rendimento ou da ocupação. Sem alterações nos índices, parcela significativa da sociedade vive fora do mercado de trabalho com poucas ou sem condições de subsistência. Por um lado, o desemprego e precarização apresentam-se como produtores de um dado número de consequências latentes negativas, sendo associados com as formas e situações de pobreza, por outro, tal situação é invisibilizada. Boaventura de Sousa Santos, em texto recente, discute tal invisibilização alegando uma linha abissal na qual as contradições constituem-se em sistemas de distinções visíveis e invisíveis.

Apresentando-nos concepções abissais de epistemologia e legalidade, Santos (2008) diz que não há contraponto direto entre a regulação e a emancipação

⁴³ Política redistributiva, no sentido de viabilizar, nos desiguais, a capacidade histórica de conquistar participação na renda usurpada pela elite econômica e política.

que se localizam do lado visível da linha e apropriação e violência aplicada do lado invisível da linha. Dessa forma, há uma negação radical que produz uma ausência radical, uma ausência de humanidade: a subumanidade moderna. Assim, a “exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres subumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (SANTOS, 2008, p. 9).

É necessário que a análise empírica do desemprego e da precarização ultrapasse a lógica puramente econômica e verifique as consequências reais para a sociedade, que padece de graves “custos” (KLIKSBURG, 2003), assim – olhando para o que os dados mensurados representam, de fato, no cotidiano das pessoas que têm sofrido mais intensamente as contradições nas relações entre o capital e o trabalho – talvez seja possível desnaturalizar a questão do desemprego e precarização, provocando visibilização da questão e resistência da parte dos trabalhadores desempregados e precarizados (os mesmos que estão em situação de pobreza), fortalecendo o lado frágil da questão social.

2.3 Produção de pobreza: por um paradigma mais humano

A produção de pobreza na sociedade contemporânea está atrelada às desigualdades expressas na questão social que geram, reproduzem e ampliam tal fenômeno social⁴⁴. No entanto, como já elaborado no primeiro item deste capítulo, a questão social se renova, tendo em vista os diferentes momentos históricos da sociedade capitalista. Lembrando: “diferentes formações sociais manifestam diferentes problemas sociais”.

Considerando esta leitura, parte-se da desigualdade – conseqüentemente, a pobreza - como fenômeno histórico estrutural presente como componente intrínseco e contraditório de todo espaço e tempo, como aponta à dialética: “como estrutura volta sempre, como história pode sempre ser superada” (DEMO, 1997, p. 48). Apesar do peso da estrutura (poder, mercado, cultura, etc.), toda formação histórica pode ser modificada. Neste sentido, a pobreza pode ser mudada – mesmo no

⁴⁴ Cattani (2005, p. 60) afirma que quanto mais se ampliam as desigualdades, mais são favorecidas as relações acomodadas, sem contestação (por receio, por alienação) das pessoas que almejam permanecer ou se inserir no mercado de trabalho. A essas relações, o autor chama de “submissão voluntária”.

capitalismo, no qual tal categoria é elemento fundamental para a manutenção do status quo. Demo contribui:

[...] a pobreza é inerente ao capitalismo no plano estrutural, porque não poderia colocar-se fora da estrutura da desigualdade, e no plano histórico porque o mercado a reproduz como dinâmica própria. Significa também dizer que não é viável acabar com a pobreza no capitalismo – já que dela em grande parte vive – bem como é possível confrontar-se com ela, pois é fenômeno também histórico, e nisso “mexível”. (1997, p. 49)

Desta forma, a reflexão sobre a pobreza implica em um alto grau de subjetividade, não podendo ser considerada apenas no âmbito da economia, uma vez que configura também variáveis de cunho cultural, social, político, etc., refletindo a situação histórica estrutural do fenômeno.

Ao longo do tempo, a pobreza vem sendo definida por conceitos que a tratam como fenômeno unidimensional, ou seja, conceitos que consideram a renda como base da mensuração da pobreza (CRESPO & GUROVITZ, 2002). Tais elaborações geralmente mensuram a pobreza segundo o coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. No entanto, pobreza não possui apenas caráter material – estrutural – e precisa ser considerada tendo em vista outro paradigma.

A partir dos trabalhos do Prêmio Nobel da Paz Amartya Sen (p. ex. SEN, 2000), o tema da pobreza passou a ser visto como fenômeno multidimensional e, assim, definido como “privação de capacidades”, que faz com que o potencial do indivíduo em auferir renda seja diminuído. Segundo Sen, a pobreza é relacionada a múltiplos fatores em que existe a carência de bens e de serviços essenciais – mínimos sociais – e também uma carência social, que condiz na incapacidade de participar na sociedade – a falta de voz, de poder e independência –, que sujeita as pessoas à exploração, e que as tornam mais vulneráveis e expostas ao risco. Entretanto, o autor não nega a baixa renda como um indicador importante, pelo contrário, entende que a falta da renda pode representar uma razão básica da privação de capacidades das pessoas.

Mensurar a pobreza partindo da análise da “privação de capacidades” significa desviar a atenção principal dos meios (renda) para os fins, ou seja, para a

capacidade⁴⁵ dos pobres alcançarem os fins. Desta forma, a noção de pobreza como ausência de capacidade e a noção de pobreza como baixo nível de renda, estão relacionadas. A renda é elemento importante para obtenção de capacidades – o que não significa dizer que renda mais elevada produz capacidades maiores. O aumento das capacidades implica na expansão das produtividades e do poder de obter renda, contribuindo para diminuir as privações humanas e diminuir a pobreza (SEN, 2000). Neste sentido, a proposta de Sen tem forte relação com a dinâmica da questão social, uma vez que busca potencializar capacidades para que a parte menos favorecida – trabalhadores pobres – questione o contexto em que estão inseridos e, assim, mudem suas condições de pobreza numa perspectiva histórica.

Tratar as desigualdades sendo apenas material implica na formulação de programas assistencialistas de distribuição da renda que, via de regra, permite aumentar a renda familiar dos mais pobres, contribuindo para que, pelo menos do ponto de vista das estatísticas oficiais, fique acima da linha da pobreza. Mas não basta assistência econômica por parte do Estado, deve-se promover o desenvolvimento de capacidades que permitam às pessoas se aperceberem da sua condição desigual histórica, gerar renda e buscar uma superação da sua situação de pobreza.

Tendo em vista esta leitura, o desemprego e precarização não podem ser abordados como categorias econômicas costumeiras que caracterizam a simples redução ou perda de renda. Os danos que devem ser considerados são mais amplos, produzem pobreza e vão muito além das visões puramente economicistas. A contraditória conjuntura social forma impactos devastadores sobre o mundo do trabalho que precisam ser visibilizados e confrontados. A dificuldade de gerar renda repercute diretamente em uma privação de capacidade das pessoas em situação de pobreza. Além das deficiências econômicas, a pobreza envolve também a violação dos direitos humanos em grande escala, e esta violação, por sua vez, atenta à dignidade humana (KLIKSBERG, 2003).

Baseado em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Kliksberg (2003) afirma que, na América Latina, quase metade da população é pobre e que a pobreza manifesta-se no plano mais básico da vida cotidiana. No Brasil, segundo

⁴⁵ Sen entende “capacidade” como um tipo de “liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos” (SEN, 2000).

dados do IBGE de 2003, 32,6% dos municípios brasileiros tinham mais da metade de sua população vivendo na pobreza absoluta.

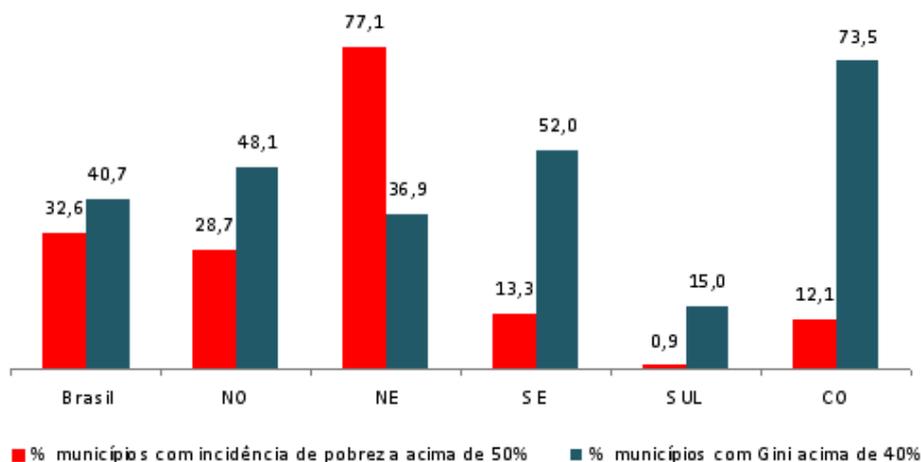


Figura 3: Proporção dos municípios com incidência de pobreza acima de 50% índice Gini acima de 40% - Brasil e Grandes Regiões - 2003
Fonte: IBGE - Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003

Kliksberg (2003) diz que a pobreza em massa constitui um escândalo num mundo que já conta com descobertas e avanços rápidos em termos de produção e bens de serviço, uma vez que tais avanços não refletem no cotidiano dos pobres. Segundo o autor, em média, metade da renda nacional de cada país na América Latina é direcionada para apenas 15% da população. No Brasil, por exemplo, “10% da população mais rica se apropria de 46% da renda nacional, enquanto metade da população possui apenas 15% desta renda” (KLIKSBURG, 2003, p. 21). Desta forma, as altas taxas de precarização e desemprego refletem um significativo aumento da pobreza e compõem um índice de desigualdade caracterizado como um dos maiores do planeta. Outro componente que contribui para que o Brasil adquira tal rótulo é a forma desigual de como são arrecadados os impostos no País, tendo em vista que se trata de uma estrutura regressiva oriunda do fenômeno da financeirização, que faz com que os pobres paguem mais⁴⁶.

⁴⁶ “De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos tem uma carga tributária de até 48% de seu rendimento. Por força dos impostos indiretos (que se encontram incluídos nos preços de bens e serviços básicos), quem recebe dois salários mínimos mensais deixa quase um salário mínimo com a Receita Federal. Já o trabalhador com remuneração superior a 30 salários mínimos mensais deixa para os impostos somente 26% de sua renda.

Em síntese, quem ganha mais paga menos impostos. Ao contrário de quem recebe menos, cuja carga tributária é quase o dobro da que incide sobre os salários maiores” (POCHMANN, 2009).

Frente a isso, no Brasil, há um grande desequilíbrio das políticas sociais em detrimento das políticas econômicas⁴⁷, o que repercute nas contradições entre o crescimento e a desigualdade social. Crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social. Mesmo que as estatísticas apontem uma evolução econômica do Brasil, a ponto de não ser mais considerado um país pobre, este convive com altos índices de pobreza, mesmo que estes índices não tenham avançado nos últimos anos⁴⁸, e, ainda assim, sendo considerado como um dos países de maior desigualdade do mundo. Conforme reflete Gaiger:

Uma população majoritária persistentemente de pobres, num país de recursos abundantes, tem permanecido quase imune à evolução econômica, na falta de programas estruturais contínuos, alicerçados em decisões políticas de ampla envergadura. A pobreza extrema, em particular, mantém-se presa aos processos de reiteração das desigualdades, de modo que, ao cabo de sucessivas fases de estagnação e de crescimento, o Brasil deixou de ser um país pobre e dependente, para converter-se numa das principais economias mundiais, sem deixar de conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano. (GAIGER, 2008, p. 02)

Desta forma, a opção pela primazia da economia causa um grande mal estar social reproduzindo limites (desigualdades sociais, sustentabilidade ambiental, etc.) gerados por decisões fundadas exclusivamente no progresso material. Baseado neste argumento, Pochmann (2009) aponta para a necessidade de outro padrão civilizatório, no qual a organização da economia deve ser o meio necessário para o atendimento do desenvolvimento social. Caso contrário, “prevalecerão as duas categorias básicas de homens a se manterem no porão do navio: os pobres excluídos da dignidade humana e os ricos condenados à solidão e à lógica da rivalidade” (POCHMANN, 2009).

Tendo presente que o crescimento não é capaz de produzir mudanças profundas na pobreza, que o manejo de distribuição de renda não dá conta de superar o problema e que potencializar as capacidades dos pobres para iniciativas

⁴⁷ Pochmann (2004) fala em secundarização das políticas públicas da área social, uma vez que há uma subordinação aos princípios econômicos expressa desde o regime militar e que não foi alterado pelos governos democráticos. Historicamente, percebe-se um recorrente predomínio dos ministérios da área econômica: Planejamento, Fazenda e, mais recentemente, o Banco Central.

⁴⁸ “Não obstante a piora no interior do mercado de trabalho, constata-se que a pobreza nas seis regiões metropolitana não vem aumentando, apresentando, inclusive, queda até o mês de março de 2009. Em grande medida, o comportamento inédito da pobreza desde a crise da dívida externa no Brasil (1981-83) encontra-se relacionado à elevação do valor real do salário mínimo e à existência de uma rede de garantia de renda aos pobres. A crise afeta decisivamente o conjunto dos trabalhadores em maior medida que outros setores da sociedade. Mesmo assim, a base da pirâmide social não registra ainda os mesmos sinais de regressão econômico e social verificados em outras crises ocorridas no Brasil.” POCHMANN, 2009, p. 20).

de confronto – por uma possível superação histórica – é de suma importância, compreende-se duas importantes premissas para o combate a pobreza:

a) geração de trabalho e renda: sem o trabalho – gerador de renda – não há possibilidade de autossustentação e subsistência humana. Ter trabalho remunerado é condição indispensável para o desenvolvimento, tendo em vista o acesso estruturante da renda e as condições materiais da vida;

b) cidadania e desenvolvimento de capacidades: criar capacidade para que o pobre faça jus de sua cidadania e combata a pobreza como sujeito capaz de mudar seu próprio contexto histórico.

Dentre as possibilidades de políticas que comportam estas duas premissas, destaca-se a *ativação econômica* dos setores sociais empobrecidos. Gaiger (2008) apresenta tal possibilidade como potencializadora de melhorias que provocam efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento social e econômico. Segundo o autor, que orienta sua elaboração a partir da reflexão de Sen,

o princípio da ativação consiste em converter os beneficiários dos programas de apoio em protagonistas. Essa abordagem transfere o centro das atenções, dos mecanismos de geração e distribuição de renda, para os fatores e situações que provocam, perpetuam ou modificam diferenças nas *capacidades de funcionamento* das pessoas e das suas famílias. (GAIGER, 2008, p. 05)

A perspectiva da ativação econômica é fortalecer os mecanismos capazes de transformar capacidades em renda para, posteriormente, potencializar o desenvolvimento de funcionamentos de novas capacidades. É preciso superar a privação de capacidades para que as pessoas se apercebam das suas condições de ser e reajam de forma adequada para que garantam melhorias nas suas vidas. Caso contrário, reproduz uma lógica perversa, naturalizando e invisibilizando o processo excludente, no qual os pobres “são vítimas e não protagonistas: pessoas sistematicamente expostas à carência, ao desemprego e à vulnerabilidade são minadas em sua auto-estima e se auto-excluem da condição de agentes” (GAIGER, 2008, p. 06). No entanto, a reação esperada dos pobres não advém apenas de recuperação da renda, mas de uma condição de sujeitos de suas próprias histórias, motivada por experiências positivas de participação e reconhecimento.

Investir e motivar unidades produtivas dos pobres pode significar aumento dos postos de trabalho constituídos diante da necessidade econômica (alimentando o nicho de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal), mas que propõem,

através de outros princípios e valores, a possibilidade de uma nova cultura do trabalho (TIRIBA, 2001) e, conseqüentemente, trazem para o âmbito da sociedade a introdução de novas práticas e valores – inversos ao da lógica dominante – retomando a disputa no âmbito da questão social.

Desta forma, medidas efetivas para romper a dinâmica das desigualdades compreendem motivar a ativação econômica dos pobres, reconhecer e promover o protagonismo dos mesmos (ASSEBURG; GAIGER, 2007). As políticas em favor dos pobres não podem ter caráter apenas distributivo, compensatório, assistencialista e de curto prazo – de governo – e sim políticas de longo prazo – de Estado – capazes de potencializar a geração de trabalho e renda somada às capacidades de cidadania. A ativação econômica deve garantir que os rendimentos produzidos pelos pobres sejam integralizados por eles e revertidos em capacidades materiais, políticas, intelectuais, etc., para que, assim, sejam visibilizados.

As experiências que caracterizam a “ativação econômica” não acabam com o problema da pobreza, mas avançam numa perspectiva real de confronto capaz de intervir nas estruturas históricas, potencializando as diferentes capacidades rumo a um desenvolvimento social equitativo.

As iniciativas de economia solidária refletem estas experiências, que precisam ser reconhecidas e visibilizadas. Buscando alternativas de subsistência, trabalhadores, inserem-se em um movimento de organização do trabalho e da produção de forma coletiva, resultando na expansão de uma “economia marginalizada”, que se localiza a margem do mercado de trabalho formal. Segundo Razeto (apud CRUZ, 2006), a “exclusão social” específica do tipo de evolução recente do sistema capitalista produziu uma “economia popular” que passou a dar lugar a uma “economia da solidariedade”.

Frente a esta “economia marginalizada”, percebe-se um impulso destes trabalhadores que elaboram alternativas para superarem as mazelas da pobreza cotidiana. Muito discretamente, há um exercício de disputa destas pessoas que almejam a humanidade, a subsistência e inclusão – mesmo que seja a inclusão perversa sustentada pelo sistema capitalista. Não se trata de uma disputa ideológica que questiona diretamente as contradições entre capital e trabalho, mas de um questionamento indireto desta contradição, em que as pessoas, em um primeiro momento, se esforçam para fazer parte da realidade e, depois de fortalecidas, buscam desconstruir o processo desigual em detrimento de conquistar espaço

social, econômico, político e cultural. O momento de crise pode ser superado por força das circunstâncias, mas o momento conquistado é alimentado pela necessidade de transformação histórica. Embora sejam, ainda, experiências pequenas, localizadas e com pouca expressão econômica, as iniciativas de economia solidária caracterizam um potencial significativo de formação de “capacidades” e não podem ser superestimadas porque são “gotas no oceano”.

2.4 Pobreza e economia solidária: os empreendimentos econômicos solidários entre a fragilidade econômica e a força política

Como vimos, a população brasileira tem sofrido fortemente as contradições nas relações entre o capital e o trabalho. As iniciativas de “ativação econômica” – como a economia solidária - expressam diferentes formas de organização coletiva e autogestionária de trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal. Se por um lado estas iniciativas representam uma alternativa de geração de trabalho e renda como estratégia de sobrevivência frente à precarização e ao desemprego e somam-se às demais atividades informais funcionais ao capital, por outro, os EES ressurgem partindo de outra concepção de gestão e produção do trabalho, alicerçadas em princípios de solidariedade, participação e igualdade e capazes de potencializar outras capacidades que não só a geração de bens e serviços.

A economia solidária ganha visibilidade social e política na década de 1990 – por consequência dos impactos no mundo do trabalho. Antes disso, as iniciativas tinham pouca notoriedade, não apresentando um caráter de geração de trabalho e renda, mas apenas de subsistência. Porém, elas já vinham se destacando nas relações de produção de pequeno porte organizadas por núcleos familiares e por comunidades. Hoje estas experiências são reconhecidas como unidades produtivas que transcendem o patamar da subsistência, atingindo níveis de acumulação e crescimento (GAIGER, 1999a). Mas, ainda assim, em sua maioria, são consideradas experiências frágeis, com pouco capital (inicial e de giro), e que, embora adquiram outros valores de produção e gestão, precisam subsistir no mercado capitalista.

Na economia solidária, os trabalhadores associam-se em iniciativas coletivas e autogestionária e têm como horizonte a reprodução ampliada da vida (diferentemente da reprodução ampliada do capital). Sem romper com o mercado capitalista, pelo contrário, sendo funcionais ao mesmo, os EES, a priori, estão

estritamente relacionados às questões de sobrevivência. A maioria das iniciativas de economia solidária no Brasil é organizada em resposta ao processo excludente e por forças das circunstâncias. Segundo os dados do SIES, da SENAES, a adesão das pessoas ocorre, por ordem de prioridade, como alternativa ao desemprego (30,9%), para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo (15,5%) e como fonte complementar de renda (14%) – ver tabela 6, anexo A. A remuneração dos trabalhadores associados ainda é muito precária: até meio salário mínimo (25,4%), de meio salário mínimo a um salário mínimo (16,1%) e de um salário mínimo a dois salários mínimos (7,5%) – ver tabela 54 anexo A.

Desta forma, mesmo em condições de visibilização, os empreendimentos econômicos solidários ainda se encontram em um patamar marginalizado, uma vez que os recursos gerados pelos empreendimentos não dão condições dos trabalhadores atingirem todos os mínimos sociais. A pobreza é a ausência de um padrão de vida mínimo, o que significa dizer que ter o básico não supera a condição de ser pobre. “O padrão de vida não decorre só da renda, pois inclui a capacidade de custear a atenção às necessidades e/ou a possibilidade de acessar a sua cobertura” (SPOSATI, 1997, p. 22).

Se por um lado a economia solidária ainda não supera totalmente a carência de bens e de serviços essenciais, por outro avança na capacidade de participar na sociedade, adquirindo voz e vez e legitimando certo protagonismo popular. O fato condiz com estudos qualitativos anteriores (SANTOS, 2004; IBASE, 2001), segundo os quais as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos EES. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático (motivado pela dinâmica autogestionária da economia solidária) são fatores decisivos para o trabalhador viver outra relação de trabalho e, conseqüentemente, apropriar novas representações sociais. Com a participação, os trabalhadores interagem com a diferença e com o erro, expõem preferências, percepções e revelam diferenças e contradições. Essa interação é o que possibilita uma revisão, por parte dos trabalhadores, de suas posições e interesses não só no que diz respeito ao EES, mas também ao ambiente externo: a comunidade e a sociedade. Os novos valores e representações motivam os trabalhadores a uma organização política entre os EES que resultaram em espaços de articulações locais, regionais, estaduais e nacional. Desde o ano de 2003, como já sinalizado no capítulo 1 desta tese, tem-se presenciado um avanço dessas iniciativas em prol de

um movimento organizado e articulado em nível nacional, que busca consolidar espaços para as mais diferentes expressões da economia solidária: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Apesar da fragilidade econômica dos EES e de seus trabalhadores, há um fortalecimento dos mesmos, que passam a questionar o processo histórico em que estão inseridos e a disputar espaços para a promoção de outra economia e, conseqüentemente, outra sociedade. Segundo os dados do SIES, 13,7% dos EES do Brasil participam de Fórum ou Rede de economia solidária, 8% participam de movimento social ou sindical e 7,1% participam de Redes de produção e comercialização (ver tabela 63, anexo A) e a maior parte (57,7%) dos EES possui alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares, sendo que 27,8% do movimento comunitário, 26% do movimento sindical (rural ou urbano), 21,3% participam do movimento de luta pela terra ou agricultura familiar, 12,9% do movimento ambientalista, 7,6 pela luta pela moradia, 6,2 participam de movimento religioso ou pastorais, 4,6 lutam pela igualdade racial, 4,4% do movimento de mulheres ou de gênero e 1,9 do movimento de ameaçados ou atingidos por barragens⁴⁹ - ver tabelas 64 e 65 anexo A. Isso significa que há um representativo envolvimento dos sujeitos da economia solidária em espaços coletivos de luta e questionamentos da dinâmica hegemônica.

Essa dinâmica que potencializa a formação de sujeitos críticos a partir do envolvimento com a nova práxis, com as novas relações sociais de trabalho⁵⁰ e com o sujeito político coletivo, compreende a argumentação que nega a economia solidária como simples paliativo ao desemprego e a precarização de trabalho, sendo considerada como resposta às demandas sociais urgentes e, assim, sendo base para a reconstrução da classe popular (GAIGER, 1998). De certa forma, os EES fortalecem as capacidades de ação dos empobrecidos. Embora a fragilidade dos EES, estes encontram uma via de compensação em fatores cujo efeito positivo deriva do caráter associativo, cooperativo e autogestionário por eles incorporado (Gaiger, 2001).

⁴⁹ Ainda 4,4% do total participam de outros movimentos não citados.

⁵⁰ Sobre as mudanças nas relações sociais de trabalho nos EES ver SANTOS, 2007.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM EVIDÊNCIA

Diante das complexidades contidas no atual panorama do mundo do trabalho e da questão social, percebem-se formas coletivas de organização do trabalho, diferentes daquelas promulgadas pela dinâmica capitalista – pois são organizações econômicas em que a relação entre capital e trabalho não está posta da forma tradicional. As consequências das desigualdades da sociedade vigente refletem diretamente no cotidiano dos trabalhadores, que passam a se organizar em iniciativas de economia solidária, numa perspectiva primeira de superar as condições de pobreza. É expressivo o número de experiências coletivas, nos espaços rurais e urbanos, presentes no Brasil (como mostram os dados do SIES), a partir de cooperativas de produção, cooperativas de trabalho (serviços), cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, associações, redes de cooperação, fábricas recuperadas (empresas de autogestão), bancos comunitários e várias organizações populares que, no geral, são reconhecidas como economia solidária.

Os empreendimentos de economia solidária são caracterizados pelo trabalho associado, autogestionário, que estabelece outras relações de poder, solidariedade e participação (SANTOS, 2004). Esses empreendimentos também se caracterizam pela socialização dos meios de produção, que carregam o potencial não mais centrado na reprodução do capital, mas na reprodução ampliada da vida (CORAGIO, 2000; TIRIBA, 1999).

Embora a economia solidária tenha adquirido maior notoriedade na década de 1990, vem apresentando forma – com a atual roupagem – desde meados da década de 1970, quando identificada mais uma crise do capitalismo que foi intensificada nas décadas posteriores. Entretanto, não se trata de uma novidade do século XX e sim uma revivência da luta histórica de trabalhadores que, frente às diferentes crises do capitalismo e das respectivas consequências, encontram espaço para novas formas de economia (SINGER, 2002b).

A economia solidária é uma herança do “cooperativismo revolucionário”, idealizado pelos pensadores socialistas utópicos do século XVIII: Owen e Fourier (SINGER, 2002b, 2002c), que almejavam outra sociedade, a partir de uma

autonomia comunitária⁵¹. No entanto, experiências mais recentes também caracterizam o processo. Lechat (2002) afirma que as iniciativas econômicas solidárias são oriundas de crises econômicas e que se apresentam de diferentes formas de acordo com diferentes momentos históricos. Tratando do caso da antiga economia social na Europa, a autora aponta três momentos:

As décadas de 30 e 40 do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornarem-se proletariados essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pela doença e pela morte. A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre essas associações.

A grande crise dos anos 1873 - 1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores [...].

A depressão econômica dos anos 1929 - 32 provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra Mundial levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas antes disto as cooperativas de consumo e habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários. (LECHAT, 2002, p. 3)

Tiriba (2008) contribui dizendo que a construção da autonomia do trabalho também está relacionada a processos revolucionários e aponta algumas experiências no século XX: controle operário e os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905 e 1917), a Guerra Civil Espanhola (1936 -1939), as experiências de autogestão na Iugoslávia (1950), conselhos operários surgidos na Hungria (1956) e na Polônia (1956, 1970) com o movimento *Solidarnosc* (1980), Argélia (1962) e Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Na América Latina e Caribe: as Revoluções Cubana (1959) e Nicaraguense (1979), algumas curtas experiências vividas na Bolívia, Peru e Chile (1972), a dos indígenas em Chiapas (desde 1994). Enfim, em diversos momentos da história, os trabalhadores buscaram alternativas para amenizar os impactos das crises.

Como estratégia de sobrevivência ou estratégia de ruptura com as relações capitalistas de produção, como um paliativo à crise estrutural do capital ou como uma instância dos processos mais amplos de construção de uma nova sociedade, os trabalhadores associados têm tentado, à sua maneira, 'governar' a si mesmo e/ou mundo do trabalho. (TIRIBA, 2008, p. 76)

As diferentes práticas de economia solidária refletem os diferentes contextos históricos em que elas aparecem. Trata-se de experiências com características

⁵¹ Sobre a história do cooperativismo e associativismo ver Singer (2002b) e Faria (2005).

comuns, porém distintas, oriundas de processos sociais diferentes, o que faz com que a discussão conceitual em torno do tema “economia solidária” não seja unânime, motivando leituras diversas, a exemplo dos conceitos de economia social na Europa e economia popular na América Latina. Segundo França Filho & Laville (2004), compreender o fenômeno economia solidária implica conhecer as respectivas dimensões históricas, o que significa dizer que, na Europa, a economia solidária deve ser compreendida dentro da história de uma economia social⁵² e, na América Latina, a economia solidária faz referência à tradição de uma economia popular.

Na América Latina, o aprofundamento das desigualdades agrava as condições de vida da população pobre. Historicamente este contingente de pessoas – por força das circunstâncias – desenvolveu as mais diferentes formas de enfrentamento da pobreza, que, em grande parte dos casos, compreendem práticas econômicas de base comunitária e de reciprocidade reconhecidas como economia popular. No Brasil, as iniciativas de economia popular – impulsionadas pela necessidade de sobrevivência econômica – caracterizam-se por diferentes iniciativas (individuais, familiares e comunitárias) que vão desde iniciativas coletivas de organização solidária de produção de bens e serviços até iniciativas ilícitas que produzem a violência, como o tráfico de drogas⁵³.

Icaza e Tiriba buscam compreender a economia popular frente a esta dinâmica histórica na qual os setores populares tentam assegurar (de acordo com os

⁵² Segundo França Filho & Laville, a economia social e a economia solidária dizem respeito a universos distintos de experiências na Europa, uma vez que “[...] as experiências modificam o conteúdo de suas práticas, mudando de fisionomia ao longo da história, em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestonária, baseada em lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou importadas do mercado. A perspectiva da economia solidária desaparece num primeiro e longo momento, em favor do desenvolvimento de uma economia social que se torna altamente institucionalizada durante o transcurso do século XX – seu papel praticamente limitando-se àquele de um apêndice do Estado” (França Filho ; Laville, 2004, p. 178). O ressurgimento da economia solidária, no rastro dos novos movimentos sociais europeus, teria se dado, em parte, para questionar uma economia social em vias de se afastar dos ideais cooperativistas de igualdade e democracia, em nome de competência técnica e competitividade no mercado.

⁵³ Segundo Razeto (1993, p. 36-37) a iniciativas de economia popular podem ser classificadas da seguinte forma: 1) soluções assistenciais, como mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência orientados a setores de extrema pobreza, etc.; 2) atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas; 3) iniciativas individuais não estabelecidas e informais, como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, coletores e vendedores de sucata, etc.; 4) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios, como bares, birosacas, etc. (geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família); 5) organizações econômicas populares: organização de pequenos grupos que buscam, associativa e solidariamente, encarar os problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos e geralmente potencializados por agentes externos (paróquias, comunidades, sindicatos, partidos, etc.).

horizontes políticos e práticos dos atores envolvidos) a reprodução ampliada da vida. Essas autoras conceituam economia popular como:

O conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente a reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos. (ICAZA; TIRIBA, 2009, p. 150)

Embora a busca de alternativas de sobrevivência – frente à questão da pobreza – não seja um fenômeno novo, apresenta uma abrangência nas últimas décadas percebida em toda América Latina (TIRIBA, 1998; FRANÇA FILHO ; LAVILLE, 2004).

3.1 Economia solidária na América Latina: o quadro conceitual

Tendo presente a formação histórica da economia solidária na América Latina defendida aqui (questão social, pobreza, economia popular, economia solidária), segue um esforço para traçar o debate conceitual, munido de limites e potencialidades, da economia solidária na América Latina.

A discussão conceitual em torno da economia solidária não está dada, ao contrário, engendra uma diversidade de leituras de estudiosos – de diferentes áreas de conhecimento, como já referido no capítulo 1 deste trabalho – que dedicaram suas pesquisas com o objetivo de compreender a emergência das iniciativas econômicas e solidárias no final do século XX, em vários países – em destaque países da América Latina. A partir destes estudos, o debate teórico sobre as elaborações das noções de *economia popular* e *economia solidária* tornou-se constante no referido continente (LAVILLE ; FRANÇA FILHO, 2004; FRANÇA FILHO, 2002).

Diante da questão histórica, na América Latina a economia solidária tem sido interpretada como resistência dos setores populares frente às mazelas da sociedade vigente – como já sinalizado. Dentre os autores que marcaram o início desta reflexão, está Luis Razeto que, em 1984 apresentava o termo “economia de

solidariedade” como forma de explicar experiências econômicas de caráter associativo, oriundas da economia popular, que formavam uma racionalidade “especial” composta por traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993).

Embora a economia solidária seja um contínuo da economia popular, as duas não possuem o mesmo significado. Segundo Razeto (1993), a economia de solidariedade é caracterizada por valores como cooperação, comunidade, coletividade, etc., que não estão presentes em todas as experiências de economia popular. Assim como nem toda a economia popular é economia solidária, nem toda economia solidária é economia popular, uma vez que há experiências de economia solidária – mesmo que minoria – que não são oriundas do “popular”, sendo formadas por outros segmentos sociais que buscam orientar suas práticas, tendo em vista a solidariedade e a autogestão (por exemplo, as cooperativas de profissionais liberais).

Mesmo que a economia da solidariedade seja impulsionada pelas necessidades de subsistência, Razeto a considera uma economia alternativa que se contrapõe ao capitalismo por envolver setores do trabalho e não do capital (RAZETO, 1999). Para o autor, a economia da solidariedade retoma um homem livre com relação comunitária, que se preocupa com o bem comum, capaz de potencializar outra civilização baseada na solidariedade e no trabalho (RAZETO, 1997).

Razeto diz que são vários os processos sociais – elenca pelo menos dez⁵⁴ – que abalam as estruturas sociais, políticas e culturais, que contribuem para a formação da economia alicerçada na solidariedade. Entretanto, sem um movimento dos atores em prol de um projeto civilizatório alternativo (as estratégias de sobrevivência precisam se transformar numa opção social, econômica e política), os fatores externos não podem dar conta de uma mudança estrutural de fato.

Coraggio é outro autor da América Latina que compartilha da leitura de economia alternativa pelo trabalho e não pelo capital. Dedicado a estudar estratégias de sobrevivência da população pobre frente ao desmonte do Estado desenvolvimentista (na Argentina), Coraggio (1991) percebia a emergência de uma

⁵⁴ Economia popular, aporte externo (poder público e entidades de apoio), as relações de trabalho capazes de produzir laços de solidariedade, participação popular, novos movimentos sociais, alternativas de desenvolvimento, ecologismo, mulheres e a luta pela sobrevivência, preservação de tradições antigas (povos indígenas) e a busca de valores éticos (RAZETO, 1993)

economia popular⁵⁵ orientada para a reprodução da vida e não do capital – condição que diferencia economia popular de outros setores econômicos. Segundo o autor, a economia popular possui importância significativa na sociedade, mas, frente à dinâmica neoliberal, elas são frágeis e dispersas, precisando fortalecer-se em torno de um projeto comum para responder como setor capaz de tensionar a “questão social” e ser contraponto de fato. Desta perspectiva, Coraggio entende a “economia popular como ponto de partida socioeconômico das práticas de economia social orientadas à institucionalização de uma economia do trabalho” (2009, p. 126) e elabora a economia do trabalho numa perspectiva de pensar as relações de trabalho para além daquelas direcionadas pelo capital, implicando em

reconhecer, recuperar, potencializar, inventar e desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, para que se alcancem outros produtos e resultados desejáveis e para que se possa desfrutar plenamente a vida cotidiana, a qual também inclui trabalho como experiência de deleite e fraternidade. (CORAGGIO, 2009, p. 122)

Desta forma, Coraggio aponta a economia popular como parte de um processo mais amplo, que produz uma “economía social y solidaria” e esta, por sua vez, não pode se limitar a uma integração dos excluídos. É preciso capacitar um desenvolvimento econômico no qual o paradigma da empresa eficiente e do mercado autorregulado não seja orientador das práticas solidárias, e sim um desenvolvimento econômico que possibilite um confronto à dinâmica hegemônica em prol de uma mudança no contexto social (CORAGGIO, 2008, p. 2).

Contribuindo para o debate, o sociólogo peruano Aníbal Quijano estuda o processo numa perspectiva de existência social sem exploração⁵⁶. O ressurgimento das formas alternativas de produção, segundo o autor, é consequência de dois momentos: a luta para assegurar a sobrevivência e a busca de alternativas.

O primeiro momento diz respeito a uma situação em que “as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o consequente comportamento da realidade” levam os trabalhadores a enfrentarem o problema a partir da reciprocidade potencializada em práticas sociais que estabelecem outra

⁵⁵ Coraggio (1992, p. 8) define economia popular como “el conjunto de actividades económicas (en el sentido de producir bienes y servicios o de requerir recursos escasos), realizadas por agentes individuales o colectivos, que dependen para su reproducción de la continuada realización de su fondo de trabajo propio”.

⁵⁶ Quijano (2002, p. 510) argumenta que o regime de propriedade coletiva não é condição suficiente para garantir o estabelecimento de relações de igualdade no processo de produção (como acreditava o materialismo histórico), mas a dominação que uns exercem sobre a força de trabalho de outros que – por consequência – são associadas à dominação da subjetividade, do conhecimento, do modo de produzir conhecimento.

relação com o trabalho e, por conseguinte, com outras instâncias da existência social; o segundo refere-se à possibilidade de alternativa ao capitalismo. O autor alega que as iniciativas solidárias não representam um modelo de substituição ao capitalismo, e sim novas relações sociais, sem exploração e dominação, que possuem a solidariedade como elemento necessário pra manter a proposta alternativa, mas não suficiente para garantir a formação de um modo alternativo de produção (QUIJANO, 2002).

Embora a adesão primeira dos trabalhadores seja a busca da sobrevivência, posteriormente, a prática social imprime consciência política das suas ações. Quijano acredita que, a partir da prática social, se produz resistência ao modo de produção capitalista quando as práticas oriundas da busca de sobrevivência se aproximam daquelas onde os trabalhadores possuem consciência política e, assim, formam um coletivo crítico de resistência. Desta forma, a autogestão e democracia presentes nas práticas sociais são elementos transformadores alternativos – diferente das práticas capitalistas – capazes de reduzir a dominação, contraporem a lógica dominante e perseguir uma sociedade sem exploração.

Dentre os autores brasileiros, Singer (2000) apresenta uma leitura bastante otimista e – diferente da maioria dos autores – afirma que a economia solidária é um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho formal. Segundo o autor, as experiências de economia solidária ensejam a reconstrução da cidadania, pois, ao se integrarem a estas iniciativas, muitos trabalhadores experimentam, pela primeira vez, o gozo de direitos iguais, o prazer de serem livres e expressarem suas posições. Dessa forma, Singer atribui à economia solidária um caráter revolucionário. Trata-se de revoluções, tanto no nível individual como no social, que não interferem apenas em situações macro como a superação de desemprego e precarização, mas que interferem diretamente em novas relações de trabalho dos trabalhadores, desses com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Assim, a economia solidária apresenta-se também como ato pedagógico, uma vez que propõe nova prática social e um entendimento novo desta prática (SINGER apud TIRIBA, 2008).

Logo no início de suas elaborações, Singer já acreditava na dimensão competitiva da economia solidária frente ao capital. Ele fala em uma competição sistêmica entre “um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e

outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade” (SINGER, 1997, p. 13). Apesar disso, o autor reconhece que a superação de um modelo pelo outro ainda não é possível e, por isso, as experiências de economia solidária subsistem no sistema capitalista dependendo das contradições do modo de produção dominante para lhe abrir caminho. Por sua vez, a economia solidária precisa superar esta dependência e gerar sua própria dinâmica (SINGER, 2002c).

Tiriba já é mais cautelosa, compreendendo uma leitura crítica dos limites e potencialidades da economia solidária. Entendendo que a economia popular aponte para uma revalorização das atividades econômicas do contexto popular, Tiriba (2001) também percebe um potencial da economia “popular”⁵⁷ solidária, tendo em vista que se trata de um espaço onde subsistem antigas relações sociais de produção, capazes de potencializar uma nova cultura do trabalho. Mas a autora alega que tais práticas não necessariamente caracterizam alternativa ao sistema, pelo contrário, podem, em muitos casos, servir apenas como alívio da pobreza. Tiriba (2008) acredita numa pedagogia da produção associada que poderá formar trabalhadores para uma nova cultura do trabalho. Ela elenca três concepções teórico-metodológicas que estão no seio da economia solidária:

- a) enfatizam-se os aspectos éticos das relações sociais, em especial, a cooperação e solidariedade (educação humanista);
- b) busca-se no resgate da cultura popular e nos pressupostos da educação popular a possibilidade de uma práxis libertadora e emancipadora; (educação emancipatória);
- c) considera-se o trabalho como instância e princípio educativo; ênfase na necessidade de superação da sociedade capitalista (educação integral). (TIRIBA, 2008, p. 11)

Isso significa dizer que, a partir da prática coletiva da economia popular solidária e do processo pedagógico oriundo dela, é possível ressignificar o processo, dando uma concretude histórica diferente para a economia popular – que não se limite na reprodução do sistema.

Outro autor brasileiro que também se posiciona com otimismo e cautela é Gaiger. Gaiger (1998) compreende a consolidação da economia solidária

⁵⁷ Para a autora, é importante reivindicar o “popular” na economia solidária, pois significa remeter a uma questão de classe - uma economia que favoreça a maioria da população, que pertence à classe trabalhadora. (TIRIBA, 2001).

considerando que os “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES)⁵⁸ são base para a reconstrução do meio social em que vivem as classes populares. Neste sentido, a economia solidária é uma parte da economia dos setores populares, o que o leva, assim como Tiriba, a usar a expressão *economia popular solidária* para marcar a existência de setor específico (GAIGER, 2004).

Para o autor, os EES são aquelas experiências que transcendem o patamar da subsistência, com base em uma nova racionalidade, unindo cooperação e busca de eficiência, gerando certo grau de acumulação, crescimento e viabilidade em médio prazo (GAIGER, 1998, p. 57). Para que as iniciativas sejam caracterizadas como EES devem ser pautadas pelo “Solidarismo Empreendedor”, constituído da combinação do espírito empresarial (ação planejada e otimização dos diversos fatores envolvidos na atividade: produtivos, humanos e materiais) com o espírito solidário (a cooperação funcionando para uma racionalização econômica), com a perspectiva de potencializar, para os trabalhadores, alternativas econômicas que sejam viáveis, ou seja, capazes de assegurar sua autossustentação e sua perdurância social. (GAIGER, 1999a, 1999b, 2000).

Segundo Gaiger (2001), a economia solidária promove outras relações de trabalho que são atípicas ao modo de produção capitalista, que engendram práticas de cooperação e reciprocidade responsáveis pela adesão dos trabalhadores às iniciativas solidárias. Porém, tais práticas, não ameaçam a reprodução capitalista. São várias as iniciativas alternativas à lógica mercantil do atual sistema econômico, como clubes de troca e cooperativas de crédito, mas essas são iniciativas em caráter experimental que valem pelo valor intrínseco, não por um impacto no cerne do capitalismo. Trata-se de uma modificação na forma social de produção, mas a base capitalista, derivada de forças produtivas, continua a mesma. Para assegurar a sua sobrevivência, os EES precisam ter viabilidade econômica diante do atual sistema econômico, pois precisam lidar com as externalidades capitalistas.

As transformações oriundas da relação condicionada pela economia solidária dependem de uma dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, que ocorre no contexto da velha sociedade, ou seja, não é preciso que tal sociedade

⁵⁸ Na pesquisa “Significados e Tendências da Economia Solidária”, Gaiger denomina as iniciativas de economia solidária como “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES), caracterizados como experiências de geração de renda regidas por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. (GAIGER, 2000, p.31). EES se tornou o termo mais usual para referir as experiências de economia solidária no Brasil.

seja exaurida para que tal dialética ocorra. É viável que a economia solidária seja considerada uma alternativa e possível contradição ao capitalismo, mas nem por isso significa que o mesmo esteja em colapso. Diante dessa complexa condição, a economia solidária, como forma social de produção solidária, é entendida como alternativa diante de outras possibilidades postas ao trabalhador (GAIGER, 2001).

Estas são apenas algumas das reflexões teóricas em torno das práticas de economia solidária, mas que demonstram que, na América Latina, há um debate qualificado que tenciona estabelecer a economia solidária como campo reconhecido de ações e ideias.

Caráter emergencial e imediato, potencial de transformação social, economia alternativa ao modelo capitalista, economia popular, economia do trabalho, economia da solidariedade, economia socialista, etc. Muitos são os significados atribuídos às iniciativas de economia solidária. Em geral, os autores que estudam as experiências concretas de economia solidária apontam, criticamente, limites das experiências, bem como destacam as potencialidades. Mas em meio à diversidade de representações teóricas, é possível identificar características comuns que indicam outras relações sociais – solidárias – configuradas da dimensão *econômica* (socialização dos recursos e dos resultados da atividade econômica) e da dimensão *política* (gestão compartilhada e participativa da atividade econômica).

Desta forma, a economia solidária pode ser considerada como um campo conceitual ainda em construção, a exemplo do que ocorre no campo das práticas. Independente dos adjetivos atribuídos à dinâmica da economia solidária, fato é que esta tem se fortalecido – não apenas para suprir as capacidades de subsistência humana, mas também para suprir as capacidades de participação política – à medida que a organização dos trabalhadores da economia solidária compreende um fórum que os representa (como apresentado na descrição do objeto deste trabalho), relações com uma diversidade de movimentos, organizações comunitárias e sindicatos, relações com o poder público e, ainda, com ONGs e OSCIPs.

A reunião desta diversidade de atores/sujeitos provocou, no Brasil, um amplo debate conceitual de categorias empíricas que refletem em categorias teóricas. Alguns dos debates mais frequentes são⁵⁹:

⁵⁹ Elaborações produzidas em parceria com Gabriela Cunha no texto intitulado “Economia Solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos”, publicado no livro “Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas”, organizados por Boaventura de Sousa Santos, Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos – no prelo.

a) a *autogestão* como elemento central de identificação e autoidentificação da economia solidária (diferentemente da economia solidária na Europa, apesar de raízes comuns de pensamento associativista);

b) convergências e diferenças entre *economia solidária e cooperativismo “tradicional”*, geralmente ligado à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), englobando principalmente grandes cooperativas agrícolas ou de serviços que reintroduziram a divisão capital-trabalho;

c) convergências e diferenças entre *economia solidária e economia popular*, que não são conceitos equivalentes, como já referido;

d) convergências e diferenças entre *economia solidária e economia informal*, que tampouco são conceitos equivalentes, embora uma parte significativa da economia solidária no Brasil (e em outros países pobres ou em desenvolvimento) seja informal, segundo os critérios mais frequentes para definir a informalidade, como a ausência de registros oficiais, etc. Mesmo para as políticas públicas, a ausência de formalização das organizações não é um critério para defini-las como economia solidária ou não: o que se considera é o efetivo funcionamento coletivo e autogestionário, independente dos grupos serem informais (de fato, estes correspondem a 36,5% dos empreendimentos econômicos solidários identificados no SIES 2005/2007, ainda que, em geral, estes sejam também os mais frágeis).

No Brasil, além desta discussão *conceitual de fundo*, esteve *bastante em voga*, na década de 1990 e início dos anos 2000, a discussão conceitual a respeito da denominação mais adequada. Intelectuais, agentes externos, trabalhadores da base da economia solidária pautavam tal debate com reflexões nacionais e regionais que marcavam a organização dos trabalhadores em prol de um espaço social, político e econômico para a economia solidária. Contudo, esta discussão passou a ter o foco minimizado quando, em 2003, o nome economia solidária foi, de certa forma, institucionalizado nos documentos da SENAES e do FBES.

Nos termos de referência elaborados pela SENAES, o termo economia solidária é definido da seguinte forma:

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.
A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob formas de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias, movimentos, organizações comunitárias,

redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo. (SENAES, 2005, p. 7)

Logo, buscando uma referência para o mapeamento nacional dos EES no Brasil, a SENAES elencou uma série de características para tais empreendimentos:

- a) coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividade econômica definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SENAES, 2006, p. 13)

É importante destacar que dificilmente vamos encontrar, no contexto empírico, empreendimentos que reúnam todas as características consideradas pelos termos de referência da SENAES. Mas a definição do conceito é importante como ferramenta de análise dos empreendimentos em estudo.

3.2 Economia Solidária no Brasil

No Brasil, da metade dos anos 2000 até hoje, é possível ter uma leitura do quadro empírico da economia solidária graças à iniciativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que, para identificar e caracterizar as organizações do trabalho reconhecidas como economia solidária no país, viabilizou um mapeamento pioneiro no mundo, que alimenta a base de dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES). Os dados – consolidado 2005/2007 – representam 21.855 EES mapeados em todas as unidades da federação e reúnem, no total, cerca de 1,7 milhões de pessoas, o que representa quase 2% da população economicamente ativa do Brasil⁶⁰.

Antes de discorrer sobre o perfil da economia solidária no Brasil, cabe retomar a discussão conceitual, no sentido de averiguar se as informações coletadas até

⁶⁰ Para maiores informações sobre metodologia SIES, ver BERTUCCI & CUNHA, 2006.

então fazem jus às definições consideradas pelo Termo de Referência, citadas na seção 3.1.

Preocupados com esta questão, os autores da metodologia do SIES formularam alguns testes para verificar as condições de baixo/alto empreendedorismo e baixo/alto solidarismo dos empreendimentos pesquisados. Gaiger expõe tal preocupação:

Informações úteis a respeito da questão primordial em tela provêm dos testes, antes referidos, aplicados à base de dados para efeitos de sua validação. Com esse fim, buscou-se identificar empreendimentos que fugiam ao Termo de Referência, isto é, cujas características, tais como declaradas nas entrevistas, os desclassificariam como empreendimentos solidários. Nesse caso, ou não seriam iniciativas econômicas permanentes e suprafamiliares ou, mesmo o sendo, não funcionariam de modo minimamente autogestionário ou no intuito de garantir sua viabilidade econômica. Por conseguinte, não poderiam estar imbuídos de uma racionalidade empreendedora e solidária. Quanto mais frequentes esses casos, mais distante ficaria a hipótese da existência de uma nova racionalidade. Sendo tais casos predominantes, entre as 15 mil experiências mapeadas, o próprio conceito de economia solidária estaria sujeito a cair por terra. (GAIGER, 2007, p. 7)

Segundo o autor, após os testes, de modo geral e longe da perfeição, os EES apresentaram práticas solidárias e empreendedoras acima de um patamar mínimo. Para avaliação deste processo foram elaborados coeficientes, respectivamente de baixo empreendedorismo e de baixo solidarismo, bem como de alto empreendedorismo e de alto solidarismo. Para uma leitura sucinta, aqui se destacam os coeficientes de baixo empreendedorismo e de baixo solidarismo, formados por indicadores⁶¹ de práticas ou situações negativas - quanto maior a pontuação de cada EES, menos empreendedor ou solidário seria. Assim, no que diz respeito ao desempenho empreendedor baixo, 99,7% dos EES apresentam no máximo quatro indicadores e 97,5%, três indicadores, ou menos. Do total, 64,6% apresentam apenas um indicador, ou nenhum, dos nove indicadores utilizados.

⁶¹ “Coeficiente de *baixo empreendedorismo*: 1. Insumos, matérias-primas e recursos iniciais doados; 2. Sede e equipamentos principais cedidos ou emprestados; 3. Produção destinada unicamente ao autoconsumo dos sócios; 4. Despreparo para a prática de comercialização; 5. Resultados da atividade econômica insuficientes para pagar as despesas do ano; 6. Incapacidade de remunerar os sócios que trabalham no empreendimento; 7. Inexistência de benefícios, garantias e direitos para os sócios trabalhadores; 8. Presença permanente de trabalhadores não sócios, na produção ou outros setores; 9. Inexistência de cuidados com os resíduos produzidos pelo empreendimento.

Coeficiente de *baixo solidarismo*: 1. Empreendimento sem nenhuma atividade coletiva declarada; 2. Inexistência de assembléia ou reunião do coletivo de sócios; 3. Inexistência de outras instâncias de direção e coordenação de caráter participativo; 4. Inexistência de mecanismos de participação dos sócios nas decisões; 5. Trabalho no empreendimento restrito a não sócios; 6. Ausência de participação em redes ou fóruns de articulação; 7. Ausência de relacionamentos ou de participação em movimento sociais e populares; 8. Ausência de participação ou de desenvolvimento de ação social ou comunitária; 9. Inexistência de iniciativa com vistas à qualidade de vida dos consumidores”. (GAIGER, 2007, p. 453).

Somente 0,3% dos EES incidem em cinco indicadores. Embora inferior ao desempenho empreendedor, o desempenho solidário baixo também se revelou satisfatório: 91% dos EES apresentam no máximo quatro indicadores e 75%, três indicadores. Do total, 27% apresentam um indicador, ou nenhum, dos nove indicadores utilizados (GAIGER, 2007).

Desta forma, o “conceito de economia solidária, como conjunto de práticas orientadas por uma racionalidade que concilia solidariedade e eficiência, possui fundamentação empírica” (GAIGER, 2007, p. 11).

3.2.1. O Perfil da Economia Solidária no Brasil⁶²

a) Características Gerais dos Empreendimentos:

Tendo em vista a *posição geográfica* dos EES, verifica-se uma maioria de empreendimentos localizados na região nordeste (43,5%) do país, o que indica uma discrepância em relação às outras localidades, uma vez que há certo equilíbrio nos números das demais regiões: norte (12,1%), sudeste (17,9%), sul (16,4%) e centro-oeste (10,1%). Destes empreendimentos, 48,1% têm como *área de atuação* o espaço rural, 34,5% urbano e 17% rural e urbano – ver tabelas 2 e 7, anexo1.

Sobre o *início de formação* dos EES percebe-se uma ascensão significativa do surgimento destes na década de 1999 (39,1%) e aumento na década seguinte (48,7%), confirmando as premissas teóricas de que a formação das iniciativas populares e solidárias coincide com a ascensão do neoliberalismo. No entanto, cabe ressaltar que o mapeamento registrou EES surgidos há muito tempo, desde o início dos anos 1900 – ver tabela 3, anexo1.

Dentre os empreendimentos pesquisados, destacam-se três *formas de organização* – associações (51,8%), grupos informais (36,5%) e cooperativas (9,7%), que se organizam, como já apontado no capítulo anterior, por forças das circunstâncias. Os EES por intenção “política”, que pretendem desenvolver atividades em que todos são donos, representam apenas 7,2% dos EES. A maioria (90%) dos EES encontra-se em funcionamento e 9,5% estão em implantação – ver tabela 5, 6 e 8, anexo A.

⁶² Os percentuais considerados neste item referem-se aos três indicadores mais pontuados no mapeamento do SIES.

Os EES são constituídos por *sócios* – pessoas físicas (99,2%) – e caracterizam-se, na maioria dos casos, como empreendimentos de pequeno e médio porte (23,9% possuem de 16 a 30 sócios; 23,6% de 31 a 65 sócios; 20,7% de 6 a 15 sócios, etc.), sendo que os empreendimentos menores possuem uma maioria (29,3%) de mulheres e 17,7% de homens, e os empreendimentos maiores possuem uma maioria (14,7%) de homens e 9,3% de mulheres – ver tabelas 9 e 10, anexo A. O índice de desistência destes trabalhadores é mínimo, uma vez que em 50,8% dos EES o número de sócios permaneceu igual (30), 1% aumentou e 18,7% diminuiram – ver tabela 11, anexo A.

b) Atividades Econômicas dos EES:

Dentre muitos, destacam-se três *segmentos econômicos* que são realizados pelos trabalhadores de forma coletiva: produção (63,6%), comercialização ou venda (59,6%) e uso de equipamentos (50,1%) – ver tabela 12, anexo A.

Como *atividade econômica* principal percebe-se uma concentração em duas áreas: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (42,2%); e indústria de transformação (39%) – ver tabela 13, anexo A. Estas atividades desdobram-se prioritariamente nos seguintes *produtos ou serviços*: produção agropecuária, extrativismo e pesca (39,4%), produção de artefatos artesanais (16,9%) e produção e serviços de alimentos e bebidas (16,7%). Os *produtos ou serviços* possuem um valor mensal que gira em torno de R\$ 1000,10 a R\$ 3000,00 (16,3%); R\$ 300,10 a R\$ 1000,00 (11,8%); e R\$ 3000,10 a R\$ 6000,00 (7,9%) entre outros – ver tabelas 14 e 16, anexo A.

Os *insumos e matérias-primas* que os EES utilizam são muitos, sem destaque especial, – ver tabela 17, anexo A – e são adquiridos, em sua maioria, em empresas privadas (50,7%), dos associados (18,1%) e de doações (8,4), sendo que apenas 3,2% dos EES adquirem matéria prima de outro EES – ver tabela 20, anexo A.

c) Comercialização:

No que diz respeito ao *destino dos produtos ou serviços* dos EES tem-se que 66,1% são vendidos; 29,9% em parte são vendidos ou trocados, em parte destinados para o autoconsumo dos sócios; 5,2% exclusivamente destinados ao autoconsumo dos sócios; e 4,8% são trocados – ver tabela 22, anexo1. Dentre os produtos ou serviços vendidos, a comercialização se dá basicamente como venda direta ao consumidor (57,3) e venda a revendedores/atacadistas (22,8%), o que

significa que os empreendimentos se deparam com um número significativo de atravessadores – para usar um termo popular – ver tabela 23, anexo1.

A venda e/ou troca dos produtos e serviços dos EES destinam-se principalmente ao comércio local comunitário (46,1%), mercado/comércio municipal (22,6%) e mercado comércio microrregional (8,6%), ou seja, a comercialização gira em torno da esfera local – ver tabela 24, anexo A.

Os *espaços onde ocorre tal comercialização* são as feiras livres (19,6%) e lojas ou espaços próprios (16,4), mas a comercialização predominante é a entrega direta a clientes (34,6%) – ver tabela 25, anexo A. Entretanto, a maioria (61,3%) dos EES possui *dificuldades de comercialização* – ver tabela 26, anexo A –, o que reflete uma ausência de clientes que o grupo não conseguiu concentrar (10,4%), falta de capital de giro para vendas a prazo (8,6%), preço inadequado dos produtos que são desvalorizados (6,2%), entre outros – ver tabela 27, anexo A. Essa dificuldade acontece apesar da estratégia de *divulgação*, pois 63,5% dos EES divulgam seus produtos e serviços: 39,7% utilizam a divulgação “boca a boca”, 8,6% utilizam uma divulgação impressa e 5,4% utilizam feiras e alguns espaços eventuais - ver tabelas 28 e 29, anexo A.

d) Crédito e investimentos:

Segundo os dados do mapeamento, os EES dependem de uma boa medida de solidariedade para constituírem seus empreendimentos, pois 60,2 % dos *recursos* são investimentos (capitalização ou cotas) dos próprios sócios, 20,8% dos recursos foram doados e 11,9% oriundos de empréstimo/financiamento – ver tabela 30, anexo A. A situação se reflete também nos *bens* dos EES, considerando que 39,6% dos EES funcionam em sede cedida ou emprestada e 19,4% possuem equipamentos também cedidos ou emprestados – ver tabelas 20 e 21, anexo A. Desta forma, os EES têm poucas condições de investimentos, apenas 39,1% fizeram *investimentos* na iniciativa nos últimos 12 meses⁶³. Esses, por sua vez, investiram em aquisição e reparação de equipamentos (15%), infraestrutura física (14%) e ampliação do estoque de matérias-primas (6%). O valor dos investimentos compreende, na maioria dos casos, de R\$ 300,00 a R\$ 6000,00 – ver tabelas 31,32 e 33, anexo A.

⁶³ Últimos 12 meses partem do período em que foram aplicados os questionários do mapeamento – consolidado 2005/2007.

Os EES precisam de capital para investir nas respectivas organizações coletivas. Tanto que a *finalidade do recurso*, quando conseguem crédito, geralmente é para investimento (8,1%). No entanto, a *aquisição de crédito* não é comum nestes EES: apenas 15,8% dos empreendimentos tiveram acesso ao crédito nos últimos 12 meses, 52,2% não conseguiram o recurso e 31,8% não solicitaram – embora a maioria (76,4%) dos EES alegue precisar de financiamento – ver tabelas 34, 35, 39 e 40, anexo A.

As *fontes de crédito e financiamento* dos EES são: Banco Público (9,1%), ONG ou OSCIP – com fundo de crédito ou fundo rotativo (1,6%), Banco Privado (1%), Cooperativa de Crédito (0,8%), Banco do Povo ou similar (0,7%), Instituição financeira ou privada (0,3%) e outras fontes (3,5%) – ver tabela 36, anexo A. Dos empreendimentos que adquiriram crédito, 6,4% estão no prazo de carência, 1,3% já concluíram o pagamento, 4,8% estão com o pagamento em dia e apenas 0,8% estão com o pagamento em atraso – ver tabela 38, anexo A.

Sobre a *dificuldade ou não de conseguir créditos*, os EES apresentam posições equilibradas, pois 47,1% dos empreendimentos disseram ter dificuldades de crédito e 52,9% não. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se: o EES não possui documentação exigida pelo agente financeiro (10,7%), burocracia dos agentes financeiros (7,8%), falta de apoio para elaborar projeto (7,9%), taxas de juros elevadas e incompatíveis com a capacidade do EES (7,1%), falta de aval ou garantia (6,3%), etc. – ver tabelas 41 e 42, anexo1.

e) Apoio, Assessoria e Assistência Técnica:

A maioria (72,7%) dos empreendimentos disse ter tido algum tipo de *apoio externo, assessoria ou capacitação*. Dentre os apoios externos, destacam-se: assistência técnica ou gerencial (25,8%); qualificação profissional, técnica, gerencial (25,3%); e formação sociopolítica – autogestão, cooperativismo, economia solidária (9,5%) – ver tabelas 43 e 44, anexo A.

Os agentes externos que prestam assessoria são: órgãos governamentais (40,6% sim); ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários (22,9% sim); Sistema “S” (20,4% sim); movimento sindical (11,5% sim); universidades, incubadoras, Unitrabalho (5,5% sim); cooperativas de técnicos (3% sim); e outros (8,7%). Assim, percebe-se uma presença significativa do poder público e de ONGs junto dos EES – ver tabela 45, anexo1.

f) Gestão Coletiva e Trabalho no EES:

Apesar das dificuldades presentes nas categorias que mensuram a viabilidade econômica dos empreendimentos, parece que a autogestão está em evidência entre os EES, uma vez que os espaços coletivos predominam entre as *instâncias de direção e coordenação* dos EES: assembleia, reuniões do coletivo de sócios (76,5% sim); diretoria, conselho diretor ou coordenação (60,8% sim); conselho fiscal (49,6% sim); grupos de trabalho, comissões ou núcleos (27,8% sim); conselho administrativo (18,2% sim); conselho consultivo (5,7% sim) – ver tabela 46, anexo1.

Outro elemento que contribui para presença da autogestão nos EES é a *forma de participação* dos sócios nas decisões dos EES: 66,6%⁶⁴ dos empreendimentos participam cotidianamente das decisões, 60% participam via prestação de contas aos sócios em assembleia geral ou reuniões do coletivo, 59,7% elege diretoria em assembleia geral ou reunião do coletivo, 48,2% decidem sobre os destinos das sobras e fundos em assembleia geral ou reunião do coletivo, deliberam sobre o plano de trabalho (41,3%) e contratações e remunerações (13,2%) em assembleia geral ou reunião do coletivo. Apenas 2% disseram que os respectivos EES não possuem mecanismos de participação – ver tabela 47, anexo A.

Sobre a periodicidade das assembleias ou reuniões do coletivo, percebe-se uma dinâmica efetiva onde a grande maioria se reúne mensalmente (48,2%), semanalmente e quinzenalmente (14,2%) – ver tabela 48, anexo A.

g) Resultados da Atividade Econômica:

O resultado da atividade econômica é bastante incipiente e mal dá para pagar as despesas, seja de insumos e matérias-primas, seja de financiamentos: 38,1% conseguem pagar as despesas e ter uma sobra excedente, 33,8% conseguem pagar as despesas e não ter nenhuma sobra excedente, 14,9% não conseguiram pagar as despesas (do ano anterior a entrevista) – ver tabela 49, anexo1.

Quando há *sobra ou excedente*, estes são destinados para: fundo de reserva (15% sim), fundo de investimentos (14,9% sim), integralização de capital (2,1% sim), fundo de solidariedade (1,3% sim), e fundo de assistência técnica e educacional (1,1% sim), mas grande parte (15,3) dos EES distribui as sobras entre os associados – ver tabela 50, anexo A.

⁶⁴ Percentual da resposta "sim".

Os EES são constituídos por sócios que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos (76,5% sim), sendo que nos EES que possuem de um a cinco sócios têm-se 24,8% de homens e 25,7% de mulheres; os EES que possuem de seis a quinze sócios têm 18,4% de homens e 19% de mulheres; e os EES com dezesseis a trinta sócios possuem 11,6% de homens e 10,6% de mulheres – ver tabela 52, anexo A.

A remuneração destes trabalhadores ocorre: por produto ou atividade dos sócios (45,5% sim); de forma fixa (5,3% sim); por horas trabalhadas (5,1% sim); e outra forma de remuneração (3,5% sim). Ainda há os sócios que trabalham voluntariamente, sem remuneração (5% sim), e aqueles EES que não estão conseguindo remunerar seus sócios (16,2%). A maior parte (85,1%) dos EES não possui trabalhadores não-sócios e, quando há, estes possuem vínculo como prestadores de serviços (8,4% sim) – ver tabelas 53, 56 e 60, anexo A.

A remuneração dos sócios possui uma média máxima de dois salários mínimos. Como apontado no capítulo anterior: 25,4% dos trabalhadores ganham até meio salário-mínimo, 16,1% de meio salário-mínimo a um salário-mínimo e 7,5% recebem mais de um salário-mínimo a dois salários-mínimos. A maioria (40,2% sim) dos EES não disponibiliza *garantias, benefício e direitos* para os trabalhadores, mas, dentre os que disponibilizam, destacam-se: qualificação social e profissional (13,8% sim), descanso semanal remunerado (2,8% sim), férias remuneradas (2,4% sim) e gratificação natalina (2,2% sim) – ver tabelas 54 e 55, anexo A.

h) Participação Social e Responsabilidade Ambiental dos EES:

A participação dos EES em redes ou fóruns de articulação ocorre de forma bastante equilibrada, sendo que 45,7% dos empreendimentos participam de alguma rede ou fórum e 54,3% não participam. Apesar deste equilíbrio, pode-se dizer que há um número significativo de EES envolvidos com outros espaços e organizações coletivas. *As redes ou fóruns de articulação* são: fórum ou rede de economia solidária (13,7% sim); movimento social ou sindical (8% sim); redes de produção ou comercialização (7,1% sim); conselhos de gestão e fóruns de participação política (6,6% sim); ONGs, igrejas, pastorais, fundações, SEBRAE ou universidades (5,3% sim); federações de cooperativas (5,1% sim); complexos cooperativos (2,8% sim); centrais de comercialização (2,4 % sim) – ver tabelas 62 e 63, anexo A.

Além das redes e fóruns, há uma incidência de EES envolvidos com os *movimentos sociais populares* (57,7% sim): movimento comunitário (27,8% sim);

movimento sindical, urbano ou rural (26% sim); movimento da luta pela terra ou agricultura familiar (21,3% sim); movimento ambientalista (12,9% sim); movimento de luta por moradia (7,6% sim); movimento religioso ou pastoral (6,2% sim); movimento de igualdade racial (4,6% sim); movimento de mulheres ou gênero (4,4% sim); movimento de ameaçados ou atingidos por barragens (1,9% sim); e outros movimentos (4,4% sim) – ver tabelas 64 e 65, anexo A.

Ainda há a participação em *ações sociais e comunitárias* (56,8% sim). As ações comunitárias se distribuem nas seguintes áreas: educação (29,3% sim); trabalho (24,6% sim); saúde (24,4% sim); meio ambiente (22,1% sim); moradia (11,7% sim); redução da violência (8,6% sim); alimentação, doações, instituições ou assistência social (7,3% sim); lazer, esporte, cultura ou religião (6,9% sim); outra área (2,4% sim) – ver tabelas 66 e 67, anexo A.

Os empreendimentos também possuem (70,1% sim) preocupação com a *qualidade de vida* dos consumidores e de seus produtos e serviços. Desta forma, os EES constituem as seguintes iniciativas: acessibilidade aos preços dos produtos (36,2% sim); fornecimento de informações do produto (28,1% sim); oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos (28,1% sim); incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo (23,9% sim); qualificação do produto ou serviço (18,1% sim); outras iniciativas (4,7% sim) – ver tabelas 68 e 69, anexo A.

Por fim, trata-se da relação dos trabalhados dos EES com o meio ambiente. 60,1% dos EES geram resíduos (lixo ou sobra de materiais). Dentre as *formas de tratamento destes resíduos*, destacam-se: reaproveitamento dos resíduos no empreendimento (26%), coleta de lixo normal (18,3%), queima ou incineração (4,6%); coleta de lixo especial (3,5%) – ver tabelas 70 e 71, anexo A.

i) Perfil dos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária.⁶⁵

Dos empreendimentos que participam de espaços de articulação, 56,6% são cooperativas, 44,3% são grupos informais e 44,3% são associações. Dos que participam de fórum ou rede de economia solidária, do total das cooperativas, tem-se 29,8% participantes, do total dos grupos informais, 31,7% e do total das associações, 14,1% – ver tabelas 1 e 5, anexo E.

⁶⁵ Todos os percentuais referem-se aos participantes do total do indicador cruzado com “Participação em Fórum ou Rede de Economia Solidária”.

No que diz respeito à área de atuação dos EES participantes, há uma maioria (36,2) do total de empreendimentos urbanos em contrapartida de 12,4 do total de EES rurais e 20,8 do total de EES rurais e urbanos – ver tabela 9, anexo E.

Ao buscar entender a origem dos EES que participam de fóruns e redes de economia solidária, cruzaram-se dois indicadores do mapeamento: motivo da criação do empreendimento e participação em fórum ou rede de economia solidária. Partindo dos três motivos mais apresentados, tem-se que: dos empreendimentos constituídos por alternativa ao desemprego, 28,9% participam de fórum ou rede de economia solidária; dos EES que se constituíram como fonte complementar de renda, 25,5% participa de fórum ou rede de economia solidária; e, dos EES que se formaram para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo, 18,1% participam de fórum ou rede de economia solidária – ver tabela 13, anexo E.

Quais são os apoios recebidos pelos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária?

Dos empreendimentos que participam de fórum ou rede de economia solidária, 39,3% tiveram formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária, etc.); 27,4% tiveram apoio em diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica); 27,2% tiveram assessoria em marketing, comercialização de produtos, etc.; e 25,3% tiveram qualificação profissional, técnica, gerencial – ver tabela 17, anexo E.

Quem são os agentes externos que apoiam a economia solidária?

Dos EES solidários que participam de fórum ou rede de economia solidária, 35,3% recebem apoio de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários; 30,3% de órgãos governamentais; 44,9% de universidades, incubadoras, Unitrabalho, etc.; 24,9% do Sistema “S”; 21,5% de cooperativas de técnicos; 20,1% de movimento sindical e; 26,6% de outro apoio – ver tabela 21, anexo E.

Tendo presente os dados levantados pelo Mapeamento Nacional de Economia Solidária, percebe-se uma economia solidária cheia de contradições, própria do processo dialético que dinamiza um espaço vital de limites e possibilidades em que o protagonismo é necessário para superar o contexto.

Apesar das dificuldades dos EES, no que diz respeito à viabilidade econômica, a economia solidária representa um número significativo da população economicamente ativa do Brasil. Se no início da década de 1990 as iniciativas

coletivas eram pouco percebidas, não é possível dizer o mesmo da reconhecida economia solidária na década vigente.

A economia solidária encontrou o impulso necessário à sua expansão: a solidariedade – quesito dos EES – mesclou-se com as iniciativas dos demais agentes sociais (os agentes externos) que se relacionam com a economia solidária, formando o campo, o espaço, o sujeito social e político. Talvez o motivo pelo qual os EES superam os efeitos da concorrência, da ausência de capital, enfim, das dificuldades de viabilidade econômica esteja no fato de não estarem isolados e, por motivação coletiva, dos demais empreendimentos e agentes sociais, encontram as estratégias de subsistência. Mas, para que a economia solidária avance – para além da subsistência dos pobres – muitos são os desafios: a viabilidade econômica é incipiente, uma vez que a comercialização limita-se ao local; a divulgação é frágil e, quase sempre, depende das feiras solidárias que geralmente são organizadas em parceria com agentes externos; os recursos são mínimos e, muitas vezes, oriundos de solidariedade alheia; as restrições para aquisição de crédito são inúmeras; a remuneração dos trabalhadores é muito baixa; etc.

Por outro lado, o solidarismo parece dar suporte para o crescimento da economia solidária no Brasil e parece sustentar a legitimidade e viabilidade da mesma. Há certa difusão da economia solidária que potencializa os EES, envolve estruturas públicas, agrega entidades de apoio, movimentos sociais, etc. Difusão orientada pela reprodução ampliada da vida e pela possibilidade de novos horizontes.

3.3 Economia solidária e os dilemas da emancipação: diferentes olhares⁶⁶

A discussão conceitual apresentada anteriormente compreende um debate diverso e, de certa forma, otimista do significado da economia solidária na realidade social vigente. Porém, não se trata de uma “via de mão única”, pois não são poucos os autores que elaboram a dinâmica da economia solidária como reformista e de mera reprodução do sistema capitalista. Geralmente, estes autores não têm a

⁶⁶ Parte das ideias expostas neste item é oriunda de um processo de reflexão realizado com Boaventura de Sousa Santos e Antônio Cruz, que resultou no artigo intitulado “A Economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico”, publicado no livro “Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas”, organizado por Boaventura de Sousa Santos, Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos – no prelo.

economia solidária como objeto de pesquisa e alegam que as práticas econômicas solidárias são soluções funcionais ao capital que comprometem a centralidade do trabalho assalariado e que anulam os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores formais (OLIVEIRA, 2000; ANTUNES, 2000).

Desta visão derivam outras leituras que dedicam atenção ao tema e elaboram críticas que não podem ser ignoradas⁶⁷. Há, portanto, um conjunto heterogêneo de abordagens, sejam otimistas, cautelosas ou pessimistas, que, de alguma maneira procuram explicar o processo e, ao mesmo tempo, delinear as perspectivas. Como parte do esforço de compreensão e de crítica, trata-se de pontos de vista que possuem leituras comuns e outras totalmente divergentes. O esforço neste item é pautar algumas das elaborações que contrapõem o discurso da economia solidária como potencial de transformação, bem como apresentar algumas considerações sobre o caráter emancipatório da economia solidária.

3.3.1 Há uma neblina à frente do olhar?

Dentre as concepções críticas, há aquela que busca na economia solidária uma *função social* no sentido durkheimiano do termo, consagrando-lhe a ideia de um processo de iniciativas de *inclusão social*. Esta leitura deriva, de modo geral, de uma perspectiva “pragmática” em relação ao campo concreto da ação da economia solidária. Concebe os EES apenas como resposta à reestruturação produtiva e à flexibilização do trabalho. Nesta perspectiva, a economia solidária é o resultado do fomento de agentes externos: ONGs, universidades, poder público, etc., voltados à formulação e execução de políticas sociais que acabam por tutelar os empreendimentos que fomentam⁶⁸.

Esta vertente pressupõe a existência de uma sociedade e de um mercado que hipoteticamente *podem* incluir a todos. O significado de *solidariedade*, aqui,

⁶⁷ Parte desta leitura crítica foi publicada vol. 11(1), 2008, da Revista *Katálysis*, dedicado ao tema *Economia solidária e autogestão*.

⁶⁸ Parte importante das políticas públicas de “geração de trabalho e renda” ou de desenvolvimento local (bem como algumas entidades da sociedade que apoiam a economia solidária) que se voltam para a economia solidária, independente do matiz político ou ideológico, configura tal perspectiva – principalmente porque, como são políticas de governo e não de estado, possuem um período curto para serem concretizadas e trabalhadas a partir do viés emancipatório. Assim, muitas destas políticas produzem efeitos contraditórios sobre os empreendimentos da economia solidária que acompanham, uma vez que, ao mesmo tempo em que garante o suporte necessário (em termos de financiamento, apoio logístico, qualificação para o trabalho, para a gestão, etc.), cria laços de dependência entre os empreendimentos e seus “patrocinadores”.

aproxima-se das concepções funcionalistas, que entendem as relações sociais em termos de *coesão* vs. *anomia*, onde a solidariedade social se expressa na forma de valores (sociais, políticos, culturais, etc.) compartilhados por todos, e onde o trabalho aparece como substrato material dessa *consciência coletiva*, permitindo à comunidade, ou sociedade, reproduzir-se economicamente, reforçando os valores comuns. No caso da economia solidária, o exercício de integração ao grupo econômico, que através do trabalho recupera a inserção econômica e social dos indivíduos, permitiria também a recomposição da própria sociedade, à medida que garante inclusão (integração) do indivíduo no grupo social da empresa e no próprio mercado. Ela recupera a crença no caráter coletivo do processo social e lhes permite (aos trabalhadores associados) sentir-se parte, outra vez, da sociedade como um todo.

Esta compreensão, embora na maioria das vezes não incorpore clara e explicitamente a concepção teórica que a governa, guarda lógica e coerência internas. Ela é consistente, por exemplo, quando diz que é a busca da reintegração social, é um motivador na adesão dos trabalhadores às iniciativas de economia solidária. Muitas vezes, entretanto, a teoria confunde ideologia e processo histórico e trata as iniciativas (EES, políticas sociais, etc.) como se elas fossem a causa, e não o resultado da emergência da economia solidária. Ao analisar a questão a partir daquilo que a literatura descreve como *economia solidária* – ao invés de incorporar a forma como os próprios trabalhadores avaliam a sua ação –, tal elaboração termina por minimizar as relações estruturantes do capitalismo neoliberal. Daí aparece os apelos ao “empreendedorismo social” e ao “papel cívico do ‘Terceiro Setor’ como “impulsionadores de uma nova economia” marcada pela solidariedade.

Para os defensores desta elaboração, a ideia da cooperação não seria mais do que um artifício ideológico cujo sentido é apagar as marcas evidentes da lógica da exclusão, transferindo às suas vítimas a culpa de seu infortúnio. A economia solidária, como resposta aos desajustes do mundo do trabalho gerados pela globalização, não seria mais do que uma prática clientelística patrocinada por empresas, organizações governamentais e não-governamentais, dentro da lógica da mistificação. Restaria saber se as “vítimas” deste processo aceitam tal papel. Isto é: se aqueles que participam dos EES constituem-se, de fato, como “trabalhadores objeto”, cujo objetivo é, apenas, reinserirem-se no mercado.

Outra vertente teórica, essencialmente crítica, nega à economia solidária qualquer caráter progressista e emancipatório. Ela retoma a argumentação crítica de Marx a Proudhon (de 1845-47)⁶⁹ e de Rosa a Bernstein (1899)⁷⁰. Fundamenta-se no caráter híbrido dos EES, que, embora busquem superar as relações sociais de produção capitalistas, estariam submetidos à lógica da acumulação do capital e, portanto, da concorrência capitalista. Neste caso, ao invés de contribuírem para a emancipação social, não fariam mais que reproduzir o movimento do capital, transformando seus trabalhadores em agentes subordinados da competição do mercado e destituindo os mesmos da luta política pela superação das relações sociais de produção que estruturam a sociedade capitalista.

Esses autores não consideram os conceitos básicos do associativismo econômico (cooperativismo) e, muitos deles, identificam as cooperativas precarizadoras de trabalho⁷¹ como parte da “economia solidária”. Assim, segundo esta corrente, as contradições teóricas e práticas da economia solidária, seriam/serão ainda mais acirradas em função da “rerregulamentação” das relações laborais sob a ótica neoliberal. Isto não apenas permitiria, mas também conduziria os coletivos de trabalhadores à aceitação de condições de trabalho precárias em seus EES, com o fim exclusivo de escapar à marginalização ou à miséria em função de seu inaccessível ao trabalho formal assalariado.

Variante da mesma perspectiva é aquela que acredita que os coletivos que empreendem solidariamente o fazem sob a tutela de agentes externos, como já

⁶⁹ Embora Marx não negasse a força e a importância das experiências cooperativas, ele enfatizava a necessidade da organização política dos trabalhadores e preconizava que a transformação da sociedade não prescindiria de um Estado dirigido pelas classes subordinadas contra a ordem que se queria abolir. Proudhon, ao contrário, via nas associações econômicas o germe de federações livremente constituídas em oposição ao próprio Estado (e a necessidade da abolição deste, como uma estrutura de poder de classe contra classe) como prerrogativa para a superação do capitalismo (MARX, 2004; PROUDHON, 2003).

⁷⁰ Eduard Bernstein publicou em 1889 *A construção do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Sua perspectiva do socialismo era bastante cética em relação à socialização dos meios de produção, mas acreditava que a intervenção regulatória do Estado poderia melhorar significativamente a vida dos trabalhadores. As cooperativas de consumo, em sua opinião, cumpriam um papel decisivo ao reduzir os preços de compra das mercadorias, potenciando a capacidade de negociação dos consumidores; as cooperativas agrícolas evitavam a monopolização da terra e garantiam a sobrevivência dos pequenos produtores. As cooperativas de produção, entretanto, eram vistas por ele como algo fadado ao fracasso, já que os trabalhadores não estavam preparados para administrar coletivamente os empreendimentos: “o que a própria comunidade não puder tomar ela própria em suas mãos, seja pelo Estado, pelo distrito ou pela municipalidade, faria muito melhor, pelo menos em épocas tempestuosas, deixando como está e não se metendo em seu funcionamento normal.” (BERNSTEIN, 1997, p. 101). O texto de Rosa Luxemburg – *Reforma ou revolução?* – contrapunha frontal às teses de Bernstein. Rosa não admitia qualquer papel positivo das cooperativas em relação à transição ao socialismo, já que embora elas abolissem as relações de produção capitalista em seu interior, estavam subordinadas à lógica do mercado, o que as obrigava a estabelecer formas “auto-exploratórias” de trabalho, sem o quê as iniciativas não poderiam sustentar-se frente à concorrência capitalista (LUXEMBURG, 2005).

⁷¹ Cooperativas fraudulentas que se apropriam da legislação e da ideia do cooperativismo para terceirizar trabalho e reduzir custos sociais de empresas convencionais (ou mesmo órgão públicos) contratantes.

apontado na primeira vertente, que, por sua vez, não fazem mais que responder, de forma compensatória (e não emancipatória, portanto), às mazelas da sociedade vigente. Tomando o Brasil como exemplo, afirma Barbosa:

Uma segunda inovação de relevo diz respeito aos sujeitos políticos indutores dessas práticas, em geral atuantes nos processos de renovação da democracia no país como sujeitos coletivos representados nos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda, no caso, principalmente o Partido dos Trabalhadores. No conjunto, esses sujeitos migram das ações mais reivindicatórias de enfrentamento do desemprego e da qualidade das relações de trabalho, junto ao poder público e empresariado, para a colaboração com soluções pragmáticas ao deserto da desocupação. Não qualquer solução, é claro, mas as que tivessem os traçados da economia solidária. (BARBOSA, 2007, p. 90)

A economia solidária, sob esta ótica, aparece como uma resposta de vanguardas do movimento social, ou de intelectuais, que está deslocada da tradição de resistência e luta das classes subordinadas, que não questiona o *status quo*, mas termina por reforçá-lo à medida que oferece aos trabalhadores a ilusão da autonomia do trabalho. Mas, “na verdade”, estaria submetendo-os à subordinação do mercado e a condições de trabalho e de remuneração que são um retrocesso em relação às condições asseguradas anteriormente pelo estado de bem-estar ou pelo desenvolvimentismo.

Embora o conjunto dessas concepções anteriores seja capaz de captar parte do processo, elas permitem entrever um idealismo funcional, ou uma crítica estruturalista que pouco explica a dinâmica do processo de formação, consolidação e expansão da economia solidária na América Latina. Certamente, a economia solidária representa a busca por postos de trabalho, melhores oportunidades de renda e, assim, enfrentamento da pobreza. As tensões internas e externas aos empreendimentos são responsáveis pela degeneração ou simplesmente pelo desaparecimento de uma parte significativa das iniciativas começadas, inclusive, muitas vezes, os empreendimentos desenvolvem formas de dependência relacionadas a outros agentes sociais. Entretanto, a economia solidária importa um processo social de complexidade muito superior. As concepções rigorosamente críticas, em muitos casos, não consideram a amplitude de experiências sociais que são pouco observadas. Neste sentido, muitas das questões que existem na realidade são simplesmente *produzidas* como “inexistentes”. Parece faltar-lhes a necessária atenção de uma ciência social capaz de perceber (e visibilizar) as

práticas de emancipação social que estão emergindo de outras possibilidades alternativas (SANTOS, 1987, 1995, 2000).

Para além dos postos de trabalho gerados, a forma autogestionária (princípio-chave da economia solidária) questiona diretamente a cultura da heteronomia típica das empresas convencionais, questiona as relações de mando/subordinação das relações de trabalho típicas do capitalismo, abre espaço para a formação de uma atitude crítica em relação ao exercício do poder de forma individual e, assim, institui e exercita novos valores, ancorados na participação e na democracia. Se, em muitos empreendimentos, estas novas relações estão comprometidas, também é verdade que a sua mera constituição como empreendimento solidário – quando eventualmente se degenerem – já trouxe consigo uma experiência pedagógica fundante na vida dessas pessoas (TIRIBA, 2001; CRUZ, 2006; SANTOS, 2004).

Outro contraponto é que a economia solidária defronta-se com um conjunto incomensurável e muito rígido de estruturas econômicas que desafiam sua viabilidade e sustentabilidade em longo prazo: sistemas legais de financiamento/crédito e de comercialização, instituições de conhecimento e pesquisa, etc., adequados e preparados para atender às necessidades do grande capital, especialmente, e das empresas convencionais, pequenas ou médias, secundariamente. Sob nenhum aspecto essas infraestruturas econômicas estão preparadas para suportar e apoiar a formação de empreendimentos dos “empreendedores sem-capital”. Apesar de tudo, a economia solidária cresce e avança, mas este crescimento se tornará cada vez mais difícil à medida que os EES possam, a muito custo, comprometer a sustentação econômica de empresas convencionais concorrentes. O discurso empresarial que costuma acusar as cooperativas de “serem privilegiadas e não pagarem impostos” (quando isto acontece é com as grandes empresas disfarçadas de cooperativas) é a primeira das manifestações que tem continuação sob as mais variadas formas de pressão política para que as diversas legislações estabeleçam restrições severas ao desenvolvimento das formas associativas.

Contudo, se é verdade que as estruturas de mercado tencionam negativamente (opositivamente) a economia solidária, não convém subestimar a capacidade crítica de seus sujeitos. Os trabalhadores associados, de certa forma, *escolhem* enfrentar esses obstáculos, pois certamente haveria outras “alternativas”: viver da filantropia; buscar a sorte no empreendimento individual precário (trabalho

informal, comércio ambulante etc.); sobreviver a partir de expedientes ilícitos (tráfico, prostituição, roubo, contrabando, etc.). Eles escolhem empreender associativamente porque se apropriam de valores não capitalistas e assimilam novas representações sociais (SANTOS, 2004), que os fazem desafiar os limites dos caminhos que escolheram⁷². Dizer que necessariamente as contrições do mercado farão claudicar essas iniciativas pode significar ignorar o processo histórico que as trouxe até aqui.

3.3.2 Olhando para o horizonte: a economia solidária e a perspectiva da emancipação.

Esta abordagem, que contrapõe as abordagens anteriores, procura analisar a dinâmica da economia solidária a partir de seu movimento temporal, dentro de uma perspectiva dialética e que o vê, ao mesmo tempo, como resultado de uma articulação histórica entre a lógica do capitalismo e da contestação dos trabalhadores, mas também como um processo contraditório de subordinação e de negação às estruturas do mercado capitalista e de sua dinâmica. Trata-se de uma leitura que não *desperdiça* a experiência e olha para o processo considerando a capacidade emancipatória e transformadora dos empreendimentos de economia solidária.

Os autores da seção 3.1 exemplificam esta vertente. Embora suas formulações teóricas não coincidam plenamente, seus trabalhos partem de um questionamento simples, construído a partir do enfrentamento prático-político da pobreza nos diferentes contextos da América Latina. A pergunta da qual partem todos eles é: se não há emprego ou trabalho e se a seguridade social é insuficiente ou simplesmente inexistente – sobretudo em tempos de hegemonia neoliberal –, então como os pobres sobrevivem?

⁷² Um bom exemplo é o caso da antiga fábrica de fogões no Rio Grande do Sul, chamada Wallig. Era a maior fábrica de fogões do Brasil e acabou quebrando, e os remanescentes dos trabalhadores criaram duas cooperativas. Depois de alguns anos, a falência da Wallig foi revertida em concordata na justiça. Nesta situação, os trabalhadores tiveram que entregar todo o patrimônio para a família Wallig, consequentemente, eles recuperariam os empregos, grande parte deles tinham muitos anos de casa. No entanto, disseram “não” e se retiraram. Acharam outro local e estão lá, produzindo como cooperativa, competindo com a antiga empresa. Trata-se de um caso interessante onde os trabalhadores – depois de vivenciarem a prática solidária – optaram pela autogestão. Quando eles criaram a cooperativa, por força das circunstâncias, a única coisa que queriam era os seus empregos. Mas foram se educando no associativismo econômico e, depois de seis ou sete anos, chegaram à conclusão de que não queriam mais ser assalariados (SINGER apud CAROS AMIGOS, 2002, p. 28).

Ao buscar a resposta para esta questão nas práticas econômicas dos setores populares, todos esses autores encontraram formas diversas de enfrentamento coletivo e associativo da pobreza pelos próprios pobres, que buscam subsistir economicamente, ainda que a resistência política não faça parte diretamente das vidas de todos os trabalhadores envolvidos, mas certamente de uma parte deles. Dentre as práticas caracterizadas pela busca da sobrevivência há muitas contradições: algumas reproduzem o caráter individualizante do capitalismo, outras procuram alternativas ancoradas no esforço coletivo.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana, etc. (SINGER, 2002, p. 112)

Diante dos diferentes olhares, pode-se dizer que a dicotomia entre reforma e revolução⁷³ ainda é uma questão latente e presente na reflexão sobre a economia solidária. Porém, a lógica “reformista” sobrevive adaptando-se às novas conjunturas sócio-históricas, que privilegiam o aparecimento de experiências “alternativas” à dinâmica capitalista e precisam ser compreendidas como formas de luta, capazes de potencializar a disputa por uma nova hegemonia. Assim, propostas e práticas antineoliberais – como a economia solidária – aprofundam as contradições ao *status quo*, despertando consciência social sobre elas e reagindo aos ataques do conservadorismo.

Algumas vertentes de esquerda têm muitas dificuldades de reconhecer essa dinâmica; não percebem que teorias e princípios de nada valem se forem tratados como dogmas, se não estiverem ancorados à realidade concreta. Ao refletir a questão, Sader diz que estas posições estão vinculadas a apelos distantes da vida real:

[...] sejam de posições intelectuais que limitam suas análises a denúncias de “traição” – permanecendo no plano crítico, sem desembocar em propostas alternativas –, sejam de grupos doutrinários, que apenas repetem posições maximalistas – apelos abstratos a construção do socialismo –, sem nenhum arraigo

⁷³ Presente em discussões clássicas, como aquela entre Rosa Luxemburg e Bernstein.

na realidade concreta, pretendendo com isso resgatar os princípios teóricos diante de realidades que sempre os contaminam. Não se dão conta de que nenhum processo revolucionário partiu destes supostos teóricos, mas chegou a eles a partir das demandas profundas da realidade imediata [...]. (SADER, 2009, p. 148)

Talvez a economia solidária não seja capaz de transformar a sociedade, mas o fato é que a economia solidária avança e os esforços dos atores envolvidos nesta dinâmica não podem ser silenciados, desperdiçados e produzidos como inexistentes.

Tendo em vista os valores antagônicos da economia solidária, frente aos valores do liberalismo estruturante, ela representa uma *utopia emancipatória*. Opondo a solidariedade ao individualismo, a intercooperação das iniciativas solidárias à competição indistinta, e a autogestão à heteronomia, a economia solidária aproxima-se da democracia participativa e merece o reconhecimento das diferenças.

Toda a emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. [...] A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 1993, p. 63)

É preciso saber, portanto, se a economia solidária restitui aos seus protagonistas a sua condição de sujeito econômico, social e político. Ou, numa expressão proposta por Marx, sua condição de *ser genérico*, da superação de sua relação com o mundo apenas como indivíduo dotado de necessidades e desejos individuais e que as satisfaz vendendo sua força de trabalho, mas, como partícipe do processo histórico, como sujeito da história na condição de parte constitutiva do mundo social.

Ao refletir sobre isto, parece claro que a emancipação dos indivíduos ocorre no processo de sua transformação em *sujeitos*, o que se depreende pela forma e o sentido de suas intervenções no processo social. O desafio que se apresenta é articular a luta local de forma que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, de uma democracia sem fim:

[...] A emancipação não é mais um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a

ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social [...]. *O socialismo é a democracia sem fim*. Porque é uma qualidade ausente, o socialismo será tão adjetivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. [...] Quanto mais profunda for a desocultação das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos. (SANTOS, 2005, p. 277)

Em que medida os trabalhadores da economia solidária serão capazes de transformarem o processo e articular de forma coerente um projeto macrossocial (econômico e político) à experimentação microeconômica? Isto é algo que só o tempo histórico poderá dizer. Para aqueles que partem do estudo empírico da economia solidária – e não dos ensaios apriorísticos sobre o tema, isto é, conhecimentos que não advêm experiência com a realidade – parece haver uma indicação de que a economia solidária aponta para outras relações sociais e para a possibilidade da emancipação. Se essas expectativas vão se cumprir, não há resposta certa. Para isto servem as utopias – indicar e almejar outros caminhos.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA⁷⁴

Da mesma forma que as transformações sociais das últimas décadas incidiram em uma renovação da questão social, incidiram também em uma renovação da esfera pública promovendo leituras distintas sobre conceitos como “sociedade civil” e “movimentos sociais”.

O caráter contestatório dos movimentos sociais perdeu forças diante da ausência de um inimigo visível a quem dirigiam suas reivindicações. Os movimentos sociais, organizações e comunidades passam a demandar bens e serviços necessários à sobrevivência humana, e principalmente reivindicar a garantia dos direitos sociais, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais.

O processo de individualização, intensificado na sociedade contemporânea, desintegra a noção de cidadania. Na perspectiva de defender o domínio público, ações coletivas direcionam-se para articulações coletivas, como um tipo de resposta aos problemas gerados pelo capital.

O quadro conceitual da economia solidária – apresentado no capítulo anterior – insinua que a dinâmica de inserção econômica, a partir da organização coletiva e autogestionária, própria das iniciativas de economia solidária, está estreitamente ligada à democratização. Para legitimar suas demandas, os agentes da economia solidária promovem um conjunto de discussões e articulações variadas que conecta organizações e entidades populares, constituindo o movimento da economia solidária em um espaço de discussão coletiva, o FBES, ampliando o processo de democratização política do cotidiano dos EES para outras esferas da vida social.

Para entender a economia solidária como movimento e refletir sobre o dinamismo que a motiva é preciso contextualizar questões oriundas desta reflexão frente ao debate teórico/político da esfera pública.

⁷⁴ Parte das ideias expostas neste capítulo é oriunda de um processo de reflexão realizado com Vanderson Gonçalves Carneiro, que resultou no artigo intitulado *O Movimento da Economia Solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade*, publicada no e-cadernos CES, v. 1/ 2008

4.1 Contexto dos movimentos sociais

O termo “sociedade civil” está difundido nos mais diferentes discursos – seja no discurso acadêmico das ciências sociais, ou no discurso de governantes de Estado, no senso comum, nas elaborações do Banco Mundial, ou ainda nas apresentações dos propósitos de toda ONG em qualquer parte do mundo, etc. Enfim, posições políticas diversas fazem uso de sociedade civil apresentando certa ambiguidade do termo, bem como outras noções fundamentais das ciências sociais como democracia, cidadania, direitos humanos, que passaram a ser definidas de forma pouco precisa e por generalizações indevidas (SADER, 2005). Segundo Dagnino (2002), estamos diante de um cenário marcado por uma “confluência perversa”, no qual dois “projetos políticos”⁷⁵ utilizam um mesmo vocabulário e de procedimentos e mecanismos institucionais que determinam um obscurecimento das distinções e divergências. Neste sentido, estamos diante de um cenário conflituoso, em que visões de mundo diferentes chocam-se e disputam os mesmos espaços, sejam estes espaços na sociedade civil, ou espaços decisórios disponibilizados pelo Estado.

Na América Latina, o conceito de sociedade civil foi propagado quando grande parte dos países deste continente estava sob ditadura militar, na qual o “civil” representava o não-militar – o oposto das arbitrariedades de um regime de forças armadas –, tendo como perspectiva retroceder o Estado e ganhar espaço para a sociedade civil (COHEN ; ARATO, 2000; COUTINHO, 1999; SADER, 2005)⁷⁶.

Desde o ressurgimento do conceito, sociedade civil vem sendo utilizada para indicar o “terreno en Occidente que se ve amenazado por la lógica de los mecanismos administrativos y económicos, pero que también es el principal espacio para la expansión potencial de la democracia bajo los regimenes democrático-liberales “que realmente existen”. (COHEN ; ARATO, 2000, p. 7)

⁷⁵ Para a autora, estes projetos são: o projeto participativo, que no Brasil toma forma, desde os anos 1980, ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto neoliberal, que ganha força e hegemonia no Brasil a partir da década de 1990.

⁷⁶ Segundo Costa, no Brasil, a retomada do conceito de sociedade civil é influenciada pelas teorias gramscianas e “coincide com a resistência ao regime militar, ocupando, nesse contexto, uma função mais propriamente político-estratégica que analítico teórica” (COSTA, 1997, p. 12).

Segundo Cohen & Arato, o conceito de sociedade civil retomaria a condição de oposição democrática (tal qual desempenhado no período dos regimes ditatoriais) e o potencial crítico nas democracias liberais, se compreendido a partir de modelo tripartite distinguindo sociedade civil, tanto do Estado quanto da economia (sociedade burguesa). Diante desta elaboração, a sociedade civil figura como a esfera da interação social entre a economia e o Estado, composta pela esfera íntima (família), pela esfera associativa, movimentos sociais e formas de comunicação pública. Mas não significa dizer que a sociedade civil representa toda a vida social fora do Estado e da economia.

Es necesario y significativo distinguir a la sociedad civil a la vez de una sociedad política de partidos, de organizaciones políticas y de públicos políticos (en particular los parlamentos) y de una sociedad económica compuesta de organizaciones de producción y distribución, por lo común empresas, cooperativas, sociedades y otras similares. La sociedad política y económica, por lo general, surge a partir de la sociedad civil, comparte con ésta algunas de sus formas de organización y comunicación y se institucionaliza mediante derechos (en especial, derechos políticos y de propiedad), que son una continuación del tejido de derechos que aseguran la sociedad civil moderna. (COHEN ; ARATO, 2000, p. 9)

Nas últimas décadas, o termo “sociedade civil” perdeu a conotação adquirida no processo antiditatorial, assumindo uma concepção mais geral. Após a queda do regime militar, os objetivos dos diferentes grupos e entidades que compunham a sociedade civil da época já não tinham tanta identificação, o que resultou em um processo de incompatibilidades e de diferentes demandas. Tais circunstâncias contribuíram para uma sociedade civil não mais homogênea, que emerge do processo de redemocratização e possui uma diversidade significativa de atores sociais coletivos.

Cohen & Arato (2000) compreendem os atores da sociedade civil organizados como *movimentos sociais* – que cumprem uma função pública, absorvem a ação comunicativa existente no mundo da vida e a levam ao nível da esfera pública, assim como defendem o interesse público, constituindo-se como instância de crítica e controle do poder – e como *grupos de interesse* que possuem uma visão corporativa, organizam-se em “lobbies” e buscam se apropriar dos espaços públicos em função dos seus interesses particularistas.

Neste caso, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, voltados para interesse público, ficam de um lado e, de outro, as associações oportunistas. Ocorre que tal elaboração provoca confusões, considerando que, muitas vezes,

colocam-se no mesmo patamar todas as organizações que estão entre Estado e a sociedade civil. Estas confusões dão elementos para elaborações que generalizam o processo e desqualificam organizações da sociedade civil, igualando-as aos grupos de interesse.

Apesar de haver ambiguidade, o conceito de sociedade civil prevalece como importante conceito para situar o terreno da democratização e da esfera pública. Há autores que defendem o conceito numa perspectiva de apoiar os esforços dos “excluídos” em organizarem-se para superar a condição subordinada e, conseqüentemente, garantir cidadania – mesmo que esta não seja, na contemporaneidade, a forma mais empregada do conceito. Assim reflete Pearce:

Just as liberalism could never remain the exclusive ideology of the bourgeoisie, so the concept of civil society has meaning also for social organization among the excluded and marginalized of a region where inequitable wealth distribution legitimizes their efforts to access the new or revived democratic structures at national and local level, to make party machines accountable, and to emphasize civility\in political life for a region more accustomed to the barrel of a gun... How far latin america civilian and military elites will accept a renewed growth of associationalism amongst the socially and economically excluded remains to be seen. (PEARCE, 1997, p. 81)

O contexto histórico-político em que ressurge o conceito de sociedade civil também é cenário para mudanças nos movimentos sociais que apresentam diferentes roupagens nas últimas décadas, tendo em vista que expressam uma multiplicidade de práticas coletivas realizadas por diferentes perspectivas.

As várias manifestações dos movimentos sociais foram objeto de muitos estudos no período pós 1970, originando reflexões sobre o potencial de transformação destes movimentos. Mas estas elaborações teóricas também foram se modificando a partir das mudanças sócio-históricas, sendo que, ao invés de uma ascendência contínua, os movimentos sociais configuraram um processo de avanços e retrocessos.

No Brasil, a década de 1980 foi um período de visibilidade dos movimentos sociais que, segundo Sader (1995), apresentavam “novos personagens”, considerados sujeitos coletivos oriundos das classes populares que compreendiam mobilizações motivadas por diferentes organizações (Igreja, novo sindicalismo, esquerda marxista) e que redefiniam a participação popular tendo em vista a reivindicação de direitos e a participação como força ativa e princípio político. Mas a adesão às políticas neoliberais implicou numa fragilidade da sociedade civil popular e num fortalecimento da sociedade civil burguesa (DIAZ, 1995), uma vez que a

correlação de forças da sociedade vigente provocou um refluxo dos movimentos que foram modificando suas relações institucionais com o Estado e com a economia. O coletivo perdeu força e a perspectiva política e ideológica a favor da lógica dominante foi ocupando o espaço deixado pelos movimentos fragilizados.

Nesta situação, os movimentos sociais, e principalmente o movimento sindical, foram profundamente deteriorados, fragmentados e, às vezes, cooptados pelas perniciosas legislações neoliberais. Uma das consequências deste momento é, segundo Domingues (2007), a perda de uma subjetividade coletiva centrada no movimento sindical (como sinalizado no capítulo 2), que até então foi o principal opositor tanto ao mercado autorregulado do século XIX, quanto ao estado de bem-estar social (nos países centrais) e ao estado desenvolvimentista (nos países periféricos e semiperiféricos) do século XX.

Desta forma, o debate em torno da esfera pública (a partir da adesão neoliberal) é outro, são novas condições sócio-históricas que contribuem não só para uma mudança nos processos práticos dos movimentos, organizações e comunidades, mas também para uma mudança teórico-analítica dos mesmos.

4.1.1 O Debate Teórico Conceitual a partir da Década de 1990: os dilemas da autonomia-institucionalização e do inter-reconhecimento do sujeito coletivo

Diante do contexto, a ação dos movimentos sociais, bem como das organizações e comunidades presentes na esfera pública, passam a elaborações mais complexas. No debate atual, duas vertentes para a ação caracterizam tal complexidade: a primeira é que os movimentos sociais mantêm, em certa medida, a desconfiança de ação conjunta com o Estado, constituindo o binário *autonomia-institucionalização*, e, ao mesmo tempo, vê a necessidade de manter uma autonomia frente ao mercado, evitando assim sua fusão e identificação de suas ações como complementares a este (DOIMO, 1995); a segunda vertente é uma pluralização da organização societária, marcada tanto pelo aumento dos movimentos e das organizações, quanto pelas múltiplas identidades, transversalidade dos direitos e pela transnacionalidade de suas atuações, ela coloca estes movimentos diante de novas formas de ação e de mobilização que possam incidir sobre uma nova forma de *inter-reconhecimento* da subjetividade coletiva.

Contudo, mantendo o foco nesta discussão da autonomia dos movimentos e sua aproximação ao Estado e mercado, bem como na inter-relação entre os movimentos, pode-se dizer que, diferentemente do passado (e das elaborações sobre sociedade civil no período do ressurgimento do conceito), a discussão caminha para o questionamento de uma nova estrutura de ação desses movimentos e organizações. Questionamento este que reconfigure tanto a perspectiva autonomia-institucionalização, quanto à perspectiva de inter-reconhecimento do sujeito coletivo de transformação e emancipação social.

Como já sinalizado, este contexto é marcado, sobretudo, pela hegemonia neoliberal. A perversidade encontrada neste momento, orientado pelo modelo neoliberal, reduz, por um lado, o papel dos movimentos sociais, organizações e comunidades, ao papel de complementaridade instrumental ao Estado e ao mercado. Por outro lado, obscurece uma diversidade de práticas e valores contraditórios e antagônicos, mas também comuns e inteligíveis entre os movimentos. Além disso, criminaliza a própria atuação de movimentos, organizações e comunidades, quando estes não se enquadram no receituário neoliberal de participação⁷⁷.

Assim, o contexto demonstra um cenário conflituoso de práticas e valores que oscilam entre relações mais democráticas, igualitárias, solidarísticas e contestatórias e relações autoritárias, desiguais, movidas por interesses particulares e imediatistas das organizações que preferem preservar o *status quo* do capitalismo global – lembrando a categorização de Cohen e Arato (2000) de movimentos sociais versus grupos de interesse. No entanto, nem sempre a linha que separa um campo do outro é clara, contribuindo para a dissimulação de objetivos e valores que orientam as práticas dos movimentos e organizações.

O cenário complexo tem início na década de 1980 e alarga-se na década de 1990. Trata-se de um período marcado por crises e emergências. Dentre as crises, está a crise do reformismo (SANTOS, 2006). Com a crise do reformismo, o Estado perde sua capacidade em promover as interdependências não-mercantis (típicas do Estado de bem-estar social). Este Estado, visto como irreformável, torna-se fragilizado diante das políticas neoliberais e da crise da pós-revolução. Isto implica

⁷⁷ A exemplo da crescente criminalização que sofrem os movimentos indigenistas latino-americanos, o movimento dos sem-terra no Brasil, o movimento zapatista no México, entre tantos outros que contestam o caráter desigual, autoritário e desumano do sistema capitalista globalizado.

em dizer que o Estado, ou melhor, a tomada de poder do Estado, deixa de ser o centro das reivindicações dos movimentos sociais. Assim, a minimização das desigualdades e reconhecimento de diferenças, em outras palavras, a emancipação social, não será alcançada com a tomada de poder do Estado, o que Cohen e Arato (2000) chamam de autolimitação da sociedade civil.

A crise político-ideológica e a persistente crítica às desigualdades sociais fazem o foco dos movimentos emancipatórios voltarem-se para “novos movimentos sociais”. Com a emergência desses, outras esferas de opressão são destacadas, assim como a reivindicação de novos direitos, dando à sociedade civil um novo status caracterizado pela pluralidade de movimentos auto-organizados. Tais movimentos favorecem a participação e a formação de um espaço público no qual a ação das instituições sistêmicas (o Estado e o mercado) podem ser freadas e/ou influenciadas pela sociedade multidiferenciada de atividades associativas (ARATO & COHEN, 1995). Assim, tem-se a emergência de uma diversidade de ações e de movimentos que aglutinam as mais diversas demandas da sociedade, que relacionam suas reivindicações à consecução de direitos através da cidadania e de uma atuação junto ao Estado.

Na América Latina, este cenário ganha contorno especial. Isto porque a configuração de um Estado fragilizado emerge em um momento em que a transição para a democracia começou a acontecer em toda a América Latina. Segundo Domingues (2007), este momento mescla uma fragmentação maior da classe trabalhadora e do movimento sindical, devido à desestruturação do mercado de trabalho. Trata-se de uma diferenciação social que reflete em uma descentração de um tipo de movimento – sindical e operário no caso – em vários movimentos e organizações na sociedade, considerados os novos movimentos sociais. Contudo, esta diferenciação social pode indicar uma nova “cultura política”, marcada pela democracia e pelo pluralismo das lutas sociais (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR apud DOMINGUES, 2007).

No entanto, a mudança no padrão do associativismo latino-americano, marcado pela ruptura desta visão homogeneizadora e indiferenciada da ação coletiva e também pelo aumento do número e do tipo de movimentos e organizações, não possibilitaram, por si só, a superação de problemas históricos como o particularismo, o autoritarismo, o preconceito (anacronismo/criminalização) e a exclusão de determinadas formas de ação coletiva (AVRITZER, 1997). As causas

destes problemas estão ligadas ao caráter efêmero dos movimentos pró-democratizantes (OLVERA, 2002), à continuidade da mesma cultura política que marcou os regimes autoritários (AVRITZER, 1996; GARRETON, 2002) e à inserção de países latino-americanos ao modelo neoliberal.

O modelo neoliberal compromete o aprofundamento da democracia e a renovação do pluralismo das lutas sociais na medida em que enfatiza a participação da sociedade civil na relação com o Estado, com o Mercado e entre as organizações. Orientada por teorias neoliberais, a governação do sistema vigente tende a repassar para a sociedade civil suas responsabilidades, ressignificando a noção de participação e, conseqüentemente, limitando os potenciais do pluralismo democrático. Neste caso, a participação é entendida apenas como um modo de gestão e não mais como um “direito a ter direitos”, um direito à auto-organização e autodeterminação.

Os espaços públicos, ao invés de tornarem-se o lugar do diálogo, da publicização do conflito, tornam-se os espaços da privatização do público, na medida em que propõem que o chamado setor público não-estatal substitua as funções do Estado na prestação de serviços não-exclusivos para implementar a administração pública gerencial. A sociedade civil é concebida então – e aí principalmente as ONGs – como o lugar específico onde o Estado/mercado pode transferir suas funções de promotor social, conferindo a estas um papel de complementaridade das funções do Estado. As ONGs e o conclamado “Terceiro Setor” passam a ser considerados como lugares de competência técnica e, muitas vezes, específica, bem como lugares de interlocutores legítimos da sociedade civil como um todo (MONTAÑO, 2002; GURZA LAVALLE, CASTELLO ; BICHR, 2004).

Nesta perspectiva, a diferenciação social e o pluralismo das lutas sociais são realocados instrumentalmente, contribuindo para o enfraquecimento da sociedade e do Estado, também evitando a constituição de grandes movimentos centrados em demandas sociais e políticas comuns que possam questionar a legitimidade de suas ações. Mesmo identificando uma diferenciação da ação coletiva e o aumento do número e tipo de associações e, assim, conceituando a sociedade como multidiferenciada, a presença de atores “semidemocráticos” aliada ao modelo neoliberal têm como característica marcante a desintegração e a fragmentação da sociedade, ou, como sugere Santos (2006), a emergência de fascismos sociais. Por isso, a pluralização das lutas sociais se torna refém de um modelo que preza mais

por uma multidiferenciação de identidades, que tende a separar e diluir convergências entre os movimentos e, ao mesmo tempo, cristalizar uma característica para a sociedade civil de executoras descentralizadas de funções Estatais, sob as quais mantém pactos pontuais, regidos pela lei do mercado.

É certo, no entanto, que isto não se dá de maneira unívoca em todos os setores e que não seja contestada por diversos movimentos e organizações. A própria conceituação de termos como ONGs, terceiro setor, sociedade civil e espaço público é motivo de um intenso debate, tanto na academia quanto nos próprios movimentos. Nestes últimos, ganha importância ainda a relação dos movimentos entre si, destes com diversas organizações, bem como suas relações com o Estado e o mercado. Com a emergência dos “novos” movimentos sociais e a discussão de direitos, da transversalidade destes, consideram-se, para os “velhos” movimentos sociais, os aspectos relacionados ao reconhecimento da diferença tão importantes quanto os aspectos da redistribuição social. Ao mesmo tempo, as questões materiais estão presentes nas reivindicações dos movimentos identitários. Desta forma, muitos movimentos e organizações vêem, em suas lutas, similaridades com outros movimentos que atuam, ou não, no mesmo espaço público e convergem suas reivindicações em torno da inclusão de direitos e ampliação da cidadania.

Assim, o dilema autonomia-institucionalização deve ser reconfigurado, uma vez que o próprio Estado transforma-se em espaço de lutas políticas. Como observa Santos (2006), o Estado perde o controle da regulação social, mas ganha o controle da metarregulação, ou seja, “da seleção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais que, por subcontratação política, adquirem concessões de poder estatal” (SANTOS, 2006, p. 364). Então, o Estado, por ser esta organização política que integra esta diversidade de organizações de uma sociedade cada vez mais interconectada e transnacionalizada, torna-se local de lutas políticas para o controle da metarregulação que, ao mesmo tempo, ultrapassa o espaço estatal.

Neste caso, a reinvenção solidária e participativa do Estado sugere que este deva ser encarado para além da concepção de um “Estado-empresário”, no qual os movimentos, organizações e comunidades relacionam-se pontual e descentralizadamente, servindo de amortecedores das tensões produzidas pelos conflitos políticos decorrentes das políticas neoliberais. Este Estado deve ser concebido como um “Estado-come-novíssimo-movimento-social” que se relaciona ao “mérito próprio dos valores que subjazem ao princípio da comunidade, como a

cooperação, a solidariedade, a participação, eqüidade, transparência e democracia interna”. Este Estado-como-novíssimo-movimento-social procura articular a lógica da reciprocidade própria do princípio da comunidade com a lógica da cidadania própria do princípio do Estado. Com isso, visa “transformar a cidadania abstrata, facilmente falsificável e inconstante, num exercício de reciprocidade concreta” (SANTOS, 2006, p. 368).

Desta forma, a questão da autonomia-institucionalização deve avançar sobre a seguinte indagação: se a aproximação dos movimentos sociais do Estado, incluindo em suas pautas de reivindicações a noção de direitos e a ideia de cidadania, provoca perda em autonomia e, conseqüentemente, o abandono de pressupostos contestatórios e mesmo revolucionários. O debate deve pautar-se sobre uma nova perspectiva de autonomia-institucionalização.

Ilse Scherer-Warren (2006) mapeia esta discussão quando faz, no caso do Brasil, uma trajetória dos movimentos sociais e sua relação com o Estado. Em sua perspectiva, os movimentos sociais, na atualidade, mesclam características dos “velhos” e dos “novos” movimentos sociais em uma nova forma de movimento, ligado a uma articulação em redes interorganizacionais e transidentitárias, além de uma reafirmação de autonomia em relação ao Estado. A autora conceitua quatro momentos para situar este novo formato de “ser movimento”. Estes momentos passam primeiramente de um “movimento cívico”, marcado pela resistência ao autoritarismo de Estado, a um “movimento cidadão”, marcado pela afirmação e regulamentação de direitos, para, em seguida, constituir-se em um “movimento institucionalizado”, marcado pela participação/negociação entre Estado e movimentos sociais, e configurar-se no cenário atual como “movimento cidadão crítico”, que convive com o momento anterior, mas é marcado pelo controle social pela cidadania.

Esta trajetória dos movimentos sociais e sua relação com o Estado mostra que, se, de fato, em determinados momentos da história, participar com o Estado é pôr em causa a autonomia dos movimentos – e, no primeiro momento, citado por Scherer-Warren, estar contra o Estado era a única forma de salvaguardá-la –, é correto dizer também que o apelo à cidadania é atualmente um dos principais focos de lutas dos movimentos. E, conforme mostra Scherer-Warren, isso não necessariamente implica em perda de autonomia dos movimentos. Ao contrário disto, neste movimento cidadão crítico, é a partir do controle social pela cidadania

que os movimentos sociais se aproximam do Estado para questioná-lo e participar junto com ele na formulação das políticas sociais e públicas, ao mesmo tempo em que mantêm fóruns próprios de construção e mobilização de suas demandas. Em outras palavras, há uma reconfiguração do dilema autonomia-institucionalização que procura resgatar a lógica da reciprocidade do princípio da comunidade e incluí-la na lógica da cidadania própria do princípio do Estado.

Fica em aberto, no entanto, o debate sobre o lugar, a forma e a concepção de lutas ocupadas pelos movimentos sociais, organizações e comunidades, diante de um cenário conflituoso entre valores e interesses divergentes e contraditórios. Se a concepção de autonomia e aproximação ao Estado e ao mercado deve ser reconfigurada, cabe a indagação se esta reconfiguração lança luzes sobre as novas formas de articulação, mobilização e organização societária, e se é possível visualizar, nestas novas formas, elementos de inter-reconhecimento da subjetividade coletiva de contestação e de transformação e emancipação social.

Para Scherer-Warren (2007) este novo formato de “ser movimento” aglutina formas interorganizacionais e transidentitárias que se mesclam em níveis de organizações e formam o que ela conceitua de “rede de movimento social”. Para a autora, a sociedade civil brasileira parte de um associativismo local que expressa as demandas locais e comunitárias. Este associativismo local cria formas de articulação interorganizacionais – fóruns e redes – que buscam se relacionar para o empoderamento da sociedade civil, representada pelas organizações e movimentos locais. Neste novo formato se dá também a articulação entre movimentos regionais, nacionais e globais, bem como a articulação com o Estado.

Além deste emponderamento da sociedade civil, a formação de redes e fóruns pode sugerir a migração para um campo comum de discussão, de atores que partilham certos objetivos e valores e que buscam dar maior visibilidade para suas ações, tanto para identificarem o campo comum de ação, quanto para diferenciarem-se de outros movimentos e organizações. Esta articulação dá margem a mobilizações na esfera pública. Estas mobilizações transcendem a localidade dos movimentos por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, como é o caso das marchas, o grito dos excluídos, entre outros, e será o resultado deste processo articulatório que constitui a rede de movimento social. A rede pressupõe “uma identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores e as

situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2007).

Para Scherer-Warren (2007), o formato rede de movimento social tem o potencial de articular as identidades cada vez mais plurais, e, por serem multiformes, as redes possibilitam a aproximação dos atores diversificados e a passagem da defesa de um sujeito identitário único para um sujeito plural.

Este passa a ser o grande desafio para os movimentos sociais. Não basta a eles reafirmarem sua autonomia frente ao Estado e reconfigurar sua institucionalização. Tanto sua autonomia quanto sua aproximação via controle social pela cidadania deverá ser mediada por uma articulação com outros movimentos sociais que possuem, em muitos casos, demandas diferentes, por vezes ambivalentes, por outras, até mesmo antagônicas. Isto se torna mais complexo se for observado que convivem e interagem, no interior das redes e fóruns, movimentos com demandas diferentes (classistas, identitárias, gênero, culturais, ambientais) e que, no exterior dessas mesmas redes e fóruns, há uma interação conflituosa tanto com o Estado e mercado, quanto com organizações que têm outros valores e objetivos, mas estão inseridas no mesmo quadro temático e utilizam os mesmos espaços disponibilizados pelo Estado.

Desta forma, aliada à articulação entre a lógica da cidadania e a lógica da reciprocidade, deve-se buscar uma lógica do reconhecimento da diferença, baseando-se esta diferença em um inter-reconhecimento da subjetividade coletiva de transformação e emancipação social. Assim, torna-se imprescindível o “trabalho de tradução”, sugerido por Santos. Para este autor,

o potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos sociais, com suas formas de organização e os seus objetivos. Para que esta articulação seja possível é necessário que os movimentos sociais sejam reciprocamente inteligíveis. [...] O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos sociais e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. (SANTOS, 2006, p.127)

Em síntese, é necessário levantar a discussão que o atual quadro de organização societária, mesmo quando marcada pelo pluralismo associativo, não garante para a presença de um ambiente mais democrático e solidário, uma vez que o projeto hegemônico defende o aumento de organizações como forma de descentramento da subjetividade coletiva e de complementaridade de suas funções

mercantis. Por isso, o debate sobre a autonomia-institucionalização das organizações deve ser reconfigurado, pois o foco não deve se ater somente à questão de se participa ou não com o Estado, pois é no Estado que se pode lutar pela metarregulação e, com isso, democratizar a democracia.

No entanto, tanto a autonomia quanto a institucionalização estão relacionadas com o modo de ser do movimento no interior da própria sociedade. As novas formas dos movimentos sociais em rede sugerem um novo centramento da subjetividade coletiva, baseada na constituição de um sujeito plural que se inter-reconhece nos diversos movimentos contra-hegemônicos, através do trabalho de tradução.

4.1.2 Sobre os Atores em Cena: qual sujeito? Qual reconhecimento? Qual lugar?

Há toda uma discussão que contrasta os atores dos movimentos sociais em diferentes momentos históricos, que pautam o debate entre objeto e sujeito (sejam estes atores dos movimentos populares, os atores dos novos movimentos sociais e ONGs, ou ainda, os atores da clássica classe trabalhadora). Quem são os atores que se apresentam na contemporaneidade? Quais suas relações com a transformação da sociedade?

Sader (1995) teve a preocupação de refletir sobre o perfil dos atores sociais dos movimentos pós 1970 numa perspectiva de perceber tais atores sem remetê-los apenas à via estrutural da reprodução social, uma vez que, diante das vertentes de reprodução social (como reflexo da coerção do Estado militar, ou do automatismo econômico da acumulação capitalista, ou, ainda, da alienação ideológica produzida pela classe dominante), os atores, as classes sociais aparecem como simples atualizações de estruturas dadas. Segundo o autor, nestas elaborações, a ideia de sujeito coletivo desempenhando papel criador nos processos históricos não fazia muito sentido. Desta forma, Sader (1995) entendeu que dificilmente conseguiria explicar os movimentos que se propôs estudar, pela exposição das condições dadas e reduzindo aqueles atores ao campo geral das “lutas de um setor da classe operária para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho” e invisibilizando as singularidades presentes no fenômeno em sua originalidade.

Uma conclusão extraída da observação desses impasses é que não se pode deduzir orientações e comportamentos de “condições objetivas dadas”. Tais deduções pressupõem uma noção de “necessidades objetivas” que moveriam os atores sem

as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem pretende captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou comunidade de base de uma sociedade de amigos do bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal. (SADER, 1995, p. 42-43)

Esta discussão sobre a identidade dos sujeitos remete à velha reflexão sobre classe social. Sader (1995) a debate tendo como referência (dentre outros autores) Thompson. As elaborações de Thompson, bem como as de Wood – que repensa e reafirma a obra de Thompson – são importantes contribuições para compreender os processos de formação humana frente ao processo de transformação social, numa perspectiva de que os sujeitos em formação são reflexos da interação entre a especificidade histórica, a ação humana. A leitura de classe desenvolvida por Thompson permite compreender a presença subjetiva dos atores (com sua cultura, valores e imaginário), configurando uma relação entre cultura popular e processos históricos de transformação social. Para tanto, Thompson parte da premissa de que há particularidades no processo de resistência dos pobres, “plebe”, que não estão totalmente identificadas com a “classe madura”⁷⁸.

Las fisuras características de esta sociedad no se producían entre patrono y trabajadores asalariados (como en las classes “horizontales”), sino por las cuestiones que dan origen a la mayoría de los motines: cuando la plebe se unía como pequeños consumidores, o como pagadores de impuestos o evasores del impuesto de consumo (contrabandistas), o por otras cuestiones “horizontales”, libertarias, económicas o patrióticas. No sólo era la conciencia de la plebe distinta a la de la clase obrera industrial, sino también sus formas características de revuelta: como por ejemplo, la tradición anónima y la acción rápida y directa. (THOMPSON, 1979, p. 31)

Ao estudar processos da Inglaterra do final do século XVIII e início do século XIX, Thompson compreende que a cultura plebeia reflete novas experiências de classe que contrapõem a dinâmica dominante e, assim, podem gerar conflitos que são decisivos na formação de uma identidade de classe que não se expressa apenas em um tipo de trabalhador. Parafraseando Thompson, Wood destaca que os processos que ocorrem de forma menos decisiva que nas classes maduras (dotadas de expressão ideológica e institucional) não devem ser ignorados, pois não é por serem menos incisivos que deixam de ser classe (WOOD, 2003, p. 66).

⁷⁸ Com consciência de classe e historicamente desenvolvida: “classe obrera industrial”.

Thompson (1979) alega que as formações de classe são oriundas de um processo no quais homens e mulheres vivem

sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro 'del conjunto de relaciones sociales' com una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. (THOMPSON, 1979, p. 38)

Tendo esta elaboração, Thompson defende uma abordagem que inclui as pessoas comuns, com seus costumes, valores, expectativas, no princípio de processos históricos de transformação social. Não se trata de ignorar as condições objetivas de formação da classe, pelo contrário, a consciência de classe só é possível porque já existem situações objetivas de classe. A identidade de classe se deve ao fato das pessoas – presentes num processo determinante – compartilharem experiências, identificando os interesses comuns e, assim, pensando e atribuindo valor conforme a classe. Para o autor, a formação de classe precisa passar pelo processo de experiência, uma vez que a reunião das pessoas em classe ocorre por uma experiência comum que condiciona uma consciência social e, conseqüentemente, a ação da classe, na qual homens e mulheres reaparecem como sujeitos influenciados tanto por fatores ditos objetivos, quanto subjetivos.

Sader (1995) também não abandona o conceito original de condições “objetivamente dadas”, mas entende que estas condições vividas são continuamente reelaboradas – trata-se de uma “realidade virtual”. Desta forma, os movimentos sociais “operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente” (SADER, 1995, p. 47-48). Assim, os movimentos sociais despertam novos atores, novas identidades, nova forma de representação coletiva. Enfim, esses movimentos estimulam a emergência de uma nova configuração de trabalhadores (não se trata apenas de um sujeito histórico privilegiado – o proletariado), que se dá numa pluralidade de sujeitos

cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias. (SADER, 1995, p. 55)

Sader (1995, p. 315) conclui seu estudo afirmando que os movimentos estudados por ele representaram um importante elemento na vida política do país e,

portanto, uma condição para uma efetiva democracia. No entanto, como vimos na seção anterior, logo após o período de 1970/1980, o contexto social e político interferiu nas análises dos movimentos sociais, e a sociedade civil passou a ser percebida de outras maneiras, com outros atores. Assim, os atores estudados por Sader perderam visibilidade analítica e força política.

Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004) alegam que o fato de mudanças terem ocorrido não significa que os protagonistas daqueles movimentos sociais tenham saído de cena. Segundo os autores, os atores continuaram em cena, mas estão “desapercebidos na literatura porque novas lentes analíticas passaram a iluminar outro tipo de atores como alicerces da expansão da democracia”, ou seja, os movimentos populares de outrora perderam espaço frente ao contexto neoliberal, mas aqueles atores continuam reivindicando suas bandeiras, de forma mais tímida – é verdade, mas ainda se apresentam como questionadores da ordem vigente. O que ocorre é que estes atores passam por um momento de invisibilização disseminado por um sistema que encontrou formas de desmobilizar o processo. Fato é que as forças das circunstâncias fazem com que a relação destes atores com a expectativa de transformação da sociedade também se modifique.

Reichmann (1994) fala que os novos sujeitos abandonaram o sonho da revolução tendo em vista a ideia de reforma estrutural. Não se trata mais de um ataque revolucionário contra o sistema, mas uma chamada para que as democracias mudem. Isso não significa que não há uma crítica à ordem existente, mas esta não é suficiente para uma ruptura com o sistema político. Eis um paradoxo presente no sujeito político contemporâneo que estranha e desafia as normas e valores do sistema dominante via ações que caracterizam uma desobediência civil. Estes atores conduzem suas ações visando valores e normas alternativos na perspectiva de uma sociedade melhor. No entanto, segundo Reichmann (1994), o ideário e a prática da contemporaneidade não apresentam elementos para a constituição de um novo sujeito revolucionário, talvez sim, um *sujeito reformista forte* que tende a ser construído pelos movimentos sociais em um esforço consciente e organizado:

Vale decir: los elementos de nueva subjetividad revolucionaria ya presentes tendrían que penetrar en capas más amplias de la sociedad, y los grupos ya activos tendrían que afianzarse, ampliarse y establecer nuevos lazos recíprocos para avanzar hacia un movimiento antisistema más amplio y globalizador que los actuales, capaz de aunar las “viejas” demandas de superación de la explotación y la opresión con respuestas a los “nuevos” problemas derivados de la crisis de civilización actual. (REICHMANN, 1994, p. 88)

Diante destas elaborações, percebe-se a importância de um sujeito articulado que se aperceba de sua condição estrutural e experimente o processo político coletivo a fim de questionar a lógica dominante. Se, ao longo da história, tal lógica encontrou resistência para sua implantação nas sociedades é porque existiam sujeitos que a questionavam. Em alguns momentos e sociedades, a práxis destes sujeitos provocaram mudanças no contexto estrutural, em outros não, mas de certo houve modificações nos contextos sociais cotidianos que contribuíram para a construção da democracia nos diferentes processos históricos.

Hoje, mesmo com um sistema político que se esforça em invisibilizar o processo, há iniciativas coletivas de sujeitos sociais diversos que representam importante força política na busca de outra sociedade. Sabe-se que houve mudanças relevantes no campo da ação coletiva e de entidades da sociedade civil, que ganharam notoriedade a partir da década de 1990. Mas, ainda assim, os movimentos sociais e organizações populares continuam sendo o sujeito político mais importante, pelo protagonismo popular, e continuam preservando posição central na articulação da sociedade civil. Nestas circunstâncias, o popular ganha força à medida que se torna provavelmente o espaço da sociedade com maior condição de reconhecimento em busca de uma hegemonia política e cultural⁷⁹.

Desta forma, fortalecer o popular torna-se uma estratégia importante para dar visibilidade aos sujeitos, na contemporaneidade, e retomar a força política da base capaz de abalar as estruturas. O popular é derivado da categoria “pobre”. Esta, segundo Milton Santos (1997), pertence aos “espaços opacos” da cidade; assim, os pobres são considerados os despossuídos e desapercibidos. Segundo o autor, no espaço da cidade, são os pobres que possuem força, produzem formas de sociabilidade e justapõem aqueles que possuem a “velocidade” da cidade – as classes médias e altas. Desta forma, Santos alega que os espaços ocupados pelos pobres não são lugares do atraso, pelo contrário, são lugares abertos, espaços de comunicabilidade, de força e mobilidade, nos quais a interação supera a

⁷⁹ Segundo Gramsci, a hegemonia pode fazer um grupo reconhecer o seu domínio legítimo ao conjunto dos grupos subalternos. É nestas condições de resistência frente às estruturas que os trabalhadores começam a tomar consciência de si como classe, a construir, com os fatos, uma “vontade coletiva”, a estender a sua hegemonia tendo em vista opor-se à classe dominante. Para Gramsci, a construção do sujeito passa por um processo de reconhecimento presente na busca pela hegemonia, uma vez que esta configura um exercício do poder expresso por condições de reconhecimento frente aos diferentes grupos da sociedade que se movimentam em torno da hegemonia (GRAMSCI, 1984).

individualidade. Para o autor, é preciso um esforço de entender a dinâmica da solidariedade existente entre os pobres, “fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida nos tempo rápidos da competitividade” (SANTOS, 1997, p. 86). Com o entendimento dessa solidariedade, revigorar uma força instituinte a favor dos grupos populares já existentes, talvez estranhos ao restante da cidade, mas que trazem consigo possibilidades de emancipação.

Nesta perspectiva, o popular vai além da definição “estar abaixo da linha da pobreza”, representa sim o espaço capaz de desenvolver formas de solidariedade e fornecer base para a constituição de sujeitos coletivos que podem desafiar a hegemonia do capital.

A economia solidária – conforme capítulo anterior – é dinamizada por atores presentes no espaço popular. Não se trata de uma classe específica ou de um segmento de classe, mas da convergência de múltiplos sujeitos que unem forças, experimentam a prática coletiva, solidária e autogestionária e representam interesses comuns.

Em estudo anterior (SANTOS, 2004) percebeu-se que, a partir da experiência da economia solidária, da vivência de outras relações de trabalho e da gestão horizontal, os trabalhadores constroem novas representações sobre o seu trabalho, as quais orientam ações individuais e coletivas para além da esfera do trabalho. Isso porque a prática da economia solidária atinge o comportamento, os valores e expectativas dos trabalhadores, que passam a ter outra leitura de trabalho e de sociedade. A adesão dos trabalhadores aos processos de economia solidária é motivada por diversos fatores (circunstanciais) econômicos, políticos, culturais, etc., presentes nas relações sociais objetivas e subjetivas vivenciadas por determinado grupo. Desta forma, embora exista uma representação coletiva em que os trabalhadores compartilham valores e ações, os trabalhadores mantêm suas particularidades não só no processo de adesão, como na vivência da experiência.

Da mesma forma que o EES – como sujeito coletivo – é formado por uma diversidade de representações, o movimento da economia solidária é configurado no FBES – como sujeito coletivo – por uma diversidade de atores que se reconhecem como economia solidária. Fato é que ações concretas estão realizando a experiência da economia solidária, bem como o movimento social que a congrega, tendo em vista novas condições econômicas, políticas e culturais. Assim, os trabalhadores que constroem outras relações de trabalho em busca de sobrevivência social formam o sujeito que, num movimento histórico, questiona a situação dada.

5 PROTAGONISMO POPULAR NO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1 FBES: o sujeito de vários sujeitos

Como descrito no capítulo 1, o movimento da economia solidária no Brasil expressa um sujeito coletivo – FBES – composto por vários sujeitos. Os atores da economia solidária são os empreendimentos econômicos solidários, suas entidades representativas⁸⁰, os agentes externos desdobrados em entidades de apoio e poder público⁸¹. Os EES representam possibilidade concreta da consolidação da economia solidária, sem eles o movimento da economia solidária não tem sentido. Todavia a legitimidade destes empreendimentos e, conseqüentemente, do movimento requer o reconhecimento das trajetórias dos diferentes atores.

Muitos dos atores, ao se reconhecerem na economia solidária, trazem consigo outras histórias de reivindicação e protesto que representam as mais diferentes lutas, por exemplo, há EES que se formaram a partir da iniciativa comunitária⁸², há EES que possuem identificação com a luta pela reforma agrária⁸³, há EES oriundos de massa falida e que possuem relação com o movimento sindical⁸⁴, há EES formado por perspectiva de reinserção social (pessoas que possuem alguma doença - doença mental, dependência química, HIV; presidiários...), enfim há EES predominantemente de mulheres, quilombolas,

⁸⁰ As entidades representativas (ligas ou uniões) buscam – a curto e longo prazos – atender as demandas dos empreendimentos que representam. Contrapondo-se à lógica do cooperativismo tradicional – considerado organização econômica e jurídica dentro e a favor do sistema vigente, as entidades representativas diretamente ligadas a economia solidária questionam a lógica dominante e propõem discutir o sistema cooperativo desafiando os empreendimentos a que representam repensarem os processos de gestão, produção e poder dos espaços que estão inseridos.

⁸¹ Os agentes externos são e foram, principalmente no início do movimento, importantes fomentadores da economia solidária. Muitos dos empreendimentos se articulam em torno do poder público e de entidades de apoio. Os agentes externos geralmente atuam visando uma autonomia dos EES que assessoram, mas nem sempre o discurso é cumprido, uma vez que estes dispuseram de recursos para ajudar nas dificuldades de organização dos empreendimentos e, na maioria das vezes não dispõem de muito tempo (no caso do poder público como agente externo, há um tempo máximo de quatro anos para assessorar os EES, uma vez que são políticas de governo e não de Estado, no caso das entidades de apoio o tempo também é limitado, pois na maioria das vezes tais entidades têm prazos curtos para assessorar, sistematizar e relatar a experiência para a instituição mantenedora do projeto) para fazer assessoria mais comprometida com a formação dos EES, o que não significa dizer que não há compromisso.

⁸² É o caso da Univens que é uma cooperativa da área de vestuário de um bairro de Porto Alegre que se organizou a partir da participação nas reuniões do Orçamento Participativo no bairro (SANTOS, 2006).

⁸³ É o caso das cooperativas da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento Sem Terra (http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_Cooperativista_dos_Assentados.pdf)

⁸⁴ É o caso dos EES vinculados a ANTEAG, UNISOL.

indígenas etc. que carregam outras bandeiras de lutas, além de possuírem uma identidade comum: a economia solidária.

Sendo assim, o movimento da economia solidária não é unívoco e integra uma pluralidade de práticas e de atores sociais que, ao se movimentarem das mais diferentes formas, buscam legitimar a economia solidária. Segundo Icaza (2004) a pluralidade presente no movimento da economia solidária “é sua força e sua novidade, pois permite que em torno dela se congreguem forças importantes, portadoras de criatividade e construtoras de inovação social”. É a partir desta diversidade que a economia solidária é um campo em potencial para o diálogo de propostas e experiências diferentes que almejam uma transformação social e econômica comum a partir da economia solidária.

O movimento da economia solidária se fortalece em um momento histórico em que a sociedade civil é definida como uma trama diversificada de atores coletivos que mobilizam recursos associativos para problematizar questões de “interesse geral”. Segundo Avritzer (1994: 284), “o que caracteriza a sociedade civil brasileira é a procura pela autonomia de uma esfera de generalização de interesses associada à permanência de uma forma institucional de organização baseada na interação comunicativa”.

Nesta perspectiva, o movimento da economia solidária configura um espaço no qual diferentes atores partilham posições semelhantes. Por um lado, os EES e suas diferentes bandeiras somadas à economia solidária, por outro os agentes externos, com destaque para as entidades de apoio (associações, entidades civis, ONGs e articuladoras⁸⁵) - relevante tipo de ator dos anos 1990.

As entidades de apoio passaram ocupar um espaço na sociedade civil e no campo da ação coletiva bastante significativo, uma vez que ganharam centralidade na capacidade de agregar demandas e articular diferentes atores em torno das mesmas, posicionando-se assim, ao lado dos movimentos sociais. Como organizações institucionalizadas que mesclam militância e profissionalismo, as entidades de apoio desenvolvem projetos em prol do desenvolvimento de uma agenda específica e por sua capacidade técnica e política conquistam importantes espaços de decisão nos processos deliberativos da sociedade civil. Segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004), o debate sobre sociedade civil dos anos 1990

⁸⁵ Para diferenças entre articuladoras e ONGs, ver Gurza Lavalle, Castello e Bichir, 2004.

ênfatiza uma concepção restritiva da sociedade civil em que há um “ocultação artificial dos movimentos, sobre-dimensionando o papel de outros atores da sociedade civil — notadamente as ONGs — como se fossem sucessores ou ocupassem lugar análogo ao dos primeiros”. Embora o desaparecimento dos movimentos em detrimento das ONGs seja equivocado – como já referido no capítulo anterior, este discurso exerceu grande influência sobre os processos de ação coletiva evidenciados na década de 1990.

Tendo em vista papel relevante que o GT Nacional teve no princípio do movimento da economia solidária no Brasil, pode-se dizer que tal movimento se situa entre os movimentos influenciados pelo referido discurso. No entanto, acredita-se que – da mesma forma que os movimentos não saíram de cena – os empreendimentos econômicos solidários, identificados como a base da economia solidária, são as principais expressões de poder do movimento. De fato, a economia solidária possui um leque de interlocutores bastante amplo o que atenua as diferenças entre as posições conceituais e políticas contidas no movimento, mas esta abrangência provavelmente não oculta a centralidade dos EES.

A estreita relação dos agentes externos com o movimento da economia solidária garantiu que tais agentes participem do processo como sujeitos diretos, em um patamar abaixo dos EES, mas com direito de decisão. No caso da economia solidária, esta situação não parece comprometer a legitimidade do processo, muda sim a cena protagônica comum aos movimentos sociais – pois esta não é mais de exclusividade dos atores da base –, no entanto, a cumplicidade dos diferentes atores é tanta que a base reconhece o espaço protagônico dos agentes externos e não sente ameaça por parte deles, embora muitas vezes dispute poder com os mesmos, uma vez que por mais comprometidos com a causa que sejam os agentes externos, eles podem reproduzir e intensificar a lógica clientelista – mesmo que não intencionalmente, inibindo a autonomia de decisão da base.

Nas próximas seções faz-se um exercício de compreender como ocorre, no campo plural, o protagonismo no movimento da economia solidária e assim equacionar, no plano empírico, o efeito de ocultação ou não dos EES a respeito do seu papel protagônico.

5.2. As deliberações do FBES

O GT Nacional foi o principal articulador do movimento da economia solidária no Brasil desde o FSM de 2001 e legitimado pelas duas primeiras PNES. Foi o GT Nacional que organizou as três primeiras PNES e foi este mesmo GT que em 2002 – percebendo a conjuntura que indicava a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, encaminhou uma carta ao Presidente eleito (aprovada na II PNES), propondo a criação de uma política pública e de um organismo federal específico para coordená-la.

Desta forma, ao mesmo tempo em que o governo Lula buscava atender a demanda do movimento de economia solidária, este, por sua vez, criava o FBES como instância nacional do movimento legitimando um momento histórico importante para economia solidária no Brasil que evidenciava espaços importantes que nascem conectados um ao outro. Desde a criação destas instâncias, o FBES tem sido o principal interlocutor da política pública de economia solidária, mas esta relação não ocorre sem que seja constantemente questionada pelo movimento. Assim, questões como a relação entre Estado e sociedade, a natureza, composição e funcionamento do FBES, a institucionalidade da política de economia solidária são algumas das questões que estão sempre na agenda dos espaços deliberativos do movimento, como plenárias e conferência.

5.2.1. Plenárias Nacionais de Economia Solidária

Como já referido no capítulo 1, o movimento da economia solidária realizou 4 plenárias nacionais, mas infelizmente não há registros oficiais sobre as pautas e deliberações das duas primeiras. Neste caso, as considerações desta seção referem-se as reflexões da III e IV PNES.

5.2.1.1 III Plenária Nacional de Economia Solidária

Todas as plenárias possuem sua validade histórica, principalmente por se tratarem de espaços deliberativos do movimento, mas a III PNES pode ser considerada um dos marcos mais importantes do movimento da economia solidária no Brasil. A III PNES sucedeu o momento de implantação da política federal de

economia solidária, criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como expressão do movimento e produziu carta de princípios e plataforma do movimento da economia solidária no Brasil (anexos F e G). Não há registros de como aconteceram os debates pré-plenária, mas sabe-se que na ocasião já existiam alguns Fóruns locais e estaduais que certamente se mobilizaram para debater as questões da III PNES. Além da legitimação do FBES, a Plenária discutiu concepção, funcionamento, composição e continuidade do FBES. De imediato foi consensuado concepção, funcionamento e continuidade ficando a maior divergência e, portanto, principal objeto de debate da plenária, a composição do FBES.

Sobre a **concepção** definiu-se algumas linhas gerais:

O Fórum deve ser um espaço autônomo de debate acerca do que é economia solidária, de construção de uma política de economia solidária suprapartidária; constituir-se, enquanto espaço de construção de consensos, respeito às diferenças, de articulação política, de estabelecimento de estratégias de ação, sobre a égide dos princípios da economia solidária; espaço democrático, com participação de todos os segmentos, enfatizando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária; deverá realizar o debate sobre o significado dos conceitos de economia solidária e economia popular solidária; criar uma forma jurídica para nortear leis próprias para a economia solidária; ser um canal de interlocução entre os poderes constituídos e os outros atores da sociedade; ser mobilizador para a construção de redes de economia solidária; ser um instrumento propositivo, consultivo, deliberativo, horizontal e transparente; constituir-se em espaço de valorização do saber local, de formação transversal, no sentido de garantir as identidades minoritárias relativas a gênero, etnia, idade, jovens e idosos e pessoas portadoras de deficiência; constituir-se em espaço de construção de um novo modelo de colaboração solidária junto ao poder público (III PNES, 2003).

Sobre **funcionamento e continuidade**, a plenária aclamou os seguintes pontos:

Funcionamento: devem acontecer a partir de plenárias locais, micros regionais, estaduais e nacionais; grupos de trabalho por segmentos (exemplo: reciclagem, agropecuária, cooperativas de crédito); grupos de trabalho temáticos que se dediquem a problemas específicos (crédito, tributação, comercialização e exportação); criação de banco de dados com informações sobre os empreendimentos que funcione como referência para os mesmos; criação de uma Secretaria-Executiva do Fórum Brasileiro; deve construir uma estrutura financeira para atender às demandas estaduais; organizar seminários temáticos, em nível nacional (exemplo: educação popular e finanças solidárias); deverá garantir a rotatividade da representação dos delegados e dos membros da Secretaria do Fórum Brasileiro de Economia solidária a cada dois anos.

Sobre a continuidade: Criação e proposição de mecanismos para o fortalecimento das organizações e empreendimentos solidários; promover periodicamente reuniões, encontros de trabalho, seminários, para fortalecer e fazer acontecer os princípios da economia solidária; fortalecer as bases através de redes, por segmentos e por território; fazer ampla divulgação da economia solidária e do fórum brasileiro; promover uma plenária anual do fórum brasileiro de economia solidária. (III PNES, 2003).

A questão da composição – que diz respeito ao protagonismo do movimento – foi exaustivamente discutida. A principal questão se deu em torno da participação ou não dos agentes externos – principalmente gestores públicos – na composição do Fórum. Ao fim deliberou-se pela participação maior de trabalhadores dos EES e menor dos agentes externos. Para chegar nesta definição algumas falas foram levadas em consideração, dentre elas destaca-se as falas de um trabalhador de EES e de um agente externo a favor da composição deliberada:

Trabalhador de EES na III PNES:

Pedir a atenção de todos, que ninguém é dono da verdade para estar impondo a sua verdade ao outro. Eu sou empreendedor, artista plástico da Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de Marituba, no Pará. E tem uma coisa que eu quero defender aqui que é a democracia. Democracia não se constrói com exclusão. Democracia se constrói com a participação de todos e todas. Quando nós elegemos aqui a concepção de fórum, é que participem todos aqueles que queiram contribuir na construção de uma nova economia alternativa ao capitalismo. Quando a gente fala em solidariedade e sucesso, estamos falando de inclusão social. Agora, a exclusão não pode estar no nosso meio. Ela tem que ser banida do nosso seio. Eu não tenho medo, enquanto empreendedor, de estar discutindo com o governo a sua participação num processo de construção coletiva. Porque muitas vezes o medo advém da ignorância daquele segmento. Concluindo, eu acho que se queremos um homem novo no séc. XXI, no combate ao capitalismo, que é excludente, temos que dar exemplo aqui neste fórum. Exemplo de solidariedade, inclusão e participação coletiva. Está aí o desafio. Se sairmos aqui sem o debate deste ponto, o estado pode dar alguma celeuma. Mas, está aqui sentadinha ao meu lado a Secretária que contribuiu ao longo dos anos. Eu vou excluir a participação dela, que me ajudou a construir esse processo? Fraternidade, solidariedade e igualdade não se constroem lá longe. Se constrói no seio das nossas próprias famílias, primeiro individualmente e depois coletivamente. Respeitemos uns aos outros para a construção dessa sociedade nova. (III PNES, 2003).

Agente externo na III PNES:

O grande processo de construção desse Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi a integração da diversidade. Diversidade de empreendimentos, de práticas de economia solidária, diversidades de elaboração de políticas, de redes nacionais, de organizações. Os gestores de políticas públicas constituíram uma rede nacional de gestores de políticas públicas. Não se trata de órgãos de governo. O que está em discussão aqui é se é possível que pessoas que estão no nosso campo da economia solidária e que hoje estão atuando nas prefeituras, nos estados, discutindo políticas públicas, gerando políticas de microcrédito, se essas pessoas que têm uma carta de princípios da rede de gestores, que é compatível, que assume os princípios do nosso Fórum Brasileiro de Economia Solidária, se esses companheiros podem ou não estar conosco discutindo quais são as políticas de economia solidária que nós queremos para o Brasil. O que eu venho defender é que **sim, a rede de gestores de economia solidária tem o direito de participar do nosso fórum, porque estão construindo a economia solidária. é preciso ficar claro que é preciso assegurar a autonomia do fórum e por isso não são órgãos de governo que terão direito de participar do fórum. É a rede de gestores, que atua com políticas públicas de economia solidária e tem uma carta de princípios que assume a autonomia da economia solidária, das organizações da sociedade civil**⁸⁶. (III PNES, 2003).

⁸⁶ Grifo da autora.

Ambas as falas refletem a importância dos agentes externos, sobretudo os gestores públicos, possuírem espaço de voz e vez na composição do FBES. Alegam que os gestores públicos são parte importante no desenvolvimento da economia solidária no Brasil e, portanto, merecem condições de deliberação sobre as diretrizes e encaminhamentos do FBES. Assim, há um reconhecimento dos demais atores da economia solidária de que os gestores são seus pares e, portanto são atores do movimento da economia solidária no Brasil. No entanto, os gestores assumem os devidos espaços de deliberação no movimento se estiverem articulados na rede de gestores que assinou carta de princípios assegurando autonomia do Fórum, ou seja, gestores comprometidos com a proposta e desenvolvimento da economia solidária para além dos órgãos de governo dos quais fazem parte.

Além destas questões, a III Plenária considerou a importância de uma Coordenação Nacional para o FBES e deliberou sua composição da seguinte forma: três representações por Estado – sendo que duas destas representações necessariamente de empreendimentos – e mais as 12 organizações que compunham o GT Nacional.

Com o FBES legitimado, a Coordenação Nacional (com 97 representantes) – em suas primeiras reuniões – resolveu formar um braço político e um braço executor para atendimento das demandas do FBES. O braço político constituído por um Conselho Interlocutor, Comissão de Acompanhamento e Comissão de Empreendimentos que foram extintos na V reunião da Coordenação Nacional dando espaço para Coordenação Executiva que acumula função das três instâncias que foram extintas. A Coordenação Executiva foi composta por 13 pessoas distribuídas por segmentos: 7 representantes de EES (2 do norte, 2 do nordeste, 1 do sudeste, 1 do sul e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades/redes nacionais de assessoria e fomento (Cáritas, FASE, ANTEAG, ADS, ITCPS sendo suplentes IMS, IBASE, RBSES, UNICAFES e Unitrabalho) e 1 representante da Rede de Gestores. O braço executor compreende uma Secretaria Executiva (composta por três pessoas selecionadas em processo seletivo) com sede em Brasília. Mesmo com a Coordenação Executiva deliberada para ser uma instância de decisão e articulação política, há uma dificuldade operacional, pois os integrantes estão comprometidos com seus lugares de atuação e possuem dificuldade de participar do processo acumulando as demandas do FBES. Para garantir as articulações políticas do

FBES, na VI reunião da Coordenação Nacional foi consensuado que um dos integrantes da Secretaria Executiva do FBES também assumiria a condição de articulador político do FBES – sendo um importante interlocutor do Fórum.

5.2.1.2. IV Plenária Nacional de Economia Solidária

A IV PNES teve um intervalo de 4 anos em relação a III PNES. Neste período a IV Plenária foi sendo amadurecida diante das demandas e desafios colocados para o movimento da economia solidária no Brasil – sobretudo pelas reflexões pontuadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária. A plenária teve como Comissão Organizadora os membros da Coordenação Executiva e Secretaria Executiva. Foram 4 fases de organização e mobilização da IV PNES: 1ª fase, intitulada “FBES: por um novo modelo de organização da economia solidária” iniciou em 2006 com a realização de debates em reuniões dos fóruns estaduais estendendo-se ao início de 2007 com a realização de encontros nas 5 regiões do País; 2ª fase consistiu na sistematização dos resultados da primeira fase e no lançamento da IV PNES em ocasião da VII reunião da Coordenação Nacional; a 3ª fase intitulada “Caravana rumo a IV PNES” consolidou-se em meados do ano de 2007 quando foi disponibilizada uma agenda rumo à IV PNES – deliberada na VII reunião da Coordenação Nacional que considerou a distribuição (para os Fóruns Estaduais e Territoriais) de um documento de orientação; solicitação de um nome da Comissão Organizadora dos estados para exercer função de “pessoa ponte” - a pessoa ponte foi pensada para servir como ponte de comunicação entre os níveis estaduais e nacional com relação a organização do processo rumo à IV Plenária; distribuição de um documento base; distribuição de um caderno de aprofundamentos que subsidia estudos a respeito das bandeiras discutidas na IV PNES; debates formativos pré Plenárias Estaduais, em todas as regiões, para animar o debate. A 4ª fase consistiu na realização das Plenárias Estaduais e eventos preparatórios nos Estados.

Sobre as delegações dos Estados na IV PNES a VII reunião da Coordenação Nacional definiu que número mínimo de participação por Estado seria de 5 pessoas e os delegados representantes dos três segmentos, sendo 60% de EES e 40% de agentes externo (20% entidades de apoio e 20% de gestores). Os critérios para

calcular a quantidade exata de participantes (mesmos critérios da I Conferência Nacional de Economia Solidária) são:

1º) Balanço entre a população do Estado e a quantidade de empreendimentos mapeados pelo SIES – ver proposta de cálculo no quadro em anexo H.

2º) A mobilização dos Estados na construção de suas Plenárias Estaduais e preparatórias⁸⁷;

3º) A força do movimento no Estado⁸⁸

Sobre alguns elementos obrigatórios para a realização das Plenárias Estaduais: a Comissão Organizadora Estadual composta pelos três segmentos; a pessoa ponte precisava fazer parte da comissão organizadora do Estado; a Plenária Estadual teve de ter duração mínima de três dias; Condições necessárias para os delegados: participar integralmente e comprovadamente de todos os dias da Plenária Estadual; ser integrante de um dos três segmentos (EES, entidades de apoio e gestores públicos).

O caderno de aprofundamentos consistiu em textos elaborados pelos membros da Comissão Organizadora Nacional sobre as seguintes reflexões: Economia solidária e desenvolvimento; Produção, comercialização e consumo solidário; Educação/ formação em economia solidária; Marco legal e economia solidária; Finanças solidárias; Raça, etnia e economia solidária; Gênero e economia solidária: as mulheres rumo à IV plenária da economia solidária; reflexões sobre a estrutura do FBES.

O documento base para as Plenárias Estaduais orientou a dinâmica de discussão local a fim de que a mesma refletisse os elementos que precisavam ser discutidos na PNES. A proposta considerou dois momentos importantes que deveriam ser minuciosamente discutidos pelos Fóruns locais: Eixo agregador do movimento de economia solidária e projeto político do FBES – trata-se de propor um debate que vá além das questões de composição e estrutura do FBES e que discuta a identidade do FBES (como movimento ou instrumento do movimento), sua relação com o Estado e a economia solidária como estratégia de desenvolvimento; Escolha e aprofundamento das bandeiras prioritárias – as bandeiras (identificadas nos

⁸⁷ Balanço entre os seguintes indicadores: a) nº de conferências preparatórias, b) nº de pessoas que participam destas conferências, c) nº de pessoas que participam da conferência estadual.

⁸⁸ Balanço entre os seguintes indicadores: a) nº de fóruns microrregionais e municipais em funcionamento, b) nº de EES que participam do fórum estadual, incluindo os fóruns regionais; c) nº de entidades de assessoria que participam do fórum estadual, incluindo os fóruns regionais.

espaços deliberativos do FBES) foram divididas em 4 eixos: Finanças solidária, Marco legal, Formação e Produção, comercialização e consumo. A metodologia sugeriu que as bandeiras fossem discutidas em grupos e estes escolhessem duas bandeiras prioritárias internas e duas bandeiras prioritárias externas.

O documento base para a Plenária Nacional consiste na sistematização das reflexões deliberadas nas Plenárias Estaduais. Além da indicação das bandeiras prioritárias dos 4 eixos citados, o documento enfatiza os encaminhamentos sobre natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES.

5.2.1.2.1 Deliberações da IV PNES⁸⁹

A IV PNES realizou-se em março de 2008 em Brasília tendo como perspectiva encerrar um ciclo de debates de deliberações que teve a participação das instâncias locais, estaduais e regionais. No entanto, a Plenária terminou com algumas questões que não foram consensuadas. Quatro pontos (Coordenação Executiva, coordenações macrorregionais, Secretaria Executiva e GT de gênero ou de mulheres) deixaram de ser deliberados em Brasília e o encaminhamento da Comissão Organizadora foi de que as delegações se reunissem em seus Estados e concluíssem o trabalho iniciado na Plenária para que os resultados estaduais fossem deliberados na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES.

Tendo em vista que a discussão sobre natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES se refere aos interesses desta tese, uma vez que contribui na compreensão de qual movimento os militantes da economia solidária estão realizando, qual a organização popular em torno deste movimento e, portanto, qual seu protagonismo. Neste trabalho serão apontadas apenas as deliberações da IV PNES em torno dessa discussão.

Apesar das dificuldades, a IV PNES deliberou questões importantes. Sobre a natureza do FBES a Plenária decidiu que o FBES é um “instrumento e espaço de articulação”, agregando as resoluções dos grupos E, H e G:

Grupo E e H: O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária e um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais.

Grupo G: O FBES é um instrumento do movimento de Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores pela construção da economia

⁸⁹ Ver fotos – anexo I

solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos. (Comissão Organizadora IV PNES, 2008).

Definiu-se também que o FBES possui duas finalidades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

Sobre estrutura do FBES, foram definidos o entendimento comum sobre quem são os atores; empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos. EES são empreendimentos suprafamiliares que atendam os seguintes critérios:

Quanto à gestão e funcionamento internos:

- São coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários.
- Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a autogestão.
- No caso de associações sem fins lucrativos, estas devem possuir atividade(s) econômica(s) definida(s) em seus objetivos.
- São organizações regulares, que estão em funcionamento, e organizações que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas.
- Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.
- São organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros:as; e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades.
- São organizações que respeitem o direito de trabalhadores/as e não explorem o trabalho infantil, considerando exploração o trabalho forçado e coagido e não a transmissão de saberes tradicionais entre pai, mãe e filhos na agricultura familiar.
- São organizações que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas.
- São organizações que respeitem critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano. (Relatório da IV PNES, 2008: 43).

As entidades de assessoria e fomento, segundo a IV PNES, devem compor, construir e fomentar a Rede de Formadores Estadual, Regional e Nacional, bem como devem trabalhar coletivamente e se articular, na busca de ações conjuntas de apoio aos Fóruns locais. O FBES reconhece por entidades de assessoria e fomento à economia solidária as organizações que:

Quanto à sua ação:

- Desenvolvem efetivamente ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa.
- Estimulam a participação dos empreendimentos assessorados nos Fóruns.
- Tenham suas atividades e participação regulares dentro do Fórum, e não eventuais, pontuais ou corporativas.
- Subsídiam o Fórum na elaboração e fomento de políticas.
- Baseiam a sua metodologia de assessoria e apoio a empreendimentos solidários nas deliberações e acúmulos dos encontros, oficinas e seminários sobre Formação promovidos e articulados pelos Fóruns, como por exemplo as deliberações da II Oficina Nacional sobre Formação em ES.
- Assessoram os empreendimentos na perspectiva do fomento e estímulo à constituição de redes e cadeias.
- Levam em consideração critérios ambientais nas suas atividades.
- Respeitam os recortes de gênero, raça, etnia, geração e diferentes orientações sexuais em suas ações e atividades.
- Assumem práticas e valores autogestionários na sua atividade e fins de fomento e assessoria. Tenham disponibilidade de participar de conselhos e outros fóruns, e sua atuação nestes espaços seja baseada em deliberações dos Fóruns de economia solidária dos quais participam. As informações de sua atuação devem ser compartilhadas com estes mesmos Fóruns de economia solidária.
- Incluam em seus projetos anuais planos de ação dirigidos ao fortalecimento dos Fóruns locais, com aporte de recursos financeiros e/ou não financeiros. As entidades devem, entretanto, ser avaliadas pelo seu compromisso com o tema da economia solidária.
- Projetos articulados de apoio aos Fóruns locais devem ser desenvolvidos em conjunto com os outros segmentos do Fórum. (Relatório da IV PNES, 2008: 44).

A participação dos gestores públicos - aqueles que elaboram, executam, implementam e ou coordenam políticas públicas de economia solidária - como um segmento do FBES foi reafirmada, mantendo a condição de que estejam articulados em rede. Avançando na participação dos gestores no FBES, se definiu uma participação qualificada dos gestores públicos, em rede, na Coordenação Nacional, correspondendo ao crescimento deste setor no País, com o aumento de municípios e Estados com políticas de fomento à economia solidária.

Para que os gestores públicos participem no FBES, devem ser obedecidos os seguintes critérios:

- A representação de gestores públicos nos Fóruns deve ser em rede, e não de modo individualizado. Desta maneira, os gestores trazem um debate que não reflete apenas a sua atuação específica, mas o debate mais amplo de políticas públicas para a economia solidária. O que importa é os gestores estarem organizados e representados em rede, de qualquer nível da federação (municipal, estadual, federal).
- Os gestores devem respeitar o recorte de gênero, ambiental, raça e etnia em suas atividades. (Relatório da IV PNES, 2008: 45).

Ainda sobre os atores a Plenária definiu que os “movimentos sociais não participam como um segmento dos fóruns locais e nacional. São aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas a cada um. Cada Fórum (desde o local ao nacional) deve definir sua agenda e dialogar com outros

movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país. É fundamental ampliar as alianças com outros movimentos sociais” (Relatório da IV PNES, 2008: 45). Tendo presente à importância de diálogo da economia solidária com os demais movimentos sociais que a VIII reunião da Coordenação Nacional (a primeira após a IV PNES) teve como uma das agendas uma mesa de diálogo com diferentes movimentos sociais (FBSAN, FACES, Fórum EJA, MST, ANA e Marcha Mundial de Mulheres).

Quanto às entidades e redes nacionais (aquelas que antes compunham o GT Nacional) só podem participar do FBES se tiverem ação em pelo menos 7 fóruns estaduais, de modo que garanta seu compromisso com os fóruns locais e sua capilaridade, e com isso não haja mais nenhum tipo de privilégio.

Sobre a Coordenação Nacional foi definido que se mantém a reunião 2 vezes ao ano e sua composição configura da seguinte forma:

Quanto à composição vinda dos Fóruns Estaduais:

Serão eleitos 3 representantes por Fórum Estadual, sendo 2 de empreendimentos solidários e uma de entidade de assessoria.

Quanto à composição vinda dos gestores públicos:

A(s) rede(s) de gestores indicará(ão) dois gestores por região e mais 2 em nível nacional.

Quanto à composição vinda das Entidades Nacionais:

- As entidades de representação nacional não poderão eleger representantes adicionais nos Fóruns Estaduais. (Por exemplo, uma entidade de apoio e fomento que esteja contemplada como de representação nacional não pode eleger novos representantes em plenárias estaduais.)
- A representação das entidades nacionais na Coordenação Nacional, com limite de até 12 representantes, deverá seguir os critérios definidos sobre a participação de entidades e redes nacionais no FBES. (Relatório da IV PNES, 2008: 46).

Coordenação Executiva fica composta com 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades e redes nacionais, e 1 representante da rede de gestores.

5.2.2. Conferência Nacional de Economia Solidária

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (I Conaes)⁹⁰ foi realizada em Brasília de 26 a 29 de junho de 2006 e teve como tema central a “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento” e foi dividida em três

⁹⁰ Ver fotos anexo I

eixos: os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social. Tratou-se de um espaço de diálogo do movimento da economia solidária com o poder público que conduziu a um conjunto de propostas para a economia solidária consideradas no debate de grandes questões nacionais e locais da economia solidária.

A organização da conferência se deu em uma parceria do movimento com o poder público e a dinâmica de seleção dos delegados já foi descrita no item anterior (mesmo da IV PNES) e revela a diversidade dos atores envolvidos com a economia solidária e sua necessária interlocução com outros movimentos e segmentos sociais. Os objetivos da I CONAES foram:

- Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
- Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária;
- Identificar o estado atual e o potencial da ES no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas;
- Propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social.

O Documento Base sistematizado que orientou o debate nacional foi elaborado a partir dos debates estaduais e organizado a partir dos eixos temáticos já referidos.

Como são muitas as deliberações por cada eixo de discussão da I CONAES, aqui se destaca apenas um dos indicadores de cada item dos eixos⁹¹ que permite compreender quais as diretrizes propostas para a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento:

Eixo temático 1: Fundamentos da Economia Solidária

1. A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças

⁹¹ Para conferir todas as deliberações da I CONAES ver documento final:
http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&qid=98&Itemid=216

e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (I CONAES – Documento Final, 2006: 02)

Eixo temático 2: A Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento

14. Na concepção predominante, o desenvolvimento é compreendido como o aumento da produtividade global, ou seja, tem sido resumido ao crescimento econômico como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em determinados países ou regiões. Mas esse não é o modelo que pretendemos, pois o predomínio do capital financeiro que subordina os investimentos produtivos reduz a capacidade do sistema em gerar novos postos de trabalho, agravando a questão social com a precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego. Essa concepção capitalista de desenvolvimento considera somente seu aspecto econômico-quantitativo sem considerar seu aspecto distributivo, favorecendo a concentração do capital, gerando as desigualdades sociais e territoriais, a degradação ambiental e a desvalorização das culturas locais. (I CONAES – Documento Final, 2006: 05)

Eixo temático II: O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas.

37. O Decreto que recentemente autorizou a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária deve significar um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto tratar-se de uma instância de participação e controle social com representações governamentais, empreendimentos econômico solidários, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais que se relacionam com a Economia Solidária, dentro da estratégia de democratização do Estado. O Conselho é um importante espaço de disputa política e convergência das várias forças que atuam por uma outra economia. (I CONAES – Documento Final, 2006: 10)

Eixo temático III: Prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social.

42. Um dos principais desafios que a Economia Solidária enfrenta no Brasil é tornar as políticas atuais, que lhe dão apoio, em políticas perenes, de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), respeitando o Pacto Federativo, com definição e publicização dos recursos orçamentários e seus critérios de partilha, com a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária – FDES, entre outras opções, deixando de depender da vontade dos diversos governos que se sucedem. Para tanto, é necessário que a Economia Solidária ganhe relevância no cenário político nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela, considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a Economia Solidária, construindo uma outra economia. (I CONAES – Documento Final, 2006: 12)

Eixo temático III: Concepção da Política Pública

47. A Economia Solidária não pode ser vista como residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo. Também não deve ser confundida com as ações de responsabilidade social das empresas capitalistas. As políticas de apoio à Economia Solidária não podem reproduzir esta visão, pois, desta forma, impossibilitam a necessária ruptura com a reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência, além de preservar as relações de subordinação e dependência que marcam as relações sociais no capitalismo. (I CONAES – Documento Final, 2006: 13)

Como prioridades da políticas pública de economia solidária, os delegados reunidos em grupos de trabalho (GT) deliberaram da seguinte forma:

Tabela 3 - Prioridades aprovadas pelos GT's dos eixos temáticos na I Conferência Nacional de Economia Solidária

1. Formação, Assistência Técnica, Pesquisa e Tecnologia	19 grupos
2. Marco jurídico para a Economia Solidária, atualização da legislação cooperativista, desobrigação de registro de cooperativas na OCB etc.	19 grupos
3. Sistema Nacional de Finanças Solidárias: Fundo Nacional de Economia Solidária, PRONADES, acesso aos fundos públicos.	17 grupos
4. Comercialização: Sistema Nacional de Comércio Ético, Justo e Solidário, ampliação das compras governamentais com a reformulação da Lei de Licitações (8.666/93).	17 grupos
5. Fortalecimento da Política Pública de Economia Solidária: Sistema Nacional de Economia Solidária, ampliação do espaço da Economia Solidária no Governo Federal.	14 grupos
6. Desenvolvimento de Ações Afirmativas para os segmentos tradicionalmente excluídos (indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, mulheres, negros etc.), demarcação das terras indígenas e quilombolas.	04 grupos
7. Comunicação	02 grupos
8. Centros Públicos de Economia Solidária	01 grupo
9. Fomento à Economia Solidária	01 grupo
10. Fomento à agricultura familiar	01 grupo
11. Saúde	01 grupo

Fonte: Documento final I CONAES

5.3. O protagonismo no corpus da pesquisa

Para compreender a dinâmica que motivou as deliberações dos atores da economia solidária nos espaços de decisão do movimento de economia solidária, foram acompanhadas três plenárias estaduais – conforme descrito no primeiro

capítulo deste trabalho - na perspectiva de verificar como os diferentes atores se articulam e relacionam em torno do movimento. Buscando entender a dinâmica que orientou a organização popular no movimento de economia solidária, foram observadas algumas questões, dentre elas:

Ocorreram debate e articulação local sobre as questões a serem deliberadas na Plenária?

Qual o teor das manifestações na Plenária? (Propriedade dos assuntos? Confusão? Disputa?)

Qual o perfil das principais manifestações? Qual sua representatividade?

Qual o perfil da pessoa ponte?

Como ocorreu a organização da plenária? Quem a conduziu?

A proposta nesta seção é usar os dados do SIES para conhecer o contexto da economia solidária nos Estados do corpus da pesquisa – considerando as realidades empíricas – e verificar a existência da economia solidária nos Estados, frente ao perfil nacional, legitimando o corpus da pesquisa. Os dados do SIES permitem ainda entender qual a situação da economia solidária que respaldou as deliberações das plenárias, sobretudo a definição dos delegados e bandeiras prioritárias. Assim, ao descrever a situação da economia solidária nos Estados serão identificados os indicadores que dizem respeito às bandeiras definidas pela Plenária Estadual chamando a atenção para os itens referentes aos eixos de discussão. Por fim, a proposta aqui é relatar a forma que cada um dos Estados conduziu para realizar as plenárias estaduais, bem como as decisões que foram encaminhadas.

5.3.1. A economia solidária no Rio de Janeiro

5.3.1.1. A descrição do campo: o perfil da economia solidária no Rio de Janeiro⁹²

a) Características gerais dos empreendimentos (**perfil dos delegados e marco legal**)

⁹² Os percentuais considerados neste item referem-se aos 3 indicadores mais pontuados no mapeamento do SIES.

A maioria dos EES do Rio de Janeiro, diferente dos EES refletidos na base nacional, tem como *área de atuação* o espaço urbano - 66,6% - seguidos de 19,5% rural e urbano e 13,3% rural – ver tabela 4, anexo B.

Sobre o *início de formação* dos EES o mapeamento registrou EES já na década 1910, mas grande parte dos EES se formou nas décadas de 1990 (26,9%) e 2000 (62,8%), realidade semelhante à nacional – ver tabela 1, anexo 2.

Dentre os empreendimentos pesquisados destacam-se três *formas de organização* – grupos informais (73,4%), associações (16,2%), e cooperativas (8,3%) que se organizam como alternativa ao desemprego (41%), fonte complementar de renda (15,6%) e obter maiores ganhos em empreendimento associativo (10,1%). A maioria (92,8%) dos EES encontra-se em funcionamento e 7,2% estão em implantação – ver tabela 2, 3 e 5 anexo B.

Os EES são constituídos por *sócios* – pessoas físicas (99,6%) – e se caracterizam (na maioria dos casos) como empreendimentos de pequeno porte (34,3,9% possuem de 1 a 5 sócios; 27,2% de 6 a 15; 18,7% de 16 a 30, etc.) – próprio dos empreendimentos de formação informal. Os empreendimentos menores possuem uma maioria (42,1%) de mulheres (e 33,3% de homens) – sendo que 38,6% dos EES do RJ não possuem nenhum homem. Os empreendimentos maiores registram uma maioria de homens – ver tabelas 6 e 7, anexo B. Há certo compromisso dos trabalhadores com os EES, tendo em vista que em 52% dos EES permanece com o mesmo número de sócios, 28,6% aumentou e 19% diminuiu – ver tabela 8, anexo B.

b) Atividades econômicas dos EES (**produção, comercialização e consumo**)

Dentre os *segmentos econômicos* que são realizados pelos trabalhadores de forma coletiva destacam-se: comercialização ou venda (73,2%), produção (73%), e uso de infra-estrutura (52,7%) – ver tabela 9, anexo B.

Como *atividade econômica* principal tem-se uma concentração na área: Indústria de transformação (67,2%) – ver tabela 10, anexo B. Os *produtos ou serviços* possuem um valor mensal que gira em torno de R\$ 300,10 a R\$ 1000,00 (16,5%) e; R\$ 0,10 a R\$ 100,00 (11,3%) entre outros – ver tabelas 10 e 12, anexo B.

Dentre os *insumos e matérias-primas* que os EES utilizam destacam-se aviamentos para costura (17,3%) – ver tabela 13, anexo B – que são adquiridos em sua maioria em empresas privadas (63,1%), doações (12,4%) e dos associados

(7,3%), sendo que apenas 2,1% dos EES adquirem matéria prima de outro EES – ver tabela 16, anexo B.

c) Comercialização (**produção, comercialização e consumo**)

No que diz respeito ao *destino dos produtos ou serviços* dos EES tem-se que 87,4% são vendidos; 13,8% em parte são vendidos ou trocados; 6,9% são trocados e 0,4% exclusivamente destinado ao autoconsumo dos sócios – ver tabela 19, anexo B. Dentre os produtos ou serviços vendidos, a comercialização se dá basicamente como venda direta ao consumidor (78,8%) e venda a revendedores/atacadistas (13,6%) – ver tabela 20, anexo B.

A venda e/ou troca dos produtos e serviços dos EES destinam-se principalmente para o comércio local comunitário (57,6%), mercado/comércio municipal (20,9%) e mercado comércio micro-regional (8,9%), ou seja, assim como a situação nacional a comercialização gira em torno da esfera local – ver tabela 21, anexo B. Os *espaços onde ocorre tal comercialização* são as feiras livres (13,3%), feiras e exposições eventuais (13,3%) e lojas ou espaços próprios (15,2%), mas a comercialização predominante é a entrega direta a clientes (43,6%) – ver tabela 22, anexo B. Entretanto, a maioria (64,6%) dos EES possui *dificuldades de comercialização* – ver tabela 24, anexo B – que refletem uma ausência de estrutura para comercialização (12,4%), falta de capital de giro para vendas a prazo (12,1%), entre outros – ver tabela 25, anexo B. A maioria (81,5%) dos EES divulga seus produtos e serviços: 55,6% utilizam a divulgação “boca a boca”, 14,8% utilizam uma divulgação impressa e 5,4% utilizam feiras e alguns espaços eventuais - ver tabelas 26 e 27, anexo B.

d) Crédito e investimentos (**finanças solidárias**)

64% dos *recursos* são investimentos (capitalização ou cotas) dos próprios sócios, 24,9% dos recursos foram doados e 5,6% oriundos de empréstimo/financiamento – ver tabela 28, anexo B. Sobre os *bens* dos EES, 41,1% dos EES funcionam em sede cedida ou emprestada, mas 78,5% utilizam seus próprios equipamentos – ver tabelas 17 e 18, anexo B. Os EES têm poucas condições de investimentos, apenas 37,3% fizeram *investimentos* na iniciativa nos últimos 12 meses⁹³ (condizendo com a realidade nacional). Esses, por sua vez, investiram em aquisição e reparação de equipamentos (15%), ampliação do estoque

⁹³ Últimos 12 meses partem do período em que foram aplicados os questionários do mapeamento – consolidado 2005/2007.

de matérias-primas (8,6%) e infra-estrutura física (7,7%). O valor dos investimentos compreende – na maioria dos casos – entre R\$ 300,00 a R\$ 1000,00 – ver tabelas 29,30 e 31, anexo B.

A *finalidade do recurso* – quando conseguem crédito – é (na maior parte dos casos) para investimento (4%). No entanto, assim como na realidade nacional, a *aquisição de crédito* não é comum nestes EES: apenas 7,2% dos empreendimentos tiveram acesso ao crédito nos últimos 12 meses, 41,6% não conseguiram o recurso e 50,9% não solicitaram – embora a maioria (62,5%) dos EES alega precisar de financiamento – ver tabelas 32, 33 e 37, anexo B. As *fontes de crédito e financiamento* dos EES são: Banco Público (2,8%), Banco Privado (1,7%), ONG ou OSCIP – com fundo de crédito ou fundo rotativo (1%), Instituição financeira ou privada (0,4%), Banco do Povo ou similar (0,2%), e outras fontes (2,0%) – ver tabela 34, anexo B. Dos empreendimentos que adquiriram crédito 3,3% estão com pagamento em dia, 1,3% no prazo de carência e 1,1% já concluíram o pagamento e apenas 0,4% estão com o pagamento em atraso – ver tabela 36, anexo B.

Sobre a *dificuldade ou não de conseguir créditos*, 30% dos EES apresentam dificuldades de crédito. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se: o EES não possui documentação exigida pelo agente financeiro (11,8%), falta aval ou garantia (5,4%), taxas de juros elevadas e incompatíveis com a capacidade do EES (3,1%), burocracia dos agentes financeiros (3%), falta apoio para elaborar projeto (3%), etc. – ver tabelas 39 e 40, anexo B.

e) Apoio, Assessoria e Assistência Técnica (**formação**)

A maioria (63,5%) dos empreendimentos disse ter tido algum tipo *apoio externo, assessoria ou capacitação*. Dentre os apoios externos destacam-se: qualificação profissional, técnica, gerencial (37,9%); assistência técnica ou gerencial (9,6%) e; formação sócio-política – autogestão, cooperativismo, economia solidária (8,3%) – ver tabelas 41 e 42, anexo B.

Os agentes externos que prestam assessoria são: órgãos governamentais (28,9% sim); ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários (22% sim); Sistema “S” (17,8% sim); universidades, incubadoras, Unitrabalho (6,8% sim); movimento sindical (2,1% sim); cooperativas de técnicos (1,1% sim) e; outros (10,3%) – ver tabela 43, anexo2.

f) Gestão Coletiva e Trabalho no EES

Os espaços coletivos predominam entre as *instâncias de direção e coordenação* dos EES: Grupos de trabalho comissões ou núcleos (52,4% sim); Assembléia, reuniões do coletivo de sócios (50,6% sim); Diretoria, conselho diretor ou coordenação (37% sim); Conselho fiscal (20,3% sim); Conselho administrativo (10,6% sim); Conselho consultivo (4,2% sim) – ver tabela 44, anexo B.

Outro elemento que contribui para presença da autogestão nos EES é a *forma de participação* dos sócios nas decisões dos EES: 77,8%⁹⁴ dos empreendimentos participam cotidianamente das decisões, 48,1% participam via prestação de contas aos sócios em assembléia geral ou reuniões do coletivo, 39,5% decide sobre os destinos das sobras e fundos em assembléia geral ou reunião do coletivo, deliberam sobre o plano de trabalho (42%), contratações e remunerações (11,4%) em assembléia geral ou reunião do coletivo e 34,9% elege diretoria em assembléia geral ou reunião do coletivo. Apenas 2,2% disseram que os respectivos EES não possuem mecanismos de participação – ver tabela 45, anexo B. Sobre a periodicidade das assembléias ou reuniões do coletivo, a grande maioria se reúne semanalmente e quinzenalmente (41,2%) e mensalmente (29,9%), – ver tabela 46, anexo B.

g) Resultados da atividade econômica

O resultado da atividade econômica é bastante incipiente: 37,8% conseguem pagar as despesas e ter uma sobra excedente, 36% conseguem pagar as despesas e não ter nenhuma sobra excedente, 14,7% não conseguiram pagar as despesas (do ano anterior a entrevista) – ver tabela 47, anexo B.

Quando há *sobra ou excedente*, estes são destinados para: fundo de reserva (10,4% sim), fundo de investimentos (8% sim), integralização de capital (7,4% sim), fundo de solidariedade (0,8% sim), fundo de assistência técnica e educacional (0,4% sim), mas grande parte (24,9%) dos EES distribui as sobras entre os associados – ver tabela 48, anexo B.

Os EES são constituídos por sócios que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos (95,8% sim). Sendo que nos EES que possuem de 1 a 5 sócios têm-se 44% de homens e 33,4% de mulheres; os EES que possuem de 6 a 15 sócios têm 17,7 % de homens e 21,5% de mulheres; e os EES com 16 a 30 sócios possuem 7,1% de homens e 9,9% de mulheres. -ver tabela 50, anexo B. A

⁹⁴ Percentual da resposta "sim".

remuneração destes trabalhadores ocorre: por produto ou atividade dos sócios (70,3% sim), de forma fixa (5,7% sim); por horas trabalhadas (3,1% sim) e outra forma de remuneração (2,5% sim). Ainda há os sócios que não estão conseguindo remunerar seus sócios (15,3%). A maior parte (85,3%) dos EES não possui trabalhadores não sócios e quando há, estes possuem vínculo como prestadores de serviços (9,5% sim) – ver tabelas 51, 54 e 58, anexo B.

A remuneração dos sócios possui uma média máxima de dois salários mínimos: 39,6% dos trabalhadores ganham até ½ s.m., 20,3% de ½ s.m. a 1s.m. e 9,6% recebem mais de 1s.m. a 2 s.m.. A maioria (69,7%) dos EES não disponibiliza *garantias, benefício e direitos* para os trabalhadores, mas dentre os que disponibilizam, destacam-se: qualificação social e profissional (31,9% sim), equipamentos de segurança (9,9%), descanso semanal remunerado (5,3% sim), gratificação natalina (3,2% sim) e férias remuneradas (2,1% sim)– ver tabelas 52 e 53, anexo B.

h) Participação Social e Responsabilidade Ambiental dos EES (**formação**)

Bem como a realidade nacional, a participação dos EES em redes ou fóruns de articulação ocorre de forma bastante equilibrada, sendo que 49% dos empreendimentos participam de alguma rede ou fórum e 51% não participam. As *redes ou fóruns de articulação* que os EES participam são: fórum ou rede de economia solidária (22% sim); redes de produção ou comercialização (11% sim); ONGs, igrejas, pastorais, fundações, SEBRAE ou universidades (7,4% sim); federações de cooperativas (3,2% sim); conselhos de gestão e fóruns de participação política (2,8% sim); movimento social ou sindical (1,8% sim); complexos cooperativos (1,5% sim); centrais de comercialização (1 % sim) – ver tabelas 60 e 61, anexo B.

Além das redes e fóruns há uma incidência de EES envolvidos com os *movimentos sociais populares* (39,5% sim): movimento comunitário (23,3% sim); movimento sindical, urbano ou rural (3,9% sim); movimento ambientalista (13% sim); movimento da luta pela terra ou agricultura familiar (7,7% sim); movimento religioso ou pastoral (6% sim); movimento de igualdade racial (5,1% sim); movimento de mulheres ou gênero (5,1% sim); movimento de luta por moradia (3,5% sim); movimento de ameaçados ou atingidos por barragens (1% sim); e outros movimentos (4,4% sim) – ver tabelas 62 e 63, anexo B.

Ainda há a participação em *ações sociais e comunitárias* (54,4% sim). As ações comunitárias se distribuem nas seguintes áreas: educação (34% sim); trabalho (28,2% sim); saúde (24,3% sim); meio ambiente (23% sim); redução da violência (17,3% sim); alimentação, doações, instituições ou assistência social (10,8% sim); lazer, esporte, cultura ou religião (7,8% sim); moradia (6,3% sim); outra área (1,8% sim) – ver tabelas 65 e 64, anexo B.

Os empreendimentos também possuem (78,5% sim) preocupação com a *qualidade de vida* dos consumidores e de seus produtos e serviços. Desta forma, os EES constituem as seguintes iniciativas: acessibilidade aos preços dos produtos (52,2% sim); fornecimento de informações do produto (43,6% sim); qualificação do produto ou serviço (29,9% sim); incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo (28% sim); oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos (13% sim); outras iniciativas (4,7% sim) – ver tabelas 66 e 67, anexo B.

Por fim, trata-se da relação dos trabalhadores dos EES com o meio ambiente. Os EES geram (72,5%) resíduos (lixo ou sobra de materiais). Dentre as *formas de tratamentos destes resíduos* destacam-se: Reaproveitamentos dos resíduos no empreendimento (35,4%), coleta de lixo normal (26,9%), coleta de lixo especial (1,6%) queima ou incineração (1,3%) – ver tabelas 68 e 69, anexo B.

i) Perfil dos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária⁹⁵

Dos empreendimentos que participam de espaços de articulação 59,4% são cooperativas, 47,9% são grupos informais e 48,3% são associações. Dos que participam de fórum ou rede de economia solidária, do total das cooperativas tem-se 34,3% participantes, do total dos grupos informais 31,4% e do total das associações 23,4% - ver tabelas 4 e 8, anexo E.

No que diz respeito à área de atuação dos EES participantes há uma maioria (34,5%) do total de empreendimentos rurais e urbanos em contrapartida de 30,9% do total de EES urbanos e 20,6 do total de EES rurais – ver tabela 12, anexo E.

Ao buscar entender a origem dos EES que participam de fóruns e redes de economia solidária, cruzaram-se dois indicadores do mapeamento: motivo da criação do empreendimento e participação em fórum ou rede de economia solidária. Partindo dos três motivos mais apresentados tem-se que: dos empreendimentos

⁹⁵ Todos os percentuais referem-se aos participantes do total do indicador cruzado com “Participação em Fórum ou Rede de Economia Solidária”

constituídos por alternativa ao desemprego, 39,2% participam de fórum ou rede de economia solidária; dos EES que se constituíram como fonte complementar de renda, 25,4% participa de fórum ou rede de economia solidária e; dos EES que se formaram para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo, 23,7% participam de fórum ou rede de economia solidária – ver tabela 16, anexo E.

Quais são os apoios recebidos pelos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária?

Dos empreendimentos que participam de fórum ou rede de economia solidária, 51,2% tiveram formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária, etc.); 37,5% tiveram apoio em diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica); 32,7% tiveram qualificação profissional, técnica, gerencial e 27,8% tiveram assessoria em marketing, comercialização de produtos, etc. – ver tabela 20, anexo E.

Quem são os agentes externos que apoiam a economia solidária? (**perfil dos delegados**)

Dos EES solidários que participam de fórum ou rede de economia solidária, 46,6% recebem apoio de universidades, incubadoras, Unitrabalho, etc.; 44,2% recebem apoio de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários; 31,2% do Sistema “S”; 22,7% de órgãos governamentais; 21,1% movimento sindical e 32,7% outro apoio – ver tabela 24, anexo E.

5.3.1.2. A Plenária Estadual

A plenária estadual do Rio de Janeiro aconteceu nos dias 30 de novembro e 01 e 02 de dezembro de 2007 em Angra dos Reis oriunda de um processo de reflexão vindo dos fóruns microrregionais (O Rio de Janeiro teve 16 plenárias microrregionais) que realizaram suas plenárias entre outubro e novembro de 2007. A orientação do FBES é que o Rio de Janeiro – conforme os critérios de distribuição dos delegados descritos no item 5.2.1 – teriam 14 vagas de representantes do Estado, sendo destinadas: 10 vagas para empreendimentos, 02 vagas para assessorias e 02 vagas para gestores públicos e/ou movimentos sociais. Desta forma, os delegados do Rio de Janeiro foram distribuídos contemplando os fóruns locais (empreendimentos: São Gonçalo, Mesquita, Bom Jesus de Itabapoana, Mangaratiba, Teresópolis, Rio das Ostras, Rio de Janeiro – zona oeste, São João de

Meriti, Angra dos Reis; gestores públicos: Macaé e Pinheiral; e assessorias: Caxias e Nova Iguaçu).

Assim como os demais fóruns estaduais, a Plenária do Rio de Janeiro aconteceu paralelamente à realização da feira de economia solidária. Para facilitar a participação de todos nas atividades da Plenária – principalmente os representantes de EES que estavam expondo e comercializando na feira – a programação foi organizada de forma que ocupasse apenas um turno de cada dia previsto, sendo que no dia 30 de novembro a plenária ocupou o período vespertino e nos dias 1º e 2 de dezembro período da manhã.

A plenária foi coordenada pela pessoa responsável pela comunicação entre as comissões de organização da plenária estadual e a nacional, ou seja, a pessoa-ponte. A pessoa ponte do Rio de Janeiro figura como um agente externo peculiar, pois não está vinculado diretamente a entidade de apoio ou poder público, mas mesmo assim externo por ser um militante comprometido com a economia solidária e não pertencer a EES. No primeiro dia houve uma apresentação das pessoas presentes, apresentação da programação da plenária e uma fala do representante da Coordenação Executiva do FBES. A comissão de organização da IV PNES havia definido que o representante da Coordenação Executiva que participaria das plenárias estaduais não seria da mesma região da plenária, mas no caso do Rio de Janeiro, houve uma reivindicação por parte da comissão organizadora da Plenária Estadual de que o representante da Coordenação Executiva fosse da região sudeste, evitando maiores gastos. Assim foi deliberado que o representante do IBASE (entidade nacional que na ocasião fazia parte da Coordenação Nacional do FBES) acompanhasse a Plenária do Rio de Janeiro a fim de esclarecer possíveis dúvidas. No segundo dia, o coordenador (pessoa ponte) apresentou a delegação e as bandeiras prioritárias deliberadas nas micro-plenárias, logo os delegados questionaram uma das representatividades do Fórum de Teresópolis e Petrópolis que estava como titular, mas não estava participando da Plenária Estadual. Essa questão foi exaustivamente discutida e como encaminhamento os representantes dos EES resolveram reunir na parte da tarde e elaborar um documento para o Fórum de Teresópolis e Petrópolis solicitando outra indicação para o delegado na IV PNES. Na manhã seguinte a plenária aclamou o documento elaborado pelos EES. Percebendo o pouco tempo que restou para discutir as bandeiras prioritárias e a natureza, composição e funcionamento do FBES a plenária deliberou que os

delegados (titulares e suplentes) reunissem novamente em janeiro para deliberar sobre as questões em aberto. Assim, realizou-se nos dias 18, 19 e 20 de janeiro de 2008, em Tinguá no município de Nova Iguaçu, um encontro dos delegados intitulado “Seminário preparatório para a IV Plenária Nacional”.

No Seminário preparatório para a IV Plenária Nacional foram formados cinco Grupos de Trabalho, um para cada bandeira (Finanças solidária, Marco legal, Formação e Produção, comercialização e consumo) e um para discutir os rumos do FBES. Além das bandeiras prioritárias e de apontar as principais questões referentes à organização e dinamismo do FBES, os GT elaboraram os Planos de Ação das bandeiras prioritárias.

Dentre as deliberações, foram definidas como prioritárias as seguintes bandeiras que, de certa forma, refletem as principais dificuldades dos EES expressas no contexto da economia solidária no Rio de Janeiro segundo o mapeamento:

Bandeiras de finanças solidárias:

Externa: Criação de rubrica específica destinada a investimentos na economia solidária e desenvolvimento local e comunitário;

Interna: Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse da economia solidária, assim como estimular a formação em finanças solidárias nos grupos.

Bandeiras de marco legal:

Externa: Adequação das leis tributárias as necessidades da economia solidária;

Interna: Rede de advogados

Bandeiras de formação:

Externa: Financiamento público para uma política nacional de formação em economia solidária;

Interna: Rede Nacional de formadores de economia solidária

Bandeiras de produção, comercialização e consumo:

Externa: Políticas públicas para garantir infra-estrutura para produção, comercialização e consumo visando à consolidação de redes e cadeias produtivas e desenvolvimento local.

Interna: Fortalecimento organizacional dos Fóruns regionais e Estaduais.

Tendo em vista as questões que orientaram a observação da pesquisadora – descritas no início da seção, é possível dizer que embora as dificuldades de aperfeiçoar o tempo para discutir todos os pontos na Plenária Estadual, o Fórum do Rio de Janeiro realizou um forte debate de base e apresentou uma organização popular equilibrada entre EES e agentes externos considerando as proporções de cada um. A maior parte das manifestações da plenária teve relação com a composição da delegação e os representantes dos EES foram os que mais disputaram espaço de voz para garantir o espaço de vez. Os agentes externos estavam em minoria e não apresentaram objeção sobre a distribuição da delegação e as poucas vezes que se manifestaram na plenária foram para esclarecer questões e propor encaminhamento.

A condução da plenária pela pessoa ponte (agente externo) causou alguns desconfortos. Embora a delegação reconhecesse a pessoa ponte como àquela que mais transitou pelos processos preparatórios e dedicou maior esforço para que os mesmos acontecessem, houve um incômodo no que diz respeito à centralização da coordenação da Plenária Estadual, sobretudo que ao dar as orientações e fazer os encaminhamentos a pessoa ponte se posicionava, podendo influenciar os delegados presentes, ou seja, usava (possivelmente sem intenção) o momento de fala necessário para a organização do processo para também opinar - posicionamento que deveria ser expresso em momento oportuno de votação.

5.3.2. A economia solidária na Paraíba

5.3.2.1. A descrição do campo: o perfil da economia solidária na Paraíba⁹⁶

a) Características gerais dos empreendimentos (**perfil dos delegados e marco legal**)

A maioria dos EES da Paraíba tem como *área de atuação* o espaço rural - 59,6% - seguidos de 22,4% urbano e 17,9% rural e urbano – ver tabela 4, anexo C.

Sobre o *início de formação* dos EES o mapeamento registrou EES a partir da década 1920, mas a maioria dos EES se formou nas décadas de 1990 (34,1%) e 2000 (49,4%) – ver tabela 1, anexo C.

⁹⁶ Os percentuais considerados neste item referem-se aos 3 indicadores mais pontuados no mapeamento do SIES.

Dentre os empreendimentos destacam-se três *formas de organização* – associações (57,8%), grupos informais (31,2%) e cooperativos (7,8%) que se organizam como condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros (20,6%), alternativa ao desemprego (17,9%) e obter maiores ganhos em empreendimento associativo (14,6%), fonte complementar de renda (11,6%), desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (11,3%), desenvolver uma atividade onde todos são donos (7,3%) entre outros. A maioria (94%) dos EES encontra-se em funcionamento e 6% que estão em implantação – ver tabela 2, 3 e 5 anexo C.

Os EES são constituídos por *sócios* – pessoas físicas (100%) – e se caracterizam (na maioria dos casos) como empreendimentos de médio e pequeno porte (28,5% possuem de 31 a 65; 25,2% de 16 a 30; 14,6% de 6 a 15, etc.). Os empreendimentos menores possuem (24,5%) de mulheres e 17,3% de homens. Os empreendimentos maiores registram 22,5% de homens e 15,1% de mulheres – ver tabelas 6 e 7, anexo C. Há certo compromisso dos trabalhadores com os EES, tendo em vista que em 52% dos EES permanece com o mesmo número de sócios, 28,6% aumentou e 19% diminuiu – ver tabela 8, anexo C.

b) Atividades econômicas dos EES (**produção, comercialização e consumo**)

Dentre os *segmentos econômicos* que são realizados pelos trabalhadores de forma coletiva destacam-se: produção (50,7%), comercialização ou venda (49,42%), e uso de infra-estrutura (49,3%) – ver tabela 9, anexo C.

Como *atividades econômicas principal destacam-se* as áreas: agricultura, pecuária e serviços relacionados (46,6%) e fabricação de produtos têxteis (13,3%) – ver tabela 10, anexo C, desdobrados nos seguintes produtos e serviços: agropecuária, extrativismo e pesca (48,2%), artefatos artesanais (11,6%) e produção e serviços de alimentos e bebidas (9,6%). Os *produtos ou serviços* possuem um valor mensal que gira em torno de R\$ 1000,10 a R\$ 3000,00 (16,6%); R\$ 300,00 a R\$ 1000,00 (11%) e; R\$ 3000,00 a R\$ 6000,00 (7%) – ver tabelas 11 e 13, anexo C.

Dentre os *insumos e matérias-primas* que os EES utilizam destacam-se aviamentos para costura (10,9%), despesas administrativas (7,8%) e adubo orgânico (7,2%) – ver tabela 14, anexo C – que são adquiridos em sua maioria em empresas privadas (57,2%), dos associados (16,3%) e doações (6,7%) sendo que apenas 0,7% dos EES adquirem matéria prima de outro EES – ver tabela 17, anexo C.

c) Comercialização (**produção, comercialização e consumo**)

No que diz respeito ao *destino dos produtos ou serviços* dos EES tem-se que 53,1% são vendidos; 33,7% em parte são vendidos ou trocados, 10,4% destinado para o autoconsumo dos sócios – ver tabela 20, anexo C. Dentre os produtos ou serviços vendidos, a comercialização se dá basicamente como venda direta ao consumidor (40,6%) e venda a revendedores/atacadistas (30,1%) – ver tabela 21, anexo C.

A venda e/ou troca dos produtos e serviços dos EES destinam-se principalmente para o comércio local comunitário (28,7%), mercado/comércio municipal (23,1%) e mercado comércio micro-regional (13,7%) – ver tabela 22, anexo C. Os *espaços onde ocorre tal comercialização* são as feiras livres (15,1%) e lojas ou espaços próprios (11%), mas a comercialização predominante é a entrega direta a clientes (42,2%) – ver tabela 23, anexo C. Entretanto, a maioria (60%) dos EES possui *dificuldades de comercialização* – ver tabela 24, anexo C – que refletem uma ausência de capital de giro para vendas a prazo (15,8%), dificuldade de manter regularidade do fornecimento (6,4%) e preço inadequado dos produtos (baixo, desvalorizado), entre outros – ver tabela 25, anexo C. A maioria (65,4%) dos EES divulga seus produtos e serviços: 40,3% utilizam a divulgação “boca a boca”, 7,5% utilizam uma divulgação impressa e 6,3% utilizam rádio comunitária - ver tabelas 26 e 27, anexo C.

d) Crédito e investimentos (**finanças solidárias**)

61,8% dos *recursos* são investimentos (capitalização ou cotas) dos próprios sócios, 23,9% dos recursos foram doados e 10,6% oriundos de empréstimo/financiamento – ver tabela 28, anexo C. Sobre os *bens* dos EES, 45,2% funcionam e cede própria e 41,6% dos EES funcionam em sede cedida ou emprestada. 74,3% utilizam seus próprios equipamentos – ver tabelas 19 e 20, anexo C. Os EES têm poucas condições de investimentos, apenas 34,3% fizeram *investimentos* na iniciativa nos últimos 12 meses⁹⁷ (condizendo com a realidade nacional). Esses, por sua vez, investiram em infra-estrutura física (14,5%), aquisição e reparação de equipamentos (11,3%) e ampliação do estoque de matérias-primas (6,1%). O valor dos investimentos compreende – na maioria dos casos – entre R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 – ver tabelas 29,30 e 31, anexo C.

⁹⁷ Últimos 12 meses partem do período em que foram aplicados os questionários do mapeamento – consolidado 2005/2007.

A *finalidade do recurso* – quando conseguem crédito – é (na maior parte dos casos) para investimento (10,1%). No entanto, a *aquisição de crédito* não é comum nestes EES: apenas 17,9% dos empreendimentos tiveram acesso ao crédito nos últimos 12 meses, 52,4% não conseguiram o recurso e 29,7% não solicitaram – embora a maioria (82,2%) dos EES alega precisar de financiamento – ver tabelas 32, 33 e 37, anexo C. As *fontes de crédito e financiamento* dos EES são: Banco Público (13,6%), ONG ou OSCIP – com fundo de crédito ou fundo rotativo (0,7%), Banco do Povo ou similar (0,3%), e outras fontes (3,3%) – ver tabela 34, anexo C. Dos empreendimentos que adquiriram crédito 5,2% estão com pagamento em dia, 6% no prazo de carência, 1% já concluíram o pagamento e apenas 0,6% estão com o pagamento em atraso – ver tabela 36, anexo C.

Sobre a *dificuldade ou não de conseguir créditos*, 59,7% dos EES apresentam dificuldades de crédito. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se: taxas de juros elevadas e incompatíveis com a capacidade do EES (12,4%), faltam apoio para elaborar projeto (12,1%), burocracia dos agentes financeiros (9,7%), falta aval ou garantia (9,4%), o EES não possui documentação exigida pelo agente financeiro (6,1%), etc. – ver tabelas 39 e 40, anexo C.

e) Apoio, Assessoria e Assistência Técnica (**formação**)

A maioria (77,2%) dos empreendimentos disse ter tido algum tipo *apoio externo, assessoria ou capacitação*. Dentre os apoios externos destacam-se: qualificação profissional, técnica, gerencial (31,2%); assistência técnica ou gerencial (26,9%) e; formação sócio-política – autogestão, cooperativismo, economia solidária (10,6%) – ver tabelas 41 e 42, anexo C.

Os agentes externos que prestam assessoria são: órgãos governamentais (32,1% sim); ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários (30,9% sim); Sistema “S” (25,7% sim); movimento sindical (9,6% sim); universidades, incubadoras, Unitrabalho (7,6% sim); cooperativas de técnicos (1% sim) e; outros (10,6%) – ver tabela 43, anexo C.

f) Gestão Coletiva e Trabalho no EES

Os espaços coletivos predominam entre as *instâncias de direção e coordenação* dos EES: Assembléia, reuniões do coletivo de sócios (76,6% sim); Diretoria, conselho diretor ou coordenação (66% sim); Conselho fiscal (59,6% sim); Conselho administrativo (26,3% sim); Grupos de trabalho comissões ou núcleos (16% sim); Conselho consultivo (6,7% sim) – ver tabela 44, anexo C.

Sobre a *forma de participação* dos sócios nas decisões dos EES: 66,9%⁹⁸ participam via prestação de contas aos sócios em assembléia geral ou reuniões do coletivo, 56,9% dos empreendimentos participa cotidianamente das decisões, 54,3% decidem sobre os destinos das sobras e fundos em assembléia geral ou reunião do coletivo, deliberam sobre o plano de trabalho (43,4%), contratações e remunerações (8,7%) em assembléia geral ou reunião do coletivo e 68,5% elege diretoria em assembléia geral ou reunião do coletivo. Apenas 1,3% disseram que os respectivos EES não possuem mecanismos de participação – ver tabela 45, anexo C. Sobre a periodicidade das assembléias ou reuniões do coletivo, a grande maioria se reúne mensalmente (59%), – ver tabela 46, anexo C.

g) Resultados da atividade econômica

O resultado da atividade econômica é bastante incipiente: 36,3% conseguem pagar as despesas e ter uma sobra excedente, 33,6% conseguem pagar as despesas e não ter nenhuma sobra excedente, 12,8% não conseguiram pagar as despesas (do ano anterior a entrevista) – ver tabela 47, anexo C.

Quando há *sobra ou excedente*, estes são destinados para: fundo de reserva (10,4% sim), fundo de investimentos (8% sim), distribui as sobras entre os associados (7,8%), fundo de solidariedade (1,8% sim), integralização de capital (1,2% sim), fundo de assistência técnica e educacional (1% sim) – ver tabela 48, anexo C.

Os EES são constituídos por sócios que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos (68,8% sim). Sendo que nos EES que possuem de 1 a 5 sócios têm-se 17,8% de homens e 21% de mulheres; os EES que possuem de 6 a 15 sócios têm 15,4% de homens e 16,1% de mulheres; e os EES com 16 a 30 sócios possuem 10,9% de homens e 12,7% de mulheres. -ver tabela 50, anexo C. A *remuneração* destes trabalhadores ocorre: por produto ou atividade dos sócios (44,3% sim), de forma fixa (5,4% sim); por horas trabalhadas (3,3% sim) e outra forma de remuneração (5,8% sim). Ainda há os sócios que não estão conseguindo remunerar seus sócios (7,8%). A maior parte (84%) dos EES não possui trabalhadores não sócios e quando há, estes possuem vínculo como prestadores de serviços (12,2% sim) – ver tabelas 51, 54 e 58, anexo C.

⁹⁸ Percentual da resposta "sim".

A remuneração dos sócios possui uma média máxima de dois salários mínimos: 27,9% dos trabalhadores ganham até ½ s.m., 16,6% de ½ s.m. a 1s.m. e 5,2% recebem mais de 1s.m. a 2 s.m.. Dentre as *garantias, benefício e direitos* para os trabalhadores, destacam-se: qualificação social e profissional (10% sim), equipamentos de segurança (2,4%), descanso semanal remunerado (3,1% sim), gratificação natalina (2,1% sim) e férias remuneradas (1,3% sim)– ver tabelas 52 e 53, anexo C.

h) Participação Social e Responsabilidade Ambiental dos EES (**formação**)

A participação dos EES em redes ou fóruns de articulação ocorre de forma bastante significativa, sendo que 62,1% dos empreendimentos participam de alguma rede ou fórum. *As redes ou fóruns de articulação* que os EES participam são: movimento social ou sindical (13,4% sim); conselhos de gestão e fóruns de participação política (12,5% sim); fórum ou rede de economia solidária (9,3% sim); redes de produção ou comercialização (8,8% sim); ONGs, igrejas, pastorais, fundações, SEBRAE ou universidades (6,9% sim); federações de cooperativas (4,8% sim); complexos cooperativos (1,9% sim); centrais de comercialização (1,2 % sim) – ver tabelas 60 e 61, anexo C.

Além das redes e fóruns há EES envolvidos com os *movimentos sociais populares* (63,7% sim): movimento comunitário (33% sim); movimento da luta pela terra ou agricultura familiar (24,5% sim); movimento sindical, urbano ou rural (22,8% sim); movimento religioso ou pastoral (10,1% sim); movimento ambientalista (6,7% sim); movimento de luta por moradia (6,4% sim); movimento de igualdade racial (3,3% sim); movimento de mulheres ou gênero (2,8% sim); movimento de ameaçados ou atingidos por barragens (0,7% sim); e outros movimentos (3,9% sim) – ver tabelas 62 e 63, anexo C.

Ainda há a participação em *ações sociais e comunitárias* (52,5% sim). As ações comunitárias se distribuem nas seguintes áreas: educação (23,4% sim); saúde (17,3% sim); trabalho (16,7% sim); meio ambiente (12,5% sim); moradia (7,23% sim); instituições ou assistência social (4,8% sim); redução da violência (3,6% sim); alimentação, doações, lazer, esporte, cultura ou religião (3% sim); outra área (6,6% sim) – ver tabelas 65 e 64, anexo C.

Os empreendimentos também possuem (69,7% sim) preocupação com a *qualidade de vida* dos consumidores e de seus produtos e serviços. Desta forma, os EES constituem as seguintes iniciativas: oferta de produtos orgânicos ou livres de

agrotóxicos (27,8% sim); acessibilidade aos preços dos produtos (24% sim); fornecimento de informações do produto (22,8% sim); incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo (22,1% sim); qualificação do produto ou serviço (13% sim); outras iniciativas (6,3% sim) – ver tabelas 66 e 67, anexo C.

Por fim, trata-se da relação dos trabalhadores dos EES com o meio ambiente. Os EES geram (46,3%) resíduos (lixo ou sobra de materiais). Dentre as *formas de tratamentos destes resíduos* destacam-se: Reaproveitamentos dos resíduos no empreendimento (26%), coleta de lixo normal (10,6%), queima ou incineração (3,7%) e coleta de lixo especial (1,5%) – ver tabelas 68 e 69, anexo C.

i) Perfil dos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária⁹⁹

Dos empreendimentos que participam de espaços de articulação 59,6% são cooperativas, 67,4% são grupos informais e 58,9% são associações. Dos que participam de fórum ou rede de economia solidária, do total das cooperativas tem-se 21,6% participantes, do total dos grupos informais 16,7% e do total das associações 8,9% - ver tabelas 2 e 6, anexo E.

No que diz respeito à área de atuação dos EES participantes há uma maioria (38,2%) do total de empreendimentos urbanos em contrapartida de 17,8% do total de EES rurais e urbanos e 3,5 do total de EES rurais – ver tabela 10, anexo E.

Ao buscar entender a origem dos EES que participam de fóruns e redes de economia solidária, cruzaram-se dois indicadores do mapeamento: motivo da criação do empreendimento e participação em fórum ou rede de economia solidária. Partindo dos três motivos mais apresentados tem-se que: dos empreendimentos constituídos por alternativa ao desemprego, 31,8% participam de fórum ou rede de economia solidária; dos EES que se constituíram para desenvolver uma atividade onde todos são donos, 19,4% participa de fórum ou rede de economia solidária e; dos EES que se formaram para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo, 17,4% participam de fórum ou rede de economia solidária – ver tabela 14, anexo E.

Quais são os apoios recebidos pelos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária?

Dos empreendimentos que participam de fórum ou rede de economia solidária, 33,9% tiveram formação sócio-política (autogestão, cooperativismo,

⁹⁹ Todos os percentuais referem-se aos participantes do total do indicador cruzado com “Participação em Fórum ou Rede de Economia Solidária”

economia solidária, etc.); 22,3% tiveram apoio em diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica); 14,8% tiveram qualificação profissional, técnica, gerencial e 7,2% tiveram assistência técnica e gerencial, etc. – ver tabela 18, anexo E.

Quem são os agentes externos que apoiam a economia solidária? (**perfil dos delegados**)

Os EES solidários que participam de fórum ou rede de economia solidária recebem apoio: 30,6% de universidades, incubadoras, Unitrabalho, etc.; 21,1% movimento sindical; 19,1% do Sistema “S”; 16,8% de órgãos governamentais; 16% recebem apoio de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários e 14% outro apoio – ver tabela 22, anexo E.

5.3.2.2. A Plenária Estadual

A plenária estadual da Paraíba realizou-se de 13 a 16 de dezembro de 2007 em Campina Grande com caráter de encontro intitulado como “VII Encontro Estadual de Economia Solidária” e reuniu grupos de produção coletiva da Zona da Mata, Cariri, Agreste e Sertão. O fato de a atividade ter sido chamada como “encontro” confundiu bastante os participantes da atividade que não tinham a compreensão de que estavam em um espaço deliberativo do Fórum Estadual, mas sim em uma atividade formativa. No primeiro dia houve uma mesa de abertura e logo uma palestra de um representante de entidade de apoio sobre “O modelo de desenvolvimento que a economia solidária tem como proposta” tendo como referência o texto base da IV PNES. Na parte da tarde houve oficinas de produção realizadas no espaço da feira. O segundo dia da atividade foi marcado pela presença de um representante da Comissão de organização da IV PNES que ao perceber a confusão sobre o andamento da Plenária solicitou reunião com a Coordenação Estadual e sugeriu alteração na condução do processo. Desta forma, o coordenador do evento apresentou o representante nacional que fez uma fala tratando a atividade como Plenária e destacando a importância da mesma para os rumos do movimento da economia solidária no Brasil. Após a fala inicial, o representante nacional do FBES informou sobre a alteração da proposta programada dizendo que as atividades posteriores não seriam mais oficinas sobre as bandeiras, mas sim grupos de trabalho deliberativos. Desta forma, a orientação foi de que as pessoas fossem para as atividades em grupo a fim de discutir os eixos

orientadores e definir as bandeiras prioritárias. Ao concluir os encaminhamentos, o representante do FBES passou a palavra para o coletivo para esclarecer dúvidas e o estranhamento foi geral – a maioria não tinha conhecimento da Plenária, não possuíam propriedade sobre os assuntos e, portanto, não haviam feito a discussão nos espaços micro-regionais.

Mesmo com toda a fragilidade os grupos de trabalho reuniram e elencaram algumas bandeiras prioritárias:

Bandeiras de **produção, comercialização e consumo**:

Externas:

Apoio a um sistema de informação que potencialize Redes e Cadeias Produtivas;

Programas e políticas de infra-estrutura para a produção, comercialização e consumo.

Internas:

Potencializar redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e comunicação entre empreendimentos e de divulgação dos produtos e serviços; (prioridade após encontro estadual).

Estimular propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias.

Bandeiras de **formação**

Externas:

Centros públicos de apoio a economia solidária;

Tecnologia e pesquisa para a melhoria da produção;

Internas:

Formação dos trabalhadores e trabalhadoras do movimento de economia solidária;

Fomentar os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários o ingresso no ensino formal e técnico;

Sistematizar, elaborar e produzir materiais de formação.

Bandeiras de **marco legal**

Externas:

Lei Geral e específica ao cooperativismo e Estatuto da Economia Solidária;

Programas e políticas públicas de apoio à economia solidária

Internas:

Elaborar e discutir propostas de sistemas e Lei Geral do Cooperativismo, comércio justo e solidário, Estatuto da economia solidária, Sistema Nacional de Finanças, Lei de Falências, entre outras;

Bandeiras de finanças solidárias

Externas:

Fomento a criação dos instrumentos de Finanças Solidárias: Cooperativa de crédito, Instituições de Micro-Credito, Iniciativa de Fundos Solidários, Bancos comunitário;

PRONADES – Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária;

Sistema Nacional de Finanças Solidária.

Internas:

Realizar debates internos e acumular conhecimentos no campo das Finanças Solidárias;

Sistematizar e divulgar linhas e programas de Créditos de interesse da economia solidária;

Articular e organizar redes de instrumentos de Finanças Solidárias (Redes de Fundos Solidários, Redes de Cooperativas de Créditos, Redes de Bancos Comunitários).

No segundo dia, após a socialização dos encaminhamentos das “oficinas”, o representante do FBES conduziu a discussão para que fosse deliberado sobre natureza, composição e funcionamento do FBES, assim fez uma minuciosa exposição sobre a estrutura do fórum de economia solidária e a base de sua organização nacional e estadual. Logo a plenária foi dividida em pequenos grupos a fim de discutir os rumos do FBES. O debate pautou algumas polêmicas, mas a principal foi sobre se os empreendimentos familiares eram ou não considerados EES – a maioria dos representantes no evento era de empreendimentos de artesanato, urbanos e - em boa parte - de organização familiar. Causou estranhamento a ausência dos fundos solidários, segmento bastante presente na Paraíba e que reflete o perfil dos EES da Paraíba (descrita no item anterior).

No último dia da plenária estadual era preciso deliberar a delegação da Paraíba que iria representar o fórum estadual na IV PNES. Conforme os critérios de distribuição de delegados, a Paraíba tem direito a 9 representantes, sendo 3 de agentes externos e 6 de empreendimentos. Como os presentes não haviam feito

discussões prévias, dividiram-se por regiões e – sem maiores discussões – definiram a delegação do Estado composta da seguinte forma: 6 de Empreendimentos: 2 da região do agreste, 1 da região do sertão, 1 do Cariri, e dois da região zona da mata; 2 de Entidades de Assessoria e representante da Rede de Gestores.

Segundo relatório da atividade, a plenária teve como interlocutora uma representante da entidade de Assessoria Cáritas Diocesana de Campina Grande, mas de fato o evento foi conduzido pelo representante da entidade de assessoria Instituto Cidade que também assumiu as responsabilidades da pessoa ponte no Estado.

Como os encaminhamentos foram feitos de forma precária e os delegados eleitos não tinham propriedade das discussões, foi avaliado a necessidade de encontros de aprofundamentos. Assim, ficou acordado que os delegados voltariam para suas micro-regiões a fim de discutir as questões pontuadas na plenária estadual. Assim, segundo relatório da Coordenação Estadual do fórum da Paraíba, foi realizado duas reuniões micro-regionais: na região da zona da mata e na região do agreste. Nas demais regiões (Cariri e Sertão) não houve reuniões porque os agentes externos que atuam e ajudam a articular o Fórum daquelas regiões estavam em período de férias.

Diante do exposto, percebe-se que não houve envolvimento dos atores da economia solidária no processo de deliberação da Paraíba. Se não fosse a interferência do representante do FBES, provavelmente a Plenária não seria realizada.

5.3.3. A economia solidária no Rio Grande do Sul

5.3.3.1. A descrição do campo: o perfil da economia solidária no Rio Grande do Sul¹⁰⁰

a) Características gerais dos empreendimentos (**perfil dos delegados e marco legal**)

¹⁰⁰ Os percentuais considerados neste item referem-se aos 3 indicadores mais pontuados no mapeamento do SIES.

A maioria dos EES do Rio Grande do Sul tem como *área de atuação* o espaço urbano – 41,4% - seguidos de 38% rural e 20,1% rural e urbano – ver tabela 4, anexo D.

Sobre o *início de formação* dos EES o mapeamento registrou percentual de EES a partir da década 1930, mas a maioria dos EES se formou nas décadas de 1990 (37,8%) e 2000 (49,1%) – ver tabela 1, anexo D.

Dentre os empreendimentos pesquisados destacam-se três *formas de organização* – grupos informais (49,1%), associações (28,6%) e cooperativas (18,3%) que se organizam como alternativa ao desemprego (24,5%) e obter maiores ganhos em empreendimento associativo (23,4%), fonte complementar de renda (17,6%), entre outros. A maioria (90,5%) dos EES encontra-se em funcionamento e 9,5% que estão em implantação – ver tabela 2, 3 e 5 anexo D.

Os EES são constituídos por *sócios* – pessoas físicas (98,5%) – e se caracterizam (na maioria dos casos) como empreendimentos de pequeno e médio porte (29,8% possuem de 6 a 15; 19,8% de 16 a 30; 19,6% de 1 a 5; etc.). Os empreendimentos menores possuem (32,5%) de mulheres e 28,7% de homens. Os empreendimentos maiores registram 12,1% de homens e 13,5% de mulheres – ver tabelas 6 e 7, anexo D. Há certo compromisso dos trabalhadores com os EES, tendo em vista que em 56,8% dos EES permanece com o mesmo número de sócios, 25,7% aumentou e 16,9% diminuiu – ver tabela 8, anexo D.

b) Atividades econômicas dos EES (**produção, comercialização e consumo**)

Dentre os *segmentos econômicos* que são realizados pelos trabalhadores de forma coletiva destacam-se: comercialização ou venda (66,9%), produção (54,5%) e uso de equipamentos (40,6%) – ver tabela 9, anexo D.

Como *atividades econômicas principal* destacam-se as áreas: indústria de transformação (48,4%) e agricultura, pecuária e serviços relacionados (27,2%) – ver tabela 10, anexo D. Os *produtos ou serviços* possuem um valor mensal que gira em torno de R\$ 1000,10 a R\$ 3000,00 (14,3%); R\$ 300,00 a R\$ 1000,00 (8,9%) e; R\$ 3000,00 a R\$ 6000,00 (6,8%) – ver tabelas 12, anexo D.

Dentre os *insumos e matérias-primas* que os EES utilizam destacam-se aviamentos para costura (9,4%), farinha de trigo (9,1%) e adubo (6,8%) – ver tabela 13, anexo D – que são adquiridos em sua maioria em empresas privadas (47,6%),

dos associados (16,2%), doações (6,3%) e 6,4% dos EES adquirem matéria prima de outro EES – ver tabela 16, anexo D.

c) Comercialização (**produção, comercialização e consumo**)

No que diz respeito ao *destino dos produtos ou serviços* dos EES tem-se que 72,4% são vendidos; 22,6% em parte são vendidos ou trocados, 9,1% trocados – ver tabela 19, anexo D. Dentre os produtos ou serviços vendidos, a comercialização se dá basicamente como venda direta ao consumidor (57%) e venda a revendedores/atacadistas (15,1%) – ver tabela 20, anexo D.

A venda e/ou troca dos produtos e serviços dos EES destinam-se principalmente para o comércio legal comunitário (38,9%), mercado/comércio municipal (20,8%) e mercado comércio micro-regional (9,8%) – ver tabela 21, anexo D. Os *espaços onde ocorre tal comercialização* são as feiras livres (13,1%) e lojas ou espaços próprios (22%), mas a comercialização predominante é a entrega direta a clientes (25,5%) – ver tabela 22, anexo D. Entretanto, 51,8% dos EES possuem *dificuldades de comercialização* – ver tabela 23, anexo D – que refletem numa tentativa frustrada do grupo (8,1%), uma ausência de capital de giro para vendas a prazo (6,8%), falta de estrutura para comercialização (5%), entre outros – ver tabela 24, anexo D. A maioria (65,8%) dos EES divulga seus produtos e serviços: 31% utilizam a divulgação “boca a boca”, 9,3% utilizam feiras e exposições eventuais e 7,5% utilizam uma divulgação impressa - ver tabelas 25 e 26, anexo D.

d) Crédito e investimentos (**finanças solidárias**)

53,3% dos *recursos* são investimentos (capitalização ou cotas) dos próprios sócios, 17% dos recursos foram doados e 15,1% oriundos de empréstimo/financiamento – ver tabela 27, anexo D. Sobre os *bens* dos EES, 35,2% funcionam em sede própria e 46,2% dos EES funcionam em sede cedida ou emprestada. 75,2% utilizam seus próprios equipamentos – ver tabelas 18 e 19, anexo D. Sobre as condições de investimentos, 45% dos EES fizeram *investimentos* na iniciativa nos últimos 12 meses¹⁰¹. Esses, por sua vez, investiram em infraestrutura física (13,9%), aquisição e reparação de equipamentos (20,2%) e ampliação do estoque de matérias-primas (5,7%). O valor dos investimentos compreende – na maioria dos casos (8,3%) – entre R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 – ver tabelas 28,29 e 30, anexo D.

¹⁰¹ Últimos 12 meses partem do período em que foram aplicados os questionários do mapeamento – consolidado 2005/2007.

A *finalidade do recurso* – quando conseguem crédito – é (na maior parte dos casos) para investimento (8,8%). No entanto, a *aquisição de crédito* não é comum nestes EES: apenas 17,1% dos empreendimentos tiveram acesso ao crédito nos últimos 12 meses, 44,1% não conseguiram o recurso e 38,7% não solicitaram – embora a maioria (66,9%) dos EES alega precisar de financiamento – ver tabelas 31, 32 e 36, anexo D. As *fontes de crédito e financiamento* dos EES são: Banco Público (7,2%), Cooperativa de crédito (4,1%), ONG ou OSCIP – com fundo de crédito ou fundo rotativo (1,8%), Banco privado (1,2%), Banco do Povo ou similar (0,8%), e outras fontes (4,4%) – ver tabela 33, anexo D. Dos empreendimentos que adquiriram crédito 7,9% estão com pagamento em dia, 4,8% no prazo de carência, 1,5% já concluíram o pagamento e apenas 0,4% estão com o pagamento em atraso – ver tabela 35, anexo E.

Sobre a *dificuldade ou não de conseguir créditos*, 39,7% dos EES apresentam dificuldades de crédito. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se: o EES não possui documentação exigida pelo agente financeiro (11,7%), taxas de juros elevadas e incompatíveis com a capacidade do EES (8,6%), faltam aval ou garantia (5,2%), etc. – ver tabelas 38 e 39, anexo D.

e) Apoio, Assessoria e Assistência Técnica (**formação**)

A maioria (78,4%) dos empreendimentos disse ter tido algum tipo *apoio externo, assessoria ou capacitação*. Dentre os apoios externos destacam-se: qualificação profissional, técnica, gerencial (22,3%); assistência técnica ou gerencial (22,5%) e; formação sócio-política – autogestão, cooperativismo, economia solidária (12,3%) – ver tabelas 40 e 41, anexo D.

Os agentes externos que prestam assessoria são: órgãos governamentais (45,3% sim)¹⁰²; ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários (29,3% sim); Sistema “S” (11,3% sim); movimento sindical (12,2% sim); universidades, incubadoras, Unitrabalho (9,6% sim); cooperativas de técnicos (3,2% sim) e; outros (10,3%) – ver tabela 42, anexo D.

f) Gestão Coletiva e Trabalho no EES

Os espaços coletivos predominam entre as *instâncias de direção e coordenação* dos EES: Assembléia, reuniões do coletivo de sócios (74,1% sim); Diretoria, conselho diretor ou coordenação (55,6% sim); Conselho fiscal (38,5% sim);

¹⁰² O destaque da assessorias dos órgãos governamentais provavelmente ocorre pelo pioneirismo das políticas públicas de economia solidária no Estado.

Grupos de trabalho comissões ou núcleos (25,2% sim); Conselho administrativo (22,6% sim); Conselho consultivo (5,4% sim) – ver tabela 43, anexo D.

Sobre a *forma de participação* dos sócios nas decisões dos EES: 62,5%¹⁰³ dos empreendimentos participam cotidianamente das decisões, 53,8% participam via prestação de contas aos sócios em assembléia geral ou reuniões do coletivo, 49,9% elege diretoria em assembléia geral ou reunião do coletivo, 39,7% decidem sobre os destinos das sobras e fundos em assembléia geral ou reunião do coletivo, deliberam sobre o plano de trabalho (37%), contratações e remunerações (11,1%) em assembléia geral ou reunião do coletivo e 3,9% disseram que os respectivos EES não possuem mecanismos de participação – ver tabela 44, anexo D. Sobre a periodicidade das assembléias ou reuniões do coletivo, a grande maioria se reúne mensalmente (30,6%)– ver tabela 45, anexo D.

g) Resultados da atividade econômica

O resultado da atividade econômica é bom considerando a realidade proporcional e dos outros Estados do corpus da pesquisa: 45,4% conseguem pagar as despesas e ter uma sobra excedente, 29,2% conseguem pagar as despesas e não ter nenhuma sobra excedente, 9,7% não conseguiram pagar as despesas (do ano anterior a entrevista) – ver tabela 46, anexo D.

Quando há *sobra ou excedente*, estes são destinados para: fundo de reserva (20,1% sim), fundo de investimentos (19,4% sim), distribui as sobras entre os associados (19,2%), integralização de capital (3,9% sim), fundo de assistência técnica e educacional (2,4% sim), fundo de solidariedade (1,4% sim) – ver tabela 47, anexo D.

Os EES são constituídos por sócios que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos (68,2% sim). Sendo que nos EES que possuem de 1 a 5 sócios têm-se 31,5% de homens e 30,1% de mulheres; os EES que possuem de 6 a 15 sócios têm 13,3 % de homens e 15,5% de mulheres; e os EES com 16 a 30 sócios possuem 3,9% de homens e 5,5% de mulheres – ver tabelas 48 e 49, anexo D. A *remuneração* destes trabalhadores ocorre: por produto ou atividade dos sócios (39,3% sim), de forma fixa (11% sim); por horas trabalhadas (6,2% sim) e outra forma de remuneração (4,3% sim). Ainda há os sócios que não estão conseguindo remunerar seus sócios (6,6%). A maior parte (84,5%) dos EES não possui

¹⁰³ Percentual da resposta “sim”.

trabalhadores não sócios e quando há, estes possuem vínculo como prestadores de serviços (6,8% sim) e contratação formal (6,8%) – ver tabelas 50, 53 e 57 anexo D.

A remuneração dos sócios possui uma média máxima de dois salários mínimos: 13,9% dos trabalhadores ganham até ½ s.m., 16,5% de ½ s.m. a 1s.m. e 12,6% recebem mais de 1s.m. a 2 s.m.. Dentre as *garantias, benefício e direitos* para os trabalhadores, destacam-se: qualificação social e profissional (15,1% sim), equipamentos de segurança (8%), férias remuneradas (6,3% sim), descanso semanal remunerado (5,8% sim), gratificação natalina (4,7% sim) entre outros – ver tabelas 51 e 52, anexo D.

h) Participação Social e Responsabilidade Ambiental dos EES (**formação**)

A participação dos EES em redes ou fóruns de articulação ocorre de forma bastante significativa, sendo que 53,4% dos empreendimentos participam de alguma rede ou fórum. *As redes ou fóruns de articulação* que os EES participam são: fórum ou rede de economia solidária (21,6% sim); redes de produção ou comercialização (13,9% sim); centrais de comercialização (6,9 % sim); complexos cooperativos (6,7% sim); movimento social ou sindical (5,2% sim); federações de cooperativas (4,9% sim); ONGs, igrejas, pastorais, fundações, SEBRAE ou universidades (3,4% sim); conselhos de gestão e fóruns de participação política (2,8% sim) – ver tabelas 59 e 60, anexo D.

Além das redes e fóruns há EES envolvidos com os *movimentos sociais populares* (54,5% sim): movimento comunitário (26,5% sim); movimento sindical, urbano ou rural (24,5% sim); movimento da luta pela terra ou agricultura familiar (20,3% sim); movimento ambientalista (12,2% sim); movimento de luta por moradia (8,6% sim); movimento de igualdade racial (4,4% sim); movimento religioso ou pastoral (3,6% sim); movimento de mulheres ou gênero (3,5% sim); movimento de ameaçados ou atingidos por barragens (3,5% sim); e outros movimentos (6% sim) – ver tabelas 61 e 62, anexo D.

Ainda há a participação em *ações sociais e comunitárias* (56,1% sim). As ações comunitárias se distribuem nas seguintes áreas: educação (26% sim); trabalho (24,4% sim); saúde (24,2% sim); meio ambiente (21,1% sim); moradia (10,7% sim); alimentação, doações, instituições ou assistência social (7,1% sim); redução da violência (5,9% sim); lazer, esporte, cultura ou religião (4,9% sim); outra área (3,1% sim) – ver tabelas 63 e 64, anexo D.

Os empreendimentos também possuem (68,5% sim) preocupação com a *qualidade de vida* dos consumidores e de seus produtos e serviços – ver tabela 65, anexo D.

Por fim, trata-se da relação dos trabalhadores dos EES com o meio ambiente. Os EES geram (64,8%) resíduos (lixo ou sobra de materiais). Dentre as *formas de tratamentos destes resíduos* destacam-se: Reaproveitamentos dos resíduos no empreendimento (22,3%), coleta de lixo normal (20,7%), coleta de lixo especial (10,2%)– ver tabelas 66 e 67, anexo D.

i) Perfil dos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária¹⁰⁴

Dos empreendimentos que participam de espaços de articulação 63,36% são cooperativas, 50,3% são grupos informais e 51,4% são associações. Dos que participam de fórum ou rede de economia solidária, do total das cooperativas tem-se 29,5% participantes, do total dos grupos informais 37,7% e do total das associações 27,7% - ver tabelas 3 e 7, anexo E.

No que diz respeito à área de atuação dos EES participantes há uma maioria (47,8%) do total de empreendimentos urbanos em contrapartida de 20,4% do total de EES rurais e urbanos e 21,7 do total de EES rurais – ver tabela 11, anexo E.

Ao buscar entender a origem dos EES que participam de fóruns e redes de economia solidária, cruzaram-se dois indicadores do mapeamento: motivo da criação do empreendimento e participação em fórum ou rede de economia solidária. Partindo dos três motivos mais apresentados tem-se que: dos EES que se constituíram para desenvolver uma atividade onde todos são donos, 47,8% participa de fórum ou rede de economia solidária, dos empreendimentos constituídos por alternativa ao desemprego, 43,4% participam de fórum ou rede de economia solidária; e dos EES que se formaram como fonte complementar de renda para os associados, 32,7% participa de fórum ou rede de economia solidária – ver tabela 15, anexo E.

Quais são os apoios recebidos pelos EES que participam de fórum ou rede de economia solidária?

Dos empreendimentos que participam de fórum ou rede de economia solidária, 40,8% tiveram formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária, etc.); 43,4% tiveram assessoria em marketing e na

¹⁰⁴ Todos os percentuais referem-se aos participantes do total do indicador cruzado com “Participação em Fórum ou Rede de Economia Solidária”

comercialização de produtos; 39,7% tiveram qualificação profissional, técnica, gerencial e 30,2% tiveram assistência técnica e gerencial, etc. – ver tabela 19, anexo E.

Quem são os agentes externos que apoiam a economia solidária? (**perfil dos delegados**)

Os EES solidários que participam de fórum ou rede de economia solidária recebem apoio: 53,5% de universidades, incubadoras, Unitrabalho, etc.; 45,7% do Sistema “S”; 39,5% recebem apoio de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários 27,8% de órgãos governamentais; 24,8% movimento sindical e 25,9% outro apoio – ver tabela 23, anexo E.

5.3.3.2. A Plenária Estadual

A Plenária Estadual do Rio Grande do Sul aconteceu de 11 a 13 de janeiro de 2008 na Praia do Hermenegildo em Santa Vitória do Palmar. A localização da Plenária – definida pela ponte - de início já causou um desconforto nas delegações. Primeiro porque a distância para chegar à praia do Hermenegildo é muito grande – a praia fica no extremo sul do Rio Grande do Sul – e segundo porque a praia do Hermenegildo não possui estrutura para hospedar tanta gente.

A Plenária do Rio Grande do Sul foi conduzida de forma bastante formal. A entidade de assessoria responsável pela dinâmica da plenária – mesma que assumiu as responsabilidades de pessoa ponte – possui estreita relação com política partidária e, de certa forma, conduziu o processo buscando prestigiar as iniciativas públicas potencializadas pelos seus parceiros, ou seja, teve mesa de abertura com representantes da prefeitura, de deputados estaduais e federal e representante da SENAES. Outra questão peculiar da atividade no Rio Grande do Sul é que dois representantes de entidades de assessoria e fomento (incluindo a pessoa-ponte) assinaram um documento intitulado “Por um Programa de Desenvolvimento Socialista e Democrático” que dividiu espaço com o documento base “Rumo a IV Plenária” encaminhado pela comissão organizadora da IV Plenária. Tal dinâmica não comprometeu o processo deliberativo da plenária do Rio Grande do Sul, mas isso porque o Rio Grande do Sul possui bases muito bem articuladas que há muito disputam espaço no Fórum Gaúcho de Economia Solidária e que

foram para a Plenária Estadual com deliberações definidas das diferentes regiões do Estado.

Depois das formalidades de abertura, uma representante de EES fez uma fala resgatando a história do Fórum Gaúcho de Economia Popular e Solidária e pontuou as particularidades e responsabilidade no processo de construção da IV PNES. Logo o representante da Coordenação Nacional do FBES apresentou o texto base da IV Plenária, salientando a importância de discutir os 4 eixos - finanças, comercialização, formação e marco legal, bem como a economia solidária como projeto de desenvolvimento. Por fim, representante de entidade de assessoria e fomento apresentou o texto “Economia Solidária um modelo de desenvolvimento democrático e socialista”.

As explanações geraram um debate qualificado sobre a economia solidária como proposta de desenvolvimento que privilegiou falas dos diferentes atores (EES e agentes externos) da economia solidária

No segundo dia, seguindo a proposta metodológica do FBES fez-se uma apresentação das bandeiras seguida da discussão em pequenos grupos de trabalho. Cada grupo definiu bandeiras prioritárias de acordo com o que foi possível discutir sobre os eixos e levou para a Plenária a incumbência de priorizar as bandeiras. Além das bandeiras indicadas no documento base, outras bandeiras foram elaboradas.

Bandeiras de **comercialização, produção e consumo:**

Internas:

Articular e fomentar redes e cadeias de produção, comercialização e consumo;

Mercados socialmente orientados - Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias;

Externas:

Programas e políticas de infra-estrutura para produção, comercialização e consumo solidários;

Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;

Bandeiras de **formação:**

Externas:

Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária;

Inclusão da Economia Solidária na educação formal (básica e superior);

Centros Públicos de apoio à Economia Solidária;

Tecnologia e pesquisa para melhoria da produção;

Internas:

Criar (ou fortalecer) e articular espaços e iniciativas de formação ("Escolas de Economia Solidária");

Financiamento público em pesquisa para a economia solidária;

Estimular e fomentar que os trabalhadores de empreendimentos solidários ingressem ou aprofundem-se no ensino formal e técnico (básico e superior);

Criar e manter ferramentas de divulgação e comunicação da Economia Solidária;

Realizar ações de formação junto ao movimento de Economia Solidária (atores e fóruns locais/regionais);

Bandeiras de **marco legal**:

Internas:

Elaborar e discutir propostas de sistemas e lei geral: Sistema de Comércio Justo e Solidário;

Fazer debates internos sobre conceitos: Economia Solidária, os segmentos, entre outros;

Articular com parlamentares (em especial a Frente Parlamentar de Economia Solidária);

Lutar e mobilizar pela aprovação de leis estaduais e federais de interesse e apoio à Economia.

Bandeiras de **finanças solidárias**:

Externas:

Sistema Nacional de finanças solidárias;

PRONADES - Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária

Fomento à criação dos instrumentos de finanças solidárias: cooperativas de crédito, instituições de micro-crédito, iniciativas de fundos solidários, bancos comunitários;

Finanças dirigidas ao apoio do desenvolvimento local comunitário

Internas:

Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária;

Articular e organizar redes de instrumentos de finanças solidárias (redes de fundos solidários, redes de cooperativas de crédito, redes de bancos comunitários...)

Fomentar as trocas solidárias;

O debate em torno das bandeiras apresentadas foi exaustivo e não consensuado. Assim fez-se a sugestão de que o debate fosse aprofundado em outro momento, pois além de priorizar as bandeiras era preciso ainda criar estratégias para as mesmas.

No último dia a Plenária foi dedicada a discutir sobre os rumos do movimento de economia solidária e a dinâmica do FBES (instrumento ou movimento? Qual estrutura? etc.) e definir a delegação que ia para a IV PNES. O debate sobre a natureza, composição e funcionamento do FBES também não foi concluído e a composição da delegação foi aclamada em chapa única – a fim de inibir a provável disputa pela delegação gaúcha (delegação com o maior número de representantes: 27). O Fórum Gaúcho é espaço de disputa desde seu princípio. Durante toda a Plenária os diferentes grupos de interesse configurados em dois grandes grupos faziam reuniões paralelas para pensar suas estratégias e refletir sobre o rompimento ou não do Fórum Gaúcho. O rompimento não aconteceu durante a Plenária Estadual e para evitar maiores polêmicas, os dois grupos reuniram e definiram uma distribuição de delegação comum: gestores: Cruz Alta, Três de Maio, e Santa Vitória do Palmar; entidades de apoio: ATES, UNIJUI, Guayi, Cooesperança, mais uma universidade do vale dos sinos (Feevale ou Lassale); Empreendimentos: 2 EES, 1 delegado de cada fórum regional presente, um representante de cada rede inscrita, 1 representante da UNISOL, 1 representante de cada movimento social inscrito aqui mulheres, Quilombolas e mais 3 vagas extras: 1 delegado da Cooesperança, 1 delegado dos recicladores de Caxias e mais 1 do fórum metropolitano.

A proposta de delegação foi aclamada em plenária, no entanto não foi possível manter o entendimento entre os dois grupos durante as atividades da Plenária Nacional e logo após a IV PNES, o Fórum Gaúcho rompeu.

Apesar da qualificada discussão da Plenária Gaúcha, parece que os pontos pendentes não foram aprofundados em um segundo momento, conforme encaminhamento da plenária, não aconteceu. Assim a delegação foi para a Plenária Nacional sem entregar relatório e sem ter questões deliberadas pelo conjunto dos delegados.

5.4 A análise da organização popular – avanços e dilemas do protagonismo popular

Com a compreensão de que o movimento da economia solidária é reflexo de uma elaboração de movimentos sociais que não possui mais o caráter contestatório doutrora e que se caracteriza por uma diversidade de atores de natureza variada que dialogam e problematizam questões de interesse comum. Faz-se um exercício de análise de entender as dinâmicas de relacionamento entre os atores no movimento de economia solidária e assim pontuar algumas considerações sobre a organização popular no referido movimento.

Embora história recente, o FBES vem passando por constantes mudanças. Como já sinalizado, na origem do FBES está o GT Nacional, ou seja, um espaço político, representativo constituído apenas por um estrito grupo de agentes externos da economia solidária. Os EES não tiveram envolvimento direto com a gênese do movimento de economia solidária no Brasil. No entanto, houve a preocupação que os espaços deliberativos do FBES fossem ocupados em maior parte pelos EES. Com o passar do tempo e o realizar das Plenárias Nacionais e demais espaços deliberativos (encontro de empreendedores, CONAES) os trabalhadores dos EES foram ocupando os respectivos espaços e reivindicando crescimento no movimento. Assim, o FBES passou da sua pré-história para sua história. Mesmo assim, é importante ressaltar, que a dinâmica interativa do movimento da economia solidária não condiz a uma dinâmica de movimento organizada “de baixo para cima” e nem “de cima para baixo”, uma vez que as entidades de apoio e o poder público também fazem parte do movimento da economia solidária o que pode confundir a arena política configurando possível limitante para o protagonismo dos EES.

Os agentes externos tiveram um papel muito importante na constituição da economia solidária no Brasil, uma vez que estiveram efetivamente presentes no fomento e formação das iniciativas de economia solidária. Os dados do SIES, como já apontado no capítulo 3, demonstram que 72,7% dos empreendimentos receberam apoio ou assessoria externa, sendo que 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S”, etc.. Segundo Gaiger (2008) os “EES beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais”. Não há dúvidas que o envolvimento dos agentes externos

qualifique o processo, a questão é sobre o espaço de decisão que estes agentes adquirem frente aos EES em seu cotidiano e – em um plano maior – no FBES.

As deliberações da III PNES manifestam o reconhecimento dos diferentes atores, sobretudo EES, de que o movimento da economia solidária no Brasil é plural. Reconhecem que o processo de consolidação do FBES é oriundo da união de forças dos três segmentos que configuram os atores da economia solidária: empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos. Assim a III PNES integra a diversidade e entende a importância de todos aqueles que participaram do processo ter espaço de interlocução e decisão no movimento da economia solidária. Não foi nenhuma imposição por parte dos agentes externos, não foi resultado de grandes disputas. O que ocorreu é que há uma elaboração diferente daquelas de vanguarda – de que o movimento se faz apenas por trabalhadores que configuram a base do processo, uma elaboração de um movimento que coloca em diálogo todas as frentes que fazem com que outra economia aconteça.

Respeitando o protagonismo dos EES em detrimento dos outros dois segmentos, a organização popular do movimento da economia solidária é retratada por uma dinâmica em que o “popular” é pensado em torno da contradição “forças populares versus poder dominante”, uma vez que não há um sujeito único, determinado para caracterizar “povo”, mas sim a confluência de sujeitos que acredita na economia solidária como ativação econômica dos pobres, como instrumento capaz de superar as privações de capacidades e desafiar as normas e valores estabelecidos pelo sistema em prol de uma sociedade melhor.

O protagonismo dos EES é um entendimento comum no movimento da economia solidária. O EES é considerado ator central no conjunto das relações. Os EES possuem grande respeito dos demais atores e exercem influência sobre eles, possuindo a capacidade de não só fazer escolhas, mas garantir a efetividade das mesmas dentro de seu universo de relações. Quando o trabalhador do EES diz “Eu não tenho medo, enquanto empreendedor, de estar discutindo com o governo a sua participação num processo de construção coletiva. Porque muitas vezes o medo advém da ignorância daquele segmento” está assegurando sua capacidade de se posicionar diante de relações estabelecidas entre os diferentes atores e garantir suas condições de poder no interior do movimento.

Os agentes externos – principalmente as entidades de apoio nacionais – possuem uma posição de destaque no movimento e, muitas vezes, compartilham

centralidade com os EES. A posição de destaque destes agentes externos ocorre, fundamentalmente, por possuírem prestígio dentre o conjunto de atores. No caso da Rede de Gestores e das entidades nacionais, o prestígio está na capacidade de alinhar relações e intermediar poder, no entanto, tal situação não tem ocultado sobremaneira o protagonismo dos EES, principalmente porque a relação dos atores e destes com o Estado também passou a ser uma preocupação do conjunto do movimento, pois ao discutir (na IV PNES) sobre a natureza, estrutura e funcionamento do FBES foi definido que “entidades e redes nacionais são aquelas que têm ação territorial, com presença nos estados, regiões e municípios, com capilaridade nos territórios”, se definiu também que as entidades nacionais precisam ter ação efetiva em pelo menos sete fóruns estaduais e se reafirmou que a participação dos gestores públicos no FBES tem de ser em rede, de forma que os representantes dos gestores devem traduzir um amplo debate das políticas públicas para a economia solidária.

É importante ressaltar que com esta deliberação sobre entidade nacional, boa parte das entidades de apoio que faziam parte do GT Nacional e da Coordenação Nacional do FBES não podem mais participar diretamente do processo. Como já dito, estas entidades tiveram um papel importante no início do FBES e tiveram um cuidado de não monopolizar sua direção, promovendo um processo democrático e deixando os EES com espaço amplamente representativo.

Preservando as particularidades de cada contexto, a observação de campo nos três estados permite compreender a relação entre os diferentes atores em um espaço deliberativo e verificar como, de fato, ocorre o protagonismo dos EES frente aos agentes externos. Embora as plenárias estaduais acompanhadas na pesquisa tivessem o mesmo objetivo e exatamente a mesma orientação metodológica, procederam de formas totalmente diferentes, com perfis diferentes, encaminhamentos diferentes oriundos de processos históricos diferentes.

Das três plenárias acompanhadas, a que mais causou preocupação pela total falta de propriedade e ausência de pertencimento (condição necessária para motivar debate e disputas) por parte dos envolvidos foi a plenária da Paraíba. O perfil dos participantes da plenária não corresponde ao perfil dos empreendimentos mapeados pelo SIES, não houve debate prévio por parte dos fóruns microrregionais, os encaminhamentos deliberados na Plenária não eram claros para a maioria dos participantes e a capacidade de questionamento sobre os rumos da atividade foram

bastante limitados. Além destes elementos, tem o fato do relatório da Plenária da Paraíba indicar uma situação de dependência dos EES em relação aos agentes externos, pois o relatório alega que os delegados de duas regiões (Cariri e Sertão) não realizaram a reunião com fórum regional pós Plenária Estadual e pré Plenária Nacional – encaminhamento da Plenária Estadual – porque os agentes externos que atuam nas regiões não estavam para articular as atividades.

A Plenária do Rio de Janeiro promoveu um amplo debate nos espaços microrregionais, mas não conseguiram ter a mesma produção na atividade estadual. Dentre os agravantes que dificultaram a Plenária do Rio de Janeiro destaca-se a falta de tempo ou a falta de organização do tempo; dificuldade de conciliação das atividades da feira com a Plenária; e divergências quanto à condução da Plenária. A Plenária do Rio Grande do Sul também teve debates prévios e seus delegados chegaram à atividade estadual bastante articulados em relação as suas reivindicações. Tal preparo fez com que as questões da Plenária fossem exaustivamente discutidas e muitos destas questões não foram vencidas, não só no que diz respeito ao consenso, mas também porque não tiveram as mínimas condições para que as questões fossem votadas em plenária.

Fora a situação da Paraíba, as plenárias do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul tiveram uma participação significativa de todos os atores – considerando suas proporcionalidades. No caso do Rio de Janeiro, os EES tiveram uma participação de destaque, pois foram os grandes contestadores dos encaminhamentos e da condução dos trabalhos dirigida pela pessoa ponte. No Rio Grande do Sul, a participação dos representantes de EES também ficou evidenciada à medida que se manifestavam com propriedade de conteúdo – orientando os rumos das decisões – e quando apresentavam posicionamentos claros e articulados em relação aos momentos de disputa do Fórum Gaúcho.

Todas as três plenárias foram “coordenadas” pela pessoa ponte dos respectivos fóruns estaduais. O fato da pessoa ponte dos três estados ser agente externo reflete o fato de o trabalho exigir dedicação de tempo – que a maioria dos EES não possui, pois não podem deixar suas atividades econômicas. Já os agentes externos podem ser liberados por suas respectivas instituições para atender as demandas da Plenária. Embora as pessoas ponte fossem agentes externos, possuíam perfis distintos. O Rio de Janeiro e a Paraíba foram os Fóruns que mais sentiram incômodo com a condução das plenárias. No caso do Rio de Janeiro, a

pessoa ponte transcendeu a condição de mediador e usou espaço da coordenação para posicionar-se pessoalmente, mas a plenária interferiu na dinâmica da coordenação e contribuiu para outra orientação na condução dos trabalhos. No caso da Paraíba a interferência se deu por parte do representante da Coordenação Nacional do FBES que cuidou para que a atividade da Paraíba assumisse caráter de plenária e orientou o processo conforme metodologia indicada pelo FBES. No Rio Grande do Sul, embora toda a dinâmica formal e as costuras políticas feitas nas entrelinhas, não houve maiores problemas e a pessoa ponte cumpriu papel de mediação na Plenária.

Outra deliberação importante da IV PNEs foi a definição de duas finalidades principais para o FBES: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

Ao decretar como finalidade “Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases” o movimento está grifando a importância dos trabalhadores no movimento, considerando a centralidade dos EES na constituição do sujeito coletivo. No que diz respeito à primeira finalidade, destaca-se a importância do movimento ampliar o diálogo se inserindo em lutas e reivindicações sociais de outros movimentos. Essa finalidade atende ao que Boaventura de Sousa Santos chama de trabalho de tradução que permite criar a inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo, entre diferentes saberes, reconhecendo que existem muitos conhecimentos possíveis que precisam dialogar. Desta forma, as lutas particulares (como da economia solidária) podem ser incorporadas às lutas mais gerais e históricas, sendo contraponto significativo da questão social.

Por fim, algumas deliberações da I CONAES reafirmam o movimento da economia solidária como um sujeito articulado que conhece sua condição estrutural e experimenta, através de seus instrumentos – principalmente o FBES, um processo político coletivo que questiona a lógica dominante. Ao discutir a perspectiva de desenvolvimento, os atores do movimento compreendem a necessidade de um desenvolvimento que contraponha a lógica que subordina os investimentos produtivos, concentra capital, gera desigualdades sociais e territoriais e degrada o meio ambiente. Embora a economia solidária tenha uma história ligada à superação

da pobreza, ela não pode ser entendida como residual, subordinada ou compensatória aos impactos das crises do capitalismo, pois os elementos políticos da práxis da economia solidária garantem outra lógica de trabalho capaz de lutar por recursos que garantam sua efetividade econômica para além de uma condição de subordinação. Com esta leitura é que devem ser elaboradas políticas de apoio à economia solidária, caso contrário as políticas vão reproduzir a lógica de subordinação e dependência que marcam as relações sociais no capitalismo.

5.5 O movimento da economia solidária no Brasil: a possibilidade da unidade através da diversidade

O movimento da economia solidária no Brasil pode ser relacionado às duas perspectivas de ação mencionadas na primeira seção do capítulo 4: autonomia-institucionalização e inter-reconhecimento do sujeito coletivo.

No que diz respeito à perspectiva de autonomia-institucionalização, é possível dizer que o movimento da economia solidária tem se mostrado um campo de análise bastante significativo, uma vez que, desde a formação do GT Nacional de economia solidária no FSM, esta perspectiva esteve presente. Desta forma, mesmo depois de instituída a SENAES, a organização do movimento – distribuída em fóruns estaduais e microrregionais – permite dizer que o movimento da economia solidária não se limitou a participar com o governo na elaboração e execução das políticas. Também foi sua preocupação fortalecer um campo próprio de atuação na sociedade, envolvendo, cada vez mais, trabalhadores da base em articulação com entidades da sociedade civil e poder público. Isto pode ser visto, por exemplo, nas Plenárias Nacionais e no Encontro dos Empreendedores. O fortalecimento destes espaços de discussão foi primordial para o crescimento do movimento e essencial para as discussões da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Nesta, além de terem sido discutidas diretrizes para a política nacional – por si só um momento ampliado de discussão da prática da economia solidária no Brasil –, foi possibilitada uma ação política de criação de um Conselho Nacional de Economia Solidária, que constitui uma base para uma política de Estado e não somente de governo.

A formação deste campo de atuação e discussão conduz à relação do movimento com o Estado, evidenciando assim sua perspectiva de ação baseada na autonomia-institucionalização, uma vez que, por um lado, procura-se manter um

campo próprio de discussão e, por outro, mantém o foco de atuação junto ao Estado, promovendo e incentivando a criação de políticas, participando inclusive na implementação e execução dessas.

Porém, várias questões ficam em aberto nesta relação do movimento com o Estado, que oscila tanto no nível da dependência do movimento em relação às políticas estatais, quanto da própria representatividade do FBES como interlocutor do movimento de economia solidária. Pode-se notar que esta discussão sobre a autonomia-institucionalização é atualmente um ponto forte de discussão dentro do movimento, pois, nas discussões realizadas na IV Plenária, ocorrida em março de 2008, foi pautada, entre tantas outras discussões, a relação do FBES com o Estado. O intenso debate proferido nesta IV Plenária sugere um desequilíbrio no movimento – próprio da democracia – que configura diferentes perspectivas sobre a relação entre o movimento e o Estado.

Esta divergência, por sua vez, relaciona-se com outros desafios que enfrenta o movimento da economia solidária, baseado na outra perspectiva de ação referida acima. A diversidade de atores que formam o movimento da economia solidária, como ilustrado na figura 1 (capítulo 1), aliada a esta forma de atuação em redes, colocam para este movimento o desafio de construir um inter-reconhecimento da subjetividade coletiva, ou, nas palavras do próprio movimento, a construção da unidade através da diversidade.

O movimento da economia solidária no Brasil pode ser compreendido por um associativismo que visa objetivos comuns, mas expressa diferentes atores coletivos. Assim, tal movimento pode ser identificado como “rede de movimento social”, segundo elaboração de Scherer-Warren. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária representa um instrumento vigoroso para fortalecer a sociedade civil e reivindicar as demandas, na medida em que articula identidades plurais – com a aproximação de atores diversificados –, configurando um sujeito coletivo plural. Esta consideração se deve ao fato de que o movimento da economia solidária não só agrega atores externos, além do EES, mas também envolve diferentes bandeiras. Há empreendimentos oriundos dos mais diferentes espaços sociais e políticos que carregam suas particularidades – conforme descrito na introdução deste capítulo. Mesmo que a formação das redes e fóruns possibilite a migração para um campo comum de ação, contribuindo assim também para sua diferenciação de outras

organizações, a própria diversidade e especificidades sócio-político-culturais dos atores configuram desafios para o inter-reconhecimento deste movimento.

Um desses desafios diz respeito ao isolamento de diversos atores e, em contrapartida, à sua possibilidade de estar em rede. No caso do EES, por exemplo, apesar do SIES indicar que, em muitos casos, há uma articulação desses com movimentos sociais e redes, esta atuação é vista com grande dificuldade por parte dos trabalhadores, ora por não terem formação para atuação em rede, ora pelas dificuldades técnicas e financeiras que prejudicam o envolvimento nas ações e discussões. Outro desafio, e não somente para os EES, mas também para os demais atores envolvidos com a economia solidária, são as diferentes demandas que se apresentam no interior do movimento, que às vezes são vistas como lutas de outros movimentos e, por isso, descartadas como lutas da economia solidária.

Algumas análises de pesquisa (SANTOS, 2004; CARNEIRO, 2006) promoveram condição de entender que as experiências de economia solidária não têm condições de ser legitimadas se não unirem forças com os diversos atores sociais – afirmando o trabalho de tradução de Santos (2006).

É certo que existe uma debilidade nos EES no que diz respeito ao capital financeiro e condições técnicas. Mesmo com essa dificuldade, os EES se sustentam, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos mesmos. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são fatores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para o trabalhador viver outra relação de trabalho que promove outras representações sociais, formando o sujeito coletivo.

A participação, responsável pelo envolvimento do trabalhador com esse processo, tem também responsabilidade num desenvolvimento pessoal dos trabalhadores, que se permitem conceber em novas representações. Por isso, é possível dizer que os benefícios oriundos do trabalho coletivo e autogestionário extrapolam o material e o econômico. É esta mesma categoria, a participação, que provoca os trabalhadores a buscarem um envolvimento com uma dinâmica maior que resulta num movimento unificado e numa rede de solidariedade.

O FBES parece evidenciar o espaço coletivo implicado numa rede de participação e solidariedade. Além disso, a economia solidária não pode ser comprimida num espaço de luta individual, é preciso permitir o diálogo e interlocução

entre a economia solidária e diversos outros movimentos sociais (ambiental, negro, indígena, de mulheres e trabalhadores desempregados, etc.).

Embora sofra alterações, os movimentos sociais persistem na sociedade, principalmente porque eles constituem-se em organizações que expressam resistência ao que os oprime e são forças revitalizadoras para a construção do novo. Ainda assim, parece que se trata de novas respostas para velhos problemas. Os movimentos sociais são importantes e as realizações de suas bandeiras de luta são fundamentais para o avanço das conquistas para o conjunto da sociedade, ainda que no capitalismo. No entanto, essas lutas particulares precisam ser incorporadas às lutas mais gerais em prol da superação desta forma social, sob pena de, ao invés de fortalecer a luta comum pela superação da ordem do capital, estar fortalecendo o capital e, com ele, as desigualdades sociais que são próprias de seu desenvolvimento contraditório. É preciso afirmar que as lutas particulares e imediatas dos vários setores são lutas de todos (CRUZ, 2007).

Apesar das inúmeras questões a respeito do movimento da economia solidária pautadas até aqui, é possível dizer que houve um significativo avanço do movimento da economia solidária na última década. Um exemplo capaz de demonstrar esta transição diz respeito ao grito de luta do movimento, que muda no decorrer deste período, e, ao mudar, dá um salto qualitativo na dinâmica do movimento. O primeiro lema, inspirado no Fórum Social Mundial, afirmava que “uma outra economia é possível!”, poucos anos depois, já no encontro dos empreendedores em Brasília, o lema do movimento passou a ser “uma outra economia acontece!”. Em termos mais gerais, essa mudança simbólica demonstra um amadurecimento do movimento, no sentido de legitimar suas próprias bandeiras, dando ênfase às conquistas e motivando a confiança dos diferentes atores envolvidos no movimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este trabalho esteja carregado de considerações que apontam para a Tese que aqui se propõe, é importante pontuar algumas notas finais.

Considerando que, ao expressar um movimento articulado, a práxis dos empreendimentos da economia solidária motiva processos de participação política que vão além do cotidiano do EES, pode-se dizer que há uma ampliação do processo de democratização da base para outras esferas da vida social que dão fôlego para a construção de outro espaço social que questiona a lógica dominante. A adesão dos trabalhadores aos EES consiste na luta destes – sobretudo os trabalhadores pobres – para a subsistência econômica de suas famílias, mas adesão destes trabalhadores ao movimento ocorre por consciência de causa, consciência política adquirida – principalmente – no cotidiano da atividade autogestionária. Os dados do SIES e as prioridades expressas nas bandeiras de luta do movimento refletem as muitas dificuldades que os empreendimentos da economia solidária encontram ao longo de suas histórias, mas estas não obscurecem o elemento político que motiva os trabalhadores aderirem a um compromisso mais amplo e, neste caso, as dificuldades dos EES se convertem nas principais demandas do movimento.

Desta forma, os EES não podem ser considerados como simples paliativo ao desemprego e a precarização. Conseqüentemente a economia solidária não pode ser apreendida somente do ponto de vista de sua fragilidade econômica e apenas apontada como residual e subordinada, isso significa ignorar o processo histórico e subestimar a capacidade crítica dos atores – principalmente os trabalhadores dos EES – que são sujeitos desta história e criam as condições de tensionamento da questão social para fim de consolidar outra economia.

No contexto onde a questão social e os movimentos sociais se renovam, o protagonismo popular não deve ser elaborado apenas a partir de um sujeito histórico privilegiado. O popular não representa mais um sujeito específico, mas sim expressa à disputa entre projetos. Sader (1995: 55) reflete sobre as mudanças no contexto das lutas sociais e afirma existir uma “pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis”, portanto a racionalidade da situação

não se encontra na consciência de um sujeito específico que está no centro dos acontecimentos, mas sim do resultado do encontro de várias estratégias.

Há uma mudança na perspectiva da democracia e de transformação social. Existe uma crítica à ordem vigente, mas esta não é suficiente para uma ruptura com o sistema político. O sujeito político resultado do encontro de várias estratégias estranha e desafia o *status quo* em vista de uma sociedade melhor, mas não é um sujeito revolucionário que rompe imediatamente com a lógica dominante. Há uma costura por dentro, uma mobilização que reivindica a reconstrução do popular em prol da transformação social, mas o fato de não ser sujeito revolucionário não é motivo para desqualificar o movimento e sua condição de sujeito político.

A emancipação dos atores da economia solidária é possível à medida que, ao unirem forças na formação de um sujeito político, criam condições de articular os interesses de mudança de forma que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de outra cultura do trabalho e, conseqüentemente, uma democracia sem fim.

Fortalecendo as capacidades de ação dos empobrecidos, a dinâmica da economia solidária institui base para a reconstrução da classe popular. Embora a diversidade de atores e estratégias, a força e a capacidade de sociabilidade em torno da causa estão na base que garante espaços de comunicabilidade e mobilidade que supera a individualidade a favor da solidariedade.

O movimento da economia solidária compreende um espaço político onde convivem atores com as mais diferentes concepções e estratégias. Resultado do fato de que boa parte dos EES possui suas demandas atendidas pelo poder público e mediadas pelas entidades de apoio e, assim, o movimento reproduz tal realidade fazendo com que o FBES seja caracterizado como espaço de articulação heterogêneo. São muitas as limitações contidas nesta arena política, no entanto parece que os sujeitos têm estabelecido uma dinâmica de relações sociais capazes de potencializar um processo de resistência ao *status quo*. De toda forma é preciso repensar o papel dos diferentes atores no processo de organização popular do movimento.

É visível a importância dos agentes externos no movimento da economia solidária, não há dúvidas de que são reconhecidos como atores políticos e assim possuem espaço de voz e vez, mas esta representação, mesmo com a evidente centralidade dos EES, precisa ser mais discreta e menos protagônica para que o

movimento possa ser fortalecido cada vez mais e os trabalhadores – que vivem cotidianamente a experiência da economia solidária – possam criar as capacidades necessárias de questionamento da sociedade vigente, de questionamento do espaço em que estão inseridos e, por fim, de transformação da realidade histórica. Não adianta apenas os agentes externos falarem sobre qual a situação a ser revertida, é preciso que os trabalhadores da base – os mais atingidos pelas mazelas da sociedade desigual – se apercebam da situação a ser revertida e lutem por ela. Como foi possível perceber nos resultados da pesquisa, a condição de “destaque” dos agentes externos em detrimento dos EES não é uma constante, ao contrário, o protagonismo do movimento reflete as proporções indicada aos diferentes atores, mas o fato da Paraíba apresentar uma situação adversa causa a preocupação exposta aqui – sobretudo que este Estado está localizado na região do País que mais concentra empreendimentos de economia solidária.

O conjunto dos atores da economia solidária entende a importância da base no processo de organização popular do movimento e guarda a centralidade dos trabalhadores dos EES no protagonismo do movimento. Isso não significa dizer que o protagonismo popular do movimento da economia solidária no Brasil é apenas dos EES e que não há disputa política, pois o protagonismo reflete uma conjunção de forças dos diferentes atores que conservam a importância política daqueles que vivem a experiência da economia solidária. Mas, ainda assim há limitantes.

Mesmo com as dificuldades em consolidar um protagonismo popular mais equilibrado entre os diferentes atores, percebe-se um envolvimento maior dos empreendedores solidários que, mesmo com limitações, se convertem em atores políticos que buscam outra relação com a economia e com a sociedade. De certa forma, ao vivenciarem a práxis da economia solidária – seja na instância do EES, seja na instância do movimento – os trabalhadores têm transcendido os limites de produção econômica e subsistência humana para intervir em outras instâncias das relações sociais. Neste processo os trabalhadores adquirem as capacidades para questionar as contradições da sociedade capitalista e, assim, retomam uma articulação de saberes e possibilidades que tal contradição fragmentou.

Os valores da economia solidária revigoram uma força instituinte a favor da organização popular que alimenta as possibilidades de emancipação a partir de um projeto de desenvolvimento que, por hora, ainda precisa manter seus vínculos com a economia capitalista. Talvez tal condição provoque uma crise de expectativas, mas

emergência de formas organizativas coletivas, solidárias e populares que solicitam outra economia e centralidade política define a tônica do campo da economia solidária cuja compreensão é possível a partir do dinamismo que orienta o cotidiano do movimento, caso contrário os “holofotes” analíticos passaram a iluminar apenas as condições objetivas que os envolvem perdendo aquilo que é singular aos movimentos sociais: o ponto de vista e as expectativas dos diretamente envolvidos, fazendo com que a economia solidária e sua organização popular passe despercebida a despeito de ser uma interessante proposta de contraponto na questão social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Praxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARATO, Andrew; COHEN, Joshua. Sociedade civil e teoria política. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

ASSEBURG, Benno; GAIGER, Luiz. A economia solidária diante das desigualdades. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p. 499-533, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

_____. Um desenho para o novo associativismo. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p 147-167, 1997.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo revolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BERTUCCI, Jonas; CUNHA, Gabriela. *Relatório Nacional de sistematização e Avaliação dos processos do primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil*. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *La Demission des Clercs: la crise des sciences sociales et l'oubli du politique*. Paris: La Découverte, 1993.

_____. Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 13, p. 5-37, 1998.

CARNEIRO, Vanderson G. *Da dimensão econômica à dimensão política: a economia solidária sob a perspectiva do conflito social*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (Org.). *Desigualdades e questão social*. São Paulo, EDUC, 1997.

CATTANI, Antonio D. A vida Precária: bases para uma nova submissão. In: CATTANI, Antonio D.; DIAZ, Laura M. (Org.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CHAUI, Marilena. Intelectual engajado : uma figura em extinção?. In: NOVAES, A. (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1999.

COELHO, M. Francisca; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde (Org.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: EdUnB, 2000.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. Cidade: Fondo de Cultura Económica, 2000

CORAGGIO, José L. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Editorial Lumen-Hvmanitas, 1997.

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETTE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/UCSal, 2000.

_____. *Del sector informal a la economía popular: un paso estratégico para el planteamiento de alternativas populares de desarrollo social*. In: ENCUESTRO DE PARTIDOS Y MOVIMIENTOS DEL FORO DE SAN PABLO, 2, 1991. Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>. Acesso em: jan. 2009.

_____. *Del sector informal a la economía popular: un paso estratégico para el planteamiento de alternativas populares de desarrollo social*. In: Taller "Integración y desarrollo alternativo en América Latina", 1992, Lima. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc_public_complet.htm>. Acesso em: jan. 2009.

_____. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antônio David. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

_____. El trabajo desde la Perspectiva de la Economía Popular. In:_____. *Una nueva perspectiva para el desarrollo local*. San Miguel: UNGS, 1998.

CORAGGIO, José L. *La economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana*. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE ECONOMÍA SOLIDARIA Y COMERCIO JUSTO, 3, 2008, Montevideo. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc_public_complet.htm>. Acesso em: jan. 2009.

COSTA, Sérgio. Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Prefácio a Giovanni Semeraro: Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

CRESPO, Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um Fenômeno Multidimensional. *RAEeletrônica*, São Paulo, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <www.rae.com.br/eletrônica>. Acesso em: jan. 2008.

CRUZ, Antônio. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL*. 2006. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 2006

_____. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CRUZ, Antônio; SANTOS, Aline M. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *E-cadernos CES*, v. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos>>. Acesso em: jan. 2009.

CRUZ, César. A. M. Desafios Atuais para se Pensar as Classes Sociais e o Processo de Consciência de Classe. In: ENCONTRO DE POLÍTICA SOCIAL E DO IV SEMINÁRIO DE PRÁTICAS EM SERVIÇO SOCIAL, 2, Vitória, 2007.

CUNHA, Gabriela; SANTOS, Aline M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: SANTOS, Aline M; HESPANHA, Pedro; SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina, no prelo.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista de sociologia política*, n. 5, p. 137-162, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1980.

_____. Menoridade dos Mínimos Sociais – encruzilhadas da assistência social no mundo de hoje. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 55, 1997.

DEMO, Pedro. *O charme da exclusão social*. Campinas: autores associados, 1998.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas: Papirus, 2004.

DIAZ, Alvaro. Ajuste estrutural, transformaciones Sociales y su Impacto en los Actores Sociales. Los casos de México y Chile. In: BULTMANN (Org). *Democracia sin movimiento social: sindicatos, organizaciones vecinales y movimientos de mujeres en Chile y México*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular. movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. *Revista Análise de Conjuntura OPISA*, n. 2, p. 20-35, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 2002.

FALS BORDA, Orlando. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*. In: BRANDÃO, Carlos (Org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Conocimiento y poder popular*. Colômbia: Siglo XXI / OIT, 1985.

FARIA, Maurício Sardá. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia - Análise e Dados*, n. 12, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

GAIGER, Luis. *A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades*. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>. Acesso: jan. 2009.

_____. A economia solidária no RS: viabilidades e perspectivas. *Cadernos CEDOPE: movimentos sociais e cultura*, São Leopoldo, ano 10, n. 15, 1999a.

_____. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Revista Contexto e Educação*, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, abr. /jun. 1998.

GAIGER, Luis. *A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <www.npms.ufsc.br>. Acesso em: jan. 2009.

_____. *Economia popular solidária: uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o conselho de escolas de trabalhadores*. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2001.

_____. *Économie Solidaire et Espace Public: quelques remarques à propos du rôle des agents médiateurs*. In: LAVILLE, J.L. *Action publique et économie solidaire*. Toulouse: Érès, 2005.

_____. *Natureza e Diversidade das Práticas de Economia Solidária: uma agenda de pesquisa a partir do SIES*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA E DAS FINANÇAS, I, São Carlos, 2006.

_____. *Sentido e possibilidades da economia solidária hoje*. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Sentidos e experiências da economia solidária*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

_____. *Significados e tendências da economia solidária*. In: _____.CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999b.

GARRETON, Manuel A. *La transformación de la acción coletiva en América Latina*. *Revista de la CEPAL*, n. 76, p. 45-60, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. *Quando novos atores saem de cena - continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais*. *Cultura e política, Revista de sociologia política*, Santa Catarina, v.2, n. 5, p. 35-53, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

HOLZMANN, Lorena. *Operário sem patrão: gestão cooperativista e dilemas da democracia*. São Carlos: UFSCAR, 2001.

HUSSON, Michel. *Fim do trabalho ou redução de sua duração*. *Revista Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. Questão social no capitalismo. *Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Rio de Janeiro, n.3, jan./jun. 2001.

IANNI, Otávio. A Questão Social. *Revista São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.5, n. 1, 1991.

_____. *Autogestão em avaliação*. São Paulo: ANTEAG, 2004.

IBASE & ANTEAG. *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul*. Relatório de pesquisa, 2001.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS, 2004.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Polular. In: CATTANI, Antônio David et al. (Org). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

KLIKSBERG, Bernardo. *Por uma economia com face mais humana*. Brasília: UNESCO, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi: rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, P.H.; NUNES, B.F. (Org.). *A nova ordem social*. Brasília: Paralelo 15, 2004a.

_____. (Org.). *Economía social y solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004b.

LAVILLE, Jean-Louis ; CATTANI, Antonio. D. (Dir.). *Dictionnaire de l'Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, 2005.

LECHAT, Noel. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES, 2, UNICAMP, 2002.

LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scrita, 1994.

LEITE, Márcia de Paula; SILVA, Roque Aparecido. Sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 42, 1996.

LISBOA, Armando de Melo (2004). *Encontro nacional dos empreendimentos de Economia Solidária – ENEES: balanço preliminar e pistas para futuros encaminhamentos*. Disponível: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: jan. 2009.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, George. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José. S. Para compreender e temer a exclusão social. *Revista Vida Pastoral*, São Paulo, n. 239, 2004.

MARTINS, Catarina; RIBEIRO, Margarida et al. *E-cadernos CES*, v. 2. Coimbra: CES, 2008.

MARX, Karl. A questão judaica. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos três milhões de empregos no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio. (Org). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp, 1998.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos . *‘Terceiro setor’ e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez, 2002.

NETO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Revista da Associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*, Rio de Janeiro, n. 3, jan./ jun. 2001.

NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In : NOVAES, A. (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, 1997.

OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Economia & trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp, 1998.

OLVERA, Alberto. Sociedade civil e governabilidade no México. In: DAGNINO, Evelina (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PASTORINE, Alejandra. *A categoria questão social em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PEARCE, Jenny. Civil society, the market and democracy in latin america. *Democratization*, v. 4, n. 2, p. 57-83, 1997.

PEREIRA, Potyara. A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. *Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*, Rio de Janeiro, n. 3, jan./jun. 2001.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Elementos para compreender a questão do desemprego no Brasil*. In: PALESTRA PROFERIDA NA CAMPANHA DO PLENO EMPREGO, 2003, Rio de Janeiro.

_____. *Qual desenvolvimento?* São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

PPG SERVIÇO SOCIAL UFSC. Economia solidária e autogestão. *Revista katálysis*, Florianópolis, v.11, n.1, 2008.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Ícone, 2003.

QUIJANO, Aníbal. *La economía popular: y sus caminos em América Latina*. Lima. Peru: Mosca Azul Editores, 1998.

_____. Sistemas Alternativos de Produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

REICHMANN, Jorge. Una nueva radicalidad emancipatoria: las luchas por la supervivencia y la emancipación en el ciclo de protesta. In: REICHMANN, Jorge; BUEY, Francisco. *Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona, Paidós, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. A esquerda latino-americana no século XXI. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org). *Pensamentos críticos e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Aline Mendonça. O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas. *Revista ESAC economia solidária e ação cooperativa*, São Paulo, v. 2; n. 2, 2007.

_____. *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

_____. UNIVENS - nove anos de história concretizando uma outra economia. In: Rilles. (Org.). *Experiências de economia social y solidaria en Argentina e Brasil: trabalhos ganadores del primer concurso RILLESS para investigadores jóvenes*. Buenos Aires: elaleph.com, 2006. v. 1, p. 117-149.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Para Além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Disponível em:

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acesso em: ago. 2008.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B.S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006b.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. (Org.) *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. v. 1. 2002 – 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Bointempo, 2005.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2006c.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico-informacional*. São paulo, Hucitec, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, n.1, p. 109-130.

_____. *Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania*. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, 2007, Florianópolis, Participação e democracia, 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE . *Atlas da economia solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

_____. *Sistema nacional de informações em economia solidária*. Brasília: MTE, SENAES, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. *Revista Proposta*, n. 72, mar./mai. 1997.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002 b.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. Reportagem sobre economia solidária. *Revista caros amigos*, São Paulo, 2002a.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Org). *Economia solidária no Brasil: a autogestão contra o desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. The sociological perspective on the economy. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SOUZA, André; CUNHA, Gabriela; DAKUZAKU, Regina. *Uma outra economia é Possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 55, 1997.

THOMPSON, Edward P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. *Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação UFSC*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

_____. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Economia popular e a produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez, 1982.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, E. (Org.). *A aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Rio de Janeiro, n. 3, jan./jun. 2001.